



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

JANAÍNA VICENTE DA SILVA

**AS MULHERES VÃO À LUTA:
EXPERIÊNCIA E RESISTÊNCIA DA PARAIBANA MARIA DA PENHA
NASCIMENTO SILVA (1970-1991)**

Orientadora: Ana Beatriz Ribeiro Barros Silva
Linha de Pesquisa: História e Regionalidades

JOÃO PESSOA – PB
2022

**AS MULHERES VÃO À LUTA:
EXPERIÊNCIA E RESISTÊNCIA DA PARAIBANA MARIA DA PENHA
NASCIMENTO SILVA (1970-1991)**

JANAÍNA VICENTE DA SILVA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestra em História.

Área de Concentração: História e Cultura Histórica.

Orientadora: Ana Beatriz Ribeiro Barros Silva
Linha de Pesquisa: História e Regionalidades

JOÃO PESSOA – PB
2022

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S586m Silva, Janaína Vicente da.

As mulheres vão à luta : experiência e resistência da paraibana Maria da Penha Nascimento Silva (1970-1991) / Janaína Vicente da Silva. - João Pessoa, 2022.

181 f. : il.

Orientação: Ana Beatriz Ribeiro Barros Silva.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. Movimentos de resistência - Mulheres. 2. Maria da Penha Nascimento Silva. 3. Paraíba - Movimentos sociais. 4. Trabalho rural. I. Silva, Ana Beatriz Ribeiro Barros. II. Título.

UFPB/BC

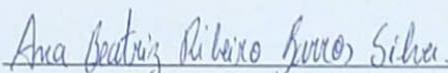
CDU 323.25/.26-055.2(043)

**AS MULHERES VÃO À LUTA:
EXPERIÊNCIA E RESISTÊNCIA DA PARAIBANA
MARIA DA PENHA NASCIMENTO SILVA (1970- 1991)**

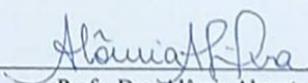
Janaina Vicente da Silva

Dissertação de Mestrado defendida e aprovada no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba (PPGH-UFPB) em 16 de novembro de 2022.

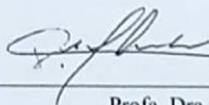
Banca Examinadora



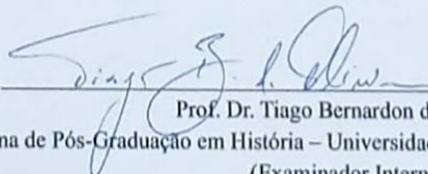
Prof.ª. Dra. Ana Beatriz Ribeiro Barros Silva
Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal da Paraíba (PPGH-UFPB)
(Orientadora)



Prof.ª. Dra. Alômia Abrantes da Silva
Departamento de História – Centro de Humanidades – Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)
(Examinadora Externa)



Prof.ª. Dra. Susel Oliveira da Rosa
Departamento de História – Centro de Humanidades – Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)
(Examinadora Externa)



Prof. Dr. Tiago Bernardon de Oliveira
Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal da Paraíba (PPGH-UFPB)
(Examinador Interno)

Prof. Dr. Roberto Vêras de Oliveira
Programa de Pós-Graduação em Sociologia – Universidade Federal da Paraíba (PPGS-UFPB)
(Examinador Suplente Externo)

Prof. Dr. Fernando Cauduro Pureza
Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal da Paraíba (PPGH-UFPB)
(Examinador Suplente Interno)



*À Maria da Penha Nascimento Silva, cuja coragem foi
inspiração para esse trabalho, e a todas as paraibanas
que ousaram SER resistência, em especial à Zênia
Chaves (in memoriam).*

“Em nome de nossa teimosia, uma sociedade justa será conquistada. Viva a igualdade!”
(ANMTR, 1997)

AGRADECIMENTOS

“*Viver significa lutar*”
(Sêneca)

É com grande alegria que escrevo estes agradecimentos, visto que terminar uma dissertação em meio a uma pandemia, que levou à morte tantas pessoas, como também as dificuldades em consequência da mesma, fez necessário me (re)inventar e ser resistência durante todo o processo.

Sendo assim, primeiramente agradeço a Deus, pois creio que Ele esteve comigo em todas as etapas me dando sabedoria, força e perseverança.

Ao meu marido, Cristiano da Silva, à minha filha, Gisely Christine, e meu filho, Davy Christiano, que são minha base de força e encorajamento, e mesmo nos momentos em que foi necessário estarem ausentes, sempre me deram apoio.

Sou imensamente grata a Paulo Gracino, Juliana Alves, Júlio César, Lidineide Vieira e Laianny Souza, que fizeram parte da minha pesquisa, ainda no começo, quando este projeto mal passava de um sonho, seus apoios e indicações de leituras foram fundamentais para a conclusão desta dissertação.

E no momento de tantas angústias, quando o sentimento de que não iria conseguir se fazia presente, os meus queridos Paulo Gracino, Fabiana Cruz e Juliana Alves estiveram comigo durante toda essa caminhada. Suas parcerias me fizeram lembrar de uma passagem bíblica do livro de Êxodo em que no momento de guerra, para o povo de Israel vencer, Deus determinou a Moisés que permanecesse com as mãos levantadas, “porém as mãos de Moisés eram pesadas, por isso tomaram uma pedra, e a puseram debaixo dele, para assentar-se sobre ela; quando os braços de Moisés ficaram cansados, Arão e Hur os sustentaram até o pôr do sol. Assim, os Amalequitas foram derrotados” (Êxodo 17:8-16). Paulo, Fabiana e Ju, meu fraterno agradecimento por todas as vezes que levantaram minhas mãos para que eu pudesse vencer as dificuldades, por cada comentário positivo e inspirador, e por todas as vezes que leram meu texto e deram suas contribuições. Como bem descreveu Abreu e Lima (2012), apesar de redigida de forma individual, a escrita é resultado da colaboração de muitas pessoas, que, direta ou indiretamente, para ela contribuíram.

Agradeço os/as entrevistados/as, que mesmo diante de uma pandemia, disponibilizaram um tempinho para compartilhar suas histórias, experiências e memórias. À Zênia Chaves (*in memoriam*), Luzia Ferreira (*in memoriam*), Maria da Soledade, Roberto Verás, Carmelita Pedrosa, Lau Siqueira e, em especial, aos filhos de Penha: José Vanildo e Valdinei (Nei), por

me ajudarem com seus depoimentos, arquivos pessoais e serem atenciosos a cada dúvida que surgia no decorrer da pesquisa, a vocês minha imensurável gratidão.

Agradeço à minha orientadora, Ana Beatriz Ribeiro, por ter acreditado na minha pesquisa, pela paciência, por todas as contribuições que ajudaram no amadurecimento deste trabalho, por cada indicação de leitura e pelos livros que chegaram à minha casa, deixando meu coração repleto de alegria por sua sensibilidade em me ajudar e por ter me apresentado ao Grupo de Estudos e Pesquisas em História do Trabalho (GEPEHTO). A cada integrante do GEPEHTO deixo minha gratidão por terem me acolhido e me ajudado com os debates que foram essenciais para dar forma a este trabalho.

A Tiago Bernardon, que aceitou me ajudar nesta caminhada, sempre com uma sugestão de leitura ou me levando a refletir sobre meu trabalho (questionar e buscar respostas), agradeço também sua dedicação enquanto coordenador do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba (PPGH-UFPB), pois sem sua compreensão e solidariedade teria sido ainda mais difícil para mim e toda a turma 2020.

À minha querida Susel Rosa, que está comigo desde a graduação, sua sensibilidade e militância pelo protagonismo feminino me inspiraram para esta pesquisa voltada para as questões de gênero. Seu convite para participação do Projeto de Pesquisa *Paraíba: mulheres, memórias e ditadura civil-militar*, me possibilitou conhecer Maria da Penha e tantas outras mulheres paraibanas que foram resistência no seu tempo. Suas contribuições enriqueceram esta dissertação.

Agradeço à Alômia Abrantes por ter aceitado o convite para participar da banca de defesa; sua sensibilidade e pesquisas voltadas para as histórias de mulheres paraibanas certamente contribuíram para esta dissertação.

Aos meus colegas do mestrado, em especial Letícia, Bárbara e Dárcya, pois mesmo de forma virtual, estávamos juntas de mãos dadas e cada uma contribuiu da maneira que foi possível.

Por fim, agradeço a todos, em especial às/aos professoras/es que fazem parte do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba.

E aqueles que direta e indiretamente contribuíram para a realização desta pesquisa. Gratidão!

RESUMO

A presente dissertação tem por principal objetivo analisar as experiências de resistência no Brejo paraibano, dentro de uma perspectiva do protagonismo feminino, sobretudo da sindicalista paraibana Maria da Penha Nascimento Silva (1949-1991), ressaltando sua luta pelos direitos trabalhistas e de igualdade de gênero durante os movimentos de resistências na Paraíba, entre 1970 e 1991. Na década de 1980, Penha juntamente com outras mulheres do Brejo, criaram dois movimentos de mulheres: o MMT/PB (Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Brejo Paraibano) e o MMB (Movimento de Mulheres do Brejo), com a finalidade de conscientizar suas companheiras de militância sobre os seus direitos como mulheres e trabalhadoras. A fundamentação teórica está norteadas por Salvatici (2005), Pollak (1989), Perrot (1991, 2006), Rago (1995, 2001, 2012, 2014), Thompson (1981, 2001, 2002), Souza (2019) e os demais referenciados. Com base em pesquisa bibliográfica, entrevistas semiestruturadas, conversas informais e análise de documentos (cartilhas, relatórios, fotos e os livros de Maria da Penha), nossa narrativa foi estruturada a partir da experiência de luta da classe trabalhadora e do *fazer-se* de Penha como liderança no Brejo. Ou seja, utilizando conceitos como memória, resistência, sociedade patriarcal, luta de classes e gênero, buscaremos (re)construir a memória das mulheres que lutaram por igualdade de gênero em meio aos movimentos de luta por melhorias trabalhistas a partir da experiência de vida da paraibana Maria da Penha. Este trabalho espera contribuir para uma visão mais abrangente da História, visto que por muito tempo as mulheres estavam na invisibilidade historiográfica, como também privilegiar o protagonismo feminino na organização sindical, reconhecendo a multiplicidade e diversidade de atuações presentes nas lutas de mulheres e homens nos movimentos sociais do campo e da cidade.

Palavras-chave: Maria da Penha Nascimento Silva; Mulheres; Trabalho Rural; Movimentos de Resistência; Paraíba.

ABSTRACT

The present dissertation has as a main objective to analyse the experiences of resistance in the 'Brejo Paraibano' with a perspective of female protagonism, specially about the unionist Maria da Penha Nascimento Silva (1949-1991), emphasizing her struggle for the labor rights and gender equality, during the resistance movements in Paraiba, between 1970 and 1991. In the 1980s, Penha, with other women from 'Brejo' created two women's movements, MMT/PB (²Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Brejo Paraibano) and MMB (³Movimento de Mulheres do Brejo.), with the aim of aware her fellow activists of their rights as women and workers. The theoretical fundaments is supported by Salvatici (2005), Pollak (1989), Perrot (1991, 2006), Rago (1995, 2001, 2012, 2014), Thompson (1981, 2001, 2002), Souza (2019) and others referenced. Based on bibliographical research, semi-structured interviews, informal conversations and analysis of documents (booklets, reports, photos and Maria da Penha's books), our narrative was structured around the struggle experience of the working class and the arising of Penha as a leader in Brejo. Using concepts like memory, resistance, patriarchal society, class struggle and gender, we seek to (re)build the memory of women who fought for gender equality inside of the struggle movements for better working conditions, starting in the life experience of (⁴paraibana) Maria da Penha. This work hopes not only contributes for a more comprehensive view of History, because for a long time women were in historiographical invisibility, but also reinforce the female protagonism in union organization, recognizing the multiplicity and diversity of actions present in the women and men's struggles in social movements of countryside and city.

Keywords: Maria da Penha Nascimento Silva; Women; Rural work; Resistance Movements; Paraíba.

¹ Brejo is an specific region in the state of Paraíba, Brazil.

² Working women's movement of Brejo.

³ Women's of Brejo movement.

⁴ Someone who was born in Paraíba state.

LISTA DE SIGLAS

AI-4 – Ato Institucional nº 4
AI-5 – Ato Institucional nº 5
AMPEP – Associação do Magistério Público do Estado Paraíba
ANMTR – Articulação Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais
APRA – Associação dos Proprietários da Paraíba
BNH – Banco Nacional da Habitação
CDDH – Centro de Defesa dos Direitos Humanos
CEBs – Comunidades Eclesiais de Base
CEJIL – Centro pela Justiça e o Direito Internacional
CENDAC – Centro de Apoio à Criança e ao Adolescente
CENTRU – Centro de Educação do Trabalhador Rural
CNMT – Comissão Nacional sobre a Questão da Mulher Trabalhadora
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Tecnológico
CNQMTR – Comissão Nacional da Questão da Mulher Trabalhadora Rural
CNTR – Congresso Nacional dos/as Trabalhadoras/es Rurais
CODH – Centro de Orientação dos Direitos Humanos
CONCLAT – Conferência Nacional da Classe Trabalhadora
CONCUT – Congresso Nacional da CUT
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPT – Comissão Pastoral da Terra
CUT – Central Única dos Trabalhadores
EPIs – Equipamentos de Proteção Individual
FETAG – Federação Estadual dos Trabalhadores na Agricultura
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FUNDAJ – Fundação Joaquim Nabuco
FUNRURAL – Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural
GADU – Unidade de Gênero e Desenvolvimento da OXFAM
GAJOP – Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares
GEPHis-BR – Grupo de Estudos e Pesquisa em História do Brasil Republicano
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPEMA – Instituto Penha e Margarida

LILA – Liga dos Latifundiários
MEC – Ministério da Educação e Cultura
MMB – Movimento de Mulheres do Brejo Paraibano
MMC – Movimento de Mulheres Camponesas
MMT/PB – Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Brejo Paraibano
MMTR – Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais
MMTR/NE – Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MSTR – Movimento Sindical do Trabalhador Rural
NDHIR – Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional
OXFAM – Comitê de Oxford para Alívio da Fome
PDHC – Projeto de Desenvolvimento Humano Integrado e Sustentável
PDS – Partido Democrata Social
PIN – Programa de Integração Nacional
PPGH – Programa de Pós-Graduação em História
Pro-CUT – Comissão Nacional Pró-Central Única dos Trabalhadores
PRORURAL – Programa de Assistência ao Trabalhador rural
PRs – Pastorais Rurais
PT – Partido dos Trabalhadores
Rede LAC – Rede de Mulheres Rurais da América Latina e do Caribe
SEDUP – Serviço de Educação Popular
SERFHAU – Serviço Federal de Habitação e Urbanismo
STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais
SUDENE – Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste
TCC – Trabalho de Conclusão de Curso
UDR – União Democrática Ruralista
UEPB – Universidade Estadual da Paraíba
UFPB – Universidade Federal da Paraíba
UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UTI – Unidade de Terapia Intensiva

LISTA DE FIGURAS

Figura 01	Maria da Penha dialogando com trabalhador da cana	35
Figura 02	Campanha Trabalhista – STR de Alagoa Grande/PB	60
Figura 03	Concentração e missa de sétimo dia de Margarida Maria Alves	94
Figura 04	Mulheres saem em passeata até o centro da cidade de Guarabira/PB, levando faixas com reivindicações	113
Figura 05	Cartaz encontrado no I Encontro das Mulheres Trabalhadoras da Paraíba (1986)	116
Figura 06	“Mulheres que resistem e constroem a utopia”	118
Figura 07	Maria da Penha dialogando a população na feira	121

LISTA DE MAPAS

Mapa 01	Microrregiões Geográficas da Paraíba (1989)	53
----------------	---	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
I TRABALHADORAS E TRABALHADORES: LUTAS E ORGANIZAÇÃO SINDICAL	35
1.1 Repressão, retomada das lutas populares e o ocaso da ditadura militar	37
1.2 Greve dos Canavieiros na Paraíba (1984): mobilizações em defesa dos direitos trabalhistas e pela terra	51
1.2.1 <i>A deflagração da greve na Paraíba: repressão e extrema violência da classe patronal</i>	64
II MULHERES: MEMÓRIA E RESISTÊNCIA	74
2.1 Vozes silenciadas nos discursos historiográficos	74
2.2 Lideranças femininas que se destacaram na Paraíba: Elizabeth Teixeira, Margarida Alves e Penha Nascimento	80
2.2.1 <i>Elizabeth Altina Teixeira - “Luto pela liberdade dos camponeses”</i>	83
2.2.2 <i>Margarida Maria Alves - “Da luta eu não fujo”</i>	88
2.2.3 <i>Maria da Penha Nascimento Silva - “Não tenho medo da morte, só tenho medo da fome”</i>	95
2.3 MMT/PB e MMB: questões de gênero no sindicalismo em Alagoa Grande/PB	101
III MARIA DA PENHA NASCIMENTO: FEMINISMO, CLASSE E ORGANIZAÇÃO	118
3.1 Trajetória de luta de Penha Nascimento: atuações, articulações e conquistas	121
3.2 <i>Violência Rural e Reforma Agrária e Porque trabalhar com mulheres: vozes femininas nos movimentos sindicais</i>	135
3.3 Memória, multiplicidades e legado da paraibana Maria da Penha	153
CONSIDERAÇÕES FINAIS	166
REFERÊNCIAS	169
FONTES	178
ANEXOS	180

INTRODUÇÃO

*“A mais bela de todas as certezas, é
quando os fracos e desencorajados levantam suas
cabeças e deixam de crer na força de seus
opressores”*
(Bertold Brecht)

Este pensamento de Bertold Brecht nos leva a refletir sobre a necessidade de conhecermos as diversas formas de opressão e a importância de buscarmos meios para quebrar suas amarras. Sendo assim, ao analisarmos a questão agrária na Paraíba da segunda metade do século XX, nos deparamos com um conjunto de movimentos, dos quais dois dos mais expressivos foram a Liga Camponesa de Sapé (1958-1964) e o Movimento Sindical de Alagoa Grande (1962-1983). Por sinal, ambos os movimentos obtiveram expressiva repercussão nacional e destaque nas reflexões acadêmicas por sua importância no cenário de lutas trabalhistas no nordeste brasileiro.

Contudo, em meio a esta produção, devemos atentar para algumas histórias que ainda não foram “contadas”, ou ainda não receberam a devida atenção, como é o caso da trajetória de Maria da Penha Nascimento Silva (1949-1991), destacada liderança de trabalhadores e trabalhadoras rurais, que viveu em Canafístula, distrito de Alagoa Grande/PB. Criada pelos avós maternos, Penha teve a sua caminhada marcada pelas dificuldades e abusos por parte dos latifundiários contra os homens e mulheres do campo e é sobre esta história pouco contada que tratamos neste trabalho.

A região do Brejo paraibano é historicamente marcada por forte violência contra os camponeses. Nesse cenário, ao se deparar com as injustiças, violência e violação dos direitos de seus companheiros e companheiras, Maria da Penha se juntou à luta iniciada por Margarida Alves por melhores condições de vida para homens e mulheres do campo. É através da história dessa mulher trabalhadora e sindicalista que buscaremos compreender as lutas populares e os movimentos de resistência no Brejo paraibano. O recorte temporal que perpassa esse trabalho se detém aos anos transcorridos entre 1970 e 1991, com referência ao início da militância e à morte de Maria da Penha. Mas, para compreendermos a trajetória de Penha, precisamos atentar para a confluência de lutas populares anteriores à sua emergência enquanto força mobilizadora.

A Liga Camponesa de Sapé, assim como as demais Ligas instituídas pelo país, foi um movimento de luta e resistência empreendido por homens e mulheres do campo, entre finais da década de 1950 e os primeiros anos da seguinte, com a finalidade de reivindicar direitos

trabalhistas e acesso à propriedade da terra, além de lutar contra as arbitrariedades e violências efetuadas a mando dos latifundiários. Mas foi com a morte de João Pedro Teixeira – líder da Liga de Sapé – que Elizabeth Teixeira assumiu o comando daquela que era a maior Liga do país (RANGEL, 2000), fato não muito comum para uma mulher no meio camponês daquele contexto.

Já na cidade de Alagoa Grande, em plena ditadura militar, outra mulher – Margarida Maria Alves (1933-1983) – assumiria o comando do movimento sindical entre 1971 e 1983. Todavia, Margarida acabou se tornando uma ameaça para os latifundiários de sua região, principalmente para o “Grupo da Várzea”, e ainda à frente do movimento, foi assassinada no dia 12 de agosto de 1983. Mesmo depois da morte de Margarida, sua companheira do movimento sindical, Penha Nascimento, continuou lutando por melhorias trabalhistas e pelo fim dos abusos por parte dos latifundiários, além de pautas específicas para as mulheres. Como veremos neste trabalho, a militância de Maria da Penha teve expressivo impacto na região e possibilitou mudanças significativas nos direitos de homens e mulheres do campo.

O meu primeiro contato com a história de vida das militantes paraibanas que estiveram à frente dos movimentos resistências na Paraíba entre 1970 e 1991, aconteceu ainda na graduação, quando fui aluna bolsista do Programa de Iniciação Científica – UEPB/CNPq (2014-2015) no projeto *Paraíba: mulheres, memórias e ditadura civil-militar*, sob orientação da Prof^a Dra. Susel Oliveira da Rosa. Esta caminhada me possibilitou realizar diversas leituras bibliográficas e estudos documentais que acabaram me aproximando tanto do tema quanto da luta empreendida nos movimentos. Foi a partir desse envolvimento acadêmico que acabei por realizar uma pesquisa na área, culminando com a defesa do TCC “Margaridas da resistência: movimentos de mulheres na Paraíba (1970 a 1980)”, a partir do qual tive contato com a trajetória de vida de Maria da Penha Nascimento Silva.

Assim, nesta dissertação de mestrado, buscaremos refletir sobre a participação dessa militante na luta sindical, em estreita vinculação com as questões de gênero e a valorização das mulheres. Ressalto que conhecer a trajetória de luta dessa mulher me fez refletir sobre paraibanos e paraibanos que, como Penha, deixaram um legado de resistência não inscrito na história oficial.

Pesquisar e escrever sobre a trajetória de militância de Maria da Penha tornou-se uma escolha que me fez repensar minha posição enquanto mulher, paraibana, estudante, que enfrenta a dupla jornada de trabalho, a responsabilidade do cuidado familiar, entre tantos outros desafios que lidamos diariamente. A luta de Penha me mostrou que sair do espaço privado e adentrar o acadêmico também é um ato de resistência. Sistematizar a experiência dessa mulher é relatar

seu pertencimento e comprometimento com a classe trabalhadora ao enfrentar o patronato em defesa dos direitos dos/as trabalhadores/as, é mostrar sua determinação para influenciar as mulheres do Brejo a participarem do sindicato, tendo o direito de fala e a inclusão de suas pautas específicas na luta organizada. Como não admirar a sua luta na conscientização feminina, destacando a reflexão sobre os parâmetros determinados por uma sociedade patriarcal que considera os homens como capazes de liderança e as mulheres como suas coadjuvantes? Penha é inspiração para minha trajetória e para todos que tenham a oportunidade de conhecer sua militância. Como apontou Belarmino (1986), a história de vida de Maria da Penha não é diferente de tantas trabalhadoras do nosso país, “deixados em engenhos, casebres, ou amontados em pedaços minúsculos de terra, sob as mais precárias condições de vida, sem política de saúde, sem educação, sem comida para seus filhos” (BELARMINO, 1986, p. 05).

A memória histórica é composta de fragmentos do vivido de homens e mulheres no decorrer do tempo, todavia, as múltiplas experiências das mulheres estiveram, por muito tempo, ausentes das narrativas historiográficas. Como ressaltou Rago (1995), a recente inclusão das mulheres no campo da historiografia tem revelado não apenas momentos inesperados da presença feminina na História, mas um alargamento da própria reflexão historiográfica.

Nesse sentido, para entender como se deu a militância da sindicalista Maria da Penha, suas contribuições no espaço sindical e a criação de dois movimentos na cidade de Alagoa Grande – Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Brejo Paraibano (MMT/PB) e Movimento de Mulheres do Brejo Paraibano (MMB) –, utilizaremos a metodologia da história oral, visto que este método é um dos múltiplos instrumentos utilizados para a compreensão do passado de sujeitos históricos subalternos, que por muito tempo ficaram à margem da historiografia. Os relatos da história de vida de indivíduos, ao narrar suas memórias pessoais, constroem também uma visão mais concreta das relações e experiências do grupo social ao qual pertencem. A partir desse método, estaremos dialogando com as contribuições de Portelli (2016), Alberti (2004) e Delgado (2006), fornecendo mecanismos para conhecer e contar as experiências vividas por Maria da Penha e sua atuação nos movimentos de resistências na Paraíba. Isso se justifica pelo fato de que essa metodologia é “bastante adequada para o estudo da história de memórias, isto é, de representações do passado” (ALBERTI, 2004, p. 27).

Alessandro Portelli, ao abordar a história oral como a “arte da escuta” (2016), alerta que tanto as narrativas orais como os testemunhos que constituem a história oral não são mais do que uma ferramenta adicional na panóplia de fontes do historiador – e, assim, estão sujeitas ao mesmo escrutínio crítico que todas as outras fontes, a fim de averiguar suas confiabilidades e usabilidades.

Sendo assim, por meio da metodologia da história oral, podemos dar visibilidade à história das mulheres, dialogando com novos temas na análise, como a família, a maternidade, os sentimentos, além de elementos mais gerais como as condições de vida, trabalho e organização sindical. Nesta pesquisa, portanto, foram entrevistadas sete pessoas, cinco mulheres e dois homens, que militaram junto com Penha no âmbito sindical, sejam no Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural, na Secretaria da Mulher da Central única dos Trabalhadores da Paraíba ou nos movimentos de mulheres (MMT/PB e MMB); e dois dos seus seis filhos, arrolados a seguir. Inicialmente estava planejado para entrevistarmos outras pessoas, mas o número foi reduzido por conta do nosso tempo e das medidas sanitárias instaladas em virtude da pandemia da Covid-19. Em vista disso, as entrevistas foram realizadas por meio de vídeo-chamada, via WhatsApp ou pelo Google Meet.

Em 2020, logo após iniciarmos o Mestrado em História na UFPB, uma nova realidade nos foi imposta, diante da calamidade mundial com a ocorrência da Covid-19, o que impactou diretamente a nossa metodologia de pesquisa central, que é a história oral, bem como sobre o funcionamento e acesso aos arquivos. Diante desse quadro, as entrevistas on-line, além de um novo desafio, foram uma alternativa para a continuidade de pesquisas durante a pandemia. Em suma, diversos fatores dificultaram e influenciaram nesta pesquisa, pois foram necessárias medidas sanitárias do isolamento social, as aulas presenciais foram suspensas e os arquivos foram fechados. Isto é, nós pesquisadores tivemos de ser resistência tanto para sobreviver como para dar continuidade à pesquisa.

Neste sentido, a disponibilidade dos entrevistados foi muito importante, já que, mesmo em meio ao caos da pandemia, separaram um tempo para conversarmos sobre suas histórias, memórias e resistências. Seus relatos foram de grande valia, pois com eles, em contraponto com outras fontes (livros, panfletos e relatórios), objetivamos analisar a trajetória da sindicalista Maria da Penha, que lutou ao lado de outras mulheres como Margarida Alves, Soledade Leite, Luzia Soares Ferreira e de tantas “margaridas” que tanto reivindicaram os direitos trabalhistas e a almejada Reforma Agrária, quanto conscientizaram as mulheres do Brejo Paraibano acerca dos seus direitos enquanto mulheres, sobretudo através da criação dos movimentos MMT e MMB.

Para que se tenha uma noção acerca do lugar social dos/as entrevistados/as, e sobre suas falas, apresento um breve perfil de cada um(a), para que se possa compreender suas contribuições não apenas para esta pesquisa, mas também para uma reconstrução introdutória da história do ambiente de luta em que Penha Nascimento esteve envolvida.

1 – Maria Carmelita Pedroza Santos (entrevista realizada no dia 26 de outubro de 2020) – filha de camponeses, começou sua militância no Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR) de Alagoa Grande/PB, no ano de 1971 (ano em que o STR tinha por liderança Margarida Alves), a princípio com trabalhos voluntários. Em entrevista para a construção do material *Mulheres em Rebeldia: Margarida Alves* (2021), Carmelita compartilha memórias do convívio com sua companheira Margarida e a pedido dela, formou com seus colegas um grupo de teatro para realizarem intervenções durante as reuniões, como forma de abordar questões do cotidiano dos trabalhadores, que além de divertir as pessoas, provocasse os debates, tornando as reuniões mais animadas. Esse teatro tratava da relação entre o senhor de engenho, o trabalhador e a trabalhadora do corte da cana, bem como o papel desempenhado pelas mulheres neste contexto. Os atores se caracterizavam como trabalhadores do corte da cana, as mulheres com pote d'água na cabeça e muitas crianças em volta, e o patrão atrás do seu “birô”, dando ordens, desrespeitando os trabalhadores, rasgando os documentos quando estes iam exigir seus direitos.

Conforme relatou Carmelita Pedrosa (2020) (Depoimento oral concedido à autora), o grupo teatral, além do entretenimento, tinha a função principal de evidenciar a exploração da classe trabalhadora pelos patrões, colocando humor em suas peças e apresentações de uma forma que o público (os/as trabalhadores/as) chegava a rir das desgraças encenadas, mas que, ao final, ao entenderem a mensagem, muitos acabavam chorando com a situação retratada.

Carmelita, nas reuniões do Sindicato, ficava responsável de preparar as atas e a frequência das pessoas. Ela também contribuiu na conscientização do papel do trabalhador e acerca da importância de ser associado/a no Sindicato, como também na criação de escolas para mulheres trabalhadoras (PEREIRA, et al., 2021).

Quando Margarida percebeu a necessidade de criar escolas, diante da alta taxa de analfabetismo dos trabalhadores rurais, sobretudo das mulheres, Carmelita mais uma vez se fez presente. Além de sua função nas escolas, por conta da maioria das pessoas que participavam das reuniões no STR não saberem assinar seu nome na lista de frequência, no sindicato ela era uma das pessoas que preenchiam tais listas com os nomes dos/as trabalhadores/as.

As escolas traziam a perspectiva do método de Paulo Freire, os ideais do Sindicato, e abordavam os direitos e os deveres que os trabalhadores tinham no momento em que eles eram associados. A metodologia também se voltava para questões específicas da mulher, a exemplo da saúde, bem como para questões relacionadas a direitos, deveres e sindicalização das mulheres, que também eram agricultoras. É importante ressaltar que Margarida não queria um programa de alfabetização que tivesse vínculo governamental (a exemplo do Movimento

Brasileiro de Alfabetização, o Mobral⁵), pois ela queria uma escola cuja metodologia fosse voltada para o cotidiano dos/as trabalhadores/as.

Nesse sentido, Carmelita, que já tinha experiência com o ensino no Mobral, foi convidada por Margarida para coordenar o grupo de educadores voluntários. E assim construíram a Escola Sindical de Formação Política, em que a metodologia estava pautada com temas geradores que faziam parte do universo dos educandos: enxada, cana, casa, foice, Sindicato, etc. Assim, os professores, além de alfabetizar, estabeleciam um debate, levando os alunos a refletir, por exemplo, sobre a definição da palavra sindicato, para que servia, qual a sua importância nas suas vidas e por que deveriam participar das reuniões sindicais.

Carmelita também dava apoio na coordenação do Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural⁶, e participou, junto com Margarida, da Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT), no Pro-CUT (1981), em São Paulo, que reuniu muitos trabalhadores na Praia Grande – foram os primeiros passos para a criação Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 1983, na cidade de São Bernardo do Campo, em São Paulo. Com a criação do Partido dos Trabalhadores (PT) nos anos 1980, em Alagoa Grande, ela foi uma das presidentes do referido partido. Mesmo depois da lamentável perda de sua companheira Margarida, a luta não parou, e junto com Penha, fortaleceram a luta em defesa das mulheres e dos trabalhadores do campo.

2 – Luzia Soares Ferreira (entrevista realizada no dia 13 de janeiro de 2015)⁷ – nasceu no dia 18 de junho de 1952, em Sapucaia – distrito do município de Alagoa Grande, na Paraíba. Ao se casar, mudou-se para a zona urbana daquela cidade. A partir do convite de Penha e Carmelita, iniciou sua militância no Sindicato dos Trabalhadores Rurais (1981) e foi uma das colaboradoras dos movimentos de mulheres MMT/PB e MMB. Participou de vários seminários,

⁵ Durante a década de 1950, com o processo de modernização que ocorria no Brasil, ampliava-se também a demanda pela educação como um todo, inclusive para jovens e adultos. Neste segmento, destacou-se a proposta do educador Paulo Freire, mudando o cenário educacional do país. Paulo Freire tinha uma concepção pedagógica voltada para realidade do educando como também conscientizava a população do espaço que estavam inseridos, e uma das suas metas era resolver o problema do analfabetismo. Porém, com o golpe civil-militar (1964), o método de alfabetização realizado por Paulo Freire foi interrompido e foi criado o Movimento Brasileiro de Alfabetização – Mobral, no dia 15 de dezembro de 1967, de acordo com a Lei nº 5.379, quando o governo assumiu o controle da alfabetização de adultos, voltando-a para a faixa etária de 15 a 30 anos (BELUZO; TONIOSSO, 2015).

⁶ O CENTRU foi criado em 1981 na Paraíba com a finalidade de fornecer apoio aos sindicatos para que as conquistas econômicas dos trabalhadores fossem asseguradas. Também tinha por objetivo colaborar no processo de emancipação (política e econômica) do trabalhador, tendo em vista suas condições sociais de vida. Em 1982, passou a se dedicar à organização sindical, através de seminários e reuniões; no ano de 1983 foram criadas comissões de trabalhadores que pudessem atuar com a Federação dos Trabalhadores na Agricultura e na organização da Campanha Salarial (FASE, 1985).

⁷ Entrevistada realizada quando a autora fazia parte do projeto *Paraíba: mulheres, memórias e ditaduras civil-militar*, sob orientação da Profª Dra. Susel Oliveira da Rosa.

curso, oficinas e ajudava na organização das reuniões sindicais, que aconteciam todo primeiro domingo do mês. Atuou como presidente do STR de Alagoa Grande e como diretora do MMTR⁸ (Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rural) por três mandatos.

Assim como Penha e outros companheiras e companheiros da luta, com a morte de Margarida, Luzia também foi ameaçada com telefonemas anônimos que diziam: “seu café tá se coando”, mas tais ameaças não foram capazes de calar sua resistência.

Diante do quadro de analfabetismo no Brejo paraibano, Luzia foi uma das educadoras que faziam parte de um grupo de professores voluntários da rede de letramento que atuou na cidade de Alagoa Grande e nas comunidades adjacentes (na Usina Tanques, Caiana dos Crioulos e Canafístula). A metodologia das aulas era de acordo com o método de Paulo Freire, ou seja, conforme a realidade do trabalhador e trabalhadora. Sua atuação no curso de alfabetização durou mais de 30 anos.

Luzia também fez parte da campanha pela documentação feminina, pois muitas mulheres do campo não tinham documentação e isso as impedia de ter alguns direitos (registro civil, fichas médicas, matrículas escolares, aposentadoria, entre outros). Muitas tinham a documentação do marido como se fosse delas, e Luzia foi dialogando, orientando no sentido de que os documentos dos maridos não serviam para elas. Enfim, enquanto foi presidente do MMTR e MMT/PB, Luzia e suas companheiras tiveram a documentação feminina como uma preocupação relevante.

3 – *Maria da Soledade Leite* (entrevista realizada no dia 14 de outubro de 2021) – nasceu no ano de 1942, e desde criança apreciava os poetas repentistas que se apresentavam no Sítio Jenipapo, onde morava, em Alagoa Grande. Filha de camponeses, Soledade conhecia bem a exploração da classe trabalhadora. Aos sete anos ingressou no trabalho da roça para ajudar no

⁸ Na década de 1980, com apoio dos movimentos e pastorais sociais, trabalhadoras da Paraíba e Pernambuco, cria o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR/NE). Com a finalidade de superar as dificuldades com relação às questões de gênero, com parceria com as feministas rurais. Com uma abordagem influenciada na educação popular freiriana e discussões de gênero numa perspectiva feminista, realizaram encontros com participação de mulheres de todo o Nordeste. A cada roda de conversa o movimento foi se estendendo pelos estados nordestinos e com parceria na América Latina através da Rede de Mulheres Rurais da América Latina e do Caribe (Rede LAC). Segundo Duarte (2014), o MMTR/NE abrange mulheres trabalhadoras rurais e a particularidade dos movimentos de mulheres dos nove municípios que compõem a região Nordeste. Em cada município, mulheres trabalhadoras rurais são delimitadas como representantes do MMTR/NE, articulando as propostas de atividades e debates. Atualmente, o MMT/PB conta com a ajuda financeira pontual do MMTR/NE para organizar esses espaços de socialização e debate com as mulheres do Brejo paraibano. A problemática dessa relação financeira, ao nosso ver, surge na pouca abertura que essas mulheres têm em delimitar propostas específicas para atividades focadas na realidade do Brejo. O recurso financeiro é delimitado sempre por uma pré-proposta de projetos do MMTR/NE, por conseguinte, amarrando todas as demandas do MMT/PB às demandas do MMTR/NE.

sustento da família. Sua família não aceitava sua paixão pelo repente, pois considerava um espaço que deveria ser ocupado unicamente por homens – não era “lugar de mulher”.

Quando casou passou a morar em Bananeiras/PB e, depois de dez anos de convivência, ela relatou que sofria agressão física e psicológica. Em entrevista, afirmou: “eu não tinha coragem de rir, meu riso era uma careta de tão magra, era um fantasma, 40 quilos de gente, eu fiz exame, e estava com tuberculose de tão magra de passar fome. Todo dia ele me jurando me matar” (LEITE, 2014) (Depoimento oral concedido à autora). Com isso, ela foge com suas filhas e passa a morar em Canafístula, distrito de Alagoa Grande, lugar em que Penha também morava com sua família. Soledade sofreu na pele o machismo enraizado na sociedade. Uma mulher separada, com três filhas e repentista não era bem vista naquele distrito ao ponto de nem abrir sua porta devido aos comentários desagradáveis de seus vizinhos. Sabendo disso, Penha pediu para Soledade abrir as portas e ingressar na luta sindical e das mulheres; a partir de então, em cada evento, Soledade levaria sua cantoria, pois o repente também é lugar de mulher.

Em 1975, Soledade se associou ao STR, e lá a poeta repentista desenvolveu trabalhos voltados para o social e o político, especialmente, para a luta pela terra e a luta feminista. Foi também integrante do Movimento de Mulheres do Brejo (MMB) e presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais, da cidade de Alagoa Grande/PB. Em 1986, com Mocinha de Passira, sua companheira de cantoria, e outros cantadores, viajou o Brasil na Caravana Pé na Estrada, com o tema “Saúde e Reforma Agrária”. Também foi uma das coordenadoras do MMTR. Atualmente, ainda atua no STR e no movimento de mulheres do Brejo, como também fez parte da coordenação do MMC (Movimento de Mulheres Camponesas), com sede em Chapecó, Santa Catarina. Ela possui 5 CDs gravados: “Mulheres no Repente vol. I e II” e “As Vozes que se Misturam vol. I e II”, gravados com as/o poetas Santino Luiz, Agamenon Santos e Minervina Ferreira, e outro com as Mulheres Repentistas.

4 – Roberto Véras de Oliveira (entrevista realizada no dia 20 de julho de 2020) – começou sua militância no final dos anos 1970 e início dos anos 1980. Nesse momento, militou no movimento estudantil de Campina Grande, Paraíba, e foi integrante do Partido dos Trabalhadores, quando também conheceu alunos e professores dos Mestrados em Economia Rural e em Sociologia Rural.

Na época fazia o curso de Engenharia Elétrica, todavia, a militância o influenciou na mudança de curso para a Economia, e depois para a Sociologia. A interação com os integrantes dos dois Mestrados acima referidos ocorreu principalmente com um grupo de estudiosos dos temas das ruralidades, da questão da reforma agrária e do sindicalismo rural, que passou a ter uma atuação sistemática na zona rural. Esse grupo de assessoria, formado basicamente por

militantes marxistas, saía nos finais de semana visitando os sindicatos do Brejo da Paraíba, com o objetivo de apoiar a organização dos sindicatos e realizar cursos de formação sindical e política.

A partir dessa inserção na temática rural, ainda no início dos anos 1980, passou a integrar o Centro de Educação do Trabalhador Rural – CENTRU – na Paraíba, uma entidade de apoio ao Movimento Sindical e ao Movimento Popular no campo, que então existia em cinco estados do Nordeste. Sua militância no CENTRU o fez se mudar de Campina Grande para João Pessoa para atuar nessa instituição que fazia um trabalho de organização e de educação popular com os/as trabalhadores/as do campo. Foi nessa atuação que Roberto conheceu Maria da Penha, que era uma das diretoras do CENTRU, junto com Margarida Maria Alves. É importante ressaltar que o CENTRU foi uma das instituições que deu suporte para a criação da CUT na Paraíba. Roberto e alguns representantes do CENTRU tiveram participação na Greve Geral dos canavieiros do Nordeste ocorrida em 1984, quando inclusive sofreu repressão por parte dos capangas⁹ dos usineiros e dos fornecedores de cana da região. Roberto participou, junto com Penha e outros companheiros, do Encontro Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no ano de 1984, em Curitiba. Depois do encontro ele se tornou um dos responsáveis pelos cursos de formação para lideranças do MST no Nordeste. Também foi contratado pela CUT Nacional para implantar uma Escola de Formação no Nordeste. Foi criada uma equipe para coordenar a Escola Quilombo dos Palmares, que era formada por várias pessoas da região, com sede em Recife e que contava com a participação de Penha. Depois foi contratado pela CUT Nacional para ser assessor de formação.

Atualmente, Roberto Vêras de Oliveira é Professor Titular da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, atuando no Departamento de Ciências Sociais e no Programa de Pós-Graduação em Sociologia (Mestrado e Doutorado), e ainda, como Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande (Mestrado e Doutorado), com trabalhos e pesquisas na área da Sociologia do Trabalho, com interconexões com a Sociologia Política e a Sociologia Econômica. Suas pesquisas, publicações e orientações estão pautadas nos seguintes temas: relações de trabalho, formas de regulação do trabalho, sindicalismo, qualificação profissional, políticas públicas de trabalho, emprego e renda, economia solidária, diálogo social, cidadania, entre outros.

5 – Zênia Chaves Araújo Melo (entrevista realizada no dia 16 de abril de 2020) – bancária, com formação em Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal da

⁹ De acordo com o Dicionário Informal (s/d), capangas são homens pagos para defender seu patrão. Disponível em: <https://www.dicionarioinformal.com.br/significado/capangada/42783/>. Acesso em: 06 fev. 2022.

Paraíba e em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, com bacharelados em Sociologia e Ciências Políticas.

Zênia Chaves foi uma das muitas mulheres paraibanas com militância no âmbito sindical. Exerceu por anos o cargo de Presidente e Secretária Geral do sindicato dos Bancários em João Pessoa, Paraíba. Ela foi uma das mulheres sindicalistas que elaborou uma campanha contra o Banco Bradesco, visto que o banco estava proibindo suas funcionárias de irem ao banheiro quando necessitavam, pois a instituição bancária havia determinado um horário (quinze minutos) permitido para usar o banheiro, que coincidia com o do almoço. Diante dessa determinação, as funcionárias só tinham quinze minutos para irem ao banheiro e se alimentarem, e devido à falta de tempo, muitas se alimentavam dentro do banheiro.

Nos anos de 1980, participou da secretaria da CUT-PB e foi por meio dessa secretaria, vinculada ao Movimento de Mulheres do Brejo, que ela conheceu Maria da Penha. Em âmbito estadual, foi Secretária de Políticas Sociais da CUT-PB, Coordenadora da Comissão Estadual da Questão da Mulher Trabalhadora da CUT-PB regional, fez parte da Federação dos Bancários do Nordeste – FETRAFI/NE e da Comissão Nacional da Mulher Trabalhadora – CUT.

Na Secretaria da Mulher da CUT-PB eram feitas reuniões com a participação de Penha, que vinha e ficava alguns dias em João Pessoa. Além das reuniões rotineiras, que eram quinzenais, eram realizados encontros estaduais, e nesses encontros vinham mulheres de várias cidades e de múltiplas categorias de trabalho. Tanto os encontros estaduais como os regionais possibilitavam trocas de experiências das mulheres urbanas com as rurais por meio das rodas de conversas e oficinas. Zênia e Penha participaram da criação da Comissão Estadual das Questões das Mulheres Trabalhadoras da CUT-PB, sendo a Paraíba um dos primeiros estados do país a criar esta comissão.

Até recentemente Zênia estava desenvolvendo uma pesquisa sobre o Grupo da Várzea e sua influência na política paraibana, como Mestranda do PPGH-UFPB – na mesma turma de ingresso que a autora da presente dissertação –, cujos resultados parciais foram compartilhados no Grupo de Estudos e Pesquisa em História do Brasil Republicano (GEPHis-BR). Todavia, lamentavelmente, no dia 25 de setembro de 2021, devido a um problema de saúde, ela veio a falecer, mas sua luta e resistência sempre será um exemplo para todos/as nós.

6 e 7 – Valdinei Nascimento Silva, conhecida popularmente como “Nei”, e José Vanildo Nascimento Silva (entrevistas realizadas nos dias 16 de março e 01 de maio de 2020, respectivamente) – filhos de Penha, ambos foram influenciados pela militância de sua mãe e de seu pai. Desde pequenos já participavam de algumas reuniões sindicais, das visitas a

trabalhadores/as que foram expulsos de suas casas pelo patrão, em consequência da implantação do Programa Nacional do Alcool (Proálcool), em 1975.

Penha incentivou seus filhos a estudar, a terem uma formação acadêmica, pois a falta de estudo marcou a sua vida: ela teve de ingressar aos sete anos no trabalho para ajudar seus avós na renda familiar, o que impediu que ela desse continuidade aos estudos, além da falta de escolas e incentivo do Estado à educação. Como tantos membros da classe trabalhadora naquele período, seus pais de criação eram analfabetos. Ainda assim, Maria da Penha valorizava muito a educação e, segundo ela, a partir do que foi relatado por seus filhos, os filhos dos trabalhadores tinham de ocupar também esse espaço, pois estavam na luta, mas quem ocupava os cargos políticos e de decisões eram sempre os filhos do patrão. Sendo assim, conforme relatado por eles, *estudar* seria também um ato de resistência fundamental.

Ambos seguiram os conselhos da mãe. José Vanildo tem formação no curso Técnico em Agropecuária pela Universidade Federal da Paraíba (Campus de Bananeiras) e é formado em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Nei se formou em Licenciatura Plena em História, pela Universidade Federal da Paraíba, em 2008. Ambos cresceram envolvidos com os movimentos sociais, foram militantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), movimento com o qual Vanildo contribuiu na parte de produção, sendo técnico de campo, e também ajudou na burocracia administrativa na escola rural, entre outros. Ainda, participaram da organização dos grupos de mulheres na comunidade, nos assentamentos e da criação do Instituto Penha e Margarida (IPEMA). Nei recorda que participou da Greve de 1984 distribuindo panfletos para os trabalhadores de cana, quando tinha cerca de 14, 15 anos.

O IPEMA é uma instituição que tem como sede a casa em que Maria da Penha viveu com sua família em Canafístula, e tem a finalidade de dar assistência às mulheres na luta por políticas públicas e igualdade de gênero. Atualmente, José Vanildo mora no Rio Grande do Norte com sua família e Nei em Canafístula, onde mantém sua militância no Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Alagoa Grande e no Movimento de Mulheres.

8 – Lau Siqueira (entrevista realizada no dia 07 de junho de 2022) nasceu em Jaguarão/RS. Em 1985 se mudou para Paraíba, no ano seguinte foi contratado como datilógrafo na antiga AMPEP – Associação do Magistério Público do Estado da Paraíba. É interessante ressaltar que, ainda em Porto Alegre, ele participou de uma passeata em protesto pela morte de Margarida Alves, mas não imaginava que após dois anos, ele viria morar em João Pessoa/PB, e produzir o livro *Violência Rural e Reforma Agrária* (1986), junto com Maria da Penha. Lau (2022) relata, com emoção, que as experiências que viveu ao participar da escrita desse livro

mudaram sua perspectiva de vida e de luta. O tempo com Penha foi breve, mas de muito afeto e compromisso com a causa dos trabalhadores. Posteriormente, consolidou-se como escritor e publicou vários livros de poemas, entre eles: *O Comício das Veias*, em parceria com Joana Belarmino (1993); *O Guardador de Sorrisos* (1998); *Sem Meias Palavras* (2002); *Texto Sentido* (2007); *Poesia Sem Pele* (2011), entre outros.

Compartilhar das vivências dos entrevistados com Penha, como também seus relatos de luta, foram fundamentais para entendermos a importância dos movimentos de resistência na Paraíba, sobretudo a atuação das mulheres do Brejo paraibano, refletindo sobre os espaços ocupados por essas sujeitas subalternas – enfrentando a invisibilidade, o silenciamento e as violências a que estavam sujeitas – como também a reconhecerem a importância de serem ouvidas e enfrentarem a sociedade patriarcal. Partindo desses pressupostos, dialogamos com as experiências de mulheres paraibanas, que nas relações sindicais perceberam a necessidade de ter voz ativa nas reuniões, colocando em xeque o lugar reservado por tanto tempo apenas aos homens, o que as levou a uma tomada de consciência e ao questionamento por parte dessas mulheres, como tão bem colocou Luzia Ferreira (2015) (Depoimento oral concedido à autora), companheira de Penha: “se eles podem falar, nós também podemos”.

Para analisar as experiências de vida dessas mulheres, foi necessária uma troca dialógica, uma sensível troca de olhares e a sensibilidade da escuta (PORTELLI, 2016). Foi preciso estarmos atentos para os silêncios ainda presentes nas suas narrativas, para que não cometêssemos o erro de silenciarmos suas falas também em nosso discurso historiográfico, visto que a História assume dimensões de exercício de poder, “sendo inclusive capaz de produzir memórias oficiais e memórias dirigidas, como também silenciar sobre acontecimentos e impedir a manifestação das memórias dos segmentos sociais minoritários, subalternos ou vencidos” (DELGADO, 2006, p. 49).

A marginalização da fala das mulheres do Brejo paraibano era fortemente presente no contexto dos anos 80. Como ressaltou a sindicalista Luzia Ferreira (2015) (Depoimento oral concedido à autora):

Os homens vinham para as reuniões, traziam as mulheres, só que as mulheres não tinham o direito de falar, só quem falava era os homens. Eu, Penha e Carmelita Pedrosa, a gente começou com aquela preocupação, “por que vocês não falam, mulheres? Falem também, vocês também são associadas, o marido de vocês são associados, vocês também são gente, queremos ouvir a fala de vocês”.

Tais experiências de silenciamento levaram Penha e outras companheiras a incentivarem maior participação feminina nas reuniões e decisões sindicais, visto que as mulheres também faziam parte na luta de resistência em defesa de melhorias trabalhistas, porém tendiam a se calar e esperar as decisões de seus maridos e/ou companheiros de militância.

Por muito tempo as produções historiográficas evidenciavam a exclusão e silenciamento dos grupos subalternizados e quando se trata das mulheres subalternizadas, seu direito de fala e feitos históricos estão ainda mais na obscuridade (SPIVAK, 2010). Esses discursos patriarcais que se propagaram por tanto tempo despertaram nas mulheres o medo e a insegurança no ato de falar, pois reproduzia no seu cotidiano a percepção de que só o homem tinha direito à fala; o homem era tudo e as mulheres eram nada, mesmo estando na luta por seus direitos trabalhistas. Uma das questões que nos chama atenção é que mesmo tendo lideranças como Margarida, Penha, Luzia Ferreira, Carmelita e tantas outras mulheres do Brejo, ainda predominava a percepção de que eram os homens que tinham o direito à fala e à tomada de decisões.

Esse silêncio por parte dessas mulheres é na realidade uma forçada aceitação do que lhes foi imposto pela sociedade. Como frisou a historiadora Rachel Soihet (1997), até a década de 1970 muito se discutiu acerca da passividade da mulher frente à sua opressão, ou da sua reação apenas como resposta às restrições de uma sociedade patriarcal. Nesse aspecto, Penha foi uma mulher que não se apegava aos discursos do patriarcalismo e deu sua contribuição na desconstrução desses conceitos enraizados no convívio social e que perduram até hoje.

Neste contexto, portanto, muitas das mulheres trabalhadoras rurais da Paraíba foram influenciadas pelo movimento de mulheres, visto que “em sua maioria, os movimentos de mulheres trabalhadoras rurais surgem, na década de 1980, nesse processo de emancipação política em um cenário da luta pela terra e por melhores condições de trabalho no campo” (DUARTE, 2014, p. 64). Ou seja, elas começaram a perceber sua invisibilidade nas reuniões dos sindicatos, muitas nem conseguiam se associar, sobretudo quando os seus maridos agricultores eram associados; enfim, elas tinham os direitos excluídos, sendo representadas pelos maridos. Todavia, Maria da Penha, junto com outras mulheres, começou a conscientizar suas companheiras acerca de seus direitos e que elas também podiam ter voz nos sindicatos, como também serem lideranças sindicais (SILVA, 1990).

Ao se deparar com o silêncio e a marginalização dessas mulheres, Penha buscou posicionar-se para além das questões sindicais, questionou e levou outras mulheres a questionarem essa condição de mudez, ousando adentrar caminhos conflitantes, porém

direcionados a transpor as barreiras históricas desse silenciamento feminino, abrindo brechas para que essas vozes se fizessem ouvir e fossem de fato ouvidas.

É importante abordar com mais intensidade a participação das mulheres nas lutas de resistência, em diferentes contextos e historicidades, a exemplo das lutas vivenciadas no espaço paraibano, para que as futuras gerações tenham conhecimento dos feitos dessas mulheres que se dedicaram em favor dos direitos que hoje desfrutamos. E para conhecermos a participação feminina na luta de resistência no Brejo paraibano, partirei da singularidade de Maria da Penha, pois sua militância na luta sindical e dos direitos das mulheres trabalhadoras nos aproxima da realidade de sujeitos sociais que por muito tempo estavam à margem da “grande história”, dos feitos dos “grandes homens”, e a partir da perspectiva da microanálise e da história vista de baixo, atualizar as lacunas deixadas pela macrografia.

Utilizando-me da trajetória de Penha, e partindo das perguntas norteadoras dessa pesquisa, pretendo analisar: como se construiu a necessidade de discutir relações de gênero no movimento sindical rural paraibano? Quais eram as relações e conflitos de classe vividos pelos trabalhadores e trabalhadoras no brejo paraibano? E a partir da perspectiva do *fazer-se classe* de Thompson (1981), como Maria da Penha se fez mulher, trabalhadora, sindicalista, figura pública e militante feminista? Diante destas perguntas, “o que resta fazer é interrogar os silêncios reais, através, do diálogo do conhecimento” (THOMPSON, 1981, p. 185), e assim teremos contato com a participação das mulheres e homens nos movimentos sociais do campo, fazendo, dessa forma, um diálogo entre o micro e o macro na análise dessa trajetória. Também abordaremos a questão das memórias em torno da sindicalista Maria da Penha, reavivando a sua importância dentro da luta por direitos trabalhistas e de igualdade de gênero. Michael Pollak (1989) será o nosso condutor nas discussões teóricas acerca tanto da memória quanto do esquecimento e do silêncio. Logo, nosso trabalho está dividido em três capítulos, com seus respectivos subitens:

No primeiro capítulo, intitulado “TRABALHADORAS E TRABALHADORES: LUTAS E ORGANIZAÇÃO SINDICAL”, abordarei como se construiu a necessidade dos trabalhadores se unirem e criarem os sindicatos no Brasil, com foco sobretudo nas décadas de 60, 70 e 80 (MATTOS, 2009). A luta do campo esteve presente na trajetória de vida de homens e mulheres paraibanos que tiveram suas vidas marcadas pela violência, exclusão social, violação de direitos, opressão física e psicológica, mas também é importante ressaltar que esses trabalhadores passaram por repressão ainda mais intensa com o golpe civil-militar (1964). Sendo assim, buscaremos analisar como se desenvolveram as mudanças políticas e econômicas que culminaram com a necessidade de associações e sindicatos por todo Brasil, e as alianças

entre Estado e Igrejas visando o controle dos trabalhadores, oposição clara às Ligas, combate ao comunismo e tentativas de silenciamento das lutas de classes (NOBRE, 1990). Em conformidade com essas discussões, estaremos enfatizando a importância de Maria da Penha e sua luta em seus respectivos contextos.

No subitem *1.1 Repressão, retomada das lutas populares e o ocaso da ditadura militar*, discutiremos sobre a perseguição e repressão advinda da aliança dos militares com os latifundiários, contra os/as trabalhadores/as do campo. Segundo o *Relatório Final da Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba* (PARAÍBA, 2017, p. 162), “a criação de estruturas estaduais de repressão política no Brasil tem seu marco no início do século XX, tendo por foco a repressão aos anarquistas, anarcossindicalistas e comunistas”, e foi intensificada com o golpe civil-militar, período marcado por diversas mudanças políticas, sociais e econômicas especialmente prejudiciais à classe trabalhadora. Também abordaremos como essa classe se articulou para lutar contra a repressão e por seus direitos, uma vez que “o movimento sindical, apesar de certa fragilidade, começava a se articular no intuito de lutar por melhorias para a classe trabalhadora” (PARAÍBA, 2017, p. 177).

No subitem *1.2 Greve dos Canavieiros (1984) na Paraíba: mobilizações, reivindicações em defesa dos direitos trabalhistas e pela terra*, abordarei como surgiu a necessidade dos trabalhadores e trabalhadoras de se organizarem no sindicato de Alagoa Grande/PB e reivindicar por seus direitos para que tivessem o mínimo para a sobrevivência de suas famílias. Em uma Campanha Trabalhista que culminou com a morte de sua presidenta, Margarida Maria Alves, mesmo apesar desse cenário de luto, revolta e medo, Maria da Penha e seus companheiros de luta, juntamente com os/as trabalhadores/as, no ano seguinte, se prepararam e deflagraram a greve dos canavieiros em 1984, mostrando para os patrões que a luta continuava viva. Neste sentido, dialogarei com as contribuições de Novaes (1997), Duarte (2012), Silva (1986), Tosi (1988), Miele (1985), Moreira e Targino (1996), entre outros.

No segundo capítulo, “MULHERES: MEMÓRIA E RESISTÊNCIA”, partiremos da discussão que aborda a participação das mulheres na história, com o intuito de problematizar sua ausência nos discursos historiográficos, dialogando com as experiências de Maria da Penha como militante sindical e fundadora dos movimentos de mulheres no Brejo paraibano (MMT/PB e MMB), como também as influências dos feminismos, que propiciaram às mulheres ocuparem o espaço público, questionando o regime patriarcal, a divisão sexual do trabalho, entre outros aspectos.

No subitem 2.1 *Vozes silenciadas nos discursos historiográficos*, dialogaremos com as contribuições da luta feminista, que romperam com os padrões e valores tradicionais impostos às mulheres, mostrando outros modos de existência para além da divisão da humanidade em formatos binários (ROSA, 2009). Caminharemos ao lado de Perrot (1991), problematizando a normatização de que o lugar da mulher se restringiria ao privado, e com Rago (1995), ressaltando o alargamento historiográfico com a inclusão feminina nas narrativas históricas.

No subitem 2.2 *Lideranças femininas que se destacaram na Paraíba: Elizabeth Teixeira, Margarida Alves e Penha Nascimento*, analisaremos as trajetórias das mulheres paraibanas que nos inspiram por sua coragem de *ser resistência*, tornando-se lideranças em espaços majoritariamente masculinos. Suas lutas foram fundamentais para que alguns direitos trabalhistas de homens e mulheres no campo fossem alcançados, e para conhecer suas experiências na luta contra o poder, exploração e violência do latifúndio, utilizarei das contribuições de Ferreira (2005), Silva e Oliveira (2019), Novaes (1997), Silveira, Bandeira e Miele (2012) e Rocha (2016).

Intitulado *MMT/PB e MMB: questões de gênero no sindicalismo em Alagoa Grande/PB*, no subitem 2.3 analisaremos como as trabalhadoras paraibanas que lutavam por direitos trabalhistas ao lado dos trabalhadores rurais perceberam a desigualdade de direitos com relação ao gênero, estabelecendo outras diretrizes dentro do movimento sindical com a criação do MMT/PB (Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Brejo Paraibano) e MMB (Movimento de Mulheres do Brejo Paraibano), fazendo com que a líder sindical Maria da Penha passasse a se dedicar com mais intensidade às questões de gênero. Estudos sobre mulheres que lutavam por seus direitos e que se inseriram em espaços de poder ocupados majoritariamente por homens constituem-se como importantes instrumentos na luta por igualdade de direitos entre homens e mulheres e lugares de memória na história do Brasil e da Paraíba.

Com o título “MARIA DA PENHA NASCIMENTO: FEMINISMO, CLASSE E ORGANIZAÇÃO”, o terceiro capítulo trata com maior detalhamento a trajetória da sindicalista Maria da Penha Nascimento Silva (1949-1991) e seu envolvimento nas lutas populares. Sua militância teve início no ano de 1972, quando foi convidada por Margarida Maria Alves para participar do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande/PB. Devido ao contexto machista, não era frequente mulheres estarem na posição de liderança sindical e a ausência feminina nesse meio fez com que Margarida, naquele momento na posição de presidenta, convidasse Penha para participar da luta junto com ela. Assim, Margarida teria uma companheira para acompanhá-la em espaços majoritariamente masculinos.

No subitem 3.1 *Trajatória de luta: atuações, articulações e conquistas*, analisaremos os espaços ocupados por Penha. Diante do assassinato de Margarida, a mando de latifundiários locais, em 1983, Penha assumiu a liderança da luta sindical e não se intimidou frente às ameaças dos latifundiários, constantes contra ela e seus/suas companheiros/as. Mesmo diante do perigo de morte, ela levantou sua bandeira da resistência e defendeu, até seu último dia de vida, os direitos de mulheres e homens do campo.

No subitem 3.2 “*Violência Rural e Reforma Agrária*” e “*Porque trabalhar com mulheres*”: *vozes femininas nos movimentos sindicais*, analisaremos os dois livros que tiveram a participação de Penha. O *Violência Rural e Reforma Agrária* (1986), que contém seus relatos de resistência contra a violência patronal e pela Reforma Agrária, além de outras questões, a exemplo de como foi se construindo o elo de solidariedade entre os trabalhadores e o desejo de luta contra as arbitrariedades dos patrões e a omissão dos poderes constituídos. A segunda obra, *Porque trabalhar com mulheres* (1990)¹⁰, aborda como as mulheres do Brejo paraibano foram encorajadas por Penha, buscando seu lugar de fala a partir de suas experiências de vida, sindicalismo, como se organizar na luta por seus direitos e discussão de gênero. Os debates em torno dos temas citados levaram ao posicionamento de uma mulher com outras perspectivas de reivindicações no âmbito do movimento sindical, e que aos poucos foram agregando questões específicas das mulheres na luta.

Diante da trajetória de Penha Nascimento, é notório o seu legado de luta no âmbito sindical e no movimento de mulheres. Sendo assim, intitulado *Memória, multiplicidades e legado da paraibana Maria da Penha*, no subitem 3.3 dialogaremos com a memória de algumas companheiras e companheiros que conviveram com ela, visto que Penha deixou sementes de resistência em cada encontro e partilha de experiências de vida, e a coragem de lutar pelos seus.

A memória de luta dessas mulheres e homens, trazida à tona por meio das entrevistas realizadas para este estudo, não pode ficar no esquecimento, cabendo a nós, pesquisadoras/as, abordar na historiografia as ações dos “de baixo” nas lutas sociais, mostrando que o legado dessas protagonistas merece conquistar seu espaço na sociedade e, assim, minimizar as lacunas que ainda existem na historiografia e na própria cultura histórica da sociedade brasileira acerca de seu passado, marcado pelas lutas populares. É importante destacar que, mesmo estando presente nos movimentos de resistências, historicamente as mulheres têm ocupado lugares de menos destaque. Sendo assim, esta pesquisa visa dar visibilidade à participação das paraibanas, agricultoras e lideranças femininas no âmbito sindical na luta em prol dos direitos da classe

¹⁰ N.R.: Assim mesmo, conforme título original.

trabalhadora, em seu sentido ampliado e diverso em termos de gênero, raça, origem, e outros marcadores sociais de exclusão e desigualdade.

CAPÍTULO I – TRABALHADORAS E TRABALHADORES: LUTAS E ORGANIZAÇÃO SINDICAL

“Nada é impossível de mudar. Desconfiai do mais trivial, na aparência singela. E examinai, sobretudo, o que parece habitual. Suplicamos expressamente: não aceiteis o que é de hábito como coisa natural, pois em tempo de desordem sangrenta, de confusão organizada, de arbitrariedade consciente, de humanidade desumanizada, nada deve parecer natural nada deve parecer impossível de mudar”
(Bertolt Brecht)

Figura 01 – Maria da Penha dialogando com trabalhador da cana



Fonte: Arquivo pessoal de Nei, filha de Penha

“Nada é impossível de mudar”. Esse sentimento esperançoso de mudança descrito na poesia de Bertolt Brecht faz parte da caminhada de luta de mulheres como Maria da Penha Nascimento Silva. Penha era essa mulher solidária, amiga e uma atenciosa ouvinte, que estava presente em vários espaços de resistência a exemplo dos momentos em que ouvia um simples trabalhador do canavial, como bem mostra a Figura 01, ou quando estava presente em lugares

da alta sociedade letrada das universidades, congressos ou até mesmo na caravana de mulheres para defender os direitos da classe trabalhadora em Brasília, no Ministério da Justiça.

Pois ela bem sabia e vivia no seu cotidiano as dificuldades de tantos/as trabalhadoras/es do campo e do meio urbano que tiveram (e têm) suas vidas marcadas pela exploração, violência, exclusão social, violação de direitos, opressão física e psicológica. Situação que se intensificou com o golpe civil-militar de 1964, que teve como um de seus alvos principais a classe trabalhadora organizada. No campo, o governo passou a promover abertamente perseguições aos líderes de movimentos sociais, aos grupos e organizações que discordavam de seu projeto político e de sua ideologia. Notavelmente, enquanto os trabalhadores e trabalhadoras sofreram perseguições, as classes patronais intensificaram ainda mais a exploração da classe trabalhadora (SIQUEIRA, 2016).

Os trabalhadores e trabalhadoras viviam em condições de extrema pobreza e opressão. Logo, foi necessária a mobilização da classe na busca por melhorias para obter o básico para sobrevivência e dignidade de suas famílias. Lutas e resistências fizeram parte das experiências vividas pela classe trabalhadora ao longo da história, como também suas articulações pela implementação de direitos e para que estes fossem respeitados.

No livro *Trabalhadores e Sindicatos no Brasil*, o historiador Marcelo Badaró Mattos (2009) nos apresenta as diversas conjunturas do período republicano, numa perspectiva macro, que os trabalhadores vivenciaram no Brasil.

É possível pensar a trajetória republicana no Brasil como marcada pela contínua subordinação/dominação da grande maioria da população. Subordinação assinada pela exclusão da participação política, em um século marcado por ditaduras, golpes, restrição de democracia e empecilhos ao voto; em que o Estado foi tomado sempre como extensão dos domínios privados das minorias detentoras da riqueza. Dominação visível também na forma profundamente desigual de distribuições dos dividendos da riqueza socialmente produzida, em um país que obteve índices altíssimos de crescimento econômico, até pelos menos os anos de 1970, garantindo às custas da superexploração dos trabalhadores e do aprofundamento do fosso das desigualdades sociais (MATTOS, 2009, p. 08).

Os anos passam, mas as desigualdades e a exploração da classe trabalhadora permanecem: muito trabalho, poucos direitos e o mínimo para sua sobrevivência. Segundo Mattos (2009), o processo de formação da classe trabalhadora no Brasil começa ainda durante a vigência da escravidão, e não apenas a partir de 1888, com a chegada em massa dos imigrantes europeus e a abolição formal da escravidão, evidenciando que as “experiências dos trabalhadores livres e escravizados na segunda metade do século XIX terão deixado marcas

bastante significativas sobre o processo de formação da classe trabalhadora” (MATTOS, 2009, p. 31).

A criação dos sindicatos urbanos e rurais nos diversos estados brasileiros teve por finalidade representar os interesses coletivos dos trabalhadores, se posicionando contra a exploração patronal e pressionando por uma maior atuação estatal. O golpe civil-militar (1964) impôs um hiato ao ímpeto de lutas populares e às esperanças de mudanças sociais no país, e os militares mostraram sua verdadeira face repressiva. Muitos militantes sindicais e trabalhadores foram cassados, entidades sindicais fechadas e anos de mobilização da classe trabalhadora sufocados pela repressão. Contudo, como veremos a seguir, esse controle ditatorial não foi “suficiente para calar completamente a capacidade de resistência dos trabalhadores” (MATTOS, 2009, p. 76).

1.1 Repressão, retomada das lutas populares e o ocaso da ditadura militar

“Desde 1964, entraram em cena na sociedade brasileira novos atores sociais do capital no campo, semeando a fazenda, a grilagem, a injustiça e a brutalidade. Mas semearam, também, a resistência popular, semearam novas significações para velhos atos, novos atos para velhas significações”
(José de Souza Martins)

Durante a ditadura militar no Brasil (1964-1985), as experiências de lutas e resistências dos trabalhadores e trabalhadoras passaram por um período de silenciamento. E isto significa, de acordo com Pollak (1989, p. 07), que “aqueles que forjaram a memória oficial conduziram as vítimas da história ao silêncio e à renegação de si mesmas”.

Neste sentido, reconstruir a história e a memória dos/as militantes é romper com os silenciamentos e ressaltar a importância de trazer o passado ao presente, tendo como fio condutor a memória, que vai além de um registro ou simples lembrança, mas como “ação e reivindicação de justiça”, conforme aponta o *Relatório Final da Comissão Camponesa da Verdade* (CCV, 2014, p. 17):

Significa (re)construir a verdade em relação a centenas e centenas de brasileiros que tiveram seus sonhos interceptados, seus corpos dilacerados e suas vozes emudecidas no período da ditadura civil-militar. Portanto, é uma memória coletiva de atos que ceifaram vidas e deixaram cicatrizes nas pessoas, famílias, sociedade, mas é também expressão da violência simbólica, do invisível a olho nu, que machucou a alma de milhares de brasileiros. É uma

memória coletiva, tecida pelos fios das lembranças de um magote de brasileiros e por eles compartilhada. São memórias de operários, de camponeses, de estudantes, dentre outros, mas também de adversários e inimigos da liberdade.

Expulsão, êxodo rural, miséria, pobreza, conflitos e outras diversas formas de violência estiveram presentes na vida dos/as trabalhadores/as e foram aprofundadas diante da repressão advinda desse regime. Por isso, temos um compromisso político na preservação da memória dos militantes que tiveram suas vidas ceifadas, foram presos, torturados ou tiveram de viver na clandestinidade no seu próprio país. A partir da memória de luta desses trabalhadores e trabalhadoras do campo, ainda silenciadas pela história oficial, poderemos inspirar a nova geração a ser resistência, lutando por seus direitos. Conforme aponta a CCV (2014), mesmo com o encaminhamento dos processos históricos de luta por direitos e resistência à expropriação, há uma clara invisibilização do protagonismo do campesinato brasileiro, esquecimento e não reparação das violações sofridas ou punição judicial aos perpetradores das violações.

Conforme analisa Ana Beatriz Ribeiro Barros Silva (2015), em seu artigo intitulado “Brasil, o ‘campeão mundial de acidentes de trabalho’: controle social, exploração e prevencionismo durante a ditadura empresarial-militar brasileira”, com o golpe o país passou a ser extremamente autoritário, o que levou a um retrocesso nos direitos civis e políticos, duramente restringidos. Silva (2015) nos leva à reflexão de como a classe trabalhadora foi atingida por esse regime ditatorial: “o que era ser trabalhador durante a ditadura militar? Quais tipos de violência eram silenciadas ou mesmo impostas em seu cotidiano? Para além das conhecidas violações de seus direitos políticos de organização e reivindicação, como era a vida de quem dependia da venda de sua força de trabalho?” (SILVA, 2015, p. 153).

Refletir sobre os questionamentos feitos pela historiadora Ana Beatriz Ribeiro (2015) é (re)pensar a situação da classe trabalhadora pós-golpe, sobretudo o campesinato paraibano durante os 21 anos de ditadura, e chegar à conclusão de que esses trabalhadores/as viveram em um cenário de repressão, controle social, superexploração do trabalho de homens, mulheres e crianças. Houve mudanças nas relações de trabalho, expulsões de suas casas, salários insuficientes para manter suas famílias, arrocho salarial, carestia e rotatividade da força de trabalho. E ainda haviam os casos de acidente no trabalho, e quando o trabalhador ou sua família, em caso de morte, fossem buscar seus direitos, poderia enfrentar possíveis

[...] retaliações frequentemente sem o conhecimento pleno de seus direitos e com o peso de enfrentar um sistema marcadamente classista. Como isso não bastasse, mesmo no caso de amputações, lesões e sequelas que arrastaria pelo

resto da vida, o trabalhador ainda tinha que provar a sua condição de vítima, pois nesse período ganhava cada vez mais respaldo “científico” a culpabilização do trabalhador pelos ATs que sofria (SILVA, 2015, p. 161).

A vida da classe trabalhadora já não era fácil, todavia, com a ditadura militar a exploração e falta de direitos foi intensificada, levando a um aumento exponencial dos casos de acidentes de trabalho no país, e para aqueles que reivindicassem seus direitos, ou fossem contrários ao regime ditatorial, medidas repressivas foram instauradas para controlar e reprimir os ditos subversivos, considerados ameaça para o governo vigente no país.

De acordo com Octavio Ianni (2019), a partir do momento do golpe, foi induzida a ideia de organizar e concentrar a violência estatal em conformidade com a violência monopolística. Portanto, a política ditatorial criou planos e programas com o intuito de manter a ordem e assim controlar as manifestações, apresentando alguns programas como resoluções de problemas sociais que passaram a ser parte das diretrizes, metas, projetos e outras figurações políticas, a exemplo do Banco Nacional da Habitação (BNH), Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), entre outros. Na perspectiva da CCV (2014), o governo militar adotou distintas estratégias de repressão, expropriação e violência contra os movimentos políticos e sociais do campo, repressão que tirou a vida de muitos trabalhadores, militantes sindicais e representantes das Ligas Camponesas. O regime criou vários programas de modernização econômica, sobretudo no Nordeste e na Amazônia Legal: o Estatuto da Terra (1964), o Programa de Integração Nacional (PIN), a partir de 1970, e a atuação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA, criado em 1971).

Considerando a perspectiva abordada por Octavio Ianni (2019), como também pela CCV (2014), as medidas adotadas pelos governos militares que alcançaram diversos setores do Brasil, tinham a finalidade de reorganizar o país de acordo com seus estreitos moldes, reprimindo e bloqueando qualquer ideia contrária. Mesmo com as criações de programas voltados para “resolver os problemas sociais”, foi tirado o direito de debate e reivindicações das classes subalternas no âmbito urbano e rural, “e quando o proletariado e o campesinato são superexpropriados pelo capital monopolista, nessas condições, toda retórica do ‘desenvolvimento planejado’ ou ‘planejamento governamental’ absorve e esgota as possibilidades do debate político” (IANNI, 2019, p. 50).

De acordo com Christine Rufino Dabat (2016), a situação das trabalhadoras e trabalhadores do campo após o golpe militar revelou um embate de longa duração. As conquistas alcançadas até então foram negadas, voltando “aos modelos históricos de latifúndio,

monocultura e sujeição da mão de obra na modalidade juridicamente mais radical possível. Ele os absolutizou” (DABAT, 2016, p. 156).

Nesse sentido de “absolutização da plantation” durante a ditadura militar, a pesquisadora Christine Rufino Dabat (2016) aponta três aspectos que se destacaram: a ainda maior concentração fundiária nas mãos de poucos, deixando a população do campo sem acesso à terra; a monocultura, especialmente da cana-de-açúcar, devido a políticas governamentais de incentivo ao setor, a partir das quais foram criados programas, a exemplo do Programa de Racionalização da Agroindústria Canavieira (1971), Programa de Apoio à Agroindústria Açucareira (1973) e o Proálcool (1975); e por fim, a precarização das relações de trabalho somada à expulsão dos camponeses das terras onde trabalhavam e viviam com suas famílias, tendo que buscar empregos cada vez mais sazonais e precários, elevando a exploração da força de trabalho.

É nesse contexto que as mulheres se inserem como mão de obra a ser explorada com maior intensidade. Por isso não podemos deixar de enfatizar a participação delas nesse espaço de repressão e como foi intensificado o trabalho familiar, com o aumento da oferta de força de trabalho feminina e infantil, entretanto com salários inferiores aos dos homens. Como não admirar a bravura feminina em lutar pelo sustento da sua família e pelos seus/suas companheiros/as do campo que também tinham sido atingidos pela pobreza e opressão? No artigo “Mulheres *versus* ditadura, latifúndio e misoginia na Paraíba” a historiadora Susel Rosa (2015) salienta que ao refletir sobre os esquecimentos e silêncios que envolvem a história das mulheres durante o cenário da ditadura civil-militar no Brasil, é notória a participação feminina na luta de resistência. Paraibanas como Maria da Penha e tantas outras precisam ganhar visibilidade histórica, pois, como apontou Susel Rosa, “elas são muitas e múltiplas” que na conjuntura de exceção se dedicaram no “cuidado com o mundo”.

Mulheres camponesas, canavieiras, repentistas, sindicalistas, educadoras e tantas outras que foram *resistência*, reivindicando, se organizando e acreditado que trabalhadoras e trabalhadores unidos conseguiriam mudar suas histórias de exploração e direitos negados. E para os ditadores, “as mulheres militantes encarnavam um papel duplamente transgressor: transgrediam enquanto agentes políticos ao se insurgirem contra a ditadura e transgrediam ao romper com os padrões tradicionais de gênero ao ocupar o espaço público e a arena política” (ROSA, 2015, p. 311).

A Paraíba é um espaço-território marcado pela luta de resistência dos camponeses e trabalhadores rurais frente aos latifundiários. Ao longo da trajetória de luta desses paraibanos e paraibanas, a classe trabalhadora viveu o medo, assassinato de tantos/as companheiros/as, a

impunidade dos crimes e a exploração/repressão do latifúndio e seus pistoleiros, que tinha total apoio do regime militar instaurado no nosso país. Dessa forma, não podemos deixar de problematizar a participação feminina na luta pelos direitos desses homens e mulheres. Elas estavam presentes nos sindicatos, nas greves, nas reivindicações, nas reuniões, nos congressos, e quando as famílias foram expulsas de suas casas elas também estavam lá, solidárias e revoltadas com a situação dos seus/suas companheiros/as. A violência no Brejo paraibano era muito intensa, e Maria da Penha relata em seu livro, *Violência Rural e Reforma Agrária* (1986), o caso de um trabalhador – Inácio Camilo da Silva –, que foi testemunhar sobre o assassinato de um companheiro, que teria sido morto por reivindicar seus direitos trabalhistas, e que também foi assassinado um mês depois do testemunho, deixando mulher e filhos desamparados. Penha acolheu essa família em sua casa e outras pessoas que foram “vítimas da violência, de uma estrutura agrária profundamente desumana” (SILVA, 1986, p. 24), como enfatizou.

Sendo assim, diante da conjuntura política e social do país, fica evidente que seu modelo de desenvolvimento econômico não incluía as classes trabalhadoras, beneficiando sobremaneira a conjugação dos setores empresariais agrário, industrial e bancário. Segundo Novaes (1997), as mudanças tecnológicas da agricultura, com a introdução da produção de álcool para combustível frente à crise do petróleo, resultaram na ainda maior concentração de terra nas mãos de poucos, o que fez eclodir vários conflitos fundiários no campo após 1975. Nos anos de ditadura que se seguiram,

[...] ocorreram denúncias de graves violações aos direitos humanos, particularmente daqueles crimes identificados de lesa humanidade, como tortura, assassinatos de opositores políticos e de ativistas sociais, desaparecimentos forçados de prisioneiros, feitos de forma continuada e sistemática. Mas também de outras formas de violação de direitos, como exclusão dos empregos, das universidades, impedimento ao trabalho, censura e cerceamento da liberdade de criação e de imprensa, cassação de mandatos eletivos, fechamento ou intervenção em sindicatos, associações, ligas camponesas, grêmios estudantis. Mais especificamente, a negação aos direitos trabalhistas, sindicais, previdenciários e o direito à terra, e a repressão policial e militar a quem por eles lutaram, atingiram camponeses e camponesas (CCV, 2014, p. 31).

A ditadura militar demarcou uma fase de grande medo e terror no âmbito do movimento popular e sindical. Nos primeiros anos desse governo, os sindicatos foram amordaçados pelas intervenções e perseguições aos militantes. Mobilizações operárias e greves, consideradas contra a “segurança nacional”, foram proibidas na prática. Os militares lutaram contra o comunismo em nome do desenvolvimento e da ordem nacional, deflagraram grande

perseguição aos considerados subversivos, cassações e intervenções ocorreram, tirando qualquer possibilidade de representatividade das classes trabalhadoras. Entretanto, a partir do ano 1970,

[...] o governo esforçou-se por valorizar os sindicatos, mas apenas como órgãos integrados ao sistema oficial de previdência e assistência social. Como balcões de serviços, os sindicatos poderiam servir melhor também para veicular as “conquistas” do regime militar. Os trabalhadores, porém, não se calaram. De forma muitas vezes clandestinas, organizaram-se nos locais de trabalho e protestaram, em movimentos por empresas, mantendo acesa, apesar de todos os limites, a possibilidade da ação sindical (MATTOS, 2009, p. 102).

No final da década de 1970, o governo militar já não era o mesmo, com um aprofundamento da crise econômica e intensificação dos movimentos sociais, enquanto os militares davam continuidade à transição “lenta e gradual” para a democracia no país. Havia sinais de abertura, a exemplo de “medidas ‘liberalizantes’, como o fim do AI-5, em 1978, a anistia política, em 1979, e a reorganização partidária, mas essas medidas possuíam um caráter limitado e dúbio” (MATTOS, 2009, p. 117). No entanto, ainda mais expressivo, o ano de 1978 inaugurou uma onda de greves detonada a partir do ABC paulista, retomando outra fase de afirmação das organizações coletivas dos trabalhadores no cenário político e social, e iniciando uma nova etapa nas relações de trabalho e na dinâmica política brasileira (MATTOS, 2009).

A partir desse novo cenário político e social de redemocratização do Brasil, é importante ressaltar a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT, em 1983), pois, mesmo diante de uma pluralidade de centrais sindicais, foi a CUT que conseguiu estabelecer-se como representativa com seus princípios pautados na defesa dos trabalhadores,

[...] tendo a perspectiva de uma sociedade sem exploração, onde impere a democracia política, social e econômica. Seu princípio fundamental é a defesa intransigente dos direitos, reivindicações e interesses gerais e particulares dos trabalhadores brasileiros bem como do povo explorado (CUT, 1983 apud MATTOS, 2009, p. 123).

A luta da classe trabalhadora é árdua e constante, pois as formas de violência só mudam a roupagem, mas a exploração é a mesma. Violência que quando se trata da região Nordeste se intensificou nas décadas de 1960, 1970 e 1980, assinaladas pelos embates dos trabalhadores e trabalhadoras rurais frente aos latifundiários, não sendo diferente no estado da Paraíba, como bem coloca a Comissão Estadual da Verdade (PB):

O Estado da Paraíba, como outros estados brasileiros, sofreu um processo concentracionista da terra, que se deu de forma brutal e violenta, com a expulsão de suas terras dos pequenos proprietários e arrendatários. Este processo foi garantido com o golpe militar de 1964, com a desmobilização dos trabalhadores rurais e camponeses após o massacre das Ligas Camponesas. É dentro deste processo acelerado de concentração de terra e do processo de distensão política do regime militar que se dá a luta dos camponeses por sua permanência na terra (PARAÍBA, 2017, p. 152).

Esse confronto foi marcado pelo assassinato de várias lideranças das Ligas Camponesas¹¹ como João Pedro Teixeira (1962), Nego Fuba e Pedro Fazendeiro (1964) e da sindicalista Margarida Alves (1983), na Paraíba.

No artigo “Mobilização Política e Relações de Gênero no Estado da Paraíba”, as autoras Duarte e García (2012) fazem alguns apontamentos sobre a questão agrária e a formação dos movimentos sociais no Brasil, sobretudo no estado paraibano. Segundo as autoras, a luta pela terra nasceu da contradição estrutural do capitalismo, visto que a acumulação do capital está entrelaçada com a exploração da força de trabalho e a concentração da riqueza nas mãos de poucos, possibilitando um agravamento da pobreza e da miséria. Mas quando se trata do campesinato¹², essas desigualdades se dão por fatores políticos e econômicos por meio da exploração do trabalho e da submissão da renda da terra ao capital.

É importante destacar que o desejo de implantação da *Reforma Agrária* não foi possível durante o regime militar, ocorrendo, pelo contrário, um agravamento das desigualdades sociais e da concentração fundiária. A esse respeito, Maria da Penha (1986) apontou que a verdadeira mudança nas relações sociais e produtivas no campo, a Reforma Agrária, só seria possível quando os trabalhadores e trabalhadoras se organizassem e juntos lutassem por seus direitos. De acordo com as contribuições da historiadora Lidineide Vieira da Costa (2019), a questão da

¹¹ Segundo Gismário Nobre (1990), as Ligas Camponesas surgiram num contexto marcado por uma profunda mudança nas relações de trabalho tradicionais, onde se combina a expropriação do produto direto e a exploração brutal da mão de obra assalariada. As Ligas eram, por excelência, os instrumentos de organização e mobilização das massas rurais pelo Partido Comunista e atuavam de início, principalmente com assalariados das grandes propriedades rurais, mas também, com o campesinato. A partir da expropriação do Engenho Galileia, em 1959, as Ligas se tornaram um movimento mais amplo, estendendo sua influência não só ao resto do estado de Pernambuco como ao país inteiro, principalmente à Paraíba.

¹² O campesinato brasileiro é formado em grande parte pela herança da escravidão, principal força de trabalho explorada na terra dos fazendeiros e latifundiários durante os períodos colonial e imperial. Após a abolição, os escravizados ficaram juridicamente livres e buscaram áreas próprias para cultivo e subsistência própria, enquanto a maioria permaneceu nas fazendas ou territórios onde viviam anteriormente, muitos agora na condição de “moradores”, trabalhando nas terras dos latifundiários em troca de acesso à moradia e a seu roçado. Assim, é formado em grande parte por afrodescendentes e mestiços indígenas, tendo uma forte composição étnica imanente à questão. O Brasil foi constituído desde seus primórdios como colônia de exploração voltada ao mercado externo e, em meio à escravidão, coexistiam variadas formas de relação de trabalho em seu interior, variando a forma de pagamento pelos serviços realizados (VAZ, 2020, p. 40).

Reforma Agrária era uma das principais reclamações do campesinato, e somada a outros problemas sociais, trouxeram para

O contexto do regime a tomada de algumas medidas referentes ao mundo rural, como a aprovação do Estatuto da Terra, com a Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, que se interpôs como norma reguladora dos “direitos e obrigações concernentes aos bens e imóveis rurais, para os fins de execução da Reforma Agrária e promoção da Política Agrícola” (COSTA, 2019, p. 59).

Os efeitos das tomadas de decisão por parte do regime autoritário, com o discurso de “modernização”, não trouxeram nenhuma mudança positiva para os trabalhadores e trabalhadoras. Com a implantação do Proálcool e o incentivo do Estado para aumentar cada vez mais a área no plantio da cana-de-açúcar até a porta das casas, tiraram dos camponeses o direito de cultivar seus sítios e roçados, fundamentais para sua sobrevivência. Com a diminuição da produção de alimentos nos roçados, aumentou o índice de desnutrição no campo. E como estavam submetidos, principalmente no ambiente de trabalho, a exigências de esforços físicos em condições ambientais bastante difíceis, essa população trabalhadora, além da fome, teve sua saúde gravemente comprometida, como destaca Dabat (2016, p. 177):

Além dos problemas causados pela desnutrição e pelos novos insumos, os trabalhadores, às vezes, podiam sofrer novos tipos de acidentes de transporte e de trabalho. No período militar, passou-se a exigir o uso do facão em vez da foice, para cortar a cana mais perto do chão, o teor de sacarose sendo mais elevado nesta parte do caule da planta. Ademais, o corte da cana solta e queimada aumentou consideravelmente a poluição ambiental antes restrita aos pelos da cana e eventual poeira. Afecções respiratórias se tornaram mais corriqueiras.

Nota-se que durante os anos de governo ditatorial a classe trabalhadora suportou sobre si o peso ainda maior da exploração e violência. Nem mesmo seu salário era pago justamente de acordo com seus dias trabalhados, pois o patrão usava do *pulo da vara* e do *roubo na balança*¹³ para afetar negativamente o salário do trabalhador. As intervenções dos Sindicatos Rurais (STRs) foram cruciais para ajudar os/as trabalhadores/as tanto na assistência médica quanto no reconhecimento de seus direitos trabalhistas e também na educação, visto que a

¹³ Para entender melhor como funcionava essa medição do corte da cana na Paraíba, Moreira e Targino (1997) apontam que a unidade de medida de comprimento utilizada é a braça ou a braça corrida; as unidades de área são o cubo, e a conta; as unidades de peso são a tonelada e a carga. Os instrumentos de medição são a vara e a balança manual. Essas unidades apresentam as seguintes medições: de Comprimento – braça (2,2 metros); de Área – cubo (2,2 metros) conta (12x13 braças, ou 755m²) e de Peso – tonelada carga (100kg).

maioria dos canavieiros não sabia ler, dificultando o acesso aos recibos dos pagamentos por seus serviços. Dessa maneira, Christine Rufino Dabat (2016, p. 179) reforça que “a fase subsequente, sob ditadura militar, foi de absolutização dos parâmetros clássicos do modelo plantation: monopólio fundiário, monocultura e mão de obra sujeita”.

Mendonça e Stédile (2010) apontam que no início dos anos 1980, a agropecuária brasileira vivia um novo contexto socioeconômico, com a implantação da modernidade na agricultura. No lugar das tradicionais fazendas, foram sendo introduzidos os complexos agroindustriais, sendo visível o grau de exclusão, concentração e desigualdade. A retomada de mobilizações por parte dos trabalhadores frente a esse processo foi fortemente reprimida pela classe patronal em aliança com os militares, o que acarretou severa repressão e a ocorrência de assassinatos. Em sua pesquisa, Giuseppe Tosi (1988) salienta que os/as trabalhadores/as que aderiram à luta por melhores condições de trabalho e pela terra realizam uma passagem de certa forma irreversível. A classe patronal alegava que os conflitos, pela terra e trabalhista, tiveram forte influência nos ideais comunistas. Os trabalhadores que enfrentavam o patrão, seja com ação na justiça ou participação em greve, eram hostilizados pela classe dominante e muitos ficavam impedidos de encontrar emprego na região.

O historiador Diognnys Estevam (2019) aponta, em um capítulo da sua dissertação intitulado “As transformações socioeconômicas e das relações de trabalho nas Mesorregiões da Mata e do Agreste da Paraíba na década de 1980”, as mudanças socioeconômicas vivenciadas pelo Brasil após a ditadura militar, com enfoque na Paraíba, levando em consideração o momento de transição após seus longos 21 anos de governo, como também suas implicações para a construção lenta de um regime formalmente democrático. Aquele período impactou a vida dos trabalhadores do campo, e a crise internacional do petróleo (1973) abalou as estruturas da economia do Brasil, visto que o crescimento econômico dependia de crescentes investimentos e empréstimos externos, sendo necessárias mudanças que tiveram impacto direto na configuração das relações de trabalho e na vida de muitos/as brasileiros/as. Uma das saídas encontradas pelo governo foi a tentativa de diversificar nossa matriz energética, o que levou à criação do Programa Nacional do Álcool (Proálcool). O programa teve abrangência em diversos estados, especialmente no Nordeste e Sudeste, e produziu impactos importantes no estado da Paraíba. Em 14 de novembro de 1975 foi publicado no Diário Oficial da União o Decreto nº 76.593, que instituía o Programa Nacional do Álcool, com a intenção de resolver os impactos causados pela crise do petróleo. Conforme Diognnys Estevam (2019) destaca:

De fato, um programa como o Proálcool, que pretendia inserir o álcool na matriz energética brasileira, necessitava de um maciço investimento na agroindústria canavieira, haja vista a infraestrutura até então, voltada, basicamente, para atender as demandas de alguns setores tradicionais (produtos farmacêuticos, bebidas, alimentação, química, etc.). Assim, de 1975 a 1980 foram investidos no Proálcool 1,019 bilhão de dólares, sendo 75% desta quantidade advindos de recursos públicos e 25% de recursos privados. Com um montante de investimento desse programa, a estrutura agroindustrial canavieira no Brasil atingiria grandes proporções, como será o caso da Paraíba (ESTEVAM, 2019, p. 34).

A partir do investimento na agroindústria canavieira para a implantação do Proálcool, e o consequente interesse dos grandes proprietários em expandir as áreas de plantio para ampliar seus lucros, os conflitos no campo aumentaram exponencialmente. Após 1975, os tradicionais produtores se moldam com essa política de financiamento, obtendo elevados lucros nessa nova realidade custeada pelo Estado.

Na Paraíba, a concentração de terras nas mãos de poucos, a exemplo da família Ribeiro Coutinho, aumentou com a implementação do Proálcool, trazendo repressão e exploração ainda maior para os trabalhadores e trabalhadoras dessa região. É importante ressaltar que a aplicação do Proálcool “não se deu exclusivamente na região Nordeste, todos os Estados plantadores de cana-de-açúcar e com processamento sucroalcooleiro tiveram as mesmas condições de usufruir desse novo plano energético do governo” (ESTEVAM, 2019, p. 33).

O Proálcool foi o programa que mais provocou alterações no espaço agrário paraibano, gerando um aumento expressivo na produção da cana-de-açúcar. De acordo com Targino e Moreira (1992), esse crescimento só foi possível devido aos investimentos e à política de preços advindas do Programa Nacional do Álcool. Em termos de investimento industrial no Estado da Paraíba, o Proálcool teve um financiamento do Fundo de Investimento do Nordeste (FINOR) de 40% do total nos anos de 1975 e 1985, possibilitando um aumento da produção da agroindústria sucroalcooleira, que passou a ser garantida pelo Programa, que também estimulou a fundação ou a melhoria dos canaviais.

A expansão da cana-de-açúcar no Estado já podia ser observada em 1980. A produção da cana, antes restrita a quinze municípios do Litoral e do Brejo, avançou sobre outros municípios destas regiões, estendeu-se pelo Agreste Baixo e Piemonte da Borborema, incorporando em sua passagem mais de vinte municípios, promovendo assim uma “homogeneização da paisagem natural” (MOREIRA; TARGINO, 1997, p. 107).

Moreira e Targino (1997) acrescentam que dois fatores também contribuíram para a expansão da produção da cana: um longo período de estiagem (entre 1979 e 1983), que refletiu

negativamente nas atividades de lavoura, e a praga do bicudo, que atingiu os algodoads e levou alguns produtores rurais a transformarem campos de algodão em áreas destinadas à lavoura canavieira. Os impactos dessa expansão canavieira são visíveis em diversos aspectos: no emprego rural, sendo notório o crescimento do emprego sazonal, posto que durante os anos de 1975 e 1985 houve um aumento no número de empregados assalariados temporários na zona canavieira correspondente a 93,6%; na base técnica da produção, responsável pelo aumento de maquinarias, tratores e colheitadeiras mecânicas; na paisagem rural; no meio ambiente e na saúde da população.

A situação do/a trabalhador/a na Paraíba após a implementação do Proálcool foi muito prejudicada, pois além do crescimento do trabalho sazonal¹⁴, como Moreira e Targino (1997) apontaram, no final do ano de 1984, a renda monetária média semanal de uma família de trabalhadores da cana no Brejo paraibano representava 97% do salário mínimo vigente na época. Essa renda tinha de manter uma família com aproximadamente sete pessoas, ou seja, o trabalhador ganhava muito pouco para alimentar sua família, o que ocasionou uma repercussão negativa na saúde da população, que vivia em extrema miséria. Não restam dúvidas que a expansão da cana pelo Proálcool trouxe enriquecimento para a classe patronal, entretanto essa riqueza não chegou à mesa da classe trabalhadora.

Moreira e Targino (1997) apontam que a ação sindical na zona canavieira na década de 80 conduziu de forma mais intensa os trabalhadores nas suas reivindicações, com organização de greves por ocasião dos dissídios coletivos. Este envolvimento dos trabalhadores no sindicato levou os proprietários a procurar estratégias para enfrentar as lideranças sindicais, buscando contratar trabalhadores sazonais que não pertencessem ao sindicato. Esses trabalhadores não tinham direitos trabalhistas, a exemplo de carteira assinada, 13º salário, férias, repouso remunerado, entre outros. Ainda, viviam em péssimas condições, sendo alojados em galpões próximos à usina, sem energia elétrica e dividindo espaço com produtos agrotóxicos. Além disso, esta mão de obra era amplamente explorável e fora da ingerência do sindicato, visto que muitos desses trabalhadores vinham de outros municípios, não tendo ligação com o sindicato local.

O Proálcool também foi responsável por um novo impulso de êxodo rural: “a expulsão dos pequenos produtores gerou um esvaziamento demográfico da zona rural, ocasionando tensões sociais emergentes no campo, nas áreas onde a resistência camponesa sobrepujou a

¹⁴ “Na Paraíba, migrações sazonais estão relacionadas à atividade canavieira e ao deslocamento de trabalhadores das regiões Agrestina e sertaneja para ocuparem da colheita da cana-de-açúcar (de agosto a janeiro) na Zona da Mata, seja na Paraíba, seja em estados vizinhos” (MOREIRA; TARGINO, 1997, p. 230).

força do capital” (MOREIRA; TARGINO, 1997, p. 114) Ainda segundo estes autores, estima-se que aproximadamente 440 mil pessoas deixaram o campo apenas no ano de 1970. De acordo com Luanna Rodrigues (2018), essa apropriação das terras pelo capital agroindustrial não ocorreu sem que houvesse resistência por parte dos trabalhadores, respondida com ainda mais repressão:

Essa resistência ao processo de expropriação e exploração vivida pelos camponeses sempre obteve como resposta a exacerbação da dimensão coronelista na qual se evidencia a violência da classe proprietária como estratégia para enfraquecer a organização dos trabalhadores. A lista de assassinatos no campo brasileiro contabiliza 1.196 casos somente no período compreendido entre 1961-1988. Grande parte desses crimes se constitui em assassinatos políticos de lideranças rurais (RODRIGUES, 2018, p. 16).

Como agravante, a maioria dos casos de assassinatos no campo foram a mando dos proprietários de terra com o intuito de neutralizar os conflitos sociais no campo, e os familiares das vítimas frequentemente não conseguiram que os algozes fossem condenados pela justiça.

O processo de proletarização, expropriação e exploração ocorreu violentamente em virtude da expansão do plantio da cana, estimulado pelo Proálcool. Logo, a luta no Brejo paraibano também se caracteriza pela interdependência entre essas questões apontadas: expropriação e exploração. A expropriação dos pequenos produtores agrícolas na região canavieira ocorreu sob níveis de exploração insuportáveis, quando naquela ocasião muitos moradores foram expulsos da terra e foram para a cidade, mas começaram a perceber que as oportunidades de trabalho na cidade não existiam:

[...] as condições de vida na cidade não são melhores do que aquelas que enfrentam na área rural. O fato de um trabalhador ir para cidade, mas só encontrar serviço na roça ajudou muito a perceber essa ilusão – que a força da propaganda contribui para formar – no momento em que os usineiros expulsam os trabalhadores das propriedades e plantavam cana por toda parte. Considero, então, importante ressaltar que essa mobilização revelou esse fato novo: a consciência que ele pertence a uma classe, que não tem como sair dessa situação e que, portanto, deve lutar para melhorá-la (FASE, 1985, p. 11).

A consciência da exploração e a identidade camponesa foram fundamentais para que os trabalhadores se organizassem na luta por melhorias, visto que as décadas de 1970 e 1980 deixaram em evidência as mudanças ocorridas no âmbito canavieiro, como também nas relações de trabalho.

Por fim, é importante ressaltar que o risco de intoxicação dos trabalhadores canavieiros era grande, visto que não se tinha uma preparação para o manuseio do uso de agrotóxicos, nem os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) necessários. Existia uma divisão sexual e etária do trabalho e nesta divisão as *mulheres* e os *menores* ficavam responsáveis pelo uso dos agroquímicos (adubos e corretivos do solo). Mulheres e crianças estavam à mercê dos produtos tóxicos que eram manuseados sem qualquer proteção, o que acarretava sérios problemas dermatológicos e respiratórios. Moreira e Targino (1997) destacam que o trato com inseticidas era designado aos jovens, pois segundo os patrões, eles eram fortes e tinham saúde para aguentar o veneno. Em suma, como evidenciado até aqui, o Proálcool, na conjuntura da ditadura militar, foi responsável

Pela intensificação do processo de concentração da propriedade de terra, pelo crescimento da utilização do trabalho assalariado de mulheres e crianças, pela retração da produção de alimentos e pelo conseqüente aumento da fome, pela expulsão massiva da população rural, pela disseminação do trabalho semi-escravo e pelo agravamento das condições de trabalho e vida da classe trabalhadora (MOREIRA; TARGINO, 1997, p. 120).

Com isso, buscamos entender como se deu esse impacto na configuração das relações de trabalho de homens e mulheres da Paraíba, principalmente no Brejo paraibano e como esses trabalhadores lidaram com a experiência do Proálcool, uma vez que nesse período, o espaço agrário paraibano sofreu transformações sociais, econômicas e ambientais. Transformações que impulsionaram trabalhadores e trabalhadoras a se organizarem e lutarem por melhorias e dignidade.

A partir dessas condições de extrema exploração, as classes subalternizadas reivindicaram seus direitos, tendo consciência dessa exploração. Duarte e García (2012) apontam que nas décadas de 1970 e 1980 na Paraíba “a Igreja torna-se presente acerca da problemática da questão agrária no país e visualiza os problemas da luta pela terra como algo relacionado à humanidade do homem, como um problema de ética, de política, de sociedade e da própria pastoral” (DUARTE; GARCÍA, 2012, p. 08).

Na região do Brejo paraibano foram criados grupos de resistência que foram fundamentais na luta pelos direitos dos trabalhadores rurais. Segundo Lidineide Costa (2019), em 1975, surgiu dentro da Igreja Católica a Comissão Pastoral da Terra (CPT), com a finalidade de defender o direito à terra do trabalhador e da trabalhadora do campo. O Centro de Defesa dos Direitos Humanos (CDDH), fundado em 1971 na cidade de João Pessoa, e a Comissão Justiça e Paz, em Campina Grande, tinham orientação de setores vinculados à Igreja Católica e

a outros órgãos autônomos. A autora acrescenta que as contribuições do CDDH no âmbito sindical se estabeleceram

A partir da década de 1980, mediante o ensejo de contribuir com a estruturação de sindicatos mais combativos. No entanto, pode-se também perceber vinculações entre a fundação do órgão e uma demanda local, e a atuação do Centro como uma espécie de “orientador” das pessoas para os órgãos competentes (COSTA, 2019, p. 99).

Na década de 80 também foi criado o Serviço de Educação Popular (SEDUP, em 1981) por incentivo da Diocese de Guarabira/PB, que de acordo com Souza (2019), tinha como uma das pautas “a realização de ações para com os/as trabalhadores/as, este órgão passou a receber suas demandas, bem como foi o responsável pela aproximação com o movimento sindical” (SOUZA, 2019, p. 38). Em conformidade com Giuseppe Tosi (1988), o SEDUP fornecia “apoio educativo e metodológico ao movimento popular em seu processo de conscientização, organização e formação. Sendo integrado por profissionais de várias áreas” (TOSI, 1988, p. 164).

Em consonância com o ambiente de retomada das lutas populares no Brasil, o Partido dos Trabalhadores (PT) foi fundado na cidade de Alagoa Grande/PB no ano de 1982. Por este partido, a sindicalista Maria da Penha foi candidata para o cargo de vereadora em 1988 nesse município, tendo como *slogan* “No Sindicato e na Câmara em defesa dos Trabalhadores”, e a deputada federal em 1990. A Central Única dos Trabalhadores da Paraíba (CUT-PB) foi criada em 1984 e Maria da Penha foi integrante da Comissão Estadual de Mulheres desta Central. É importante ressaltar que a CUT-PB foi fundamental para que as mulheres do campo e da cidade lutassem por seus direitos, pela terra, salário, direitos trabalhistas e igualdade entre os gêneros. Nesta mesma conjuntura, foi criado o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na década de 1980. O MST também fez parte da militância de Penha e posteriormente da de seus filhos, e como apontam Duarte e García (2012, p. 12), o Movimento “é um dos grandes responsáveis na forma de se organizar e no processo de politização dos trabalhadores e trabalhadoras rurais que lutam pela Reforma Agrária e dos assentados na Paraíba”.

As mobilizações de greve dos canavieiros, com a participação dos/as trabalhadores/as do campo e da cidade, na luta por direitos sociais e políticos em alguns estados do Nordeste, foram também uma forma de pressionar a classe patronal para cumprir com seus deveres, a exemplo da greve unificada em 1984, nos estados de Pernambuco, Rio Grande do Norte e Paraíba, como veremos a seguir.

1.2 Greve dos Canavieiros na Paraíba (1984): mobilizações em defesa dos direitos trabalhistas e pela terra

Minha gente vamos ver
Essa greve em que vai dar
Ou paga nosso direito
Ou a empresa vai fechar
Que o trabalhador rural
Não faz para desmanchar.

Quem quer a greve é a fome
Que nós não vamos aguentar
O salário muito pouco
Não dá para nós passar
Ou dá o valor que nós tem
Ou a greve não acabará.

O patrão vá desculpendo
Tudo que eu vou descrever
Esta greve que fazemos
A culpa está em você
Pague os direitos certo
E outra greve não vai ter
(SILVA, s/d apud BARROSO, 2017, s/p)¹⁵

Um ano após a morte de Margarida, eclodiu a Greve dos Canavieiros no Nordeste. Cansados de esperar seus patrões reconhecerem o que entendiam ser seus direitos, canavieiros de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte se mobilizaram juntos com as lideranças sindicais para reivindicar direitos por meio da greve, como apontou Edite Alves no poema acima: “pague os direitos certo/e outra greve não vai ter”.

A resistência no âmbito rural por meio da greve já fazia parte da história de luta dos pernambucanos, contudo, a Paraíba vinha tentando, mas só conseguiu organizar uma greve no ano de 1984, durante uma Campanha Salarial iniciada um ano antes por Margarida Alves, anterior à sua morte.

O momento da deflagração refletia o que estava vivendo a classe trabalhadora da Paraíba: sem direitos, marcada pela fome, exploração e dor pela perda da sindicalista Margarida, que mesmo sob ameaças, não desistiu de lutar pelos/as trabalhadores/as do campo. O patronato tentou impedir a luta quando matou Margarida, todavia, a luta não parou, se fortaleceu.

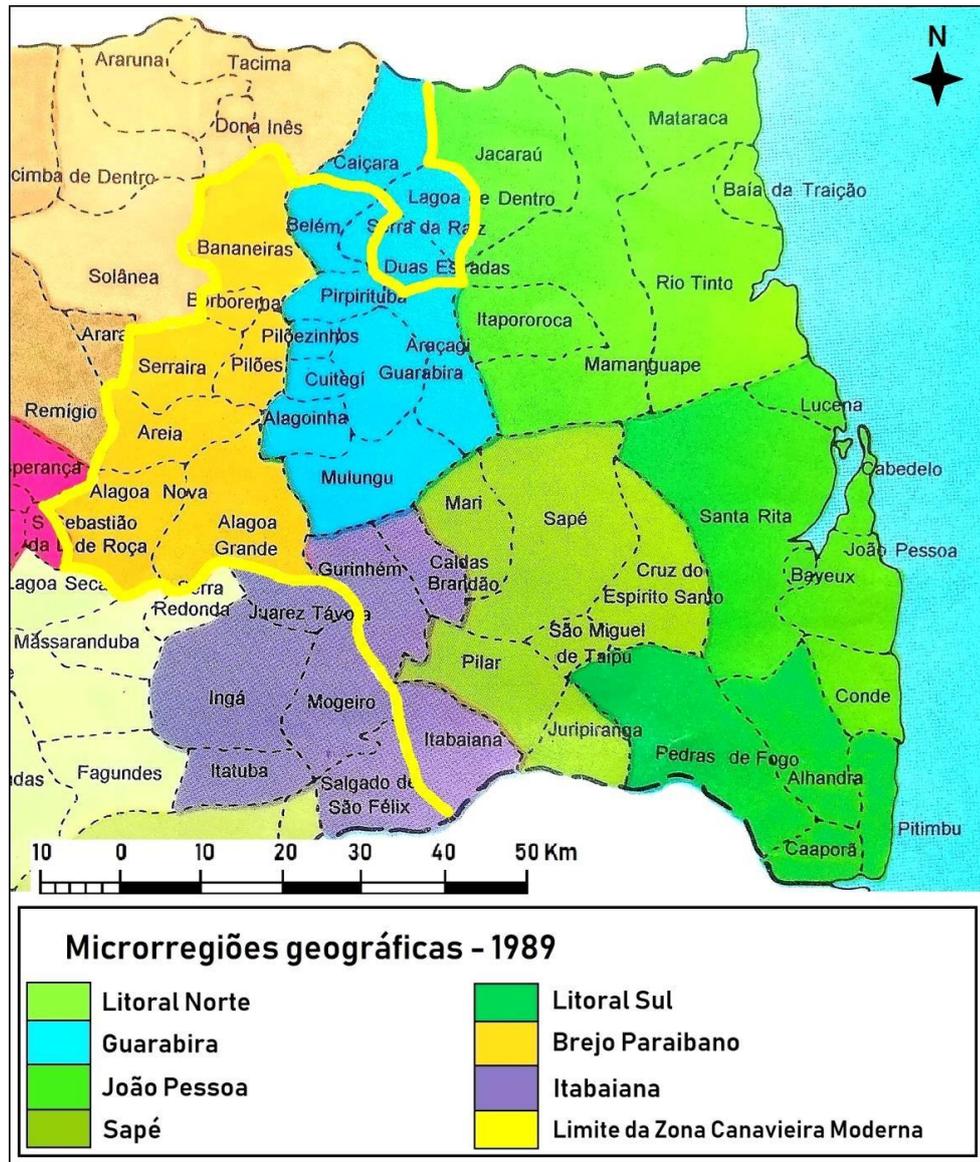
¹⁵ O desejo por dias melhores para a categoria movimentava os sonhos e os ideais dos camponeses. Em meio às lutas e as perseguições políticas da época, os trabalhadores também usaram a poesia para expressar suas reivindicações, como nos versos de Edite Alves da Silva (BARROSO, 2017).

Para melhor contextualizar os conflitos e as reivindicações por meio da greve, precisamos conhecer o contexto espacial e temporal onde Penha Nascimento construiu o seu legado de resistência. Ela teve um papel muito importante como uma das lideranças que estava à frente do movimento grevista de 1984. É importante saber que a Paraíba está dividida em quatro Mesorregiões: Mata Paraibana, Agreste Paraibano, Borborema e Sertão Paraibano. É uma das 27 unidades federativas do Brasil e possui 223 municípios, distribuídos em uma área de 56.468,435 km², conforme estimativas do IBGE para o ano de 2021, com uma população de 4.059.905 pessoas. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2017), no ano de 2017 foi necessário um Projeto de Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias, substituindo a divisão das regiões em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas.

No final da década de 1980, o Brasil se encontrava com uma estrutura espacial diferente “daquela que serviu de referência para a Divisão Regional das décadas de 1960 e 1970. A publicação da Divisão do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas (1990-1992) destacava que a dinâmica do processo de desenvolvimento capitalista afetou de maneira diferenciada o Território Nacional” (IBGE, 2017, p. 10). A partir dessa nova classificação, na Paraíba originaram-se as Regiões Intermediárias e Regiões Imediatas. Sendo assim, compreende-se que o território brasileiro, por meio das influências econômicas, ambientais, demográficas e políticas, se transformou ao longo do tempo, e que – dentro dos limites temporais abordados nesta dissertação (1970-1991) – são notórias as mudanças regionais e territoriais ocorridas na Paraíba.

Em conformidade com o Mapa 01 abaixo, das Microrregiões Geográficas, de 1989, o Brejo paraibano é uma das microrregiões da Paraíba pertencentes à mesorregião do Agreste Paraibano e está constituído por oito municípios: Alagoa Grande, Alagoa Nova, Areia, Bananeiras, Borborema, Matinhas, Pilões e Serraria.

Mapa 01 – Microrregiões Geográficas da Paraíba (1989)



Fonte: Adaptado de Moreira (1997 apud ESTEVAM, 2019, p. 49)

Historicamente, a microrregião do Brejo paraibano caracterizou-se pelo latifúndio monocultor da cana-de-açúcar, que reorganizou as relações de trabalho e produção da região. A exploração desses trabalhadores/as, como também a expropriação camponesa da terra, acarretou a necessidade da organização da classe trabalhadora em espaços políticos de representação, como os Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs), as Pastorais Rurais (PRs) e os Movimentos Sociais no campo (DUARTE, 2014).

Segundo Luciano Barroso (2017), os conflitos agrários no Nordeste vinham crescendo desde 1979. Esse crescimento foi fruto das mobilizações dos trabalhadores rurais em defesa dos seus direitos, que por muito tempo não eram respeitados por seus patrões. Os embates entre os

trabalhadores e latifundiários/proprietários da agroindústria canavieira podem ser entendidos, segundo a perspectiva de Novaes (1997), no processo de autoconstrução de interesses de classes antagônicas, com suas lutas, descontinuidades, conquistas e derrotas. Essa relação também se insere em um sistema desigual onde o proprietário é quem monopoliza a terra, determina as regras e faz a lei, ainda que indiretamente, haja vista sua posição de poder socioeconômico e político.

É importante frisar que os termos *camponês e campesinato* “ganharam existência social através da circulação de ideias políticas e, sobretudo, através das associações de trabalhadores agrícolas que se organizaram no Nordeste” (NOVAES, 1997, p. 36). Para receber o título de camponês, era preciso dissipar o medo, enfrentar os conflitos, ultrapassar o espaço de poder do patrão e ocupar espaços públicos. Esses embates e conflitos levaram o/a trabalhador/a do campo à experiência coletiva de perder o medo (NOVAES, 1997), abertamente utilizado pela classe patronal como mecanismo de dominação, mas frente ao qual os trabalhadores, ao perceber que outros companheiros também compartilhavam das mesmas situações de misérias e direitos negados, encontravam, no coletivo, formas de resistência para se organizar e lutar. Assim, para compreender as experiências partilhadas e a formação da classe trabalhadora, de acordo com Edward Thompson (2001), é necessário analisar a relação do sujeito histórico na luta de classes, no processo dialético entre a consciência individual e coletiva, pois a consciência de classes emerge do processo de luta de classes. Nessa perspectiva, a classe e a consciência de classe são as últimas etapas, não a primeira etapa do processo histórico real.

Portanto, os trabalhadores começaram a se rearticular fazendo paralisações, principalmente na região de Pernambuco. Foram anos de tensões entre os trabalhadores e os ditos “donos da terra”. Muitos líderes sindicais foram perseguidos e outros tiveram suas vidas ceifadas pelo latifúndio. De acordo com Moacir Palmeira (2019, p. 463), “o movimento político-militar de 1964 foi o sinal verde dado aos proprietários interessados na expulsão de trabalhadores e assustados com as conquistas trabalhistas que assinalaram o período precedente”. No momento em que os trabalhadores se recusavam a fazer o que o patrão determinava, eram expulsos¹⁶ de suas terras e demitidos, com a alegação de estarem se recusando a trabalhar.

¹⁶ “A expulsão de moradores não é a única fonte de conflitos. Ela coexiste com conflitos que se ligam às novas formas de exploração da força de trabalho nas condições de funcionamento da economia açucareira. Muitas vezes, os mesmos mecanismos usados para forçar o trabalhador a abandonar o engenho são também acionados para comprimir seu salário e fazê-lo ‘perder os direitos’, isto é, perder direito às vantagens trabalhistas que lhe são asseguradas pela lei. Assim, os ‘três dias de serviço’ são utilizados com grande frequência para evitar que o trabalhador – uma vez tendo tido certo número de ‘faltas’ – receba o ‘remunerado’” (PALMEIRA, 2019, p. 472).

Nos anos de 1964 e 1977 “se forma o processo complexo, não intencional, de múltiplas determinações que irão criar as condições para o surgimento dos movimentos coletivos e de greves de massa que se desencadeariam a partir de 1978” (LOPES, 2019, p. 25). Nesse sentido, é importante salientar que as condições de trabalho pouco haviam evoluído desde o período colonial e o regime escravista. O processo de modernização trouxe com ele grande impacto na vida dos trabalhadores rurais com consequências sociais; muitos foram expulsos das terras que cultivavam como rendeiros e lá moravam junto com suas famílias. Em resposta a essa barbárie, os trabalhadores se organizaram na segunda metade dos anos de 1950, e suas resistências acarretaram na criação das Ligas Camponesas, principalmente em Pernambuco e na Paraíba. A partir de 1963, com a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), o reconhecimento e a expansão do sindicalismo rural foram possibilitados a partir do reconhecimento de direitos básicos dos trabalhadores do campo (OLIVEIRA et al., 2019).

A trajetória de lutas, greves e paralisações fazia parte da vivência dos trabalhadores e trabalhadoras. Segundo Dabat (2008 apud OLIVEIRA et al., 2019, p. 125), “os trabalhadores canavieiros de Pernambuco, pioneiros nessas conquistas, empreenderam uma ‘caminhada penosa’, por meio de ‘amplas mobilizações sociais’”. As conquistas dos direitos trabalhistas também foram possíveis devido ao ambiente político favorável, com:

Os governos de João Goulart, no plano nacional, e de Miguel Arraes, em Pernambuco, possibilitou o que ficou conhecido como o Acordo do Campo, em 1963, firmado entre assalariados e empregadores, com a mediação do então governador. As negociações foram acompanhadas pela primeira greve geral dos canavieiros de Pernambuco, conduzida pelas Ligas e Sindicatos. O resultado foi um ganho histórico para os trabalhadores canavieiros de Pernambuco, que obrigou os donos de engenhos e usineiros a fazer concessões nos planos econômico e sindical [...]. O Acordo do Campo promoveu, ao mesmo tempo, uma via de acesso dos trabalhadores rurais à Justiça do Trabalho. Por tudo isso, contribuiu para a formação de uma identidade coletiva desses trabalhadores com a luta por direitos e cidadania (OLIVEIRA et al., 2019, p. 125-126 e 145).

Todavia, com o golpe civil-militar, o cenário favorável para os trabalhadores mudou drasticamente e a violência, perseguição, dificuldades e direitos negados se fizeram presentes no seu dia a dia. Porém, a luta não cessou, pois “vários estudos posteriores trouxeram registros de greves em diversos municípios da Zona da Mata Pernambucana, com destaque para Cabo de Santo Agostinho, entre 1966 e 1968, tendo suscitado uma nova onda de intervenções nos sindicatos da região” (OLIVEIRA et al., 2019, p. 126). Para impedir as mobilizações dos trabalhadores, o governo militar criou a “Lei de Greve” (nº 4330/1964), que exigia:

A aprovação da greve por voto secreto, em dois pleitos, com intervalo mínimo de dois dias entre as votações, por maioria de dois terços da categoria no primeiro e de um terço no segundo turno, com quórum de votação de no mínimo um oitavo dos associados; concedia ao patronato cinco dias antes da deflagração da greve para apresentação de contraproposta; obrigava a notificação com cinco dias de antecedência da deflagração da greve ao Departamento Nacional do Trabalho ou à Delegacia Regional para a adoção de medidas cabíveis de manutenção da ordem; proibia a paralisação por motivos políticos, partidários, sociais ou solidários; garantia o acesso, sob risco de intervenção das autoridades competentes, àqueles trabalhadores que quisessem prosseguir em suas atividades laborais (OLIVEIRA et al., 2019, p. 146).

A Lei também exigia a notificação dos proprietários de uma possível greve, para que não viessem a ser pegos de surpresa. Mesmo com todos esses obstáculos, em 1979 eclodiu a primeira grande mobilização dos trabalhadores rurais após o golpe de 1964. A greve dos canavieiros na Zona da Mata de Pernambuco “representou a retomada das tradições de luta do passado, embora diante de novos desafios, a exemplo da organização e mobilização dos trabalhadores clandestinos – não apenas dos moradores, que eram predominantes no período anterior” (OLIVEIRA et al., 2019, p. 126). Os trabalhadores e trabalhadoras já estavam cansados de tanta repressão, fome e direitos negados, e a luta era o meio que poderia mudar essa situação.

As greves de canavieiros que eclodiram em Pernambuco em 1979 se estenderam até os anos 1990, com ocorrências em quase todos os anos desse período, tendo envolvido, embora com menor intensidade, os demais estados nordestinos produtores de cana-de-açúcar, como Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte. Esse ciclo de greves teve importante repercussão nacional (OLIVEIRA et al., 2019, p. 126-127).

Para Tosi, os “anos 80, com o ascenso das lutas, os movimentos populares encontram, na nova conjuntura do país, espaços de expressão e fortalecimento, e o sindicalismo rural passa por um processo de renovação” (TOSI, 1988, p. 141). Um dos motivos dos conflitos do campo se deu incorporado àquilo que Duarte (2014) chamou de desenvolvimento desigual do capitalismo no campo brasileiro. Alguns historiadores consideram os anos de 1980¹⁷ como a “década perdida”, principalmente no âmbito econômico e político. Entretanto, os conflitos

¹⁷ Os anos finais do regime ditatorial foram marcados por muitas mobilizações sociais a exemplo de: “a campanha das Diretas Já, em 1984, foi um demonstrativo do ímpeto democrático-popular; mesmo tendo sido derrotada no Congresso Nacional, inspirou a mobilização pela participação popular na Constituinte, possibilitando fazer da Constituição Federal de 1988 uma “Constituição Cidadã”, ao contemplar conquistas sociais inéditas. A greve da Scania, ocorrida em 1978, projetou o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema e a figura de Lula como expressões de uma nova concepção e prática sindicais, tendo sido essa a matriz para a criação do Partido dos Trabalhadores (PT) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT)” (OLIVEIRA et al., 2019, p. 154).

sociais emergiram com maior intensidade nesse período, quando trabalhadores do campo e da cidade lutaram por seus direitos e participação política, nos dias em que o governo militar caminhava para o fim.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), de acordo com a concepção de Oliveira (2019, p. 159), procurou expandir o “modelo de Pernambuco” para o sindicalismo canavieiro dos estados mais próximos – Paraíba, Rio Grande do Norte e Alagoas –, sobretudo com a iniciativa de uma greve unificada em 1984. Pernambuco passou por um ciclo consecutivo de paralisações e greves. Mesmo no ano em que não houve greve (1981), a nível nacional muitos trabalhadores foram demitidos e “outro desafio enfrentado pela diretoria do Sindicato foi o processo de automação na indústria automobilística e as novas formas de gestão de empresas” (LOPES, 2019, p. 61). A luta era constante, mas os trabalhadores não baixavam suas cabeças e seguiam acreditando na mudança por meio da resistência.

Em termos nacionais, é inegável que as greves de Pernambuco tiveram **um efeito multiplicador**, que se poderia aqui denominar de “efeito Pernambuco”. Desde a primeira greve, Pernambuco consolidou ainda mais a posição de vanguarda que já ocupava no interior do movimento sindical de trabalhadores rurais. Através da mediação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, e sobretudo dos Encontros Nacionais de Assalariados Rurais por ela promovidos, entre 1980 e 1983, nos quais estiveram reunidos dirigentes de diversas regiões do país onde predominam os assalariados – entre os quais os trabalhadores da cana são predominantes, em função mesmo da expansão do Proálcool –, a experiência de Pernambuco foi passada como uma indicação de que **era possível fazer greve e como um modelo a ser seguido** (SIGAUD, 2019, p. 536) (grifos nossos).

Na perspectiva de Lygia Sigaud (2019), torna-se evidente a influência da atuação dos ciclos de greve de Pernambuco como “modelo a ser seguido” por trabalhadores de outras regiões do Nordeste brasileiro. A Paraíba é um dos estados que adotaram a resistência como alternativa para obter seus direitos e se enfrentar a violência patronal. Para entendermos como começou esse conflito entre os trabalhadores e seus patrões, utilizaremos as contribuições da pesquisadora Emmy Lira Duarte (2014), que ressalta que “a exploração desses trabalhadores junto à expropriação camponesa da terra propiciou a emergência da organização da classe trabalhadora em espaços políticos de representação como os Sindicatos Rurais (STRs), as Pastorais Rurais (PRs) e os Movimentos Sociais no campo” (DUARTE, 2014, p. 14).

Ao abordar a relação dos/as trabalhadores/as com a produção da cana-de-açúcar no Brejo, Moreira e Targino (1997) ressaltam que só com o declínio do algodão, a cana tornou-se a cultura principal do Brejo paraibano. Sua expansão foi possível graças às condições naturais

propícias ao seu cultivo, como também ao capital acumulado durante o ciclo algodoeiro e a estratégia adotada de produzir e vender para o mercado interno, contando com diversos incentivos governamentais.

Os trabalhadores e trabalhadoras, frente a esse processo, precisaram se organizar e lutar por seus direitos. Moreira e Targino (1997) apontam algumas de suas primeiras pautas reivindicatórias:

Luta contra a exploração do trabalhador e por melhores condições de trabalho e vida; luta contra expulsão/expropriação, que se configura na luta pelo direito de “ficar na terra”, de “viver da terra” e de “não se submeter ao capital”; luta pelo retorno à terra, pela reconquista da “terra para o trabalho” e luta dos pequenos produtores por uma política agrícola (assistência técnica e creditícia) que lhes garanta o direito não só de permanecer com a terra e na terra, como de nela produzir e dela retirar o indispensável a uma sobrevivência digna (MOREIRA; TARGINO, 1997, p. 280).

A vida da classe trabalhadora no Brejo paraibano não era fácil, não se tinha o mínimo para sobreviver, enquanto isso, a classe patronal ficava cada vez mais rica pela exploração de muitos. As atividades canavieiras eram de longas jornadas de trabalho, podendo chegar a até dez horas diárias, sob condições bastante penosas. O pagamento era feito por diárias segundo os dias trabalhados, e só tinham carteiras assinadas nas usinas em que os Sindicatos tinham maior atuação. E ainda tinham que lidar com as estratégias dos patrões, como na hora da medição da área cortada de cana, os canavieiros saíam perdendo, pois a vara não media de forma linear rigorosa, realizando “saltos” de áreas que não eram computados no seu pagamento (MOREIRA; TARGINO, 1997), o famigerado “salto da vara”.

Ainda não tinham direito a décimo terceiro, férias, repouso semanal, e quando faltavam por motivos de doença, eram descontados dos seus salários. As condições de trabalho eram péssimas, desprovidas de qualquer segurança, não tinham água potável para beber, nem equipamentos adequados, em contato direto com produtos tóxicos, e os acidentes durante o corte da cana eram muito comuns. Nesse cenário de extrema exploração e pobreza, os/as trabalhadores/as “deixam a luta pela terra e se concentra[m] em torno das reivindicações por melhores condições de trabalho e salário” (MOREIRA; TARGINO, 1997, p. 285).

Giuseppe Tosi (1988) aponta que no Brejo paraibano os movimentos sindicais são divididos em três momentos: “um na época das Ligas Camponesas, por iniciativa da Igreja e outro no começo dos anos 1970, por iniciativa dos políticos locais ou da FETAG; e um terceiro período, no começo dos anos 80, de renovação do sindicalismo” (TOSI, 1988, p. 110).

Nesse contexto, em 1972, Penha iniciava sua militância no sindicalismo de Alagoa Grande/PB, levantando a bandeira da resistência ao aceitar o convite de Margarida Alves; e, desde então, lutou junto com Margarida pelos direitos dos/as trabalhadores/as. Nos anos 80, Maria da Penha participou da criação da CUT/PB, da qual foi diretora, e sua participação nessa entidade foi muito importante para o desenvolvimento das discussões e troca de experiências entre as mulheres trabalhadoras do campo e da cidade. Posteriormente, integrou a comissão Estadual de Mulheres Trabalhadoras da CUT/PB.

De acordo com Ana Paula Romão Ferreira (2005), no início da década de 1980, Margarida Alves liderava no Brejo paraibano “uma massiva campanha salarial, que visava, também, a incorporação de dois hectares de terras para os/as trabalhadores/as da região. No entanto, além das fortes raízes em defesa da terra, outro espaço em sua atuação despertava a insatisfação das oligarquias rurais do Brejo paraibano” (FERREIRA, 2005, p. 69). Entre os atos que causavam insatisfações está o fato de que durante a Campanha Trabalhista no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande/PB, a sindicalista Margarida Alves disponibilizava panfletos como o apresentado a seguir na Figura 02, com os principais tópicos reivindicatórios, encorajando seus companheiros e companheiras a lutar por seus direitos.

Figura 02 – Campanha Trabalhista – STR de Alagoa Grande/PB



Fonte: Arquivo do Serviço de Educação Popular (SEDUP)

Percebam que durante as campanhas trabalhistas articuladas pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, Margarida é apresentada como *flor de briga*, fazendo analogia à espécie de flor margarida e toda sua delicadeza, mas contrastando com a força e a resistência da Margarida sindicalista, como vemos no panfleto em homenagem póstuma, feito um dia após a sua morte, encontrado nos arquivos do SEDUP (Figura 02). Essa resistência pode ser corroborada quando encontramos no verso do panfleto as reivindicações da Campanha Trabalhista dos canavieiros da Paraíba (1983), que dizia: “trabalhadores exijam seus direitos” – nele contendo uma relação dos direitos a serem exigidos, tais como:

Carteira de trabalho assinada
 Salário mínimo de CR\$ 30.600,00
 Jornada de 8 horas
 Hora-extra
 Repouso semanal renumerado
 Férias

Abono de natal (13°)
Dois hectares para produção de alimentos
Procure seu Sindicato
(MARGARIDA, FLOR DE BRIGA..., 1984, s/p).

Percebe-se, portanto, que essa flor realmente era de briga (por direitos), causando insatisfação às oligarquias dominantes. Afinal, Margarida e seus/suas companheiros/as sindicalistas tinham a árdua tarefa de conscientizar os/as trabalhadores/as dos seus direitos e dos mecanismos para exigí-los aos seus patrões, porém a classe patronal não queria fazer nenhum acordo com os trabalhadores, e a perseguição e ameaças contra ela só aumentava. O conflito era iminente e tal insatisfação da classe patronal estava cada vez mais acentuada, como é mencionado por uma das nossas entrevistadas, a sindicalista Carmelita Pedrosa:

Os proprietários começaram a colocar os trabalhadores para fora porque estava com medo do Sindicato. E Margarida começou, junto com esse povo, a reivindicar no Sindicato. [...] E Penha deu uma força muito grande nisso aí; começou a levar as pessoas para Campina Grande, denunciando na justiça, que esse povo estava fazendo isso, e foi muitas causas. Mais de 800 causas na justiça. Rápido, dentro de poucos meses aconteceu isso, e aí em seguida a gente continuou a trabalhar. Todo mundo que trabalhava no Sindicato começou a ser ameaçado de morte. Quando amanhecia o dia e íamos abrir o Sindicato, tinha uma mensagem: **“você está abrindo a porta, amanhã pode não abrir mais. Cuidado! Amanhã você pode morrer”**. Então, começamos a receber bilhetes de ameaças e muitos proprietários chegavam lá no Sindicato e pedia que a gente parasse com esse tipo de trabalho porque senão ia morrer muita gente, e a Margarida era a primeira da lista (PEDROSA, 2020) (Depoimento oral concedido à autora) (grifos nossos).

O que era reivindicado por Margarida, Penha, Carmelita e outros/as integrantes do STR de Alagoa Grande/PB era o mínimo para a sobrevivência de homens e mulheres do campo, que não tinham direitos básicos como décimo terceiro, carteira assinada e repouso semanal. Esta situação já estava instalada no meio dos/as trabalhadores/as há muito tempo, por isso convém ressaltar que Margarida tentou várias vezes aderir à greve junto com as mobilizações do Estado de Pernambuco, durante os ciclos de greve nos anos de 1979, 1980, 1981, 1982, porém ela encontrou alguns obstáculos, o que se percebe na fala de Roberto Vêras de Oliveira:

A Paraíba tentou entrar na greve por incentivo e participação muito forte de Margarida. Em 1982 ela tentou entrar na greve e não conseguiu mobilização. A Federação era muito atrasada, a liderança da Federação era muito conservadora. Não queria, muito diferente de Pernambuco em que estava lá Zé Francisco, o Zé Rodrigues. O Zé Francisco era presidente da Contag. Também então tinha a força da Federação, o apoio da Contag. No caso da Paraíba, eles tinham uma posição muito conservadora. O CENTRU sempre

foi oposição, fazia uma articulação com o pessoal do Brejo, pessoal que tava sob influência do SEDUP, outros para fazer oposição, mas nunca conseguiu emplacar uma chapa, ganhar uma eleição (OLIVEIRA, 2020) (Depoimento oral concedido à autora).

As lutas de Margarida, Penha e outras lideranças no Brejo paraibano foram árduas, elas viviam em aflição com as constantes ameaças, mas não baixavam a cabeça para a classe patronal, buscando articulações que garantissem os direitos dos/as trabalhadores/as do campo. Segundo Tosi (1988), a Campanha Trabalhista se desenvolveu nos anos de 1982 e 1983, até a realização da primeira greve em 1984, tendo como principais objetivos difundir entre os trabalhadores o conhecimento dos seus direitos, estimular as ações trabalhistas na justiça e proporcionar uma aproximação dos dirigentes sindicais, como também preparar o terreno e criar as condições necessárias para as Campanhas Salariais e os dissídios coletivos, a exemplo do que estava acontecendo em Pernambuco desde 1979. Tosi (1988) ressalta que três momentos marcaram as Campanhas Trabalhistas no ano de 1983, sendo eles:

A comemoração do 1º de maio, realizada em Sapé, no coração da zona canavieira, com a participação de 18 STRs e de mais de seis mil trabalhadores, que teve como tema central a luta pelos direitos. Um outro momento de grande importância foi o lançamento da campanha trabalhista a nível de Estado, realizado em Alagoa Grande, no dia 27 de agosto – poucos dias após o assassinato de Margarida Maria Alves, presidente daquele sindicato. Em dezembro do mesmo ano iniciou também uma campanha pelo pagamento do 13º salário dos canavieiros, quando os trabalhadores, pela primeira vez, receberam uma parte de seus direitos, e que foi considerado pelos dirigentes como o primeiro resultado econômico das mobilizações trabalhistas (TOSI, 2020) (Depoimento oral concedido à autora).

Essas Campanhas fortaleceram as alianças dos trabalhadores com os dirigentes sindicais, e é nesse sentido que a bandeira de luta se levanta com mais força, porém, os patrões não estavam dispostos a dar aos trabalhadores o que lhes era garantido por Lei. A forma de tentar eliminar esse avanço reivindicatório foi matando a líder sindical Margarida Maria Alves, mas a luta continuou e no ano seguinte os canavieiros do Brejo se prepararam para a Greve Geral de 1984, com paralisação nos principais municípios paraibanos produtores de cana-de-açúcar, a exemplo de Areia (Usina Santa Maria), Alagoa Grande (Usina Tanques), Caaporã (Destilaria Tabu), Santa Rita (Usinas São João, Santa Ana e Santa Rita) e Cruz do Espírito Santo (Usina Santa Helena).

De acordo com Lidineide Costa (2019), a Greve de 1984 representou o momento de maior articulação dos assalariados rurais da Zona Canaveira. Durante a Campanha Salarial na Paraíba, o

[...] processo que originou a pauta definitiva do Dissídio, as reivindicações trabalhistas contaram com a indicação e a aprovação de muitos sindicatos, como pode ser atestada no encontro de dirigentes sindicais, realizado em 30 de agosto na cidade de João Pessoa, sob coordenação da FETAG, que encaminhou 33 reclamações, a partir das condições de trabalho rural apresentadas pelos STRs, para serem discutidas com a classe patronal, visando um contrato coletivo de trabalho [...] o relatório do encontro designou outra reunião para o dia 20 do mesmo mês, visando tratar da assinatura dos editais de convocação para a divulgação das assembleias com os trabalhadores, marcada para o dia 7 de outubro; a distribuição de panfletos da Campanha Salarial e solicitou o início de um fundo de greve (COSTA, 2019, p. 146).

Ainda de acordo com Costa (2019), o processo grevista recebeu cobertura dos jornais oficiais do Estado da Paraíba a exemplo do Jornal A União (nº 202, 1984, página 07). Em 2 de outubro de 1984 o presidente da FETAG relatou que, em visita pelo Brejo, constatou a disposição dos canaveiros com vistas à Campanha Salarial, inclusive preparados para entrar em greve caso não fossem respeitadas as suas reivindicações.

De acordo com a Revista do Trabalhador Rural (1984), publicada pela CONTAG, a primeira campanha salarial dos canaveiros na Paraíba foi muito importante, pois “reviveu a velha tradição de luta dos trabalhadores rurais” (CONTAG, 1984, p. 08), e mesmo diante de um cenário marcado fortemente pelo domínio do latifúndio, os trabalhadores rurais, juntamente com a coordenação da Federação dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado da Paraíba (FETAG-PB), Sindicatos e Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), apresentaram “organização, coragem e força, realizando Assembleias que ficarão na história das grandes manifestações coletivas, e, sobretudo, sustentando uma greve de 08 dias, que só terminou com a vitória no mesmo Tribunal que julgou os Dissídios de Pernambuco e Rio Grande do Norte” (CONTAG, 1984, p. 08).

Os canaveiros aderiram à Greve Geral a partir de uma segunda-feira, dia 15 de outubro de 1984. A adesão à greve veio acompanhada da violência patronal e policial. Enquanto aumentava a adesão dos trabalhadores à greve, em decorrência da atuação dos comandos de greve, os patrões e a polícia aumentavam a repressão (CONTAG, 1984). Suas resistências tiveram frutos ao finalizar a greve: o Tribunal Regional do Trabalho finalmente julgou o dissídio coletivo da categoria e os canaveiros conseguiram aprovar 38 das 45 propostas apresentadas. Na perspectiva de Barroso (2017), a vitória provinda dessa greve na Paraíba,

Pernambuco e Rio Grande do Norte permanece até hoje, sendo um marco nas conquistas de direitos dos trabalhadores rurais brasileiros. É nessa greve também que se destacam as contribuições da sindicalista Maria da Penha, com ênfase para a sua atuação e articulação no movimento grevista dos canavieiros de 1984 no Brejo paraibano, conforme veremos a seguir.

1.2.1 A deflagração da greve na Paraíba: repressão e extrema violência da classe patronal

Em 84 houve a greve dos canavieiros. Fomos vítimas de muita violência. Bateram em mim e no meu esposo, no meio da rua às quatro horas da manhã. Num piquete de greve, quebraram uma Brasília toda, feriram meu marido, que teve que ir para o hospital e me bateram muito, até de bota. Tudo isso a repressão fez a mando dos patrões (SILVA, 1986, p. 23).

Nesse relato que Maria da Penha fez em seu livro *Violência Rural e Reforma Agrária*, deixa evidente que a adesão dos canavieiros e representantes do STR à greve deixou a classe patronal enfurecida, e a violência foi usada como parte de uma estratégia para assegurar que os trabalhadores abandonassem o movimento. Penha e seus companheiros do Sindicato tiveram apoio do CENTRU e do SEDUP. Acerca do acontecido, Roberto Verás de Oliveira (2020), um dos membros do CENTRU, descreve como foi sua participação na greve:

Fomos todos para Alagoa Grande, os vários assessores, incluindo eu. Dormíamos lá, outros dormiam em Canafístula, foram pra Guarabira, outros pra Sapé. Então a gente se distribuiu um pouco ali na área. O pessoal do SEDUP também apoiando a greve. Todo mundo envolvido na greve e foi uma greve tensa, e Alagoa Grande foi o centro mais tenso [...]. No caso de Alagoa Grande, acabou havendo repressão; nós fomos alvo, inclusive, estávamos numa madrugada eu, Penha, Zé Horácio, Vanderley Amado, Leôncio Camino e fomos todos para a ponte. Ali na saída para Areia, ali tinha uma pontezinha, não sei se ainda tem – e ali era o principal ponto de boia-fria. Canafístula também tinha, inclusive tinha um irmão meu ajudando em outros lugares. Em Alagoa Grande tinha um lugarzinho também lá no meio do canavial, mas aquele era o principal, era o ponto de boia-fria e a gente foi para o ponto dos boias-frias para falar com os trabalhadores, para panfletar, para dizer que a greve havia sido decretada e que eles não fossem trabalhar. Aí chegou um carro, um jipe com Zito Buarque e os capangas. Já chegaram dando umas pancadas na gente e todo mundo correu. Quebraram os vidros do carro, botaram uma arma no pescoço de Zé Horácio, Penha ficou muito nervosa e voltamos no Sindicato. Fazíamos assembleia durante o dia e reunindo os trabalhadores, durante à noite fechava tudo e ficava lá, morrendo de medo de acontecer alguma coisa, porque eles ficavam passando na frente do Sindicato de carro (OLIVEIRA, 2020) (Depoimento oral concedido à autora).

A fala de Roberto Verás mostra o clima tenso daquele momento, a atuação de Penha, e por isso cabe destacar a coragem dessa mulher e de seus companheiros, que, mesmo sob

ameaças, não desistiram da luta, pois enquanto os capangas os vigiavam, eles continuavam dialogando/panfletando com a classe trabalhadora, (re)afirmando que a greve era legal e ressaltando a importância de se organizar e lutar por direitos. Vê-se, com isso, que a violência patronal é a marca que acompanha constantemente estes conflitos no campo. Mesmo assim, segundo a Revista do Trabalhador (1984), na Paraíba, a participação dos trabalhadores foi das mais expressivas, tanto na representatividade em Assembleias, como em resistência no decorrer da greve. Ainda de acordo com a Revista do Trabalhador (CONTAG, 1984, p. 02), “os Sindicatos de Santa Rita, Alagoa Grande, Cruz do Espírito Santo e Pilar chegaram a reunir, em média, cerca de 2.500 trabalhadores em Assembleia. Em Sapé, mais de 7 mil canavieiros aclamaram a pauta de reivindicações e a deflagração da greve”. A violência acompanhou o movimento grevista e conforme relatou a própria Penha,

Houve todo tipo de violência durante a greve. A polícia correu atrás de estudante, prendeu o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais da cidade vizinha, espancou e feriu trabalhadores. Chegaram até mesmo ao absurdo de bater no secretário do Sindicato, dentro da Junta, em Campina Grande, na hora da audiência. Esse companheiro foi derrubado, pisado, chutado, pelos patrões e seus pistoleiros. E nenhuma providência foi tomada, nem no momento da agressão, nem depois (SILVA, 1986, p. 23).

Neste trecho do livro de Maria da Penha, fica notória a violência vivida pelos trabalhadores na Paraíba, a repressão intensa, pois os patrões, além de seus jagunços, também tiveram o apoio da Polícia Militar para combater a greve dos canavieiros. Essa repressão está registrada na *Revista do Trabalhador*:

Na Paraíba, no entanto, o Governo, depois de ter prometido, publicamente, que asseguraria o direito de greve dos trabalhadores, omitiu-se em tomar providências para conter a violência patronal e permitiu que a própria polícia se prestasse ao papel de repressor dos trabalhadores. Como resultado, a Paraíba registrou casos graves de espancamento, prisões arbitrárias, invasão de Sindicatos, trabalho forçado e cerceamento do direito de greve, que foram amplamente denunciados pelo nosso Movimento Sindical e por Parlamentares na Assembleia Legislativa e no Congresso Nacional (CONTAG, 1984, p. 02).

Em meio às mobilizações, ocorreram diversos episódios de violência contra trabalhadores rurais, repressão que não foi combatida pelo governo, muito pelo contrário. Assim, a aliança entre o governo e a classe patronal “desequilibra a relação de forças no campo e adota medidas, muitas vezes ilegais, para ampliar seu lucro e reduzir a remuneração dos

assalariados. As intervenções nos sindicatos foram acompanhadas por perseguições, prisões e até mesmo assassinatos de lideranças” (OLIVEIRA et al., 2019, p.147).

O comando de greve em Cuitegi, assim como em Alagoa Grande, sofreu forte repressão policial e do chamado “Grupo de Várzea”. As agressões eram escancaradas como estratégia do patronato para colocar medo em todos que aderissem à greve. Na cidade de Sapé, o produtor de abacaxi João Balbino investiu contra um comando de greve, *atropelando e ferindo* o trabalhador Manoel Gomes; posteriormente outro trabalhador foi agredido por participar de uma concentração grevista.

A CONTAG se posicionou em defesa dos grevistas e protestou contra a violência patronal, principalmente nos municípios que eram comandados pelo Grupo da Várzea, grupo liderado por Agnaldo Veloso Borges, suspeito de ter sido o mandante do assassinato de Margarida Alves (CONTAG, 1984). Em Alagoa Grande, o administrador da Usina Tanque, que era genro de Agnaldo Veloso Borges, juntamente com seus jagunços, agrediu com cabo de espingarda um grupo de dirigentes sindicais do qual Maria da Penha e seu esposo José Horácio faziam parte. A repressão no Brejo paraibano perdurou até o final da greve e o STR ficou cercado pelos jagunços como um lembrete constante da insatisfação dos patrões.

O Relatório Final da Comissão Estadual da Verdade (2017), no tópico “Mapa da tortura (1964-1985)”, nos apresenta os diversos mecanismos de tortura utilizados pela ditadura no período, prática que parece associar-se a uma cultura de violência e repressão que marca a própria história do país desde a sua conquista pelas expedições portuguesas. A violência era utilizada tanto pelos militares como pelos proprietários de terra, tendo por justificativa combater as ameaças de subversão da ordem. E continua sendo praticada em pleno Estado democrático de direito, aplicada aos marginalizados social e economicamente. Os/as trabalhadores/as do Brejo estavam muito organizados/as e confiantes com a Greve e com expectativas de, por meio dela, conseguir seus direitos, como relata Tosi:

No primeiro dia de greve, já desde as primeiras horas da madrugada centenas de canavieiros se reuniram na frente dos sindicatos e nos pontos de acesso ao município, erguendo piquetes com pedras e árvores para impedir a passagem dos caminhões carregados de cana ou de trabalhadores (“fura greve”). Durante toda a semana a paralisação foi grande, atingindo cerca de 80% da categoria e paralisando as duas Usinas (TOSI, 1988, p. 79).

Contudo, a família com maior poder econômico e concentração de terras da região, os Veloso Borges, não aceitaram a greve, mesmo com o reconhecimento de sua legalidade, e sua “Usina Tanques”, localizada em Alagoa Grande, continuou moendo de forma reduzida, com

uma forte repressão armada e agressões contra os que aderiram à greve e aos dirigentes sindicais.

Nesse sentido, várias estratégias utilizadas pelos empreiteiros e respaldadas pelos patrões para “furar a greve” são apontadas por Neide Miele (1985), como

[...] pagar dobrado para aqueles trabalhadores que assumissem “furar a greve” e ir trabalhar. Nas assembleias permanentes realizadas no sindicato, os trabalhadores demonstravam uma inquietação muito grande (para não dizer raiva) quando era comunicado, pelos próprios trabalhadores, que tal ou qual empreiteiro tinha conseguido furar o bloqueio, encher o caminhão de trabalhadores e ir para o corte de cana (MIELE, 1985, p. 167).

Os elementos mais organizados e combativos da classe trabalhadora precisaram se organizar e se mobilizar, buscando estratégias para alcançar todos os trabalhadores e conscientizá-los de que deviam se juntar à luta em prol de seus direitos, que por tanto tempo foram negados. Os conflitos eram cada vez mais numerosos no Brejo paraibano, com a organização da classe trabalhadora se apoiando no pressuposto de que somente a partir da ação coletiva consciente, concomitante à sua autoconstrução como sujeitos históricos, poderiam atingir seus objetivos, ou seja, adentrando naquilo abordado por Marcelo Badaró Mattos (2012, embasado em Thompson, que é o processo de construção da “classe”. Mattos (2012) aponta que o uso do termo “classe” tende a significar, para Marx e Engels, uma nova categoria de “análise da realidade social, capaz de dar conta das desigualdades econômico-sociais na sociedade capitalista, indicando um momento de autorrepresentação consciente dos trabalhadores sobre sua situação social, interesses comuns e oposição de interesses em relação a outra(s) classe(s)” (MATTOS, 2012, p. 59).

Na perspectiva de Thompson (1988 apud MATTOS, 2012), a consciência de classe advém da experiência comum dos indivíduos de uma mesma classe:

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais (THOMPSON, 1988 apud MATTOS, 2012, p. 84-85).

A partir dessa consciência do lugar em que estão inseridos socialmente, experiências compartilhadas e percepção da condição de exploração vivida por essa classe trabalhadora foram fundamentais para que muitos se levantassem para lutar e também conscientizassem outros da importância de *ser resistência* e reivindicar os seus direitos.

A divulgação das demandas e chamamento para a greve se deu por meio de panfletos, no ponto de caminhão, na sede do Sindicato, em reuniões nos engenhos. Tosi (1988) aponta que “a maioria dos grevistas se concentra na frente do sindicato, em assembleia permanente, e sai em passeatas animadas por cantos e discursos improvisados pelos próprios trabalhadores” (TOSI, 1988, p. 80). A Greve teve apoio de representantes da Igreja Católica, que se disponibilizou, conforme Tosi, a organizar o “fundo de greve”, “que era recolhido nas portas das Igrejas e entre os pequenos produtores e as áreas de conflito de terra - e na celebração de procissões e missas campais durante a semana de paralisação” (TOSI, 1988, p. 80).

É nesse contexto que buscamos realçar a participação das mulheres nesses movimentos de resistência, pois conforme afirmação de Duarte (2014, p. 65), “a mulher trabalhadora rural e camponesa participou do enfrentamento pelo acesso e permanência na terra”, com destaque para as ações reivindicatórias do Movimento de Mulheres Trabalhadoras (MMT). Paulatinamente, elas adquiriam a consciência de sua condição de trabalhadoras, e numa situação ainda pior que a dos homens, pois se os homens não recebiam salários dignos, muito menos as mulheres, que passavam a ter consciência de sua posição duplamente desfavorecida de trabalhadora e mulher.

Nesta perspectiva, a autora Vanderlay Santana Reina (2014) destaca em seu artigo “Mulheres no movimento sindical: o ‘avesso’ da história”, que a distinção entre homens e mulheres na divisão social do trabalho como teoria e problemática da pesquisa no âmbito da Sociologia, surge nos anos 1970. A classe trabalhadora no Brasil e no mundo “foi olhada amiúde de modo homogêneo, sem considerar a distinção de gênero, raça/etnia e menos de geração” (REINA, 2014, p. 627). As trabalhadoras que foram associadas biologicamente à reprodução privada, representavam a categoria de trabalho reprodutivo, que se caracteriza pela separação social do trabalho. Sendo assim, a “história das mulheres vai além da perspectiva de um sujeito subalterno. Elas são também invisíveis” (REINA, 2014, p. 628).

Mesmo sendo invisibilizadas socialmente e nas narrativas historiográficas, as mulheres eram atuantes nos movimentos de resistência na Paraíba, a exemplo dos conflitos por terra que aconteceram em várias regiões do Brejo. O município de Alagoa Grande, localizado na referida microrregião, teve o registro de 12 propriedades em conflito. Vale destacar que em praticamente todos esses conflitos, a presença das mulheres foi marcante na luta pela terra, como relatou

Júlio César Ramalho, em depoimento à Comissão Estadual da Verdade (PB): “as mulheres eram maioria na luta pela resistência e Anastácio¹⁸ é testemunha, as mulheres eram mais fortes e mais bravas na hora de enfrentar a polícia” (PARAÍBA, 2017, p. 534).

Nesse sentido, Neide Miele, em sua dissertação “A mulher na palha da cana” (1985), aborda a participação feminina na produção da monocultura da cana-de-açúcar na região do município de Santa Rita, no litoral paraibano, mencionando por diversas vezes as discriminações sofridas pela mulher do campo. Todavia, essas mulheres começaram a quebrar os grilhões da passividade construída por uma sociedade patriarcal que designa que o espaço político e social seja ocupado predominantemente pelos homens, inclusive o espaço sindical. Mulheres que sofreram com a expulsão das terras, onde elas cultivavam seus roçados para a manutenção do sustento da sua família. Mulheres que adentraram ao trabalho da cana, com salário irrisório, bem menor que os dos homens, mesmo fazendo a mesma função. Também não tinham os direitos de proteção contra a insalubridade, previstos pela legislação, visto elas tinham suas mãos corroídas pelos elementos químicos que compõem o adubo e os defensivos. Nem a licença para o parto era cumprida e os cuidados com os filhos na sua ausência eram delegados, na maioria das vezes, à filha maior, que tomava conta dos irmãos e da casa. Muitos são os desafios enfrentados pelas trabalhadoras paraibanas, mas assim como os homens, elas também estavam na luta por melhorias trabalhistas, e a greve dos canavieiros, ocorrida pela primeira vez na Paraíba (1984), foi fundamental para despertar a classe trabalhadora para a luta pela conquista dos seus direitos (MIELE, 1985).

Inserir o protagonismo feminino nas narrativas tem sido um desafio para a historiografia, e abordar a participação dessas mulheres na Greve de 1984 é tirá-las do silenciamento e evidenciá-las como protagonistas e lideranças que estavam à frente da Greve, orientando e lutando pelos direitos dos/as canavieiros/as.

A greve foi vitoriosa nos três Estados (Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte), fortalecendo as organizações dos trabalhadores e trabalhadoras do campo. Também possibilitou que alguns acordos fossem feitos, a exemplo do acordo com a empresa Maguari, conforme relato dos integrantes da FETAG-PB, CONTAG e sindicalistas da cidade de Sapé/PB:

Terminada a greve vitoriosa dos canavieiros da Paraíba, apresentaram-se em encaminhar, pela Lei de Greve, a Campanha Salarial dos 200 plantadores e colhedores de abacaxi, empregados da Empresa Frutas Tropicais Ltda. – a

¹⁸ Frei Anastácio (Antônio Ribeiro), paraibano, nascido em Esperança/PB, padre da ordem franciscana, também participou da Equipe Promoção Humana criada por Dom José Maria Pires, bem como do primeiro grupo responsável pela inclusão da Igreja Católica na organização dos camponeses no estado da Paraíba, na década de 1970 (PARAÍBA, 2017).

MAGUARI, que, espontaneamente, haviam aderido à greve dos canavieiros, em outubro último. No dia 04 de novembro, em assembleia no Sindicato de Sapé, os trabalhadores aprovaram a pauta de reivindicações e a decisão de ir à greve, caso houvesse recusa por parte de Maguari. Mas a reunião de negociações em 11 de novembro chegou a bom termo, com a vitória expressiva para os trabalhadores (CONTAG, 1984, p. 09).

Nesse contexto das lutas empreendidas durante a Greve na Paraíba, merece destaque a repercussão nacional da cidade de Alagoa Grande, pois ela foi uma das cidades paraibanas que mais apresentou violência patronal sobre os trabalhadores:

Passado o período de greve a “raiva” dos patrões não diminuiu, pelo contrário, aumentou, pois passaram a ter que responder na justiça pelos danos físicos e materiais que resultaram da violência imposta aos trabalhadores, dirigentes sindicais e assessores do Movimento Sindical. Outro fator que veio tirar os patrões da costumeira impunidade a que estavam acostumados foi que, devido à pressão e mobilização dos trabalhadores, o inquérito para apuração do assassinato de Margarida, saiu da esfera policial e foi para a esfera judicial onde, após o seu término, o Promotor Público e o Assistente do Ministério Público pedem que sejam pronunciados como réus as três pessoas diretamente implicadas na execução do crime, sendo uma delas filho de um dos patrões, e que sejam julgados através de júri popular. Além disso, o assistente de acusação requereu ao Juiz que os sete proprietários rurais que foram citados ao longo do processo, como autores intelectuais do crime, voltem a ser ouvidos em juízo (MIELE, 1985, p. 16-17).

Era fundamental para os trabalhadores do Brejo que a Justiça julgasse e prendesse os que mataram Margarida. Em uma reunião sobre a Campanha salarial e a primeira greve dos canavieiros na Paraíba, Maria da Penha relata que após os primeiros momentos de

[...] comoção e mobilização por ocasião da morte de Margarida Maria Alves, os sindicalistas de Alagoa Grande que vêm depondo no processo se sentem sozinhos, “como réus”, sem apoio do movimento sindical e de outras entidades. Apela aos participantes do Encontro que se façam presentes, pressionando a Justiça, acompanhando o processo (CEDI, 1985, p. 98).

Neste encontro da Campanha Salarial e a Primeira Greve dos Canavieiros da Paraíba (1985), no momento do debate Penha pediu ajuda, pois além do caso de Margarida, muitos companheiros e companheiras de luta vinham sofrendo perseguição e violência, mas nenhum crime por parte dos patrões era julgado e a impunidade era o que prevalecia no Brejo paraibano.

Ainda a respeito das violências no campo, só que no estado vizinho de Pernambuco, Marcela Bezerra (2016) ressalta que a violência patronal manifestava-se contra os militantes sindicais e “mesmo quando os assessores sindicais acionavam as autoridades policiais, ficavam

desprotegidos, uma vez que a rede de influência dos empregadores imbricava-se com o poder estatal e seus representantes, sendo a polícia um deles” (BEZERRA, 2016, p. 69). Nesse tocante, as semelhanças com o caso paraibano são evidentes.

Mesmo as notórias melhorias alcançadas pela Greve trouxeram desafios, pois os proprietários se recusavam a pagar os dias que não foram trabalhados durante a Greve e muitos patrões não cumpriram as decisões do Tribunal Regional do Trabalho. De acordo com Giuseppe Tosi (1988, p. 252), “o dissídio de 1984 foi considerado legal, e por isso os trabalhadores teriam direito a receber todos os dias em que ficaram parados”. Entretanto, por meio de entrevistas com os canavieiros pelo SEDUP, foi constatado que somente 3% conseguiu receber algum pagamento desses dias de paralisação. A falta do cumprimento dos acordos feitos pelos trabalhadores e o patrão afetou as reivindicações nos anos seguintes e nesse sentido Tosi (1988) aponta que

Se no primeiro ano de greve os índices de comparecimento foram expressivos, já no segundo ano (1985), em função do desrespeito dos acordos, a participação dos assalariados nas assembleias diminuiu significativamente e se chegou à assinatura de um acordo sem greve, aceitando inclusive cláusulas desfavoráveis aos trabalhadores. No terceiro ano (1986) se partiu de novo para a greve, mas o comparecimento nas assembleias caiu pela metade e a paralisação no campo foi parcial e limitada a alguns municípios onde os sindicatos eram mais atuantes. Em 1987 houve de novo um acordo coletivo sem greve, e com pouca participação. Estas dificuldades são mais marcantes no Brejo, onde a agroindústria canavieira tem como condição necessária para a sua reprodução, os incentivos governamentais e a super-exploração da mão-de-obra. Por isso no Brejo, os níveis de remuneração são inferiores a outras regiões canavieiras do Estado e menos frequentes é também a aplicação das cláusulas trabalhistas. A própria fragmentação dos proprietários em pequenas e médias unidades de produção dificulta uma ação, o processo de fiscalização e de organização dos trabalhadores (TOSI, 1988, p. 83) (*sic*).

Percebe-se que a falta de acesso a trabalho digno, à educação, à saúde dos trabalhadores e da sua família, como também o desrespeito aos acordos judiciais, levaram à diminuição da participação dos canavieiros nas assembleias ou a favor das greves subsequentes, o que levou até a assinarem, em assembleia, cláusulas desfavoráveis aos trabalhadores.

Apesar das manobras patronais para perseguir os que aderiram à greve, como também não cumprir os acordos, em depoimento à Revista Canavieiros em Greve (CEDI, 1985, p. 96-97), o sindicalista Cícero Leonardo, que fazia parte do Polo Brejo II, relata que a greve foi uma vitória para os trabalhadores canavieiros, principalmente porque

[...] se viu que os trabalhadores aprenderam como se organizar e fazer greve, acumularam muita experiência que antes eles não tinham, perderam até o medo de enfrentar os patrões e até a própria polícia. Isso a gente viu na greve, onde determinado sindicato na área do Brejo, como o caso de Cuitegi, onde o sindicato tem um número bem resumido de associados, mas na hora da greve, na hora de se fazer o paradeiro se viu um piquete com mais de 800 pessoas. Quer dizer até a própria polícia foi barrada quando passava na estrada. Quer dizer, isso foi a experiência própria do trabalhador [...] a gente viu no estado da Paraíba apesar de todo esse trabalho que já foi dito aqui de organização, foi muito bem coordenado pela Federação, pela CONTAG e teve apoio de todo mundo, mas na prática se viu que os trabalhadores da Paraíba estavam em condição, e estão em condição, de fazer greve e fazer até com que o dissídio coletivo seja cumprido. [...] isto porque na prática a gente viu que os trabalhadores tiveram força e peito pra parar, enfrentar a polícia ou quem quer que seja. Então pra mim, deu pra mim entender que a greve se faz é na prática e se faz é na força de vontade do trabalhador e através da necessidade do trabalhador. Então sobre a Paraíba eu escutei, talvez eu repita, eu escutei que alguém disse que na Paraíba ainda não era hora de se fazer greve [...] nós da Paraíba, eu como trabalhador, como dirigente sindical tenho a certeza que a greve na Paraíba foi feita numa hora oportuna. Era isso que eu queria esclarecer do que eu entendi da greve aqui na Paraíba (CEDI, 1985, p. 96-97).

A fala do sindicalista deixa em evidência a importância da greve na Paraíba, mesmo que tenha sido combatida com violência e após os acordos muitos patrões não cumpriram com o que foi estabelecido, se negando a dar o que era direito da classe trabalhadora do campo. A greve mostrou que os/as trabalhadores/as tinham consciência dos seus direitos e que ao ser negados, a organização da classe era um caminho para conquistá-los. Por essa razão, a partir das reflexões propiciadas nesse subitem, foi possível (re)pensar as múltiplas situações vividas pelos trabalhadores e trabalhadoras do campo na Região do Brejo paraibano, sendo possível também identificar a violência brutal a que foram submetidos no seu cotidiano de trabalho e no momento em que aderiram à Greve em busca de melhorias trabalhistas e, conseqüentemente, melhorias nas suas condições de vida. Os desdobramentos e debates, no entanto, nos permitiram pensar que essa violência no campo, sobretudo na Paraíba, foi expressa das mais variadas formas e, na perspectiva de Moreira e Targino (1997), ela aconteceu no momento em que famílias foram despejadas, quando casas e lavouras foram destruídas, quando foram efetuadas prisões arbitrárias, torturas e assassinatos. Isso porque nas áreas de conflitos, nas greves dos canavieiros, homens, mulheres e crianças foram espancados e feridos à bala. Várias lideranças perderam suas vidas, vítimas da mão armada do latifúndio. E o mais chocante é que muitos desses crimes permanecem até hoje em completa impunidade.

A luta é uma constante na vida dessa população que, entre avanços e retrocessos, não desiste de sonhar e lutar, até o dia em que seus direitos sejam respeitados e tantas “Margaridas e Pedros” não morram por ousarem sonhar com uma sociedade em que o/a trabalhador/a tenha

seus direitos respeitados e acesso à terra, para dela tirar os mantimentos necessários para sua sobrevivência. O legado e a memória de homens e mulheres que ousaram lutar no seu tempo estarão marcados na nossa história de resistência do campesinato paraibano.

E se tantas Margaridas e Penhas estiveram presentes nesse ambiente tão hostil e de conflitos, não seria justo se não abordássemos com maior ênfase a atuação de luta dessas “guerreiras” paraibanas. Para tanto, as discussões de gênero no âmbito sindical do Brejo da Paraíba não podem ser excluídas deste trabalho, pois assim estaríamos mais uma vez negando a ação dessas mulheres na história. É isso que abordaremos no capítulo seguinte.

CAPÍTULO II – MULHERES: MEMÓRIA E RESISTÊNCIA

“Como tornar possível uma história das mulheres se a nós foi negado até muito recentemente o acesso ao espaço público, lugar por excelência da História”
(Michelle Perrot)

De início queremos evidenciar a luta das mulheres para conquistar os seus direitos que por tanto tempo foram negados, visto que as diversas formas de opressão e exploração, quando se trata do universo feminino, são ainda mais intensas que em relação aos homens. E isso é notório ainda nos dias atuais, principalmente quando se trata da diferença salarial entre homens e mulheres que exercem a mesma função, no acesso desigual a espaços políticos, na violência de gênero e em diversos outros aspectos que evidenciam a força do machismo e do patriarcado em nossa sociedade.

Para tanto, dialogaremos com autoras como Margareth Rago (1995), Michelle Perrot (2006), Joana Pedro (2011), Silvia Federici (2017), dentre outras que contribuíram para que entendêssemos como as mulheres vêm se organizando para reivindicar seus direitos e lutar por emancipação. Neste sentido, evidenciaremos o lugar de representatividade de Maria da Penha como liderança sindical e fundadora do Movimento de Mulheres no Brejo Paraibano (MMB). Exploraremos os fatores que levaram essas paraibanas a requerer o reconhecimento de seu lugar de fala no Sindicato de Alagoa Grande/PB, buscando desconstruir e romper com as práticas patriarcais em defesa da discussão das pautas de gênero no âmbito sindical.

2.1 Vozes silenciadas nos discursos historiográficos

A escrita da História se transformou através do tempo, sempre se refazendo a partir dos vestígios do passado e das perguntas do presente. A partir do século XIX e adentrando ao XX, a escola metódica defendia a máxima de que “história se faz com documentos”, de preferência com os documentos escritos, “legítimos” e oficiais. Entretanto, por meio de novas reflexões e abordagens, foi se constituindo a percepção de que os vestígios da passagem humana não poderiam ser limitados aos documentos escritos (LE GOFF, 2012). A partir da segunda década do século XX, crescia a importância de se repensar a produção historiográfica, porém é longa a trajetória teórico-metodológica que levou à renovação e ampliação dos métodos, perguntas e objetos para a escrita da História.

Segundo o historiador dos Annales, Lucien Febvre (1941), a história faz-se com documentos escritos, quando estes existem, e também pode fazer-se com documentos não escritos, a exemplo de fontes iconográficas, sonoras, arqueológicas, etc. Esse alargamento das fontes para além dos documentos escritos abordado por Febvre foi discutido com mais intensidade a partir da criação da Escola dos Annales na França e perpassa por suas gerações ao longo do século XX. A princípio, os fundadores da escola francesa entenderam que as relações econômicas e sociais também eram dignas de historicidade ao ponto de chegarem a rejeitar a história política como central na narrativa histórica, com o entendimento de que tanto o econômico quanto o social, o político e o cultural são históricos e podem ser objetos da análise histórica.

Diante das lacunas e silêncios que permeiam os discursos historiográficos, no que se refere à presença e ação femininas nas narrativas, me ponho a refletir: *o que é a história?* E com base na interrogação da historiadora Tania Navarro Swain (1995, p. 130), a História é: “senão uma imensa lacuna, uma interrogação sem fim, um silêncio sem limites, cujas margens possíveis encontram-se no ruído do tempo, alcançado apenas através de algumas páginas em rascunho, algumas inscrições veladas, inapreensíveis traços do humano?”. Ao interrogar os silêncios nos deparamos com histórias de mulheres, que numa perspectiva binária de mundo, “foram expulsas da história, não porque estivessem dela ausentes, mas porque o discurso histórico as tornou invisíveis, modelou-as inexoravelmente como seres inferiores, imobilizadas em papéis subordinados, dominadas, mesmo onde os indícios clamam à diferença” (SWAIN, 1995, p. 153).

Nesta perspectiva, no alargamento do que pode ser considerado fonte histórica e de interesse histórico, os marginalizados da história aos poucos foram aparecendo nas narrativas historiográficas, ganhando espaço sobretudo através dos relatos orais, dos testemunhos, das memórias individuais e/ou coletivas. Ou seja, a história ganha novos sujeitos, novas fontes, novas abordagens, nova linguagem e muitas discussões.

Atentando para as (re)flexões dos discursos que são construídos sobre o passado, a historiadora Margareth Rago (1995) nos leva a pensar que a História não narra o passado, mas constrói um discurso sobre este, trazendo tanto o olhar quanto a própria subjetividade daquele que recorta e narra, à sua maneira, a matéria da história. Sendo assim, com o alargamento da historiografia, as mulheres passam a ser incluídas nos discursos historiográficos. A produção historiográfica sobre as mulheres teve forte influência teórico-metodológica nos princípios epistemológicos da história social, fortemente marcada pelo marxismo. As péssimas condições de trabalho, os salários inferiores aos dos homens, o assédio sexual, as inúmeras formas da

violência machista foram temas que ocuparam as páginas das obras que se dedicaram à mulher trabalhadora (RAGO, 1995).

Assim, os olhares para o cotidiano das mulheres subalternas, a exemplo de sua dupla ou tripla jornada de trabalho (dentro de casa e fora dela), tinham seus feitos silenciados e seus direitos anulados, todavia, por vezes a militância pela emancipação feminina as levou a ter seu lugar de sujeito histórico, consciente e militante.

Um dos nomes mais proeminentes dessa perspectiva é a historiadora francesa Michelle Perrot (1987), que se debruçou aos estudos voltados para o que chamou de “os excluídos da história”, introduzindo na sua produção historiográfica – num meio universitário conservador e reticente –, os operários, as mulheres e os transgressores da lei burguesa. Ao analisar a condição feminina na sociedade francesa, Perrot nos apresenta as vivências da mulher rebelde, a dona de casa no espaço privado, e como se construíram as relações de poder, lugar de fala, exclusão política, matriarcado, patriarcado, trabalho nas fábricas, trabalho doméstico e exclusão nas narrativas históricas. Quando elas eram “rebeldes”, a sociedade patriarcal as lembrava de qual seria seu lugar: restrito ao privado e aos cuidados dos seus filhos. Nesse tocante, conforme a autora, “as fronteiras entre o público e o privado nem sempre existiram. Elas mudam com o tempo. Sua evolução, a fragilidade do seu equilíbrio, a tendência global à privatização com fases alternadas de ‘público’ e ‘privado’ são um dos principais temas da reflexão contemporânea” (PERROT, 2006, p. 176).

Ser mulher ao longo da história da humanidade não foi uma tarefa fácil e, para que hoje tivéssemos alguns avanços e conquistas, foram necessárias lutas e resistências de muitas mulheres que ousaram no seu tempo, lutando por direitos e se posicionando contra os padrões estabelecidos por uma sociedade falocêntrica: “ademais, a ordem patriarcal deve reinar em tudo: na família e no Estado. É a lei do equilíbrio histórico” (PERROT, 2006, p. 173). Ao homem foi designado seu lugar no espaço público e às mulheres, por serem vistas como sensíveis e agirem com o coração, a elas é dado o espaço do lar. Como enfatizou a historiadora Tania Swain (s/d):

A injunção do dispositivo amoroso: este constrói e ensina às mulheres a necessidade do esquecimento de si, do cuidado de outrem, da abdicção de seus desejos, da submissão à ordem estabelecida, do respeito às regras e normas sob pena de exclusão. Devem viver sob o signo do amor: amor a família, ao próximo (SWAIN, s/d, p. 06).

Todavia, mesmo estando aparentemente ausentes do processo histórico, as mulheres sempre estiveram presentes em vários espaços de poder cotidianos, familiares, sociais e

políticos. Tais mulheres foram sensíveis ao analisar sua situação enquanto sujeitas sociais, dotadas de capacidade intelectual, podendo, assim, participar da vida política reservada exclusivamente ao homem, pois, como hoje nós sabemos,

As mulheres não são passivas nem submissas. A miséria, a opressão, a dominação, por reais que sejam, não bastam para contar sua história. Elas estão presentes aqui e além. Elas são diferentes. Elas se afirmam por outras palavras, outros gestos. Na cidade, na própria fábrica, elas têm outras práticas cotidianas, formas concretas de resistência – à hierarquia, à disciplina – que derrotam a racionalidade do poder, enxertadas sobre uso próprio do tempo e do espaço. Elas traçam um caminho que é preciso reencontrar. Uma história outra. Uma outra história (PERROT, 2006, p. 212).

As mulheres vêm conquistando seu espaço na historiografia, como enfatiza Margareth Rago (2012), ao ressaltar a importância dessa coragem feminina, coragem de mulheres que proferiram discursos sobre sua realidade e que lhes custaram tão caro, não só correndo o risco da perda da própria vida, mas também as dos seus filhos. Como não perceber o cuidado que dispensaram a outras mulheres e também aos homens, cuidado que é ao mesmo tempo um cuidado de si e amor pelo mundo?

As discussões feministas foram fundamentais para as mulheres quebrarem as amarras do patriarcado, e como frisou Joana Maria Pedro (2011), o feminismo hegemônico esteve presente no final do século XIX e início do XX, momento em que as mulheres reivindicavam direitos políticos, sociais e econômicos. A partir da metade dos anos de 1960, outras questões surgiram na pauta de reivindicações das mulheres, como: direito ao corpo, ao prazer, e o fim da opressão do patriarcado. Margareth Rago (2003) aponta que os movimentos feministas se organizaram, ao lado de

Outras “minorias” sociais, e se manifestaram em movimentos políticos reivindicando o “direito à diferença” e questionando radicalmente os padrões dominantes da masculinidade e da feminilidade. O movimento negro fortaleceu-se, invadindo os espaços públicos das universidades às praças defendendo o “black is beautiful”, e colocando em cena as novas exigências e críticas das mulheres negras, diferenciando-se, por sua vez, das demandas dos feminismos “brancos” (RAGO, 2003, s/p).

No Brasil, os diálogos voltados para as questões de gênero se destacaram com mais intensidade a partir dos anos 1970, 1980 e início dos 1990, sobretudo em São Paulo e Rio de Janeiro. Além disso, o debate das feministas tem a preocupação de deixar em evidência a capacidade das mulheres enquanto sujeitas sociais capazes de serem protagonistas de suas

histórias, em um espaço onde suas experiências saem da invisibilidade e, assim como os homens, conquistam seu lugar de memória nas narrativas historiográficas.

Para a historiadora Carla Pinsky (2009), em seu texto “Estudos de Gênero e História Social”, a história das mulheres

Adquiriu expressão a partir da década de 1970, inspirada por questionamentos feministas e por mudanças que ocorriam na historiografia, entre as quais, a ênfase em temas como família, sexualidade, representações, cotidiano, grupos “excluídos”. Seu sucesso atrelou-se aos avanços da *Nouvelle Histoire*, *Social History*, *Cultural History* e dos Estudos de População. A produção historiográfica passível de ser reunida sob o título História das Mulheres foi e é bastante diversificada em termos de assuntos, métodos e qualidade intelectual. Entretanto, esses trabalhos têm em comum: a atenção às mulheres do passado e o reconhecimento de que a condição feminina é constituída histórica e socialmente. Vários historiadores, após denunciar a exclusão das mulheres nos trabalhos de História feitos até então, procuraram torná-las visíveis na chamada História Geral (PINSKY, 2009, p. 160).

Para tornar essas mulheres visíveis na historiografia é preciso (re)pensar o saber histórico e questionar os fatores que levaram a essa exclusão e à dominação masculina. Dominação que, segundo Pinsky (2009), são advindas das “teorias do patriarcado”. O movimento feminista, pelo viés de uma perspectiva marxista, evidencia a exclusão da ação e participação das mulheres na História. O patriarcado domina todos os setores da sociedade e o capitalismo se utiliza de seus benefícios para manter seu controle sobre a “força de trabalho feminina na divisão sexual do trabalho (procurando garantir o ‘papel reprodutivo’ e a manutenção de um ‘exército de reserva’)” (PINSKY, 2009, p. 163).

Dialogando com as contribuições de Carla Pinsky (2009), nos propomos a trabalhar com diferentes discursos e perspectivas de observação sobre as memórias de lutas das mulheres por seu lugar nas produções historiográficas, levando em consideração as transformações históricas, suas vivências e experiências, incorporando na pesquisa e na análise seus entrecruzamentos com etnia, raça, classe, grupo etário, região, entre outras variáveis que se mostrem relevantes.

Nesse sentido, entendemos que a opressão às mulheres é histórica e foi aprofundada pelo capitalismo. O livro *Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*, da autora Silvia Federici (2017) traz contribuições inovadoras para o movimento de libertação das mulheres e o combate da sua subordinação aos homens. Suas reflexões e análises nos levam à reflexão do quanto a discriminação contra as mulheres na sociedade capitalista “não é o legado de um mundo pré-moderno, mas sim uma formação do capitalismo, construído sobre diferenças

sexuais existentes e reconstruído para cumprir novas funções sociais” (FEDERICI, 2017, p. 11).

Assim, o Estado e os discursos patriarcais reservaram para as mulheres o fardo do espaço privado e das funções domésticas. E mesmo quando trabalham fora de casa, ainda recai sobre elas o cuidado da casa, filhos e marido. No mundo capitalista, as mulheres são inferiorizadas, possuem menor poder social do que os homens e seu trabalho produtivo e reprodutivo é menosprezado,

O trabalho das mulheres começou a se parecer com um recurso natural, disponível para todos, assim como o ar que respiramos e a água que bebemos. Esta foi uma derrota histórica para as mulheres. Com sua expulsão dos ofícios e a desvalorização do trabalho reprodutivo, a pobreza foi feminilizada. Para colocar em prática a “apropriação primitiva” dos homens sobre o trabalho feminino, foi construída uma nova ordem patriarcal, reduzindo as mulheres a uma dupla dependência: de seus empregadores e a dos homens (FEDERICI, 2017, p. 191).

Silvia Federici dedica-se a mostrar a invisibilização da mulher e de sua importância social como um legado da formação do capitalismo. É notório em sua análise que ao longo da história foram as mulheres que pagaram o preço mais alto da exploração capitalista, na proporção que desempenharam um papel fundamental no ambiente familiar e ao mesmo tempo em que carregaram um fardo marcado pela dupla ou tripla jornada de trabalho. A elas ficou a árdua tarefa do cuidado da casa, dos filhos e do marido e ainda a exercerem atividades laborais, sendo em geral responsáveis pela complementação da renda familiar, como auxiliares dos seus maridos, recebendo salários inferiores mesmo executando as mesmas tarefas dos homens. Como veremos, essa também é uma realidade ainda hoje vivida pelas paraibanas do Brejo.

Com base nas discussões abordadas até o momento, é importante ressaltar que para o estudo do feminismo na Paraíba, a historiadora Dayane Sobreira aponta em sua monografia, intitulada “Mulher bonita é a que luta’: nas tessituras do feminismo em Campina Grande/PB (1982-1992”, que

As referências são escassas. Com poucos trabalhos que abordem as memórias desse movimento no Estado, e vale lembrar que não são feitos por historiadores, mas por sociólogos e integrantes dos grupos de ONG’S, constituindo produções independentes. Impressiona, contudo, a existência de tal lacuna visto a dimensão das lutas, conquistas e participação a nível de João Pessoa e Campina Grande, principalmente. Por outro lado, há um bom número de pesquisas e textos que trazem Margarida Maria Alves ou Penha Nascimento, que foram líderes sindicais nessa região (SOBREIRA, 2014, p. 30).

Nas décadas 1970 e 1980, no contexto de reabertura democrática no Brasil, os movimentos de mulheres ganharam força e significativa expressão, e na Paraíba surgem os primeiros grupos feministas. Ainda de acordo com a pesquisadora Dayane Sobreira (2017), o feminismo paraibano surge no ano de 1979 por um grupo de professoras vindas do combate à ditadura e que carregavam experiências ligadas ao feminismo francês e a grupos de esquerda. Surgiram os grupos Maria Mulher, em João Pessoa (1979), o Grupo de Mulheres de Campina Grande (1982), o Movimento de Mulheres Trabalhadoras da Paraíba (MMT/PB), entre os anos de 1981 e 1982, o Grupo Mulheres e o Sertão Mulher (1983), além do Grupo Raízes (1984) em Campina Grande, Movimento de Mulheres do Brejo (MMB) em 1986, em Alagoa Grande, e a Cunha Coletivo Feminista, em 1990.

Esses movimentos provenientes das áreas urbanas e rurais atuaram de formas distintas, segundo suas especificidades. As mulheres trabalhadoras rurais na região do Brejo paraibano, que fazem parte desta pesquisa, articuladas com essas discussões sobre a opressão às mulheres, perceberam a necessidade, como frisou Duarte (2014), de se colocar frente à luta contra a exploração de classe, concomitantemente às especificidades da mulher, enquanto sujeitas exploradas duplamente nesse processo. Assim, ao examinar a importância das memórias e resistência daquelas mulheres que tiveram seus feitos invisibilizados, não queremos com isso torná-las vítimas, figuras heroicas ou melhores que os homens. “Trata-se, antes, de permitir que a pluralidade da história não seja obliterada pelas narrativas pretensamente universais, sempre excludentes e estigmatizadoras, criando-se espaços para a expressão diferenciada da memória de todos os setores sociais” (RAGO, 2009, p. 03).

2.2 Lideranças femininas que se destacaram na Paraíba: Elizabeth Teixeira, Margarida Alves e Penha Nascimento

*“A experiência de todos os movimentos libertadores
atesta que o sucesso de uma revolução depende do
grau de participação das mulheres”
(Lênin)*

Demonstrar a participação na história de lideranças femininas como Elizabeth Teixeira, Margarida Alves e Maria da Penha é evidenciar a presença da mulher paraibana na luta de resistência. Importante ressaltar que, no contexto em que tais lideranças estavam inseridas, os espaços eram ocupados em sua maioria por homens. Trazer as experiências dessas líderes paraibanas é desconstruir os padrões normativos que dificultavam às mulheres até mesmo a

participar das atividades associativas. Regina Novaes (1997) aponta uma questão que foi um fator crucial para que Elizabeth Teixeira e Margarida Alves se tornassem lideranças femininas. Margarida acompanhava seu marido na luta sindical, mas não era uma liderança, todavia seu companheiro Cassimiro, devido a problemas de saúde, ocasionados por perseguição e violências ocorridas pela repressão militar, ficou impossibilitado de continuar na liderança sindical. Liderança assumida por Margarida, que conquistou destaque em sua militância.

Elizabeth tomou a frente da Liga de Sapé/PB após o assassinato de seu marido, João Pedro Teixeira. Ela ocupa seu lugar e passa a ter notoriedade nacional nos dois anos que antecederam o golpe de 1964. Segundo Silva e Oliveira (2019, p. 278), “a lógica da virilidade masculina é apropriada pelo Estado brasileiro para restabelecer a ordem no campo. No caso de Elizabeth Teixeira, a sua luta era desafiadora, porque ela era uma das únicas mulheres à frente das ligas camponesas”. Nesta perspectiva, Elizabeth tanto sofreu repressão na posição de trabalhadora como na de mulher.

A esse respeito, a historiadora Alômia Abrantes da Silva, em sua tese de doutorado com o título “Paraíba, mulher-macho: tessituras de gênero, (desa) fios da história”, na qual ela reserva no seu segundo capítulo, um tópico denominado “Marcada para sofrer”: a guerreira e sua incompletude”, aponta que não foi fácil a trajetória de Elizabeth Teixeira para se tornar uma liderança feminina em defesa dos direitos de homens e mulheres do campo. Segundo a autora (2008), Elisabeth Teixeira, tem sua liderança demarcada, pela sua viuvez. “E esta se faz a marca forte em sua identidade e na sua corporeidade: a da ausência, da perda, da solidão. A sua história, sua individualidade é, de certo modo, tragada pela referência forte do seu marido, João Pedro Teixeira” (SILVA, 2008, p. 108).

Já Maria da Penha começou sua militância em 1972 devido à necessidade de apoio feminino na luta que Margarida vinha desempenhando no STR de Alagoa Grande/PB. Após a morte de Margarida, Penha intensifica sua militância, assumindo a liderança do sindicato e não baixando a cabeça para as ameaças dos proprietários de terra, como podemos perceber na fala do entrevistado Roberto Vêras de Oliveira (2020).

Margarida foi quem colocou Penha na militância, Penha tava lá na casa dela, tinha a vida dela de trabalhadora rural lá em Canafístula, Zé Horácio no Sindicato, aí Margarida chamou Penha para acompanhar ela nas reuniões porque Margarida precisava de uma companhia mulher, o fato de estar num ambiente muito masculinizado, machista e tal, viajava muito, o marido dela já era bastante velho na época, Cassimiro, acompanhava ela, mas não muito (OLIVEIRA, 2020) (Depoimento oral concedido à autora).

Roberto Vêras (2020) ainda salienta que a morte de Margarida foi muito marcante para Penha. Ele guarda em sua memória a imagem de Penha, muito abalada, na manifestação após a morte de Margarida:

Ela era amiga dela, companheira e aquilo foi muito brutal, aquele assassinato. Bom, desde então Penha entrou de cabeça, foi um pouco o que aconteceu com a mulher de Pedro Teixeira quando ele morreu que ela disse “a sua luta é a minha luta”, falou isso no caixão, no enterro de João Pedro. Então foi um pouco o que aconteceu com Penha também, ela assumiu a luta de Margarida, incorporou isso, assumiu esse posto no CENTRU que era posição de Margarida, assumiu a coordenação, ou seja, uma diretoria, e estabelecemos uma relação muito próxima porque éramos nós os assessores e os diretores (OLIVEIRA, 2020) (Depoimento oral concedido à autora).

Assim como Elizabeth, Penha também, diante da morte de sua companheira de luta, incorporou e assumiu o posto de liderança, e enquanto viveu, lutou pelos direitos de mulheres e homens do campo, como também buscou justiça pela morte de Margarida. Para Ana Paula Ferreira (2005, p. 83):

É inegável o papel desempenhado na construção significativa da organização das Mulheres Rurais. No caso da Paraíba, há a relevância de Elizabeth Teixeira, Margarida Maria Alves e Maria da Penha Nascimento, que se constituíram em expressões no cenário regional e nacional, tanto no movimento de luta pela terra quanto no movimento de mulheres, seja pela atuação direta em fóruns específicos, seja pela prática coerente destas reconhecidas pelo movimento das mulheres, do campo e da cidade.

Assim sendo, o sacrifício dessas militantes se tornou um exemplo para todas aquelas que pretendem participar ou para as que já participam dos sindicatos de trabalhadores rurais e de entidades a serviço do Movimento Popular no Campo. Entendendo a relevância da luta dessas mulheres, abordaremos a seguir as trajetórias de três paraibanas que deixaram um legado de luta não só para Paraíba, mas para todo o país, visto que suas militâncias causaram impacto na classe patronal, no patriarcado e no capitalismo enquanto estruturas de opressão. Foram mulheres que mudaram os espaços em que estavam inseridas, suas experiências de lutas se interligam na busca pelo direito da classe trabalhadora, pela terra e o combate à opressão do patrão. Suas militâncias e protagonismo feminino foi um diferencial dentro dos espaços de luta da sociedade (rural e urbana) paraibana.

2.2.1 Elizabeth Altina Teixeira – “Luto pela liberdade dos camponeses”

“O que a Liga Camponesa não queria era ver os camponeses continuarem a ser explorados, torturados, assassinados, terem suas lavouras destruídas, serem despejados sem reagir. O que queríamos era que não houvesse mais viúvas e órfãos da luta. Queríamos terra para trabalhar”
(Elizabeth Teixeira)

Elizabeth Altina Teixeira nasceu na cidade de Sapé/PB, tendo como avô um pequeno proprietário de terras e uma avó descendente de uma família abastada do latifúndio. Seu pai esperava um filho homem, mas sua mãe trouxe ao mundo uma mulher; não sabia ele que sua filha seria uma liderança reconhecida dentro e fora do Brasil. “Desde cedo, senti na pele o machismo, configurado na figura: a mãe sofredora; ela (a filha) que não precisava estudar” (SILVEIRA et al., 2012, p. 17).

Elizabeth se mostrou uma mulher forte e determinada, que não tinha medo dos padrões estabelecidos na sociedade brasileira patriarcal e machista. Enquanto na época era dito que mulher não precisava estudar, ela fazia o contrário, se destacando com sua inteligência e dedicação nos estudos¹⁹. Posteriormente, foi a responsável por alfabetizar seu marido, o líder camponês João Pedro Teixeira. Segundo Elizabeth, ele queixava-se pelo fato de não saber ler e nem escrever; por isso, o interesse dele pelo mundo das letras. O namoro com João Pedro “instaurou a primeira ruptura com o padrão familiar vigente, com as diferenças de condição social e também racial” (SILVEIRA et al., 2012, p. 17).

O paraibano João Pedro Teixeira foi reconhecido em todas as regiões do Brasil por sua atuação na Liga Camponesa de Sapé, teve sua vida marcada pela ativa participação em diversos conflitos trabalhistas, cuja experiência de organização foi obtida durante o período em que trabalhou em uma pedreira no município de Jaboatão, em Pernambuco, pois foi lá que adquiriu vivência acerca dos direitos trabalhistas, de como reivindicar por melhores condições de trabalho, e de organizar os companheiros em ação coletiva. Tudo isso propiciou a João Pedro não só uma consciência de classe, mas uma desenvoltura em saber lidar com as demandas dos companheiros de luta; conhecimento que se aprimorou quando teve contato com a precariedade de vida do homem do campo. Entendendo que a raiz do problema estava associada às relações

¹⁹ De acordo com Elizabeth Teixeira, numa entrevista concedida a Alípio Freire e Hamilton Pereira à Revista Teoria e Debate (1995), a ex-líder camponesa, aponta as dificuldades que encontrou na sua infância de ter acesso à educação, sobretudo em um ambiente familiar onde a instrução não era tão valorizada. E diante de alguns reveses que começaram a aparecer, a impossibilitaram de dar continuidade aos estudos, não concluindo assim, o ensino fundamental I (antigo ensino primário), saindo da escola aos nove anos de idade.

de trabalho, e das diversas formas de exploração a que o trabalhador rural era subordinado, sua luta contra o autoritarismo dos patrões deu o tom de sua militância no movimento camponês na década de 1950 e início dos anos 1960. Neste período, a exploração e os inúmeros conflitos entre os donos de terra e o trabalhador rural, somados à violência e arbitrariedades que eram praticadas no cotidiano desses camponeses, levou João Pedro a organizar os camponeses a favor de melhores condições de trabalho.

Ele acreditava que seria possível uma Reforma Agrária pela luta e junto com outros companheiros criou, em 1958²⁰, a Liga Camponesa na cidade de Sapé/PB. De acordo com Novaes (1997) as Ligas Camponesas que teve sua origem no Estado de Pernambuco e espalhou-se por diversos pontos no Brasil, a exemplo da Paraíba, cuja cidade de Sapé chegou a ser a maior do país, se expandiram também por várias cidades paraibanas, a exemplo de Pilar, Cruz do Espírito Santo, Santa Rita, entre outras. “Formava-se assim, uma rede de solidariedade entre os camponeses que perpassava as fronteiras geográficas e sociais das grandes propriedades agrícolas” (NOVAES, 1997, p. 41). O avanço das Ligas não agradou aos latifundiários, que logo se organizaram para colocar um fim nas lideranças que estavam influenciando os trabalhadores a lutar por seus direitos.

João Pedro lutou em defesa dos trabalhadores até seu último suspiro. Depois de sofrer várias pressões, ameaças e prisões, a maneira que o grupo de usineiros da região, conhecido como Grupo da Várzea, encontrou para silenciá-lo foi tirando sua vida por meio de uma emboscada, no dia 02 de abril de 1962. Para Rosa Godoy (2012), o assassinato de João Pedro “denuncia como tantas outras, a insignificância da vida humana para os dominantes. Insignificância que oculta o medo da perda do poder, o medo do povo, típico de nossas elites,

²⁰ A primeira tentativa impulsionada por João Pedro Teixeira de organizar os camponeses, no sentido de mobilizá-los a lutar por condições mais dignas de trabalho, e combater os abusos cometidos pelos latifundiários da região, foi datada de 1954, quando ele sai de Pernambuco e retorna à Paraíba e se instala junto com sua família em Barra de Antas/Sapé, num terreno cedido pelo sogro (Manoel Justino, que desde o começo foi contra o romance dos dois). Nessa localidade, João Pedro percebeu a triste realidade do homem do campo, onde a fome e a pobreza estavam entrelaçadas nas relações de trabalho, e tal exploração, acabava empobrecendo ainda mais o agricultor, enquanto enriquecia os grandes proprietários de terra (os latifundiários). Numa investida de mobilizar os camponeses, o marido de Elizabeth inicia um processo de conscientização dos trabalhadores rurais, realizando reuniões, indo de casa em casa, com o intuito de conhecer a realidade de cada camponês. Essa movimentação por parte de João Pedro acabou chamando atenção não só dos latifundiários da redondeza, como também do próprio sogro, que via nas suas atitudes uma ameaça aos seus interesses. Então, foi neste contexto de perseguição, em meios às ameaças, a violência, as prisões e um novo desentendimento com o sogro, que levaram João Pedro a viajar para o Rio de Janeiro, em busca de trabalho como mecanismo de sustentar sua família. Deste modo, a ideia de mobilização camponesa, iniciada em 1954, acabou sendo interrompida, sendo retomada anos depois, em 1958, quando o movimento da Liga Camponesa de Sapé se institucionalizou, sendo naquele momento oficialmente denominada de “Associação dos Lavradores Agrícolas de Sapé”. Portanto, uma parcela significativa de pesquisadores que já abordaram essa temática, aponta o ano de 1958, como o ano de fundação da Liga Camponesa de Sapé (AUED, 1986).

incapazes de dialogarem com os trabalhadores” (GODOY, 2012, p. 20). Foi nesse cenário de luto e revolta que Elizabeth Teixeira assumiu a direção da Liga de Sapé.

No ponto de vista de Novaes (1997), Elizabeth, ao assumir a liderança da Liga, seria construtora e guardiã da memória do marido, das Ligas, de outros companheiros assassinados, e da experiência coletiva vivenciada. A dor de uma mulher, esposa, mãe, “incorporou também a dor dos excluídos. A luta continuou. Mais forte, mais solidária” (SILVEIRA et al., 2012, p. 20).

No livro *Elizabeth Teixeira: Mulher da Terra*, a autora Ayla Rocha (2016) traz em cada linha as experiências vividas por essa mulher paraibana, que mesmo com os cuidados da casa e dos filhos, se interessava pela luta do marido e junto com ele lia as publicações e os livros que chegavam. Elizabeth, inspirada no que lia, começava a entender e também valorizar mais a luta. Sua participação não se restringiu apenas à leitura dos jornais, ela também atuava no preenchimento das carteirinhas dos sócios da Liga de Sapé. Diferente do que acontecia com a maioria dos camponeses que não tinha preocupação de esclarecer suas esposas, João Pedro compartilhava com a sua companheira os motivos que o levaram a levantar a bandeira da luta pela Reforma Agrária. Sua luta era pelo fim da exploração, fome e analfabetismo. João Pedro queria um futuro diferente para seus filhos e os filhos dos seus companheiros.

Os proprietários criavam suas “próprias leis” e os trabalhadores que fossem contrários eram considerados subversivos, castigados, e muitos foram expulsos de suas terras. Os latifundiários usavam os jornais e as rádios para denunciar a “subversão”, o “comunismo”, cobrando do governo mais repressão (ROCHA, 2016). Mesmo aterrorizada pela violência, Elizabeth, no dia do velório, fez um juramento a João Pedro: “a sua luta, de hoje em diante, será a minha luta, prometo! Com consciência da luta ou sem consciência da luta, eu marcharei na sua luta. Darei continuidade a ela em seu lugar” (ROCHA, 2016, p. 105). Ainda de acordo com Rocha (2016), três meses após a morte de João Pedro, sob a liderança de Elizabeth, a Liga de Sapé cresceu de sete mil e quatrocentos camponeses para dezesseis mil camponeses²¹.

Elizabeth sofreu perseguição como militante da Liga e como mulher: durante os momentos de perseguição e violência policial, diziam que seu lugar era no tanque, lugar de mulher era na cozinha, e não fazendo badernas. Em uma de suas prisões, Elizabeth relata que o

²¹ No que diz respeito ao crescimento dos filiados à Liga Camponesa de Sapé no comando de Elizabeth Teixeira, não existe um número exato e sim um número aproximado de membros, cuja totalidade são muito variáveis de um autor para outro. Essa divergência de dados está associada à falta de fontes documentais. Talvez essa ausência de provas esteja relacionada ao Golpe civil-militar de 1964, dado a perseguição que o movimento camponês sofreu nesse período ditatorial. Por isso, alguns pesquisadores, como João Stédile (2012), apontam a Liga de Sapé como a mais abrangente, com 12 mil associados.

coronel Luiz a acusou de agitadora, subversiva, e que seu lugar era dentro de casa cuidando dos filhos e que parasse de andar com um monte de machos, sendo rotulada como uma mulher safada e sem vergonha (ROCHA, 2016). Aqui podemos destacar, portanto, o comportamento machista, que determina o *lugar* do homem e da mulher.

Claudia Cristina Hoffmann, ao abordar no tópico “Tortura e violência no depoimento de Izabel Fávero”²² na CCV (2014), aponta que as mulheres que estavam na luta de resistência foram perseguidas, muitas delas presas, torturadas e ainda tiveram suas histórias marcadas por uma “cultura patriarcal e mentalidade de uma sociedade que ‘diminui, desvaloriza e desqualifica a figura feminina. Isso fica evidente também nas técnicas de tortura, pois além de toda a violência, no momento dos xingamentos, houve a estratégia articulada de utilização de adjetivos de cunho machista” (CCV, 2014, p. 372), além da violação sexual. Neste aspecto, segundo Mirla Cisne (2018, p. 102),

A primeira categorização social do sexo ocorre com repartição dos indivíduos em categoria de sexo, entre homens e mulheres. Tal partição obedece a um sistema de valores, atributos e normas que fixam o que é considerado “feminino” e “masculino”. Assim, desde a infância, meninos e meninas recebem uma educação sexista, ou seja, aquelas que não diferenciam os sexos, mas educa homens e mulheres de forma desigual.

Portanto entende-se que Elizabeth rompeu com os padrões do seu contexto social e espacial ao se tornar liderança em um movimento cuja predominância era masculina, numa cultura nordestina, onde os lugares e os papéis ocupados pelo gênero eram tão bem definidos, que transpor com esse estereótipo de “fragilidade” e “inferioridade” em torno da imagem feminina – como fez Elizabeth Teixeira, por meio de sua altivez e coragem – soou como uma afronta para aqueles que tinham uma ideia engessada nos moldes patriarcais a respeito da força das mulheres. E mesmo seus atos não sendo bem vistos na sociedade, ela lutou até onde pôde pelos direitos das trabalhadoras e trabalhadores do campo, sendo fiel à promessa realizada no velório de seu amado marido, João Pedro Teixeira.

Diante da violência dos latifundiários e da extrema repressão policial intensificada pelo golpe civil-militar, o risco de morte sobre ela e sua família se intensificou, e Elizabeth só tinha duas alternativas: ser torturada até a morte ou fugir. Ela pensava em seus filhos e tinha que deixá-los em segurança. Elizabeth fugiu da repressão levando com ela apenas um dos onze filhos que ela teve com João Pedro: o caçula Carlos, que na época tinha seis anos de idade.

²² Ex-militante da Vanguarda Armada Revolucionária (VAR-Palmares), foi presa em 5 de maio de 1970, em Nova Aurora – Paraná.

Além de ser o mais novo, a “preferência” por Carlos, em detrimento dos outros, está relacionada à rejeição familiar materna por ele ser fisicamente parecido com o pai. João Pedro era considerado pelo pai de Elizabeth como uma “cabra safado”, subversivo e comunista.

Viver na clandestinidade foi o único meio encontrado por Elizabeth para preservar a sua vida e a de seus filhos. Com roupas folgadas, lenço no cabelo para cobrir parte de seu rosto, em um caminhão que transportava cereais, Elizabeth deixaria para trás seu Estado, sua família e seus filhos aos cuidados de outras pessoas. No coração a esperança de mudança no nosso país e o fim da repressão para que ela pudesse voltar para os seus. Nessa fuga desesperada, trocou até de identidade e Elizabeth Altina Teixeira passou a ser chamada de Marta Maria da Costa.

A necessidade de viver na clandestinidade ou parecer invisível foi a maneira que muitas mulheres e homens encontraram para sobreviver em meio às perseguições, prisões, torturas físicas e psicológicas, advindas da ditadura militar no Brasil. Segundo Susel Rosa (2013, p. 48-49), “o Ato Institucional de número 5 e os outros decretos como o AI-4, que legitimou pena de morte e prisão perpétua no país – já estavam em pleno vigor. A caça aos militantes dos grupos de luta política pela repressão tornou-se mais feroz”. Era nesse cenário de repressão intensificada no governo militar que a paraibana Elizabeth Teixeira estava inserida.

Ainda de acordo com Susel Rosa (2013), a experiência da clandestinidade significa:

Além de tornar-se invisível socialmente e morrer para o mundo, habitar o espaço liminar da clandestinidade significa furtar-se à estrutura jurídica e política, transgredir os códigos e as fronteiras demarcatórias, usar mensagens codificadas, mudar de nomes, de roupa, trocar a cor do cabelo, passar por privações emocionais e físicas (ROSA, 2013, p. 49).

Elizabeth precisou tornar-se “invisível”, passou por privações, mas continuou sendo resistência, lutando até o dia em que ela pôde voltar ao encontro de seus filhos, familiares e amigos. A história do êxodo de Elizabeth foi contada por Eduardo Coutinho, por meio do documentário cinematográfico *Cabra marcado para morrer* (1984). Segundo o cineasta,

Elizabeth Teixeira atua no filme como protagonista que eternizou, na memória coletiva, a luta das Ligas Camponesas, seu surgimento, trajetória e desfecho. Mas foi a sua história de resistência aos latifundiários, assumida como liderança feminina contida no juramento diante do corpo do marido: Eu marcharei na tua luta, registrado por Bandeira e outras (1997), que se revelou com mais profundidade histórica o seu pioneirismo feminino nas lutas camponesas (FERREIRA, 2005, p. 55).

Além da perda do marido, Elizabeth teve de enfrentar perseguição dos latifundiários e militares; prisão; a dor de perder seus filhos (José Eudes e João Pedro Filho, que foram assassinados); o suicídio da sua filha Marluce Teixeira, que, diante de tantas perdas e repressão sofrida por sua mãe, tirou a própria vida; e sem alternativa foi obrigada a viver por 17 anos na clandestinidade, perdendo em vida o contato com os demais filhos e familiares. Impossível não admirar sua militância e liderança, que não se intimidava com o latifúndio, fazendo “articulações não só cruzando as porteiras das fazendas, engenhos e usinas, como viajando para a capital do estado e do país” (NOVAES, 1997, p. 214).

Rosa Godoy, Neide Miele e Lourdes Bandeira (2012) apontam que a memória é uma poderosa arma no enfrentamento político, e Elizabeth Teixeira, ao registrar seu depoimento no livro *Eu Marcharei na Luta*²³, buscou tirar as Ligas “de um passado que as quiseram mortas, e torná-las vivas, alimentando a luta dos trabalhadores rurais de agora, a mostrar que a História é sempre produto de seu tempo e, por isso, também uma arma perigosa contra todos aqueles que temem a força das massas trabalhadoras” (GODOY; MIELE; BANDEIRA, 2012, p. 22).

2.2.2 Margarida Maria Alves – “Da luta eu não fujo”

“Temos então que colher a revolta e a inquietação de quem não se submete e ousar dar formas às sementes do futuro, ainda que em tempos onde o futuro parece ter sido abolido”
(Mauro Iasi)

No dia 12 de agosto de 1983, foi noticiado o assassinato da líder sindical Margarida Maria Alves. Maria da Penha Nascimento (1986) relata que a morte de sua companheira foi um choque para ela, visto que seu ingresso no STR se deu pela solidão de Margarida no sindicato, pois a maioria das lideranças era masculina. Nesse convívio com Margarida, Penha disse ter se capacitado, adquirindo experiência e se formado como uma lutadora sindical.

Margarida sofreu inúmeras ameaças, mas não deixou de lutar, nem se intimidou com seus algozes. Os usineiros que a mataram faziam parte do Grupo da Várzea, que também tinha

²³ Neide Miele (2012) ressalta que a ideia da escrita desse livro teve início em 1985, em um encontro do dia Internacional da Mulher, promovido pelas mulheres do Brejo (MMT/PB) em Guarabira/PB e a fala de Elizabeth emocionou a todos. Nos anos 90, Maria da Penha reacendeu a ideia da publicação do livro de Elizabeth, alegando que não se podia mais adiar a publicação. Todavia, mais uma vez a publicação foi adiada devido às mortes de Penha e Beth Lobo no dia 15 de março de 1991; no dia anterior, Beth, Penha e Lourdes Bandeira estiveram na casa de Elizabeth realizando mais uma entrevista. Em 1993, Lourdes, Neide e Rosa Godoy decidiram finalizar o livro, e sua primeira publicação ocorreu em 1997, cumprindo seu destino e desejo de Penha, que era levar os leitores a conhecer as experiências, memórias, lutas e resistências de Elizabeth Teixeira.

representantes políticos formados por donos de fábricas, usinas, deputados estaduais e federais, entre outros. Esse grupo era liderado por Agnaldo Veloso Borges, um dos responsáveis por decretar a morte de Margarida. Todavia, os mandantes desse crime ficaram impunes. A Justiça não prendeu os culpados e a história se repetia, assim como foi com João Pedro Teixeira e tantos outros militantes da causa dos/as trabalhadores/as rurais.

O estopim que ocasionou a morte de Margarida foi sua atuação no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande/PB, onde ela, naquele ano, tinha conseguido encaminhar várias ações para a Justiça Trabalhista; conduziu uma visita dos fiscais da Delegacia do Trabalho ao município; e também estava envolvida com a Campanha Trabalhista na Paraíba. Sua morte, como apontou Novaes (1997), “fez reviver o medo”, porém não calou os militantes sindicais, nem parou a Campanha Trabalhista e o movimento grevista no ano seguinte.

Ferreira (2005) ressalta que no início da década de 1960, o número de sindicatos²⁴ no meio rural deu um salto, sendo a Igreja Católica sua maior incentivadora. Na perspectiva de Waléria Kássia Martins (2020, p. 119):

Durante a década de 1960 a Igreja Católica passou por um processo de inflexão. Seu projeto de sindicalização rural, conhecido no Brejo como “sindicatos dos padres”, levou a Igreja a uma aproximação com os trabalhadores rurais da região. Contrária à adesão por parte dos camponeses às Ligas, a Igreja Católica adotou uma postura de mediação dos conflitos rurais por meio da sindicalização rural com vistas ao estabelecimento de conciliação de classes, ou seja, com a indicação da possibilidade de promoção de melhorias de condições de vida e de trabalho dentro da ordem estabelecida, sem mudanças na estrutura agrária e das relações sociais de poder.

A princípio, os padres responsáveis pela criação dos sindicatos rurais do Brejo paraibano tinham seus interesses interligados com os da classe dominante. Por intermédio dos padres, a Igreja não só criou os sindicatos na Paraíba, “mas conduziu sua atuação por meio da Doutrina Social que traçava caminhos de conciliação de classes e harmonia social, por isso o incômodo com as Ligas Camponesas” (SILVA, 2020, p. 127).

²⁴ De acordo com a pesquisadora Waléria Kássia Martins (2020), a Igreja Católica passou a se envolver com mais intensidade com questões sociais no meio rural brasileiro no início do ano de 1950, pois acreditava que as ideais comunistas, socialistas, anarquistas, entre outros, poderiam prejudicar a vida dos trabalhadores, sobretudo os católicos. Para não perder seus fiéis camponeses, ela levanta a bandeira da luta contra ao direcionamento das questões sociais por meio de movimentos socialistas e comunistas. No Brejo paraibano a atuação da Igreja na década de 1960 ocorreu em oposição à atuação das Ligas Camponesas na Paraíba, movimento social ligado ao Partido Comunista do Brasil (PCB). A Igreja não aceitava que seus fiéis se tornassem comunistas. Ainda de acordo com Waléria Kássia Martins (2020), a situação da classe trabalhadora desde o início do século XX foi marcada pela lentidão na execução de ações efetivas por parte do Estado, que tratava as questões sociais como caso de polícia. A adesão por parte dos trabalhadores aos ideais comunistas preocupava a Igreja Católica.

Segundo Novaes (1997), o primeiro Sindicato fundado na Paraíba foi em Catolé do Rocha, sob a liderança do Frei Marcelino, que também era associado aos movimentos das Ligas Camponesas, sendo perceptível que essa contraposição católica às Ligas não foi unânime.

Rodrigues (2018) acrescenta que o primeiro sindicato fundado no Brejo paraibano foi no município de Areia, em fevereiro de 1962, a partir da iniciativa do Padre Rui Vieira. No mesmo ano foi criado o STR de Alagoa Grande pelo padre Geraldo Pinto, juntamente com Severino Cassimiro, esposo de Margarida.

Cassimiro, a princípio, deu início à sua militância sindical, conforme Ferreira (2010 apud RODRIGUES, 2018, p. 43), por meio de práticas presentes no que se convencionou chamar de “velho sindicalismo”, ou seja, um sindicalismo corporativista e assistencialista, atrelado ao Estado e adepto da conciliação de classes. Todavia, em entrevista concedida à Novaes (1997), ele destaca que por meio dos cursos, aprendeu o que era a vivência sindical e compreendeu que aquilo era um meio para defender o direito do trabalhador.

Apesar do STR de Alagoa Grande ter sido fundado com o apoio da Igreja Católica conservadora, e conseqüentemente adotar a prática assistencialista com a finalidade de atrair os trabalhadores e assim combater os ditos subversivos e comunistas, não se pode deixar de fora a repressão advinda do golpe civil-militar. Um exemplo dessa repressão a lideranças do “sindicato do padre” é o caso do próprio sindicalista Severino Cassimiro, que foi perseguido, sofreu violências e a partir do que passou não teve mais saúde física e emocional, tendo que se afastar da presidência do STR de Alagoa Grande. Segundo Rodrigues (2018, p. 47), “a intervenção dos militares nos sindicatos representou, na conjuntura do Golpe, uma ruptura com os próprios sindicatos cristãos, com o intuito de promover um esvaziamento de qualquer papel reivindicativo do sindicato”.

Margarida continuou a luta de seu marido. Sua militância a princípio ocorreu com a participação nos cursos promovidos pelo Movimento Sindical do Trabalhador Rural (MSTR). Explorando as brechas da lei, esse grupo se rotulava como sendo apolítico e afastado de todas as religiões. Porém, após o golpe de 1964, o MSTR se torna um polo constitutivo na definição da questão agrária. Na segunda metade da década de 1970, o MSTR destacou-se na posição de “trabalho da Igreja progressista”, que também passou a se posicionar nesta questão. Margarida Alves, mesmo não sendo membro de uma Comunidade Eclesial de Base, passou a usufruir das informações e dos espaços ocupados pelas pastorais rurais da Paraíba. Ela também fazia parte do Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural (CENTRU), fundado pelo líder camponês Manoel da Conceição (NOVAES, 1997).

A participação de Margarida no STR de Alagoa Grande durou cerca de vinte anos, atuando também na organização de outros sindicatos de trabalhadores rurais na região da lavoura canavieira, no Brejo paraibano. Ela começou como secretária do sindicato, depois tesoureira e em 1973 foi eleita presidente e reeleita sucessivamente para os mandatos iniciados nos anos de 1976, 1979 e 1982. Margarida Alves consolidou a sua participação no sindicato, sendo modelo de liderança e resistência para outras camponesas e camponeses que atuavam naquela organização (FERREIRA, 2005).

A organização do STR de Alagoa Grande/PB teve conexões com a Igreja Católica e Margarida foi muito influenciada por membros da Igreja para assumir a liderança das lutas sindicais. Em sua pesquisa, a historiadora Lidineide Vieira da Costa (2019) aponta que entre as ações da Diocese de Guarabira estava a criação do:

[...] setor de “serviços” da Igreja Católica, o que compreendeu a fundação de órgãos auxiliares para atendimento, acompanhamento e mediação de conflitos envolvendo terra e salário dos homens e mulheres no campo. As práticas das lideranças da Diocese passavam pela construção de uma Igreja mais popular, voltada para os menos favorecidos economicamente, orientada pela Teologia da Libertação (TL), o que coincidiu com o processo histórico de expansão do capitalismo na região em estudo e o desamparo da população rural diante das mudanças ocorridas a partir de então (COSTA, 2019, p. 71).

Na perspectiva da Teologia da Libertação, a Diocese de Guarabira fortificou diversas ações direcionadas aos trabalhadores/as do campo. Devido às dificuldades e penúria enfrentadas pelos trabalhadores, muitos acabavam se sujeitando à exploração do patrão, pois dependiam da terra do proprietário para sua subsistência. Na década de 1980, a Igreja Católica da Paraíba se pautou em ações

[...] orientadas por bispos, padres e leigos, dialogando com “os de baixo”, esteve nutrida por um olhar diferenciado para os trabalhadores assalariados rurais, mas suas ações no campo começaram a ter visibilidade a partir da atuação desta nas disputas por terras, em meio à expropriação do campesinato na década de 1970 (COSTA, 2019, p. 71).

No que diz respeito ao chamado novo sindicalismo na Paraíba, este acompanhou a conjuntura política que atravessava o país durante a década de 1980, com lideranças sindicais disputando por chapas de oposição às antigas lideranças (COSTA, 2019). No período de redemocratização, lideranças camponesas também entraram nas disputas eleitorais, a exemplo da candidatura de Maria Penha para vereadora nos anos de 1988 e Deputada Federal em 1990, pelo Partido dos Trabalhadores (PT).

Margarida Maria Alves também tinha a preocupação de incluir as mulheres na luta sindical. Como também discutem Silva e Oliveira (2019), a organização do sindicato de Alagoa Grande/PB teve conexões com a Igreja Católica, e Margarida foi muito influenciada pela Igreja para assumir a liderança das lutas sindicais. As autoras ainda apontam que as discussões de gênero tiveram início na militância de Margarida, todavia essas abordagens influenciaram ainda mais as líderes seguintes, como “Soledade, Penha e tantas outras, que naquele período começaram a perceber a dificuldade das mulheres em pautarem as questões específicas relacionadas a uma maior equidade de gênero” (SILVA; OLIVEIRA, 2019, p. 288).

Maria da Penha relata que Margarida começou a pensar em lutar pelos direitos dos trabalhadores a partir do momento em que ela e sua família foram expulsas da terra em que viviam, sendo obrigadas a irem para a cidade: “ela tinha lutado contra o despejo, contra a sua expulsão, tinha colocado o caso na justiça, mas não teve jeito. Ela já chegou à cidade revoltada com isso” (SILVA, 1986, p. 13).

Retornando ao perfil do movimento sindical das décadas 60 e 70, é notório que os cargos de destaque, a exemplo da presidência, eram ocupados por homens, todavia, a participação de Margarida como liderança abriu espaços e pautas voltados para as mulheres. De acordo com Silva e Oliveira (2019), as discussões de gênero e o processo de organização política das mulheres no espaço sindical tiveram início na Paraíba, seguida por Pernambuco.

Na Paraíba, a região do Brejo, sobretudo a cidade de Alagoa Grande, se destaca pela violência patronal e impunidade, através das articulações políticas dos patrões e autoridades locais. Penha descreveu, com pesar, no seu livro *Violência Rural e Reforma Agrária*, o último momento com Margarida, quando elas estavam na cidade de Guarabira/PB, em uma assembleia do CENTRU, onde foi discutido sobre o peleguismo²⁵.

É importante salientar que a renovação do sindicalismo rural paraibano, na perspectiva de Bertolazzi (1989 apud RODRIGUES, 2018, p. 62), só teve seu apogeu

[...] no período de 1984 a 1987, com a renovação do quadro de dirigentes, a expansão das lutas coletivas organizadas em torno das questões de terra, salário, condições de trabalho, direitos trabalhistas, promovendo debates e articulação de forças no sentido de suscitar uma mudança das práticas sindicais e reorganizar a estrutura sindical em moldes diferentes do chamado sindicalismo oficial.

²⁵ Refere-se ao o velho sindicalismo que nasce no governo de Getúlio Vargas e torna-se atrelado ao Estado. Para compreendermos melhor essa definição, reportamo-nos a Bibiano Girard (2016), que o caracteriza: na sua “forma denotativa, é o couro junto à lã retirado da ovelha para servir de assento ao cavalarião sem que este machuque o quadril no cavalgar, mas que não elimina o peso sobre o cavalo. No sindicalismo, pelego é aquele ‘companheiro’ que se deixou levar pelas insistências patronais ou que se desviou da verdadeira luta da classe a favor dos opressores” (GIRARD, 2016, s/p).

Esse sindicalismo oficial, nos moldes impostos pela ditadura e por isso também chamado de pelego, se diferenciava do chamado “Novo Sindicalismo”. Essa renovação no âmbito sindical é apontada por Tosi (1988) como um movimento de

[...] caráter marcadamente classista e a sua contraposição com relação à classe dominante. Com a renovação dos quadros, o movimento sindical volta a assumir seu papel reivindicativo e retoma as bandeiras de luta das Ligas. Este movimento se caracteriza, no começo sobretudo, pela oposição a estrutura sindical vigente, pelo seu caráter "de base", e marcadamente classista, em oposição à classe dominante. Mas, na medida em que as novas lideranças assumem a direção do sindicato, aparecem novos desafios. O desafio da construção de uma nova maneira de fazer sindicalismo do dia a dia, dentro de uma estrutura que permanecia inalterada (TOSI, 1988, p. 183).

Foi nesse cenário de renovação dos movimentos reivindicatórios e de oposição à classe dominante, nesse encontro do CENTRU mencionado acima, em particular, que Margarida confessou à sua companheira Maria da Penha que ela se encontrava angustiada devido às constantes ameaças, porém não deu tempo realizar a denúncia, pois no dia seguinte ela foi morta. A imagem (3) abaixo, mostra uma camponesa paraibana com a foto de Margarida Alves na concentração e missa de sétimo dia da sua morte. Momento esse em que muitas pessoas queriam prestar sua solidariedade a Margarida e a tudo que ela representou e representa até hoje. Multidão de trabalhadores/as se concentraram na praça principal de Alagoa Grande com faixas e cartazes demonstrando que sua luta estaria viva em cada homem e mulher do campo.

Figura 03 – Concentração e missa de sétimo dia de Margarida Maria Alves



Foto: SEDUP

Fonte: Arquivo pessoal de Luzia Ferreira

A partir da sua morte, a sensibilização das massas aumentou. A missa de sétimo dia de Margarida, segundo a pesquisadora Luanna Rodrigues (2018), contou com a presença de diversos sindicalistas, e foi celebrada pelo padre Luigi Pescarmona, que relatou ter sido aquele um momento de comoção, protesto e revolta diante da violência da classe patronal. O padre Luigi, em seu discurso aos presentes, concluiu: “pisaram uma Margarida, mas no campo nascerão muitas outras”. O padre estava certo, a luta continuou e a morte de Margarida se tornou símbolo de resistência na Paraíba e no Brasil, mostrando aos trabalhadores e trabalhadoras que não podiam desistir de reivindicar por seus direitos e pelo fim da violência dos latifundiários.

Novaes (1997) destaca que a organização na Paraíba da União Democrática Ruralista (UDR), em 1986, se disponibilizou a “coordenar as ações de todas as outras de representação patronal existentes no Estado (Federação da Agricultura, Associação de Plantadores de Cana e Sindicato do Açúcar e do Alcool)” (NOVAES, 1997, p. 205). Simbolicamente, três anos após a morte de Margarida, a UDR da Paraíba elegeu Agnaldo Veloso Borges como presidente, o mesmo que foi acusado de ser o mandante da morte de Pedro Teixeira e absolvido da acusação através da imunidade parlamentar, conseguida às pressas após a renúncia de vários suplentes de deputado estadual que o antecederam (NOVAES, 1997). Segundo a Comissão Camponesa da Verdade (2014), a UDR foi uma organização com

[...] capacidade de mobilização em diversos estados e responsável pela manutenção da violência como repertório principal entre empresários rurais e latifundiários contra camponeses. Ao longo dos casos [elencados ao longo do relatório], poderemos notar diversos episódios nos quais membros ligados à UDR aparecem associados a perseguições, agressões e assassinatos contra populações rurais (CCV, 2014, p. 73).

Segundo Luanna Rodrigues (2018), o processo criminal resultante do assassinato de Margarida tramitou por 18 anos na Justiça e foi encerrado sem nenhuma condenação. Como destacou a CCV, “o crime foi denunciado internacionalmente na Comissão Interamericana de Direitos Humanos, em Petição datada de 20 de outubro de 2000, interposta pelas organizações CEJIL, GAJOP e Fundação Margarida Alves. O caso foi reconhecido no Relatório nº 09/08, de 05 de março de 2008” (CCV, 2014, p. 147).

A militância de Margarida Maria Alves tornou-se símbolo de resistência, coragem e incentivo para as lutas na atualidade. Desde a sua morte, o dia 12 de agosto é lembrado como um dia de luta do trabalhador e da trabalhadora do campo. Em nível regional, temos o Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese da Paraíba, que no ano de 1994 criou a Fundação de Defesa dos Direitos Humanos Margarida Maria Alves. Nacionalmente, Margarida é homenageada por meio da Marcha das Margaridas, que, segundo Luanna Rodrigues (2018), é atualmente a maior mobilização de mulheres da América Latina. A primeira marcha aconteceu no ano 2000, coordenada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), pelas Federações de Trabalhadores na Agricultura (FETAGs), Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs), e por várias organizações de mulheres. A partir desse dia, de quatro e quatro anos, as mulheres camponesas, agricultoras, marisqueiras, quilombolas, e tantas outras de todo o país, vão a Brasília para a marcha, sendo a representação da força de resistência das mulheres trabalhadoras. Margarida é inspiração de luta e resistência dentro e fora do âmbito sindical.

2.2.3 Maria da Penha Nascimento Silva – “Não tenho medo da morte, só tenho medo da fome”

*Maria da Penha era
Uma mulher camponesa
Filha de família pobre
Nunca conheceu riqueza
Lutava com sacrifício
Pra não faltar o pão na mesa

Lutou junto com Margarida*

*Enquanto ela viveu
Viajou ao lado dela
Até quando ela morreu
De ficar no lugar dela
Nunca se arrependeu*

*Depois de oitenta e três
Na luta Penha ingressou
No sindicato rural
Firmemente se engajou
E em outros movimentos
A trabalhar começou [...]
(Soledade Leite)*

A poesia da repentista Maria da Soledade Leite expressa o laço afetivo com sua companheira de militância Maria da Penha, pois mesmo não estando mais presente fisicamente, permanece seu legado de força, dedicação e coragem de lutar pelo fim da exploração e barbárie dos latifundiários. Assim como Margarida, Penha também deixou sementes de resistência para trabalhadores e trabalhadoras do Brejo paraibano.

A sindicalista Maria da Penha Nascimento Silva (1949-1991) nasceu e morou em Canafístula, Distrito de Alagoa Grande/PB, e teve sua trajetória marcada pelas dificuldades caracteristicamente enfrentadas pelas mulheres da classe trabalhadora rural e nordestina. Devido às dificuldades financeiras, teve de ingressar ao trabalho no campo a partir dos seus sete anos, sendo impossibilitada de terminar seus estudos, situação que era comum na vida dos filhos dos trabalhadores rurais, especialmente naquele período. Casou-se em 1963 com o camponês Zé Horácio e com ele teve seis filhos, e como tantas outras famílias do campo, passaram por grandes dificuldades para alimentar, vestir e educar seus filhos. Diante da penúria e exploração das mulheres e homens do campo, Tavares e Siqueira (1986) afirmam que foi necessário perceber todo um processo de conscientização do despertar político e social da classe trabalhadora, visto que estava claramente exposta à exploração monstruosa de um capitalismo bárbaro, selvagem, insaciável, que não se satisfaz mesmo quando os trabalhadores estão nos limites extremos de suas resistências físicas. Essa situação levou o campesinato nordestino a construir um dos setores mais pobres da humanidade em todos os tempos.

Era esse o contexto em que a paraibana Maria da Penha estava inserida. Um espaço rural com acentuada pobreza e exploração patronal cada vez mais voraz. Margarida já vinha lutando por melhorias e cobrando direitos dos/as trabalhadores/as do campo, e por se tratar de uma liderança feminina no STR com maior representatividade masculina, encontrou em Penha uma companheira na luta de resistência.

Penha inicia sua militância no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande/PB no ano de 1972, sendo importante ressaltar que a associação de Penha ao sindicato teve o apoio de seu companheiro, Zé Horácio, apoio que não era comum na sociedade patriarcal em que ambos estavam inseridos. Seu companheiro compreendeu que sua esposa nascera para lutar, por anos incentivou sua participação no sindicato, mesmo tendo receio por sua vida, visto que tantos militantes já tinham sido ameaçados e mortos pelo latifúndio.

Muitos maridos não aceitavam que suas mulheres estudassem ou participassem dos sindicatos, mas no período que Penha ingressou no ambiente sindical, seu marido já fazia parte da secretaria do STR do qual Margarida Alves era presidente (cargo para o qual foi reeleita três vezes). Entretanto, vale destacar que naquele contexto não era comum a presidência de um sindicato ser ocupada por mulheres. Nesse aspecto, quais fatores contribuíram para que Margarida ocupasse esse cargo? Afinal, “em sociedades patriarcais como a nossa, o lugar das mulheres ao longo dos séculos, oficialmente, tem sido o espaço privado – o espaço doméstico da casa, da cozinha, do quarto, etc. Espaço marcado pela invisibilidade e pelo silêncio” (ROSA, 2013, p. 45). A ausência feminina no meio sindical fez com que Margarida convidasse Penha para participar na militância junto com ela e Carmelita Pedrosa. A militância de Margarida Alves, junto com outras mulheres, contribuiu para que se realizassem os primeiros encontros voltados para as pautas das mulheres – e a Paraíba foi pioneira nesta bandeira, seguida de Pernambuco (CARNEIRO, 1994 apud SILVA; OLIVEIRA, 2019, p. 281).

Carmelita Pedrosa, ao relembrar o início da militância de Penha no sindicato, nos revela as dificuldades de uma mulher que ao sair para a luta tem sobre si o peso da responsabilidade do cuidado da casa e da família:

Fui a Canafístula, que é um Distrito vizinho a Alagoa Grande. Fui até a casa do secretário do Sindicato José Horácio, justamente a Penha Nascimento que era a esposa dele. Convidar para que ela pudesse nos ajudar nos trabalhos e no movimento das mulheres. Cheguei lá, ela estava lavando roupa e eu falei: Penha a gente veio aqui, eu e uma amiga minha que trabalhava no Sindicato também, aliás, um amigo meu, a gente veio aqui para chamar você para trabalhar no movimento sindical. E ela olhou pra gente e disse: “eu não vou. José Horácio me chama todo domingo para as reuniões, mas eu não vou, porque tenho meus filhos, tenho muito trabalho de casa e não posso ir”. Aí eu disse: “eu vim aqui porque acreditei na sua força, e você é uma pessoa ideal para tomar a frente e nos ajudar muito no grupo de mulheres que a gente tá pensando de organizar – um grupo de mulheres, e vamos ter no domingo uma reunião e a gente queria que você pudesse ir, estar lá presente”. Aí ela ficou pensando e a filha dela mais velha respondeu assim: “mãe vá, a senhora vá com as meninas porque eu tomo conta da casa e dos meninos (ela tinha um menino pequeno), eu tomo conta, vá”. Aí eu disse: “bora Penha, troca de roupa que tu és muito forte, você tem muito talento”. Ela disse: “eu não tenho nada,

sei ler muito pouco”. Eu disse: “esse pouco que você tem é excelente para nosso trabalho”. E ela trocou de roupa e foi com a gente. E fizemos uma reunião no Sindicato e no domingo ela já estava presente. Ela começou a se entrosar com o grupo, já começou se familiarizar, começou a conversar e a gente começou marcar reuniões com grupo de mulheres no Sindicato e ela começou a participar. E ela se identificou muito com os trabalhos das mulheres (PEDROSA, 2020) (Depoimento oral concedido à autora).

A partir de sua vivência e sensibilidade, Penha percebeu as dificuldades vividas pelas mulheres do campo que, ainda mais que as mulheres urbanas, viviam presas ao privado e a padrões estabelecidos pela sociedade patriarcal. Mulheres invisíveis, com péssimas condições de vida e trabalho, e que na maioria das vezes nem eram reconhecidas como trabalhadoras, posto que sua contribuição social se restringia à categoria de auxiliares que colaboravam com a manutenção do espaço doméstico e familiar. Essa percepção levou Penha a ter um olhar mais atento para as mulheres e suas lutas, aliada à sua sensibilidade de lutar pela classe trabalhadora contra a exploração. Ela esteve envolvida em vários espaços políticos e sociais, a exemplo da criação do Partido dos Trabalhadores (PT) na cidade de Alagoa Grande/PB; coordenou o CENTRU (Centro de Educação do Trabalhador Rural) e participou da criação dos dois movimentos MMT/PB e MMB; e também da CUT/PB, da qual foi diretora. Nesses ambientes, sua participação foi muito importante para o desenvolvimento das discussões e trocas de experiências entre as mulheres trabalhadoras do campo e da cidade, que mesmo com reivindicações diferenciadas, uniam laços de solidariedade. Posteriormente, integrou a Comissão Estadual de Mulheres Trabalhadoras da CUT/PB.

Em 1983, como já vimos, a Paraíba teve uma grande perda no meio rural, Margarida Maria Alves foi brutalmente assassinada em frente à sua casa, no dia 12 de agosto. Nesse tocante, Maria da Penha, em seu livro *Violência Rural e Reforma Agrária*, relatou que

A morte de Margarida se deu quando ela comandava uma campanha salarial. Estávamos reivindicando férias, 13º salário, Carteira de Trabalho assinada. É importante verificar que, mesmo Margarida tendo acompanhado o governo nas eleições, ela continuava a avançar a luta, e por isso é que foi morta. Porque se ela tivesse acompanhado o governo nas eleições e tivesse ficado quietinha, não teria morrido. Morreu porque lutou contra os interesses dos patrões, dos grandes proprietários de terra. Proprietários que não queriam nem mesmo dar ao trabalhador o que já era dele, o que a própria Lei dizia que era direito do trabalhador (SILVA, 1986, p. 17).

Com a morte de Margarida, Penha se tornou uma das dirigentes do STR de Alagoa Grande e as ameaças eram constantes, pois muitas vezes recebeu bilhetes colocados por baixo da porta de sua casa com ameaças contra ela e o marido, como também na sede do STR, com a

seguinte pergunta: “Margarida já se foi, quem vai agora?”. Mas ela não desistiu, e intensificou a luta sindical contra a violência e impunidade dos latifundiários. Corroborando com essas informações, Joana Belarmino (1986) ressalta que Penha era uma mulher determinada e valente, continuou seu trabalho de organizar homens e mulheres do campo, com seu jeito simples, abrindo a porta de sua casa para as reuniões, as queixas e os desabafos dos/as trabalhadores/as.

Penha também esteve envolvida em projetos com algumas professoras da Universidade Federal da Paraíba. Lourdes Bandeira²⁶ foi uma delas, que em sua estadia na Paraíba participou de alguns trabalhos com Maria da Penha, antes de acontecer o acidente que ocasionou a sua morte e a de Elisabeth Lobo, no dia 15 de março de 1991.

Aliás, outra parceira de luta de Penha foi Elisabeth Lobo, uma referência nos estudos voltados para as questões de gênero no Brasil, autora do livro *A Classe Operária tem Dois Sexos*, publicado pela primeira vez em 1991. Para Elisabeth, só poderíamos questionar as relações de subordinação das mulheres no âmbito familiar, da casa e do trabalho, se pudéssemos (re)pensar e discutir a igualdade de gênero. Lobo teve sua trajetória de vida marcada pela militância no Partido dos Trabalhadores, na assessoria das mulheres que integravam a Central Sindical no Grupo de mulheres da CUT, entre outros. A relevância de sua militância, como também suas pesquisas acadêmicas voltadas para as experiências das mulheres trabalhadoras, foram bastante influentes na militância de Penha. Segundo Lourdes Bandeira (2006 apud GROSSI; TEIXEIRA, 2006), Penha se empenhava muito para que se estabelecesse a presença das mulheres no sindicato.

No que se refere à memória de Maria da Penha, o professor da Universidade Federal da Paraíba, Ivan Targino, aponta que “Penha é ressaltada como uma militante importante na organização das mulheres do Brejo e seus descendentes revelam uma experiência exitosa de transmissão da memória política entre as gerações” (SILVA; OLIVEIRA, 2019, p. 288).

Em seus últimos anos de vida, ela intensificou seus trabalhos voltados para as questões dos direitos das mulheres. Participou da escrita de dois livros, *Violência Rural e Reforma Agrária* (1986) e *Porque trabalhar com mulheres* (1990), que serão abordados com maior

²⁶ Teve uma formação marcadamente marxista, e já na sua formação acadêmica ela começou a dialogar com as questões feministas a partir da leitura de autoras como Heleith Saffioti e Simone Beauvoir. Após perder o emprego que tinha no Ministério da Educação e Cultura (MEC) devido à intervenção militar, veio para Paraíba e em 1977 começou a trabalhar no Departamento de Ciências Sociais da UFPB onde desenvolveu trabalhos voltados para participação política das mulheres na Paraíba, violência, entre outros. Em 1983, participou da criação do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDHIR) da UFPB, com o duplo objetivo de realizar pesquisas acadêmicas e analisar a participação das mulheres no âmbito social e movimentos feministas. Lourdes Bandeira fez parte da primeira disciplina do mestrado intitulada “Processo de produção industrial e a divisão sexual do trabalho”, que contemplava a divisão sexual do trabalho numa perspectiva feminista. Foi nesse cenário que Lourdes conheceu a sindicalista Maria da Penha Nascimento.

profundidade no capítulo seguinte. Penha decidiu lutar por uma vida melhor para a sua família e seus companheiros e companheiras de luta, para que tivessem direito à terra e justiça. Com o convite de Margarida para participar das reuniões do Sindicato de Alagoa Grande/PB, Penha relata em seu livro *Violência Rural e Reforma Agrária* (1986) que tinha chegado o momento de “pegar na rodilha; sabia também, quão pesado era o pote. Mas, Penha não hesitou. Calçou as sandálias de domingo e se foi. Nunca mais deixou de lutar” (TAVARES; SIQUEIRA, 1986, p. 05).

O livro *Porque trabalhar com mulheres* aborda a discussão de gênero como também a reflexão sobre os parâmetros estabelecidos pela sociedade patriarcal que determinam os papéis específicos para homens e mulheres. A maioria das mulheres do Brejo paraibano desconhecia seus direitos, sendo necessário colocar na pauta do movimento sindical as discussões de gênero. A representante do MMT do Brejo paraibano, Maria Aparecida, falou da satisfação de participar do primeiro encontro do MMT/PB em 1982, e dos benefícios individuais e coletivos adquiridos acerca das lutas pelos direitos das mulheres.

[...] comecei a amar minha vida. Este foi um primeiro passo. Depois comecei a dar importância a mim mesma, a me valorizar, me sentir gente e daí eu comecei a perder o medo de enfrentar os problemas, porque, antes, eu não tinha coragem de falar o que sentia. Então, a gente começou a se reunir, lá nos sítios mesmos, visitando outros sítios vizinhos e começava a colocar os problemas de nós mulheres (APARECIDA, 1982 apud LOPES; ATHIAS, 1990, p. 07).

Sendo assim, a trajetória de Maria da Penha Nascimento Silva, a partir de suas experiências no movimento sindical e dos movimentos de mulheres (MMT/PB, MMB), contribuiu para a conscientização das mulheres do Brejo paraibano com relação às suas posições de gênero, bem como de trabalhadoras rurais, para além do espaço do lar. Seria, na prática, aquilo observado pelo historiador E. P. Thompson (1981): a experiência é um termo médio fundamental entre o ser social e a consciência social. Na maioria das vezes é a experiência de classe “que dá cor à cultura, aos valores e ao pensamento: é por meio da experiência que o modo de produção exerce uma pressão determinante sobre outras atividades: e é pela prática que a produção é mantida” (THOMPSON, 1981, p. 110).

Thompson (1981) ainda salienta que as experiências de classe surgem da luta de classe. Diante da opressão vivida por trabalhadores e trabalhadoras, chega o momento em que é necessário identificarem “seus interesses antagônicos e passam a lutar, a pensar e a valorizar em termos de classe: assim o processo de formação de classe é um processo de autoconfecção.

Embora sob condições que são ‘dadas’ (THOMPSON, 1981, p. 119). Ou seja, diante da realidade vivida por Penha, as dificuldades, a opressão e o desejo por dias melhores lhe proporcionaram ensinamentos ideais para o autorreconhecimento prático como mulher trabalhadora, num processo de autoconsciência compartilhada com companheiros e companheiras de luta, o que se assemelha à tão discutida experiência de classe defendida por Thompson.

Nesta perspectiva da experiência de classe, Marcelo Badaró Mattos (2009) ressalta também que o processo de formação de classe só pode ser compreendido

A partir das condições objetivas (independentes da vontade dos homens) que desde o surgimento da propriedade privada (e do Estado), opõem, no processo da produção, os produtores diretos, àqueles que, detendo os meios de produção (terra, ferramentas, máquinas, oficinas, fabricas, empresas) exploram os que nada possuem, por isso têm de trabalhar para os outros de forma a garantir sua sobrevivência. No capitalismo, tal oposição objetiva entre os interesses dos proprietários e os dos despossuídos ganha novos contornos, pois os que vendem sua força de trabalho em troca de um salário, adquirem, na experiência comum da exploração a que estão submetidos, a consciência da identidade entre seus interesses, que se opõem aos interesses de seus exploradores, e no bojo deste conflito (a luta de classes), constroem sua consciência de classe (MATTOS, 2009, p. 16).

Maria da Penha, dessa forma e com o apoio do marido, não se adequava ao padrão hegemônico e dominante que se esperava para as mulheres de seu tempo e de sua classe. Estava atenta para muitas questões pertinentes e necessárias para se colocar nas pautas de luta. Como ela relatou no seu livro *Violência Rural e Reforma Agrária* (1986), suas inquietações do porquê que os trabalhadores sofriam tanto nas mãos de seus patrões só tiveram respostas quando se filiou ao Sindicato e ao CENTRU. “Comecei, então, a ter uma visão de classes desses problemas” (SILVA, 1986, p. 15). Os múltiplos campos de atuação ocupados pela sindicalista Maria da Penha deixaram o rastro de sua sensibilidade, consciência da barbárie vivida por sua classe, desejo de mudança e comprometimento com a luta sindical e das mulheres trabalhadoras do Brejo paraibano. Além de ter percebido com maior acuidade a percepção de classes e suas dificuldades, Penha Nascimento também percebeu os problemas existentes na questão de (des)igualdade de gênero, a partir das pautas elencadas com a criação dos dois movimentos de mulheres no brejo paraibano – o MMT/PB e o MMB –, como veremos a seguir.

2.3 MMT/PB e MMB: questões de gênero no sindicalismo em Alagoa Grande/PB

*Lembro Penha no nosso movimento
 Animada dizendo pras mulheres
 Desperta mulheres se quiseres
 Nesta vida findar teu sofrimento
 Só lutando terás o alimento
 Pra teu povo sentir felicidade
 Cada frase tão cheia de verdade
 Companheiras jamais esqueceremos
 Nós mulheres pra sempre guardaremos
 De Penha no peito uma saudade [...]*
 (Soledade Leite)

Através dos versos que se encontram no poema, “nós mulheres pra sempre guardaremos/de Penha no peito uma saudade”, da repentista Soledade Leite (2016), fica evidente a preocupação de Maria da Penha em *conscientizar* as mulheres do Brejo paraibano de seus direitos como trabalhadoras e mulheres, direitos que só seriam alcançados pelas lutas, resistências e organização feminina. Nesse sentido, iremos abordar a participação e contribuições da sindicalista Maria da Penha nos dois movimentos de mulheres no Brejo paraibano na década de 1980: o Movimento de Mulheres Trabalhadoras da Paraíba (MMT/PB) e o Movimento de Mulheres do Brejo (MMB), fazendo uma reflexão dos fatores que levaram Penha e outras companheiras a discutirem questões de gênero no âmbito sindical.

Ao mesmo tempo em que buscamos entender os conflitos que levaram à necessidade da criação desses movimentos, também é nítido que a sua ideia foi fundamental para a discussão de gênero na região do Brejo e como essas mulheres buscaram perceber, conhecer e reinventar-se em cada roda de conversas com suas companheiras. Suas memórias nos fazem entender as múltiplas experiências individuais e coletivamente compartilhadas.

Como afirmou Ecléa Bosi (1994, p. 55), “lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado”. Segundo Souza (2019), a construção do MMT e do MMB, na Paraíba, surge num período “em que os espaços públicos e políticos apresentavam-se excludentes em relação às mulheres, isso de acordo com a maioria dos maridos, dos latifundiários, dos/das parentes e dos agentes repressores da Ditadura Militar” (SOUZA, 2019, p. 13). Nos movimentos sindicais na cidade de Alagoa Grande/PB tínhamos algumas lideranças femininas²⁷, a exemplo de Margarida e Penha, todavia, a participação das mulheres no âmbito sindical não era algo “natural”, sendo esse espaço reservado aos homens.

²⁷As pesquisas realizadas por Duarte (2011) demonstram que as comissões e coletivos de mulheres dentro dos sindicatos surgem a partir da renovação do sindicalismo na década de 1970.

Ou, como diria Duarte (2011, p. 127): “a condição subalterna imposta à mulher passa de meras diferenças naturais para culturais, torna-se produto ideológico da sociedade de classes capitalista”. A mulher ainda é “responsável pelo cuidado da casa e dos filhos, mesmo que cumpra uma longa jornada de trabalho ‘fora de casa’. A família patriarcal consagra a dupla jornada de trabalho” (GUTERRES, 2001 apud DUARTE, 2011, p. 128).

As mulheres do Brejo paraibano viviam aprisionadas aos discursos patriarcais que as impediam de falar nas reuniões sindicais. Mesmo estando juntas na luta com seus maridos e companheiras, muitas delas ainda tinham nos homens o poder de decisão e fala. Penha e outras companheiras, ao perceberem essa falta de participação das mulheres, viram na criação dos movimentos um meio de quebrar as amarras do patriarcalismo, discriminação de classe e desigualdade de gênero. Essa luta era um desafio que vinha se perpetuando historicamente, pois, de acordo com Toledo (2008 apud DUARTE, 2011, p. 129):

O movimento sindical, em toda a história das lutas da classe trabalhadora, sempre foi um lugar proibido para a mulher. Esse problema, que só colaborou para dividir os trabalhadores e manter as mulheres afastadas das lutas, até hoje permanece, mas com muito esforço, a mulher foi aos poucos conquistando espaço nas organizações sindicais.

No artigo “Construindo um espaço: a participação das mulheres no movimento sindical (1978-1988)”, as autoras Ângela Araújo e Verônica Ferreira (1998) problematizam as lutas feministas e as práticas do “novo sindicalismo” a partir da análise de documentos produzidos por três sindicatos filiados à Central Única dos Trabalhadores (CUT), dialogando com as experiências e histórias de vida de duas sindicalistas, Luci e Isabel. No final dos anos 70 e ao longo dos anos 80, surgiram muitos debates a respeito da condição feminina no âmbito sindical, mas algo que merece maior atenção é como era representada sua participação e se elas tinham direito de voz, de opinar nas decisões, dentre outras questões que passaram a ser questionadas por muitas lideranças femininas que estavam à frente da luta sindical. Tais questionamentos também inquietavam Maria da Penha e suas companheiras de militância no Brejo, visto que a própria organização do sindicato era estruturada a partir da rotina dos homens, excludente em relação às trabalhadoras por não levarem em conta as suas duplas jornadas de trabalho, dentro e fora de casa.

O movimento feminista que ressurgiu no Brasil na década de setenta, foi o fato de colocar em xeque as relações sexistas de dominação em diversos aspectos da vida social e unir um conjunto heterogêneo de mulheres na defesa de seus interesses, tornando-as sujeitos políticos. A inovação produzida pelo

feminismo brasileiro foi justamente a constituição de um espaço público para exprimir as experiências e práticas cotidianas das mulheres, “desprivatizando-as”. A construção do novo sujeito e deste espaço foi um processo lento, iniciado com as lutas pela resolução de problemas sociais que afetavam as mulheres, como a falta de serviços públicos (saúde, educação, saneamento, creches), de onde se passou para a reflexão sobre a centralidade do trabalho doméstico na vida da mulher e as implicações deste fato em todas as esferas da vida social (ARAÚJO; FERREIRA, 1998, p. 59).

Como foi mencionado acima pelos autores, o movimento feminista foi fundamental para que as mulheres refletissem e tivessem consciência dos “problemas sociais que afetavam as mulheres”. Penha dialogava com os debates feministas e com suas companheiras criaram um espaço de discussão no MMT/PB e MMB como alternativa de resistência para que as mulheres da região conquistassem maior participação no ambiente político e social. Como bem destaca Duarte, “inseriram-se no mundo sindical, não só como sindicalizadas, mas como representantes na luta por essa dupla exploração” (DUARTE, 2011, p. 133).

O MMT/PB foi criado entre 1981 e 1982, conforme Laianny Souza (2019), a partir de um grupo de mulheres ligadas ao trabalho da Igreja Católica da cidade de Guarabira/PB. Já o MMB, em 1986, por mulheres que já participavam das atividades do MMT. Porém, ambos os movimentos abordavam pautas diferenciadas. O MMT/PB tratava questões voltadas para conscientização dos seus direitos como trabalhadoras. Como apontou Carmelita Pedrosa (2020):

A mulher também tinha direitos de ser associada no sindicato, porque ela também era agricultora, porque tinha muitos Sindicatos que não aceitava que a mulher fosse associada. Ah! Só pode ser associado ao Sindicato o seu marido, a senhora não precisa, mas acontece que a mulher também trabalhava no roçado, trabalhava no canavial, trabalhava na cana. Então, muitas mulheres carregavam carga no burro de cana para a usina, então, elas também tinham os seus direitos. Tinha direito a maternidade, que era um direito que elas tinham, mas não conseguia, não sabia reivindicar e às vezes ganhava um salário bem irrisório, bem menor do que os homens pelo fato de ser mulher (PEDROSA, 2020) (Depoimento oral concedido à autora).

Como foi mencionada por Carmelita, a maioria das mulheres do Brejo não conheciam seus direitos enquanto trabalhadoras. Muitas não tinham documentação, pois tinham em mente que seus maridos as representavam em tudo. As pautas do MMT/PB eram voltadas especificamente para essas questões, enquanto no “MMB, as mulheres estavam ligadas por questões mais amplas relacionadas ao feminismo e não, necessariamente, por serem trabalhadoras, como no MMT” (SOUZA, 2019, p. 12).

Na década de 1980, vivíamos um cenário de abertura democrática do nosso país, sendo também nessa década que os movimentos de mulheres ganharam força e significativa expressão nos processos de luta no campo. Todavia, a participação feminina nessas lutas não foi um fato novo, elas se fizeram presentes nas lutas de resistências ao longo da história. Outro fator importante para organização das mulheres do campo nesse contexto é apontado pela pesquisadora Vilenia Venâncio Porto Aguiar (2016) com destaque à “agência da Igreja, por intermédio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e pastorais; a emergência do ‘novo sindicalismo’ e das ‘oposições sindicais’, e a atuação do movimento feminista” (AGUIAR, 2016, p. 262). Ainda de acordo com Aguiar (2016), as CEBs passaram a ocupar um lugar

[...] estratégico na trajetória política de muitas mulheres, justamente por estarem dispostas na transição entre a esfera privada (religião) – associada, numa perspectiva de gênero, à presença feminina – e a esfera pública (política), identificada, tradicionalmente, como um espaço masculino. Ao não colocarem restrições sociais à participação das mulheres, mas, ao contrário, ao ser um espaço amplamente aberto à participação delas, as CEBs acabaram por se tornar peças-chave no incentivo ao engajamento feminino no espaço público. Ao despertar as mulheres para a política, ao incutir nelas o desejo de participar das lutas sociais e das mobilizações por melhores condições de vida, e a ideia de que possuíam direitos a reivindicar, as CEBs aproximaram as mulheres, que estiveram quase sempre confinadas à esfera familiar e doméstica, do mundo público e do papel masculino, inserindo-as num espaço de discussão política e de problemas sociais (AGUIAR, 2016, p. 264).

A partir desses movimentos de diferentes segmentos sociais, muitas mulheres canavieiras começaram a entender seu papel como trabalhadoras rurais e conceber suas posições como pessoas políticas, reinventando as formas de luta perante sua condição de gênero. “Uma das primeiras formas para a compreensão do seu papel de classe e gênero começa na organização de movimentos específicos dentro da esfera pública da luta de classes” (DUARTE, 2011, p. 130).

Esses espaços de diálogo entre mulheres por meio de encontros com troca de experiências e afetos possibilitou que estas paraibanas tomassem consciência de sua exploração, discriminação e lugar de fala, visto que o *silêncio* das mulheres que participavam das reuniões sindicais foi um dos motivos que culminou na criação dos movimentos (MMT/PB e MMB). Nas mulheres trabalhadoras do Brejo paraibano, gênero, classe social e região se combinam e se influenciam mutuamente na constituição das opressões e desigualdades. Assim, trazer suas memórias de luta nos leva a refletir sobre as questões de gênero, raça, classe e outros

marcadores sociais de opressão, na ótica do conceito de interseccionalidade²⁸, pois segundo Helena Hirata (2014), tal perspectiva conceitual nos leva

A um ponto de vista próprio à experiência e ao lugar que as mulheres ocupam cede lugar à ideia de um ponto de vista próprio à experiência da conjunção das relações de poder de sexo, de raça, de classe, o que torna ainda mais complexa a noção mesma de “conhecimento situado”, pois a posição de poder nas relações de classe e de sexo, ou nas relações de raça e de sexo, por exemplo, podem ser dissimétricas (HIRATA, 2014, p. 61).

Portanto, o debate da interseccionalidade é um dos caminhos alternativos para reconhecer e combater as múltiplas formas de opressões, sendo um instrumento de luta política. São vozes que se levantam construindo novas subjetividades no âmbito público, privado e coletivo. Suas articulações em prol dos direitos trabalhistas e das mulheres são fruto de resistências que marcam nossa história. Dessa maneira, a militância de Maria da Penha permite que nossa geração possa

[...] fazer novas perguntas à evidência histórica, ou pode trazer à luz novos níveis de evidência. Nesse sentido, a “história” (quando examinada como produto da investigação histórica) se modificará, e deve modificar-se, com as preocupações de cada geração ou, pode acontecer de cada sexo, cada nação, cada classe social. Mas isso não significa absolutamente que os próprios acontecimentos passados se modifiquem a cada investigador, ou que a evidência seja indeterminada (THOMPSON, 1981, p. 51).

É evidente que a atuação das mulheres nesses dois movimentos, MMT/PB e MMB, ainda são abordadas na historiografia de forma tímida e ao interrogar os silêncios nos deparamos com suas resistências por meio das experiências. Para compreendermos o significado das experiências de Penha e suas companheiras nestes movimentos, retomamos novamente a perspectiva de Thompson (1981, p. 189), pois para ele a *experiência* foi,

²⁸ Pode-se dizer que sua origem remonta ao movimento do final dos anos de 1970, conhecido como *Black Feminism* (cf. Combahee River Collective, 2008; Davis, 1981; Collins, 1990; Dorlin, 2007), cuja crítica coletiva se voltou de maneira radical contra o feminismo branco, de classe média, heteronormativo. A problemática da “interseccionalidade” foi desenvolvida nos países anglo-saxônicos a partir dessa herança do *Black Feminism*, desde o início dos anos de 1990, dentro de um quadro interdisciplinar, por Kimberlé Crenshaw e outras pesquisadoras inglesas, norte-americanas, canadenses e alemãs (HIRATA, 2014). A pesquisadora Bilge (2009 apud HIRATA, 2014, p. 63) define interseccionalidade como uma teoria transdisciplinar que visa apreender a complexidade das identidades e das desigualdades sociais por intermédio de um enfoque integrado. Ela refuta o enclausuramento e a hierarquização dos grandes eixos da diferenciação social, que são as categorias de sexo/gênero, classe, raça, etnicidade, idade, deficiência e orientação sexual. O enfoque interseccional vai além do simples reconhecimento da multiplicidade dos sistemas de opressão que opera a partir dessas categorias e postula sua interação na produção e na reprodução das desigualdades sociais.

Em última instância, gerada na vida material, foi estruturada em termos de classe, e conseqüentemente o ser social determinou a consciência social [...] as pessoas não experimentam sua própria experiência apenas como ideias, no âmbito do pensamento e de seus procedimentos, ou (como supõem alguns praticantes teóricos) como instinto proletário, etc. Elas também experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades, como valores ou (através de formas mais elaboradas) na arte ou nas convicções religiosas.

O conceito de experiência na abordagem de Thompson (1981) nos leva a analisar como as pessoas se relacionam no âmbito privado e coletivo, e como homens e mulheres reagem às condições que lhes são impostas historicamente em benefício da classe dominante.

Walter Benjamin (2012), em seu texto “Experiência e Pobreza”, apresenta uma análise de como as pessoas da passagem do século XIX para o XX foram se distanciando de suas tradições, e conseqüentemente, houve o empobrecimento das suas experiências. “Pois qual o valor de todo o nosso patrimônio cultural, se a experiência não mais o vincula a nós? [...] Sim, é preferível confessar que essa pobreza de experiência não é mais privada, mas de toda a humanidade. Surge assim uma nova barbárie” (BENJAMIN, 2012, p. 115). O avanço do capitalismo e a ideia de progresso, ao que acrescentamos o brutal individualismo neoliberal, levaram à perda ou desgaste da experiência coletivamente partilhada, das relações humanas, das trocas de experiências e dos horizontes comuns de luta, e isso é, para Benjamin, uma barbárie.

As experiências percorridas pelas mulheres do Brejo devem ser apresentadas nas nossas narrativas historiográficas, pois elas foram protagonistas de suas histórias, sua inserção nos movimentos de resistência no âmbito sindical e das discussões de gênero demonstram sua contribuição no conjunto das lutas do campo concomitantemente às opressões de gênero.

Como fez Benjamin em sua obra *O narrador* (1988), nos dispomos a ouvir as memórias dessas mulheres, assumindo, assim, o papel de narradoras das suas próprias histórias: “quem escuta uma história está em companhia do narrador; mesmo quem a lê partilha dessa companhia” (BENJAMIN, 1988, p. 213). Ainda conforme Benjamin (1988, p. 205), “desaparece o dom de ouvir e desaparece a comunidade dos ouvintes. Contar histórias sempre foi a arte de contá-las de novo, e ela se perde quando as histórias não são mais conservadas”. Enfim, a arte de relatar sobre o passado é um elemento fundamental da experiência humana, sendo necessário a sensibilidade de ouvir para que tantas histórias de luta e resistência não sejam silenciadas e esquecidas.

A criação tanto do MMT/PB quanto do MMB proporcionou às paraibanas do Brejo o desejo de lutar por seus direitos enquanto mulheres e trabalhadoras. Suas militâncias causaram mudanças dentro dos sindicatos, onde elas lutavam por maior participação, visto que a maioria delas viviam em posição subalterna, coadjuvantes de seus maridos. A pesquisadora Emmy Lira Duarte (2014) aponta dois motivos que dificultavam as mulheres se filiarem ao Sindicato: primeiro os maridos não permitiam, enfatizando que o sindicato não era lugar de mulher; e segundo era o fato delas não saberem nem ler e nem escrever, principalmente no início do STR Alagoa Grande/PB. Segundo Souza (2019), até meados de 1985, elas não podiam sequer se associar aos sindicatos,

Pois, apenas os homens tinham esse direito e essa foi uma das pautas de luta do movimento de mulheres que, na época, ainda não era um movimento autônomo, e sim, setor das mulheres da Pastoral Rural. Para alterar essa realidade, foi encabeçada pelo Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) uma campanha nacional em prol do direito das mulheres de se associar. Este movimento de mulheres criado em 1982 por trabalhadoras rurais interioranas de Pernambuco tinha objetivos e práticas semelhantes às desenvolvidas pelo MMT da Paraíba (SOUZA, 2019, p. 40).

As mulheres também sofriam perseguição de suas famílias, que não aceitavam que elas sáíssem do seu convívio do lar, dos cuidados dos filhos para participar de reuniões sindicais. Penha e outras companheiras, ao perceber todas as dificuldades das mulheres, não ficaram de braços cruzados, e decidiram que essas questões também deveriam entrar na pauta de luta. No MMT e no MMB, as mulheres ultrapassaram o espaço privado do lar e encontravam um lugar de troca de experiências, de solidariedade, afeto e, como concluiu Souza (2019), tinham um “espaço para se expressar e exercer sua militância, bem como realizavam atividades recreativas e obtinham novos conhecimentos; desse modo, elevavam a sua autoestima” (SOUZA, 2019, p. 29). Nessas atividades recreativas, a poesia e a música se faziam presentes, entretendo e conscientizando acerca de seus direitos. Por exemplo, podemos perceber essa troca de experiências e solidariedade na música “Mulher, Mulher” presente no *Caderno de Cantos e Poesias*, das Mulheres do Brejo Paraibano (1985 apud DUARTE, 2014), como também a importância de se unirem na luta por seus direitos.

Desde alguns anos, que nós lutamos unidas
Com a ideia das coisas se organizar
A gente viu o direito da mulher
Que elas tem força e coragem para lutar

Lutando juntas, com muita honestidade

Já conhecemos, que se tem grande valor
E a mulher não deve ficar parada
Pela injustiça e a liberdade tem amor

[...]

O Brasil precisa de Reforma Agrária
Pra se acabar, com tanta exploração
E o povo precisa ter consciência
Pois a mulher não suporta isso mais não

O Nordeste foi mais mau (*sic*) explorado
E não queremos que isso vá continuar
A mulher hoje, pelo direito que tem
Grita bem forte, “o Brasil vai melhorar”
(MMT, 1985 apud DUARTE, 2014, p. 89)

Nesse fragmento da letra da música “Mulher, Mulher”, percebemos o despertar das mulheres ao compartilhar entre si suas experiências, lutas e exploração da classe trabalhadora do campo, sendo necessário se organizarem e lutar. Esse grupo de mulheres buscou se articular para que muitas paraibanas, tanto da zona rural como da cidade, tivessem acesso às discussões que eram feitas em cada encontro. Esses movimentos chegaram a movimentar

[...] vinte e uma cidades do Agreste e Mata Paraibana, os registros sobre suas atividades estão, em grande parte, dispersos nas memórias das mulheres que deles participaram, havendo a necessidade do registro destes fragmentos na escrita para que não se percam com o passar do tempo (SOUZA, 2019, p. 43).

Para Duarte (2014), um dos pontos centrais para a mulher compreender seu papel de classe, simultaneamente ao de gênero, ocorre quando elas começam a se organizar em movimentos específicos dentro da esfera pública da luta de classes. Ainda sobre a importância da participação feminina em organizações classistas, percebe-se que não se trata apenas de uma preocupação e organização regional/local, pois, nesse sentido, Duarte (2014) ressalta que

A primeira grande mobilização de organização de mulheres ocorreu em 1983, na Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT), que fundaria a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Realizou-se nessa oportunidade o 1º Congresso Nacional da Mulher Trabalhadora Rural que contou com a participação de 714 entidades. Mas foi apenas no III Congresso Nacional da CUT (CONCUT), em 1988, que começaram a se desenvolver políticas de apoio trabalhistas às mulheres, apresentando no Congresso Nacional das Mulheres Trabalhadoras (CNMT) questões como à garantia de igualdade de acesso ao emprego, garantia à maternidade, creche para as crianças e saúde da mulher no local do trabalho. Em 1991, no IV CONCUT aprofundou-se a discussão sobre as cotas de participação das mulheres nas instâncias de direção (DUARTE, 2014, p. 44).

Esses encontros fortalecem os laços de equidade de gênero que trazem a necessidade de organização, reivindicação e de luta em torno das sujeitas paraibanas no espaço agrário do Brejo. Nos dias 07 e 08 de março de 1986, na cidade de Guarabira, aconteceu o *I Encontro de Mulheres Trabalhadoras da Paraíba*. Esse encontro foi promovido em parceria com as mulheres do MMT/PB e a Secretaria da Mulher – CUT/PB, da qual Maria da Penha era diretora. Nesses dois dias, foram discutidos temas previamente selecionados para que as mulheres pudessem debater quais os direitos lhes eram possíveis. As discussões tinham a intenção de fortalecer o debate sobre os seguintes temas:

Mulher e maternidade – “livre escolha e proteção à maternidade”. O tema é introduzido a partir da necessidade de a mulher ter o poder da escolha de ter muitos filhos, visto que a elas foi dado o dom de reprodução da vida humana, todavia na maioria das vezes são elas que assumem sozinhas a tarefa de cuidar dos filhos, da casa e ainda precisam trabalhar fora para contribuir no sustento familiar. Outro ponto registrado fora a preocupação com a saúde da mulher, pois muitas ficavam doentes após ter tido muitos filhos, sem nenhum acompanhamento médico. Um aspecto fundamental nesse debate é que a maternidade deveria ser “protegida pela sociedade para não provocar danos físicos e mentais às mulheres, e deveria ser um ato livre e responsável, assumido pelo homem e pela mulher” (MMT/PB; CUT/PB, 1986, p. 23).

As trabalhadoras também não tinham seus direitos respeitados no período de licença maternidade e muitas eram mandadas embora quando engravidavam, mas juntas refletiam: “quais condições a sociedade nos oferece para reproduzir a vida sem nos prejudicar? Os homens dividem com a mulher a responsabilidade de ter ou evitar filhos, de protegê-los e de educá-los? Como é o atendimento médico nos hospitais para as mulheres? Qual é a política do governo no controle da natalidade?” (MMT/PB; CUT/PB, 1986, p. 23-24). E assim elas iam refletindo sobre o que poderiam fazer para assegurar seus direitos, sua saúde e maternidade a partir de sua escolha.

Mulher e Trabalho – “direito ao trabalho e estabilidade de emprego”. Nesse grupo a proposta era buscar debater sobre reivindicações antigas e apresentar novos problemas que afetavam as mulheres no mundo do trabalho. As mulheres, mais que os homens, enfrentavam o desemprego, pois algumas empresas davam preferência aos homens, pois consideravam seu trabalho mais importante por ele ser considerado o “chefe da família”, enquanto o trabalho da mulher seria apenas um complemento na renda. Outro problema enfrentado pelas mulheres trabalhadoras era o trabalho temporário, que além de ser de curta duração, elas não dispunham de garantias trabalhistas. Pensando em ampliar o número de vagas para as mulheres, a CUT

incluiu “no plano de lutas a bandeira de cobrar dos governos municipais, estaduais e federal a expansão do número de empregos” (MMT/PB; CUT/PB, 1986, p. 31). Dentre as discussões, também buscava igualdade entre homens e mulheres no âmbito do trabalho, pois as mulheres ganhavam muito pouco e tinham sua força de trabalho desqualificada pelo seu gênero.

Mulher e Sindicalismo – “o que podemos fazer para incentivar a participação da mulher no sindicato e associações de sua categoria?”. Nesse bloco era apontada a importância de maior participação das mulheres nos Sindicatos, haja vista que “na Paraíba vários STRs além de não incentivar a participação da mulher, chegaram a impedir sua inscrição ao sindicato, temos hoje vários grupos de mulheres lutando para conseguir este direito” (MMT/PB; CUT/PB, 1986, p. 37). Além disso, foi ressaltada a importância da sindicalização tanto das mulheres como dos homens, como um meio de juntos lutarem por seus direitos. Refletindo sobre qual seria a melhor maneira de organizar as mulheres dentro do sindicato, foi apontado o exemplo de organização das mulheres metalúrgicas em São Paulo (1979), onde foi reivindicada a criação de um departamento feminino nos sindicatos com a intenção de maior participação das mulheres.

Mulher e Terra. A discussão estava pautada em dois pontos: maior participação das mulheres na luta pela terra e questionar o porquê de a titulação da terra só sair no nome de seus maridos. Historicamente, as mulheres paraibanas tiveram participação ativa na luta pela terra. Em alguns momentos lutaram ao lado de seus maridos e em outros assumiam sozinhas esta batalha. Entretanto, quando chegava a hora da titulação da terra, seus nomes não apareciam como proprietárias, e sim seus companheiros. Neste GT foi apresentado como as mulheres de outros estados estavam lidando com essas questões, sendo inspiração para as paraibanas, cujas reivindicações eram:

- Registro em todos os seus documentos como ‘agricultora’ e não mais como ‘dona de casa’ ou ‘doméstica’;
- Que seu nome fosse incluído no título de propriedade da terra, principalmente quando ela fosse ‘chefe de família’;
- Que não seja discriminada no acesso ao crédito rural, nos serviços de extensão rural e de filiação às cooperativas.

É importante ressaltar a importância do trabalho feminino na agricultura e na criação de animais, contribuindo de forma essencial para o sustento da família. Sendo ela agricultora, deveria ter o mesmo direito de um trabalhador rural, inclusive à sindicalização.

Mulher e Constituinte. No âmbito da redemocratização e dos embates em torno de uma nova Constituição para o país, este GT discutia a luta pela criação de Leis que reconhecessem

os direitos da mulher e por uma Constituição que fosse elaborada com a participação dos trabalhadores e trabalhadoras, afinal: “no Brasil foram feitas sete Constituições, porém em toda nossa História os trabalhadores têm ficado de fora quase completamente” (MMT/PB; CUT/PB, 1986, p. 48). Nessa conjuntura e nos anos seguintes, a Constituição de 1988 foi elaborada, e o desejo da classe trabalhadora era que seus interesses e necessidades fossem também priorizados na Constituição brasileira. Nesse grupo foi salientada a importância de participação das mulheres para que suas questões específicas fossem respeitadas na perspectiva da igualdade de gênero, visto que a inferiorização das mulheres predominou historicamente:

A maior violência contra as mulheres é a discriminação que se arrasta por toda a História. Mulheres de todas as classes sociais foram oprimidas pela sociedade e pela família, isto causou uma grande anulação da mulher como ser humano: com vontade própria, com desejos e aspirações, provocando, assim o grande genocídio no processo de evolução do homem. Mesmo assim, as mulheres vão à luta, mostrando que são capazes e começam a se infiltrar nos movimentos para as grandes mudanças sociais. Cada dia aumentam as reivindicações pelos seus direitos como mulher e como cidadã (MMT/PB; CUT/PB, 1986, p. 51).

As paraibanas seguiam com suas reivindicações: que fossem punidos todos que cometessem violência contra a mulher; salário igual para o mesmo tipo de trabalho; aposentadoria para as trabalhadoras do campo; assegurar o direito à Previdência Social para a trabalhadora rural e que a CUT realizasse cursos de formação sindical para as trabalhadoras.

É evidente que as lutas das mulheres não se restringiam apenas às trabalhadoras do campo. Ou melhor, os movimentos das mulheres reuniam experiências de vários setores trabalhistas, de vários lugares sociais, de diversas culturas, enriquecendo a experiência coletiva e individual de suas integrantes. Por exemplo, uma passeata (Figura 04) aconteceu no dia 8 de março de 1986 (Dia Internacional da Mulher)²⁹, com um total de 140 mulheres, entre trabalhadoras rurais e urbanas. Nessa imagem do movimento é possível “perceber” a diversidade da classe trabalhadora que abraçou a luta, uma vez que entre elas estavam mulheres de diversas gerações e ocupações: professoras estaduais, primárias e universitárias, bancárias, operárias têxteis, estudantes, trabalhadoras das entidades de apoio e agentes pastorais.

²⁹ O dia 08 de março era considerado pelas mulheres paraibanas como um dia de ‘luta’. Em fala no I Encontro de Mulheres Trabalhadoras na Paraíba (1986), elas salientam: “nós entendemos o quanto a mulher tem sido oprimida, a ponto de tirarem a vida de 129 porque lutavam por seus direitos. A partir desse caso ter chegado ao nosso conhecimento, nós devemos comemorar este dia com grande entusiasmo. Também achamos importante porque através da luta de outras companheiras esse dia foi designado como o Dia Internacional da Mulher, fruto de uma grande luta” (MMT/PB; CUT/PB, 1986, p. 38).

Figura 04 – As mulheres saem em passeatas até o centro da cidade de Guarabira/PB, levando faixas com reivindicações



Foto: Maristela Maffei (MMT/PB; CUT/PB, 1986)
 Fonte: Arquivo pessoal de Luzia Ferreira

Essas pautas de reivindicações apontam o nível de força dessas mulheres que, de mãos dadas, lutaram por seus direitos. E mais, a imagem acima aponta para uma questão já mencionada neste texto, que é a baixa escolarização. O erro ortográfico na palavra creche (CRCEH) pode nos indicar o pouco letramento dessas mulheres, mas que mesmo com dificuldades na escrita ou sem escolaridade, levantaram suas bandeiras de luta e deixaram em evidência suas reivindicações como trabalhadoras, mulheres, mães e pelo fim da violência contra elas, dentro e fora de suas casas. E o mais importante: todas exigindo “direitos iguais”, como vemos nas faixas, ao lado das trabalhadoras letradas.

É oportuno refletir sobre a relação das trabalhadoras da região do Brejo com seu ingresso ao ambiente escolar. Carmelita Pedrosa (2020) aponta que foi por meio das reuniões no Sindicato que perceberam a necessidade de criar escolas para alfabetizar as trabalhadoras

Porque as mulheres vinham para as reuniões, mas a maioria não sabia assinar seu próprio nome e tinha dificuldade de fazer relatório e de fazer qualquer reivindicação, até um bilhete mesmo para o Sindicato. Então, criamos escolas, mas Margarida não queria uma escola que fosse atrelada ao governo. Ela queria uma escola no método Paulo Freire, mas que foi toda ligada aos ideais do Sindicato, os direitos e os deveres que os trabalhadores tinham no momento que eles eram associados. Então, a escola foi criada com professoras voluntárias da comunidade e essas meninas receberam treinamento no Sindicato com orientação para o papel da mulher, então, toda metodologia era

voltada para saúde da mulher, os direitos da mulher, os deveres da mulher e que a mulher também tinha direitos de ser associadas no sindicato, porque ela também era agricultora, porque tinha muitos Sindicatos que não aceitava que a mulher fosse associada (PEDROSA, 2020) (Depoimento oral concedido à autora).

Percebemos, então, que a educação demandada pelas mulheres organizadas era voltada a uma educação crítica, na perspectiva do educador Paulo Freire, com seu método de alfabetizar conscientizando a classe trabalhadora a partir de suas próprias vivências. Tais paraibanas, devido à exploração e opressão classista e de gênero, tiveram suas vidas marcadas, e a maioria não teve a oportunidade de ingressar ou permanecer na escola. Margarida e Carmelita proporcionaram para essas mulheres uma educação a partir da dialética do ser social mesclada com suas experiências, uma educação que acontecia nos espaços informais e que era constituída por meio do coletivo. Sobre a dialética da educação com a experiência, e o processo histórico que essas trabalhadoras estavam inseridas, Thompson (2002) salienta que:

A experiência modifica, às vezes de maneira sutil e às vezes mais radicalmente, todo o processo educacional; influencia os métodos de ensino, a seleção e o aperfeiçoamento dos mestres e o currículo, podendo até mesmo revelar pontos fracos ou omissões nas disciplinas acadêmicas tradicionais e levar à elaboração de novas áreas de estudo (THOMPSON, 2002, p. 13).

Nesse sentido, é importante destacar que a educação não está restrita ao espaço escolar, mas também pode estar voltada para as experiências de vida dos sujeitos com o conhecimento de si e do mundo. O próprio ambiente sindical e reivindicativo construído por essas mulheres tinha um caráter inegavelmente pedagógico. Contudo, Carmelita relata que implantar essas escolas não foi uma tarefa fácil, porém deram-se as mãos e foram driblando as dificuldades e os preconceitos:

Foi muito difícil para mulheres que trabalhavam participarem das escolas e também muitos maridos não queriam. Os maridos diziam que elas não precisavam estudar, não tinha essa necessidade porque tinha filho pequeno, e aí foi muito difícil para a gente fazer esse trabalho para que a gente não pudesse, assim, criar uma divergência entre a gente, ela e o marido, então, a gente já foi fazer um trabalho de conversar com o marido da importância da mulher ajudar, então no momento que a mulher ajudasse ao homem a trabalhar, a participar das reuniões e a reivindicar seus direitos juntos era mais fácil do que o homem sozinho. Então, a gente começou a fazer esse trabalho de formiguinha dessa maneira: “olha, a sua mulher é uma pessoa muito importante que ela precisa assinar o nome, porque quando ela vai para o hospital ela precisa assinar seu próprio nome, não depender tanto de você e a mulher também aprendendo a ler, ela vai poder reivindicar os seus direitos juntos e vai ser mais fácil. É mais fácil ir para uma luta os homens sozinhos,

ou os homens irem para uma luta reivindicando seus direitos juntos com suas mulheres, junto com sua família, junto com os filhos?”. Então, a gente foi orientando nesse sentido até que os homens foram deixando a suas mulheres participarem das reuniões do sindicato, começou a formar grupos de mulheres. Desta forma, através da escola, fomos também descobrindo nesses grupos as mulheres que liderava, que tinha mais facilidade de liderar o grupo naquela comunidade. Então, em Alagoa Grande começou a organizar essas mulheres e o grupo de alfabetização ajudou muito a formar esse grupo de mulheres (PEDROSA, 2020) (Depoimento oral concedido à autora).

A partir da fala de Carmelita, percebemos quão árdua foi a luta dessas paraibanas para terem direito ao estudo, a participar das reuniões sindicais e do grupo de mulheres, partindo da desconstrução do discurso patriarcal que lhes designava um lugar restrito ao privado. Dessa forma, foram abrindo espaço para diversas possibilidades de enfrentamento, muitas vezes indireto, uma ação que se aproxima do conceito de James Scott (2002): formas de resistência cotidiana. Elas tiveram que buscar meios, formas de resistência, para convencer os homens sem bater de frente com eles, visto que o enfrentamento direto dificultaria a ingressão delas na luta e muitas nem teriam força para enfrentá-los. Para “um trabalho de formiguinha”, como mencionou Carmelita, foi fundamental a arte do diálogo para que as mulheres tivessem acesso às reuniões do STR, dos movimentos de mulheres e da escola, sem que elas fossem prejudicadas no seu ambiente familiar.

Muitas são as contribuições do STR de Alagoa Grande/PB, com a participação de lideranças como Margarida, Penha, Carmelita e tantas outras, para que as mulheres do Brejo paraibano tivessem acesso à educação, conhecessem seus direitos e também como deveriam lutar por eles. Na verdade, o sentimento de resistência, esperança e solidariedade feminina permeia a trajetória de vida dessas paraibanas.

Os movimentos no Brejo paraibano na década de 1980 foram libertadores, no sentido de conscientização das mulheres acerca de seus direitos enquanto sujeitas históricas. Para tanto, faziam uso de outras culturas, novas práticas, interação e instrumentos educativos como panfletos, cartazes, faixas, etc. O objetivo era libertá-las das amarras, das correntes, o que elas só poderiam conquistar coletivamente, como nos mostra um cartaz utilizado no I Encontro de Mulheres Trabalhadoras da Paraíba (Figura 05).

Figura 05 – Cartaz encontrado no Relatório do I Encontro de Mulheres Trabalhadoras da Paraíba (1986)



Fonte: Arquivo pessoal de Luzia Ferreira

Por meio dos encontros e reuniões, as militantes do MMT/PB e MMB passavam a conhecer melhor a luta de cada categoria, e quanto mais conheciam, mais eram libertadas das amarras, como bem está representado na Figura 05 por correntes sendo quebradas. Aquelas mulheres eram discriminadas também por seus patrões, que diziam que seu lugar não era no sindicato reivindicando, mas em casa cuidando da sua família. Entretanto, após cada encontro elas iam (re)pensando sua posição social, o direito de atuar no Sindicato, ganhar visibilidade e suporte para lutar e o quanto era importante unirem suas forças.

Elas usavam faixas, cartazes, versos, repente, encontros e outros instrumentos para a conscientização das mulheres, como enfatizado no livro *Porque trabalhar com Mulheres* (1990):

É urgente e imprescindível questionar os interesses que mantem as mulheres atrasadas, excluídas dos processos políticos e sociais. Cabe a nós a tarefa de conquistar esses espaços, levantar questões, envolver outras mulheres.

Podemos sensibilizar os homens, conseguir aliados, envolver os companheiros, mas somos nós mulheres os sujeitos dessa história (SILVA, et al., 1990, p. 35).

Sendo assim, acreditamos que esses movimentos sociais, o MMT/PB e o MMB, foram espaços de discussão que colaboraram para a construção das reivindicações e empoderamento das mulheres, a partir do que era visto e apreendido nas reuniões, passeatas, fóruns e seminários. Essa interação levou à aproximação de mulheres de diferentes regionalidades e com pautas diversas em dado momento, mas todas unidas pela maior participação feminina no sindicato, e a conscientização de se organizarem e lutarem pelos direitos das trabalhadoras e dos trabalhadores. E sempre com a participação direta de Maria da Penha Nascimento Silva.

Nesse sentido, é importante ressaltar que o crescimento do debate de gênero dentro do movimento sindical, como suas reivindicações específicas, a exemplo de falta de creches, igualdade de gênero, desigualdade salarial, violência contra a mulher e tantas outras, chegaram como pautas para as trabalhadoras por meio das discussões “assessoradas muitas vezes por militantes ou entidades feministas, [o que] permitiu que estas questões crescessem em importância no interior do movimento sindical durante os anos oitenta, momento em que o Novo Sindicalismo se consolidava enquanto ator coletivo” (ARAÚJO; FERREIRA, 1998, p. 60). As conexões estabelecidas por meio dos discursos feministas foram fundamentais para o despertar e combater a desigualdade, impulsionando-as a resistir contra a exploração da classe trabalhadora e a dominação de uma sociedade patriarcal.

Enfim, é importante abordar com mais intensidade a participação das mulheres nas lutas de resistência, em diferentes contextos e historicidades, a exemplo das lutas vivenciadas no espaço paraibano. Como nos chamou a atenção Walter Benjamin (1996), temos a missão de escovar essas histórias a contrapelo, pois aos poucos surgem novas reflexões, desconstruções e novas abordagens.

Levando em consideração o pensamento de Benjamin, vamos escovar a contrapelo um pouco mais da história de vida de Maria da Penha a suas companheiras que atuaram no Brejo paraibano entre as décadas de 1970 e 1991, os seus obstáculos, as suas lutas e conquistas, para que possamos tirá-las da invisibilidade na historiografia e na nossa cultura histórica. Isto é, vamos trazer para o nosso presente novas reflexões acerca de um passado que ainda habita a memória de alguns e que precisa ser compartilhado por muitos/as, como veremos a seguir.

CAPÍTULO III – MARIA DA PENHA NASCIMENTO: FEMINISMO, CLASSE E ORGANIZAÇÃO

*Da luta e da vida
De Margarida e de Penha
Guerreiras Marias*

*Da dor e do canto
Com o Brasil tu partilhas
Da luta contra opressão, lutas por libertação
Na história tu trilhas.*

*Marias, Marias, não és agonia
É saudade, é coragem, é poesia
De onde estarás, viverás em nós
Por liberdade, respeito e justiça erguemos a voz
(Comissão Nacional da Questão da Mulher
Trabalhadora Rural; DNTR/CUT, 1991)*

Figura 06 – “Mulheres que resistem e constroem a utopia”



Fonte: Acervo pessoal de Douglas Mansur

Colocando a nossa líder sindical entre as mulheres que lutaram em defesa de uma vida com dignidade, construindo uma utopia entre as trabalhadoras camponesas (Figura 06), podemos enxergar através da memória da trajetória de vida da paraibana Maria da Penha Nascimento Silva as marcas da sua vivência enquanto mulher de ancestralidade negra que

mesmo não tendo encontrado nas fontes que utilizei sua atuação no movimento de mulheres negras, certamente se ela estivesse viva seria mais uma especificidade feminina acrescentada à sua pauta de luta. Ela representa a mulher sertaneja, criada pelos avós maternos – seu Pedro José e dona Maria Angelina –, trabalhadora rural, sindicalista, feminista, mãe e esposa. E é no decorrer do seu percurso histórico, portanto, que se percebe que Penha se destacou em todos os espaços em que esteve presente.

Em 1991, ano de sua morte, por meio do poema utilizado como instrumento de conscientização de luta pela Comissão Nacional da Questão da Mulher Trabalhadora Rural, transcrito acima, podemos perceber o valor de seu legado perante as mulheres trabalhadoras, quando se decantava que ela “é saudade, é coragem, é poesia”; e assim, como tantas Marias e Margaridas, Penha de “onde estarás, viverás em nós”. Tudo isto é referência a uma líder que, com apenas a 4ª série do antigo ensino primário (atual 5º ano do ensino fundamental), foi modelo de resistência no Brejo paraibano e num ambiente marcado majoritariamente pelo masculino, fazendo-se liderança, reivindicando em todos os lugares em que esteve presente os direitos das mulheres e homens do campo.

De acordo com sua filha Nei, em entrevista à autora (2020), para ajudar nas despesas de casa, e possibilitar um “pouco de conforto” para seus filhos, Penha foi professora do Mobral, como também ela e sua família foi assentada no Assentamento Quitéria³⁰, na região do Brejo paraibano. “Antes a gente botava roçado na fazenda dos outro. Aí depois que a gente conseguiu o assentamento aí melhorou. A gente não morava lá, mas ia todo dia e voltava à tarde. Aí a mãe trabalhava lá nesse lote” (SILVA, Valdinei, 2020) (Depoimento oral concedido à autora).

Compreende-se, com isso, que ela, como tantas outras, simbolizam a utopia feminina em busca de melhorias em meio a um universo masculino e patriarcal, ficando consolidada de uma forma que, como apontou a Via Campesina (2019 apud ALCÂNTARA, 2019, s/p):

Os objetivos que deram origem ao ‘Dia Internacional das Mulheres Trabalhadoras’ se mantêm vigentes, e se convertem em bandeira de luta, das mulheres e homens, em todos os rincões do mundo, que resistem de forma organizada contra o capitalismo e o patriarcado [...] seguimos firmes em nossa missão de germinar a esperança e a libertação das mulheres do campo e da cidade em todo o mundo.

Como bem aponta Fernanda Alcântara (2019), as mulheres são resistência em todos os rincões do mundo. Elas estiveram presentes nas lutas de resistência ao longo da história da

³⁰ A legalização desse assentamento só aconteceu em 1993, dois anos após a morte de Penha.

humanidade, no entanto, seus feitos foram silenciados e seu protagonismo na maioria das vezes foi empurrado para o papel de coadjuvante.

Nesse sentido, percebe-se que Penha lutou para que as mulheres do Brejo tivessem o reconhecimento dos seus direitos diante das amarras do patrão e patriarcado, e que suas vozes ecoassem como agentes sociais, “mulheres subalternas, que se juntam para melhorar a existência e delinear uma outra, compreender a superação de itinerários marcados pela fome e ausência de condições de dignidade” (GODINHO, 2000, p. 22).

Nesse sentido, Godinho (2020) nos apresenta sua pesquisa sobre as Mulheres do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), caracterizada como uma história social da teimosia e da sensibilidade, mostrando que sua luta pela terra e pela vida é um exemplo de coragem na construção de um mundo melhor, mais justo, mais igualitário. Com o Movimento de Mulheres no Brejo (MMB) – aqui abordado entre os anos de 1970 e 1991 – não foi diferente, pois também foi liderado por camponesas “teimosas” que buscaram entender e modificar a sua realidade de opressões interseccionadas nos âmbitos sindical, no trabalho e na esfera da vida privada.

Neste capítulo, trataremos da trajetória da líder camponesa, sindicalista e feminista Maria da Penha Nascimento Silva, mulher que foi alijada do direito ao estudo, o que não a impediu de se articular politicamente. Como afirmou, em depoimento, Zênia Chaves Melo (2020): “ela era uma líder política nata, apesar de ser semianalfabeta ela tinha uma capacidade incrível de elaborar política” (MELO, 2020) (Depoimento oral concedido à autora).

Assim, neste capítulo, dedicaremos especial atenção à percepção da discriminação de gênero (no sindicato, na sociedade e no lar) presente no contexto em que Penha estava inserida, dialogando com os fatores que contribuíram para que ela repensasse o lugar da mulher nos muitos setores sociais, e como estas pautas também precisavam ser discutidas no âmbito sindical. A necessidade de trazer as questões específicas das mulheres para a pauta de luta classista conquistou visibilidade a partir do momento em que foram problematizadas nas discussões da CUT e nos sindicatos. Nessa direção, Araújo e Ferreira (1998) salientam que essas discussões causaram “efeitos positivos na sensibilização dos homens para esta questão, iniciando um processo de mudança nos seus valores e atitudes” (ARAÚJO; FERREIRA, 1998, p. 76). Ou seja, não existe história dos trabalhadores sem a participação feminina e onde há opressão, também há de haver resistência.

3.1 Trajetória de luta de Penha Nascimento: atuações, articulações e conquistas

*Penha era hospitaleira, dos seus filhos sempre cuidou
Sem ter medo de carreira, os patrões sempre enfrentou
Ela teve a coragem de enfrentar as lutas da vida,
registrando a sua imagem das vidas mal vividas
Seu marido não imaginou na força da companheira, na
década de 80 não pensou da mulher como guerreira
Ela fez um trabalho perfeito com dificuldades orientou
pra tudo se dá um jeito, marcas de luta ela deixou*

*A luta era muito crua, mulher tombava na luta, crianças
do sítio ou da rua sem estudo e sem conduta
Ela sempre defendia o direito a maternidade, as
mulheres não sabia do valor da igualdade
As políticas públicas defendia aqui ninguém discute, nos
congressos apresentava nossa Diretoria da CUT
Penha fortaleceu a campanha salarial, ela nunca se
decepcionou com as lutas do canavial
(Carmelita Pedrosa)*

Figura 07 – Maria da Penha dialogando com a população na feira



Fonte: Arquivo pessoal de Nei, filha de Penha

O poema saudosos de Carmelita Pedrosa ressalta a coragem de Maria da Penha ao enfrentar as lutas no Brejo paraibano. Diante do assassinato de Margarida, Penha assumiu a liderança das lutas e mesmo sob as ameaças dos latifundiários, ela não desistiu, pois pensava na sua classe explorada pelo patrão. E quando era questionada se tinha medo da morte, por estar à frente do sindicato, ela dizia: “não tenho medo da morte, só tenho medo da fome” (LEITE, 2016, p. 134).

As vivências de Penha, na CUT e no PT, faziam-na acreditar que essas duas organizações seriam uma alternativa de mudança na sociedade e, conseqüentemente, na vida do trabalhador e trabalhadora. Sobre sua participação no Partido dos Trabalhadores (PT), começou sua militância ainda quando Margarida estava viva. Conforme relato de Penha em seu livro *Violência Rural e Reforma Agrária*, em cada reunião as mulheres iam se organizando,

Conscientes de que o PT é o partido que está mesmo na defesa dos trabalhadores, homens e mulheres, e como é um partido que nasce das bases, as mulheres podem ter maior participação. Nos partidos burgueses, as mulheres não têm muito espaço, porque a burguesia não dá muito espaço para a mulher. Basta ver que não existem mulheres ministros, e nenhuma governadora. Quando o PT foi formado em Alagoa Grande eu fui a primeira presidente do Diretório Municipal [...] é o caminho para organizar o povo da cidade e do campo, aqui no Nordeste e nas outras regiões. Aqui no Nordeste, a gente tem um modo de vida, um clima, uma exploração; no Sul, já é outro tipo de exploração que não dava para gente conhecer. A CUT foi que ajudou a juntar todo mundo da cidade e do campo, daqui e de outras regiões do Brasil, para discutir, para unir a luta (SILVA, 1986, p. 36 e 39).

Neste trecho, notamos como os encontros no âmbito da CUT e do PT possibilitaram a Penha e seus companheiros/as de luta a compreensão das múltiplas formas de exploração da classe trabalhadora, em diferentes contextos e espacialidades, mas as experiências compartilhadas deram uma perspectiva diferente e o entendimento de que a exploração alcançava todos os níveis empregatícios, em formatos diversos, na cidade e no campo, do médico ao cortador de cana.

Maria da Penha começou a participar da CUT desde a CONCLAT, mas apontou que na Paraíba, no início, poucos assumiram a CUT – “éramos uns gatos pingados” (SILVA, 1986, p. 37). O número reduzido de pessoas era também devido ao medo de ser enquadrado na Lei de Segurança Nacional, do STR ser fechado, entre outras ameaças. Mais uma vez, Penha se destaca por sua coragem de se unir com STR (campo e cidade) para assumir em Alagoa Grande a CUT-PB e por sua coragem a Central foi se estruturando mais rapidamente no Brejo paraibano.

A participação de Penha na Secretaria da CUT-PB foi fundamental para *se fazer presente* a representação das mulheres nos movimentos, bem como o desenvolvimento das discussões de gênero no ambiente rural e urbano. De acordo com Maria Berenice Godinho (1996, p.54), a CUT Estadual da Paraíba “antecipou-se à nacional, ao criar a Secretaria da Mulher em seu primeiro congresso, em 1985, como fruto de uma articulação das trabalhadoras rurais, que tomaram a iniciativa da discussão e envolveram as sindicalistas urbanas”. A esse respeito, Penha relata em seu livro, *Violência Rural e Reforma Agrária* (1986), que nesse Congresso (1985) as paraibanas do campo, em parceria com as da cidade, decidiram criar a Secretaria da Mulher da CUT. Essa proposta foi aprovada, porém algumas pessoas foram contra, visto que nacionalmente essa Secretaria não existia.

A gente disse: se vocês não tiveram coragem, vão defender lá, porque aqui todo mundo votou em peso e não tem essa história de ir contra o estatuto não, porque a CUT cuida de ir contra as estruturas legais que prendem o trabalhador, por isso deve criar todas as formas livres de organizar os trabalhadores e trabalhadoras (SILVA, 1986, p. 37).

A Secretaria da Mulher da CUT-PB organizava encontros a cada dois meses e as camponesas passaram a ter uma maior participação nos debates sobre as mais diversas questões: luta, saúde, conflitos, o que fazer quando seus maridos fossem presos, a fome e questões específicas das mulheres, tendo Maria da Penha como a primeira dirigente responsável pela Secretaria Estadual da Mulher. É importante salientar que a CUT surgiu em 1983, fora da estrutura sindical vigente, que não permitia oficialmente a criação de centrais sindicais, que de acordo com Nunes (1996, p. 125),

Se organiza a partir dos sindicatos e ela filiados que funcionam dentro da estrutura corporativista criada por Getúlio Vargas em 1930. Este fato vem sendo desde a criação da CUT um gerador de problemas na relação da Central e seus sindicatos filiados. A CUT adotou inicialmente a tática de atuar “por dentro” da estrutura sindical oficial, ou seja, a tática aplicada foi conquistar as direções sindicais para tentar modificar a estrutura sindical a partir de uma atuação combativa desses dirigentes vinculados ao “novo sindicalismo”. Essa tática levou a conquista das direções dos mais importantes sindicatos do Brasil, e a CUT tornou-se a Central Sindical mais representativa do país.

Sendo assim, é notória a influência da CUT na militância de Penha, e quando se tratava dos problemas enfrentados no campo em 1986, ela acentua em seu livro, *Violência Rural e Reforma Agrária*, que estava confiante diante do envolvimento da CUT com os movimentos das mulheres na Paraíba, pois apesar dos entraves, as trabalhadoras estavam se organizando e

participando das discussões. Ela ainda justificou esse otimismo com relação a essa parceria da CUT com o movimento, uma vez que a entidade assumiu muitas das propostas específicas das mulheres.

Diante da fala de Penha, entende-se que a CUT foi uma organização que tanto levantou a bandeira da luta dos trabalhadores, como também deu a oportunidade de agregar as questões específicas das mulheres, visto que elas também estavam na luta para que a CUT fosse criada, pois não existe uma história da CUT sem a participação feminina. Um exemplo disso ocorreu no Segundo Congresso da CUT que aconteceu no Rio de Janeiro, no ano de 1986, em que uma das pautas era a Campanha Nacional Creche Para Todos. Segundo o Manifesto resultante deste evento, as mulheres representavam naquele ano

32% da força de trabalho no Brasil e a tendência das últimas décadas tem sido o aumento da sua participação no mercado de trabalho. Além do grande número de mulheres no trabalho rural, as demais concentram-se em categorias e funções que se relacionam com o papel que lhes é atribuído na sociedade: prestação de serviços, enfermeiras, empregadas domésticas, professoras, assistentes sociais, funcionárias públicas etc. No entanto, é no setor industrial que tem se dado o maior crescimento percentual da mão-de obra feminina: de 1970 a 1980, dobrou o número de mulheres neste setor. Neste quadro, observa-se que a força de trabalho feminina é utilizada pelo capitalismo para aumentar o nível de exploração da classe como um todo (CUT, 1986, p. 20).

O tema “Creche Para Todos” já vinha sendo discutido no Brejo pelas entidades MMT/PB e MMB, movimentos que, conforme aponta o Relatório Final da Comissão Estadual da Verdade (PARAÍBA, 2017, p. 404), foram “das primeiras organizações da América Latina compostas exclusivamente por mulheres”. As trabalhadoras do campo não tinham creche para deixar seus filhos quando iam trabalhar. Muitas das vezes, elas contavam com o apoio de algum membro da família (mãe, sogra, filha) para dar um suporte nos cuidados com a prole, e na falta de algum parente para ajudar, deixavam seus filhos em casa sozinhos (MIELE, 1985). Penha chegou a mencionar o exemplo das mulheres de Santa Rita/PB, que iam trabalhar no corte de cana como boias-frias, que saíam pela manhã e deixavam as crianças sozinhas. À filha mais velha (que na maior parte dos casos também era uma criança) cabia a responsabilidade de cuidar do mais novo. Havia ainda a preocupação do Movimento com a educação dessas crianças, visto que, segundo Penha, os poderes políticos não tinham uma proposta de educação para a população campestre. Os filhos do trabalhador/a precocemente³¹ eram obrigados a ingressar no

³¹ Segundo a socióloga Neide Miele (1985), as crianças geralmente maiores de oito anos de idade, já acompanhavam as suas mães na condição de trabalhadores (de ajudante familiar sem remuneração).

trabalho nas lavouras canavieiras devido à extrema miséria em que viviam com suas famílias, para ajudar na renda, sendo que essas crianças eram ajudantes dos seus pais ou responsáveis, não recebiam salário pelo seu trabalho, seus ganhos complementavam os dos adultos. Muitas delas não conseguiam estudar e corriam riscos constantes, tanto do contato com os agrotóxicos, como também com o manuseio do facão para cortar cana, instrumento que deveria ser utilizado por adultos.

Além desses perigos iminentes aos quais os filhos dos(as) trabalhadores(as) rurais eram sujeitados, sejam sozinhos em casa ou nas plantações de cana, havia uma outra preocupação: o abuso sexual sofrido pelas filhas, e até mesmo pelas próprias trabalhadoras canavieiras, exercido pelos administradores dos patrões. Conforme nos relata o à época tesoureiro da CUT-PB, o paraibano Luiz Silva, a respeito dessa violência:

A discriminação no trabalho, na produção, da mulher é muito grande: seu salário é bem menor daquele do homem. Por exemplo, na Paraíba, a mulher cava, planta o milho, o algodão, mas ganham menos só porque os patrões acham, avaliam que seu trabalho é menos pesado. Mas elas produzem mais. Na área de cana os homens empreitam: eles levam a mulher, os filhos até de menor e só quem ganha é o homem. O trabalho da mulher é muito desvalorizado e é muito massacrante: colocar o adubo no plantio da cana, carregar água para os trabalhadores, etc... Tem também algumas questões que devem ser enfrentadas: é a questão da exploração sexual. Os capatazes das usinas usam as jovens filhas dos trabalhadores, até as esposas, para relações sexuais em troca de emprego. Os pais de família não sabem, não têm como enfrentar essa situação (CUT, 1991, p. 45).

Essa situação de miséria e violência vivida pelas famílias do Brejo levou Penha a refletir e a construir uma visão de que a classe precisava unir forças para obter seus direitos. Ela e suas companheiras, que estavam à frente desses movimentos, buscavam conscientizar as trabalhadoras do campo que elas também tinham direito à “creche e educação” para seus filhos.

De acordo com Araújo e Ferreira (1998), durante o II Congresso Nacional da CUT (1986), foi lançada a proposta da criação da Comissão Nacional sobre a Questão da Mulher Trabalhadora (CNMT). A CNMT foi criada no mesmo ano do II Congresso, contribuindo para a ampliação dos espaços de atuação feminina, permitindo também a organização de atividades de abrangência nacional, tais como a mobilização em torno da defesa da aprovação de diversos direitos da mulher trabalhadora, a exemplo da licença maternidade de 120 dias, licença paternidade de oito dias e o direito à creche no local de trabalho.

Ana Paula Romão (2017) salienta que no II Congresso da CONTAG, em defesa da incorporação da luta pelo salário maternidade, na cidade de Alagoa Grande/PB, a notícia foi

recebida com “deboches” pelos patrões, pois eles já julgavam um absurdo a reivindicação da carteira assinada para os trabalhadores “chefes de família”. E diziam: “mulher agricultora tem que parir dentro das canas, e os meninos, desde pequenos, devem saber que já nascem devendo o comer que eles mesmos vão plantar [fala registrada]” (FERREIRA, 2005, p. 83)³².

A CUT incentivou os sindicatos filiados a buscar uma maior participação das mulheres trabalhadoras dentro de sua entidade sindical, nas lutas específicas de sua categoria, como também nas lutas gerais da classe trabalhadora. No *Manifesto do II Congresso da CUT aos trabalhadores brasileiros*, foi apresentada à sociedade a situação lastimável em que se encontrava a classe trabalhadora:

Um terço das famílias brasileiras ganha menos que um salário mínimo; 12 milhões de crianças se encontram desnutridas; milhões de lavradores expulsos da terra vagueiam pelo país e se acumulam nas periferias das cidades. É um absurdo: de um lado, recursos naturais e terras sem cultivo em abundância nas mãos de poucos, e de outro lado, milhões passando fome. Nas fábricas, as condições de trabalho são desumanas: 347 acidentes de trabalho por hora e 13 mortes por dia. A repressão policial contra os trabalhadores aumenta a cada dia (CUT, 1986, p. 01).

Situações que muito inquietavam Penha. A violência no campo legitimou a morte de muitos que participaram da luta. Na Plenária Nacional da CUT (1986), um dos pontos defendidos foi a Campanha contra a Violência no Campo, visto que tantos trabalhadores/as foram mortos pelo latifúndio. O relatório trouxe uma imagem com fotos de vários militantes que foram assassinados (entre eles Margarida), cujas mortes permaneciam na impunidade. Nessa plenária também foi ressaltada a importância de “lutar com mais força, pela divulgação, apuração e punição dos mandantes e executores dos crimes contra nossos companheiros” (CUT, 1986, p. 09). Penha lutou para que os assassinos de Margarida fossem punidos, todavia, a justiça ficou do lado dos latifundiários. Ela lamentava a falta de terra para os trabalhadores/as cultivarem o que fosse preciso para sua subsistência, como também os direitos trabalhistas negados. Diante da fome e da desnutrição, considerava inconcebível que os trabalhadores labutassem tanto e não tivessem o mínimo para sobreviver.

Diante dessa inquietação, Penha se dedicou também ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que já vinha se organizado no sul do Brasil. Ela e alguns sindicalistas da Paraíba participaram do I Encontro Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, em Curitiba, e a partir desse encontro, ajudou a expandir o MST para Canafístula, em

³² De acordo com Ferreira (2005) esse registro encontra-se na Ata do sindicato como informe de Maria da Penha Nascimento em 1976.

Alagoa Grande. Entretanto, a tática da ocupação das terras encontrou muita resistência e violência por parte dos proprietários. Muitas lavouras foram destruídas, houve prisões e perseguição. A respeito dessas violências, Vanildo, filho de Penha, quando entrevistado, disse-nos:

Mamãe achava que, por exemplo, tinha que ter um movimento mais amplo, não podia ficar só na lógica do sindicato ali que era um mundo pequeno, era importante ter, mas era pequeno. Então, foi quando foi se criando o Movimento dos Sem Terra e aí ela imediatamente trabalhou no apoio porque já tinha toda uma relação com o pessoal da CPT, com Padre Luiz que era um italiano que ajudava muito aí a CPT, era muito forte na luta, no apoio da luta pela terra, mas principalmente nesse apoio da luta da expulsão do homem no campo, que é o principal (SILVA, Vanildo, 2020) (Depoimento oral concedido à autora).

A participação de Penha no MST influenciou sua filha Valdinei a enveredar por esses caminhos da resistência. De acordo com ela, sua mãe foi uma dos/as militantes que trouxe o MST para a Paraíba. Em 1989, Valdinei foi enviada para organizar a primeira ocupação do MST no Ceará. Em 1990, disse ela em entrevista, “vim pro Rio Grande do Norte, também fiquei um tempo lá. Aí mãe morreu em 91, eu estava no Rio Grande do Norte. Aí continuei lá mais uns 10 anos, depois fui pra Sergipe, fiquei uns 13 anos em Sergipe. Depois voltei pra cá porque pai estava doente; eu voltei pra cá em 2009” (SILVA, Valdinei, 2021) (Depoimento oral concedido à autora).

Em entrevista, Roberto Vêras (2020) relata como foram seus primeiros contatos com Penha. Sua participação no MST foi um dos movimentos em que compartilhou com ela momentos de lutas e resistências em defesa dos trabalhadores do campo. Pela riqueza de detalhes e vivacidade de seu relato, transcreverei o longo trecho que segue:

Outra situação que me aproximou mais de Penha foi que na época do CENTRU Penha e eu fomos articulados pelo MST, fomos contactados por João Pedro e ele era uma figura que Penha gostava muito. Nós fomos pro Congresso da fundação do MST em 1984 em Curitiba, todo o CENTRU foi, assessores e dirigentes, nós fomos num ônibus, me lembro muito bem, Manuel da Conceição, a mulher de Manuel, os dirigentes, Luís Silva, Penha, todo esse pessoal, nós fomos de ônibus pra Curitiba, pra você ter uma ideia, viajávamos muito de ônibus, eu viajei o Brasil todo de ônibus, era dois dias pra cá, três dias pra ali, passava mais três dias voltando, mais dois dias voltando de novo, a gente viajava muito de ônibus. E nós fomos para essa viagem, fretamos um ônibus e fomos com gente do CENTRU da Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, tudo de ônibus, para a fundação do MST em Curitiba. João Pedro Stédile, liderança do MST, articulador e tal, era carismático e logo depois João Pedro me contactou para eu fazer assessoria de formação, que eu acabei me especializando um pouco nisso, meu trabalho de assessoria acabou sendo mais

de educação popular, então eu gostava de fazer isso, dar aulas, organizar as atividades, construir os caminhos metodológicos para dialogar com os trabalhadores rurais semialfabetizados envolvendo discussões complexas, então isso requeria recursos metodológicos, ilustrativos e eu gostava de fazer isso influenciado por Paulo Freire e toda coisa da educação popular (...). Penha também participava, articulava, dava apoio, participava como educanda também e palestrava; Penha fazia tudo. Aí foi mais ou menos um ano de experiência e nesse momento também o MST queria se implantar e eu ajudei a assessorar o grupinho que estava implantando e que era liderado por Penha no grupo do MST, que Penha assumiu a liderança desse grupo. Eram pessoas muito jovens, pessoal lá de Araçagi, Alagoa Grande, um grupinho assim de umas seis, sete pessoas e a gente se reunia, eu fazia o trabalho de formação do grupo e eles se reuniam para pensar a implantação do MST (OLIVEIRA, 2020) (Depoimento oral concedido à autora).

É notório o quanto Penha articulava em vários campos, respirava a luta. O que fosse necessário para garantir os direitos e melhorias para a classe trabalhadora, não media esforços para dar sua contribuição. Sua participação no MST não foi diferente, e atualmente existem dois assentamentos em Alagoa Grande/PB com o nome de Maria da Penha: Maria da Penha 1 e Maria da Penha 2.

Outra preocupação de Penha, a qual muito ela se dedicou, foi em conscientizar as paraibanas dos seus direitos como mulher e trabalhadora, e por uma maior participação feminina nas lutas. Em seus dois livros fica evidente a postura feminista de Penha, tendo uma visão abrangente das amarras machistas e patriarcais que oprimiam e ainda oprimem as mulheres. A respeito da influência das pautas feministas em sua trajetória, no I Congresso do Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais da CUT (1990), a fala de Maria da Penha deixa em evidência a relação existente entre o movimento feminista e sua indissociabilidade com a perspectiva classista, ao afirmar que “as feministas começaram a nos despertar como mulher. Mulher era vista como um objeto, simplesmente como um objeto, um inseto [...] eu acho que o movimento feminista tem uma abertura bem grande com a luta de classes” (SILVA, 1990 apud FERREIRA, 2005, p. 32).

Além dessa abordagem feminista discutida por Penha, para ela era fundamental a inserção das mulheres trabalhadoras no movimento sindical, e essa percepção possibilitou uma valorização do papel e da autoimagem das mulheres enquanto sujeitas políticas. Outro ponto também enfatizado neste Congresso, de suma importância para desconstruir os estereótipos em torno do “ser masculino” e “ser feminino”, especialmente este último, em decorrência de depreciação em relação ao primeiro, foi a temática sobre gênero. Trazer para a discussão um assunto historicamente naturalizado pelos valores patriarcais, ainda mais no espaço agrário em que esses militantes estavam inseridos, dificultava ainda mais o diálogo. Um desafio até mesmo

para aqueles que ansiavam uma igualdade de gênero, como foi o caso da CUT e das trabalhadoras do campo e da cidade.

A dimensão desse problema para o movimento sindical pode ser evidenciado na fala de Penha, quando questionada a respeito desse assunto:

Essa questão do gênero é muito nova dentro do sindicato. Ontem mesmo veio um companheiro quando a gente estava apresentando o texto-proposta para o Congresso, a ementa, e pediu para tirar aquela palavra de gênero, porque podia gerar algum problema. Nem todo mundo estava preparado para essa discussão. Mas quando você fala de relação homem-mulher, então você vê que existem ideias muito diferentes. Primeiro, porque tem sindicalistas que acham que as mulheres não têm que participar, mulher tem que estar em casa, porque senão diminui a participação deles. Tem várias coisas: a questão do ciúme, do autoritarismo, do machismo. Então, existem muitas dificuldades para se elaborar essa discussão. Mas devagarinho a gente tá avançando (SILVA, 1991 apud CUT, 1991, p. 52).

Mas o que Penha queria mesmo era compartilhar essa experiência vivenciada por ela, em um ambiente que deveria ser de desconstrução e de fala, e não de edificação e silenciamento sobre o tema. Penha, em outro momento, tenta apontar propostas que possibilitem solucionar ou amenizar o problema. Para além da identificação dele, o importante era encontrar mecanismos no sentido de solucioná-lo. De acordo com a militante Penha:

Os homens têm que tomar consciência do problema da mulher, da situação dela não só dentro do sistema capitalista, da luta de classes, mas também do seu dia-a-dia da vivência da mulher. Desde quando ela nasce, ela já é discriminada. Os dirigentes sindicais, os diretores da Central que comecem a ter essa consciência e a repassem para os outros companheiros (SILVA, 1991 apud CUT, 1991, p. 53).

A experiência de Penha na militância, somada à sua vivência pessoal, o seu lugar de escuta (como espécie de confidente para as trabalhadoras do campo), e o seu lugar de fala, cujos discursos reproduzem o conjunto dessa dissertação, nos dá um panorama da posição e do papel fundamental que ela desempenhou durante toda sua trajetória de luta (de vida, gênero e classe). Suas contribuições militantes podem ser notadas não só nos discursos proferidos nas reuniões e nos palanques, mas também na escrita presente nas suas obras, nos testemunhos dos companheiros e companheiras de movimento, além de ações cuja prática em nenhum momento contrapunham sua perspectiva ética e moral. Em suma, a verdadeira *práxis*.

A participação de Maria da Penha no III Congresso Nacional dos/as Trabalhadoras/es Rurais (CNTR) garantiu a entrada das mulheres trabalhadoras rurais no cenário político e sindical. Nesse Congresso,

[...] a presença de Maria da Penha Nascimento, do sindicato rural de Alagoa Grande/PB, fora exemplar, atuando para a incorporação de várias bandeiras do movimento de mulheres rurais. A luta por um salário-mínimo que garantisse uma vida digna para o/a trabalhador/a e sua família, por um salário igual para trabalho de igual valor e pelo reconhecimento dos trabalhadores em sítios e chácaras como da categoria trabalhadora rural e não trabalhadores domésticos, indiscutivelmente, abriu as portas para incorporar na pauta sindical as primeiras reivindicações das trabalhadoras camponesas assalariadas (FERREIRA, 2005, p. 53).

O ingresso das mulheres do Brejo no movimento não era fácil, e Penha dizia entender porque muitas delas não estavam preparadas para a luta, tendo em vista que muitos sindicatos as impediam de se associar. Vale ressaltar que o sindicalismo do campo foi estruturado inicialmente por um espaço masculino, inibindo, assim, existências dessas trabalhadoras em tais locais.

Durante os anos de 1980, se deu no Brasil a emergência dos chamados

“Novos Movimentos Sociais”, o Feminismo e o “Novo Sindicalismo”. No decorrer dos mais de vinte anos de regime militar, as questões de gênero, raça ou meio ambiente foram sublimadas em favor da luta política pela democracia, em que as mulheres foram importantíssimas. A campanha em favor da anistia foi iniciada por mulheres, que se organizaram no Movimento Feminino pela Anistia e, posteriormente, nos Comitês Brasileiros pela Anistia, tendo rapidamente tomado corpo, refletindo a indignação de boa parte da sociedade brasileira com relação à ditadura (BERTOLIN; KAMADA, 2012, p. 33).

Dessa forma, a retomada dos Movimentos Sociais, sobretudo o novo sindicalismo e o movimento feminista, possibilitam a reflexão acerca da invisibilidade feminina no meio sindical e Penha, dialogando com esses movimentos, questionava: como a mulher poderia avançar com esse tipo de exclusão vindo do próprio STR? Outro tipo de violência contra as trabalhadoras do campo é que elas não eram reconhecidas como trabalhadoras rurais, e nem mesmo tinham acesso à documentação, como a Carteira de Trabalho. Sua profissão era definida simplesmente como “dona de casa”, e quando chegavam ao momento de se aposentar como Trabalhadora Rural, não tinham direito. Penha (1986) ainda acrescenta que

Isso é uma enorme violência. É a mesma coisa de dizer para uma trabalhadora da cidade, operária, professora, médica, socióloga, que ela não é uma

trabalhadora, mas sim, dona de casa. E que não tem direito à aposentadoria como trabalhadora, mas só quando o marido dela morrer, se tiver um ou quando fizer setenta anos. Isso não é possível na cidade, mas no campo do Nordeste acontece (SILVA, 1986, p. 30).

As mulheres do campo começavam a trabalhar muito novas; muitas delas, como Penha, a partir dos sete anos. Quando casavam, tornavam-se auxiliares dos seus maridos, preparando tudo que era necessário para o seu retorno diário ao trabalho. Essa dicotomia entre o público *versus* privado, como também as duplas ou triplas jornadas de trabalho exigiam da mulher trabalhadora (urbana e rural) uma carga horária exaustiva, o que dificultava sua participação mais ativa nas reuniões dos movimentos de mulheres e sindical, o que de acordo com Penha, acarretava a limitação do seu crescimento político. Esse machismo também se manifestava quando a mulher não podia sair de casa para as reuniões, pois o discurso (ou a cultura dominante) da sociedade do Brejo paraibano determinavam que seu lugar era o espaço do lar, do cuidado dos filhos e do marido. Sair de casa para encontro com outras companheiras já era difícil, imaginem dormir fora de casa. Ficava muito difícil a participação feminina na luta, já que não podiam viajar até mesmo para uma região mais próxima. Conforme Maria do Socorro Abreu e Lima, nesse aspecto:

Aquelas inclusive que fossem sindicalizadas, geralmente as solteiras, separadas ou viúvas, teriam algumas dificuldades a mais. Além de o sindicato não ser visto como local adequado à participação de mulheres, por ser um espaço público ocupado por homens, usando uma linguagem à qual elas não estavam afeitas, para exercer cargos, era necessário ser alfabetizada e, nessa época, o índice de alfabetização de mulheres, especialmente no meio rural, era extremamente baixo (LIMA, 2012, p. 199).

A narrativa acima nos dá um panorama das dificuldades que essas trabalhadoras enfrentavam para se inserirem em tais organizações, principalmente quando elas decidiam disputar um cargo administrativo nesses órgãos. O analfabetismo, tão expressivo no Nordeste, naquele contexto parecia atingir com mais intensidade as mulheres, uma vez que negavam a elas o direito de candidatarem-se a qualquer cargo de liderança. Somado a isso, outro fator que dificultava que as trabalhadoras se associassem ao STR foi a criação do Fundo de Assistência ao trabalhador Rural – FUNRURAL (1972), pois através da inscrição neste programa federal as canavieiras poderiam ‘ser beneficiadas’ com ajuda médico-hospitalares e previdenciários, ainda que não fossem sindicalizadas, criando uma falsa ilusão de garantia total de direitos, como também “tornou-se um instrumento do governo militar para diluir as reivindicações dos

sindicatos” (BEZERRA, 2012, p. 61). Ainda de acordo com Marcela Heráclio Bezerra (2016), esses direitos eram garantidos quando as trabalhadoras eram fichadas e associadas, visto que:

As trabalhadoras fichadas gozavam dos direitos trabalhistas e poderiam acionar a Justiça do Trabalho para reivindicá-los. Quando associadas, os sindicatos as representavam nas Juntas de Conciliação e Justiça contra os empregados. Dessa forma, ser fichada e sindicalizada garantia às trabalhadoras, ao menos, acesso a direitos e serviços importantes para a construção da sua cidadania (BEZERRA, 2016, p. 64).

É notório que a falta de reconhecimento do trabalho produtivo e reprodutivo da mulher colaborou para a precarização de sua condição de sujeitas à margem dos direitos reconhecidos e garantidos, a exemplo da seguridade social, atendimento à saúde, assistência e previdência social. O FUNRURAL, nesse sentido, colocava os trabalhadores como beneficiários de assistência e não detentores de direitos trabalhistas e sociais:

Os benefícios da Segurança Social permitiram uma transformação nas relações sociais das mulheres, seja no âmbito familiar, em que elas ganham autonomia financeira, liberdade de decisão sobre rumos produtivos da unidade de produção familiar, seja pelos reflexos nas relações no seio das comunidades e municípios onde vivem. Esta batalha pela conquista dos direitos das mulheres camponesas é um processo constante, de persistência, de enfretamento e conflitos contra as entranhas do patriarcado presentes no Estado, nas instituições, no parlamento e até nos sindicatos e movimentos populares que não veem a necessidade de as mulheres terem direito a sua aposentadoria, salário maternidade e os demais benefícios (MUNARINI; CINELLI; CORDEIRO, 2020, p. 39).

A aposentadoria por velhice pelo Estatuto do Trabalhador Rural (Lei nº 4 214/1963), FUNRURAL (Lei Complementar nº 11 de 25/5/1971) e o PRORURAL davam direitos apenas aos homens, reconhecidos como “chefes de família”. Isto ocorria pelo fato de as trabalhadoras rurais não serem reconhecidas por Lei como sujeitas de direito, e seu trabalho era invisibilizado pelo sistema patriarcal e machista no campo (MUNARINI; CINELLI; CORDEIRO, 2020).

Na produção agrícola familiar, as camponesas eram destinadas “meramente” às atividades reprodutivas e seus trabalhos na produção eram considerados como ajuda familiar. O que elas produziam, quando destinados ao mercado (feiras), geralmente era transacionado pelo marido, sendo seu trabalho invisibilizado, contribuindo para o não reconhecimento da mulher enquanto trabalhadora, como também sua desvalorização enquanto pessoa. Ainda tínhamos a questão dos sindicatos que não eram vistos como locais adequados à participação de mulheres, por serem um espaço público ocupado por homens, por vezes alfabetizados,

enquanto as mulheres estavam submergidas em um cenário em que o índice de alfabetização feminina, sobretudo no meio rural, era extremamente baixo.

Muitos eram os fatores que dificultavam o ingresso dessas sujeitas paraibanas na luta da classe trabalhadora, sobretudo as questões específicas das mulheres. O patrão se aproveitava do discurso patriarcal para explorar as trabalhadoras e propagar a ideia de que mulheres não deviam fazer política, pois eram responsáveis pelo cuidado da casa e dos filhos. As famílias, os vizinhos do Brejo paraibano e até mesmo alguns dirigentes das instituições não viam com bons olhos as mulheres que participavam da luta sindical.

A sua inserção nesse espaço público, seja na condição de filiada ou de diretora, ou algo similar, era conquistado a partir de vários sacrifícios, visto que sua honra e moral a todos os momentos estavam sendo colocadas em dúvida, sobretudo sua capacidade pelo fato de ser mulher. Tal preconceito é oriundo de vários segmentos da sociedade, inclusive dos próprios líderes sindicais. Com isso, tentava-se enquadrá-la em um perfil considerado aceitável para uma liderança, segundo os moldes machistas da época. Conforme podemos perceber nas palavras de Maria do Socorro de Abreu e Lima em seu livro *Construindo o sindicalismo rural: lutas, partidos, projetos* (2012), o perfil “desejado” para essas militantes é estereotipado da seguinte forma:

Uma maior participação de mulheres nos sindicatos rurais, como associada ou diretora, não traz, por si só, grandes diferenças: ao assumir algum cargo ela tem, geralmente, que se comportar da mesma forma que o homem, isto é, faz-se necessário ter uma disponibilidade de tempo constante, independente das maiores responsabilidades familiares que porventura ela tenha; uma capacidade política e de trabalho maiores, para ser reconhecida e respeitada pelos companheiros; e, muitas vezes, uma certa firmeza para se impor. Cobra-se dela um comportamento que não se exige do homem, particularmente no plano moral. Recrimina-se o fato de ela extravasar sentimentos, como o choro, por exemplo, embora ninguém se incomode se um diretor falar grosso ou demonstrar uma certa agressividade, pois isso é visto como natural. Alguns diretores aceitam a presença da mulher como ajudante ou subalterna, mas sentem-se incomodados se ela se torna mais capacitada e passa a agir com mais autonomia. Passam a vê-la como concorrente, e começam a discriminá-la e a boicotar suas atividades (LIMA, 2012, p. 218).

A partir do que foi exposto acima, nota-se uma certa descaracterização dessas trabalhadoras, pois elas tinham que se adequar a uma realidade que não condizia com a sua, além de se esperar delas uma postura que desrespeitava a sua singularidade. Essas eram algumas das ações discriminatórias referentes à presença feminina camufladas em um discurso de aceitação. Apenas mais um obstáculo a ser enfrentado, porém não o suficiente para impedi-las

de conquistar seu espaço, nem que fosse entre avanços e retrocessos. Como exemplo, podemos analisar as colocações de Soledade Leite em entrevista para a escrita do livro *Movimentos Cruzados: histórias específicas: estudo comparativo das práticas sindicais e de greves entre metalúrgicos e canavieiros* (2019), quando relata que, mesmo sendo tão forte o preconceito com as mulheres que levantava a bandeira de luta, Penha tinha garra para trazer a mulher para o STR. Inclusive, ela também relembra da importância de Penha para o seu ingresso no sindicato.

[...] Quando eu saí de Bananeiras, foi quando me separei, com duas crianças e grávida de uma. Quando chego em Canafístula (distrito de Alagoa Grande) com três meninas e com uma viola, foi aquele preconceito. Aí pronto. Tinha mulher que não olhava nem pra minha cara. Aí passava o dia trancada. Eu devo muito a Penha. Quem me libertou foi a Penha. Eu era a ovelha negra por causa da viola, se fosse no tempo da fogueira, eu tinha ido pra fogueira. Aí de repente eu pego uma viola. Eu fui a vergonha da família, porque era visto como coisa de homem, de vagabundo, de malandro, aí de repente virei a vagabunda (*risos*). Aí quando chego, com a viola, com as meninas e sem marido, as mulheres só faltavam trancar os maridos achando que eu ia roubar os maridos delas. Aí eu tocava sexta, sábado e domingo. Aí ficava só com uma janela aberta em casa, aí Penha foi falar comigo e disse: “mulher, né assim que você vai dar resposta ao povo não, vem pro movimento, vamos pra luta, mostra que tu não vai pegar marido de ninguém, não. Abre essas portas”. Aí eu disse: “mas, Penha, eu tenho três criança, tenho que dar conta, eu tenho que sobreviver com a viola”. E ela disse: “vamos fazer o seguinte: nos eventos, tu vai e a gente te ajuda”. Aí a gente fazia um evento de três dias, que dava umas 60 mulher, e ela dizia: “tu vai, participa, leva a viola, canta pra animar, e no final, a gente te ajuda com as compras” (LEITE, 2018 apud SILVA; OLIVEIRA, 2019, p. 283).

A fala de Soledade mostra a solidariedade de sua companheira Penha, e também expõe como as mulheres eram tratadas ao sair da esfera privada e não se encaixarem nos estreitos moldes que lhes eram impostos. Muitos eram os rótulos: desde subversivas, sem vergonha, rebeldes, até, como frisou Soledade, “ovelha negra”, afirmando ainda que se fosse ainda do tempo da fogueira (da Inquisição), ela seria queimada por ousar ocupar um espaço exclusivo dos homens. Dar visibilidade às histórias das paraibanas do Brejo permite elevar sua condição de sujeitas históricas ativas e atuantes na luta sindical e das mulheres.

Suas práticas de luta e resistência, inseridas dentro de um contexto de exploração da classe patronal e dos discursos patriarcais, nos fazem compreender a necessidade dessas mulheres em discutir questões de gênero no âmbito sindical, tendo em Penha uma liderança que buscou fazer presente as questões específicas femininas nos movimentos. E como apontou Marcela Bezerra (2016), compreender a historicidade das mulheres que estavam à frente dos

movimentos de resistência no campo é papel fundamental dos historiadores da contemporaneidade, posto que não há história dos trabalhadores sem participação feminina.

3.2 *Violência Rural e Reforma Agrária e Porque trabalhar com mulheres: vozes femininas nos movimentos sindicais*

*Onde pisa uma mulher,
Há sentimento,
Onde pisam duas mulheres
Há determinação,
Onde pisam três mulheres,
A organização nasce,
Mas quando mais mulheres se juntam
E pisam a terra firme,
Germina a esperança.
Já é possível planejar a colheita
Da safra de Um Mundo Novo
(Sandor Sanches)*

Neste tópico avaliaremos a experiência de Maria da Penha a partir da escrita dos seus livros: *Violência Rural e Reforma Agrária* (1986) e *Porque trabalhar com mulheres* (1990), ressaltando sua atuação de liderança feminina em defesa dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras do campo no cenário sindical. Será, portanto, uma discussão acerca do que pensava Penha sobre sua atuação no movimento de resistência das mulheres paraibanas, em diálogo com outros/as pesquisadores/as da área e a colaboração do pensamento de Thompson (1981) sobre as experiências vividas e partilhadas coletivamente.

O primeiro livro, *Violência Rural e Reforma Agrária*, foi produzido no ano de 1986, pelos/as autores/as Joana Belarmino, Julio Tavares e Lau Siqueira, que por meio de entrevistas construíram esse importante material, contendo relatos de Penha acerca da luta contra a violência, pela maior participação feminina e pela Reforma Agrária, além de outras inquietações. Lau Siqueira (2022) relatou em entrevista que o livro nasceu da história contada pela líder sindical Maria da Penha Nascimento Silva. Ele salientou que não escreveu, apenas transcreveu – “até as vírgulas eram dela”, ressaltou – e seu depoimento triste e forte marcou sua trajetória de luta. O roteiro da entrevista foi apresentado para Penha e Zé Horácio, e Penha desenvolveu os pontos com riqueza de detalhe do cotidiano dela e de seus companheiros, afirmou Siqueira. O cenário era tenso. Todavia não podia ser diferente, pois há apenas três anos haviam assassinado Margarida. E ali todos eram sobreviventes, complementou.

Foram produzidas duas mil cópias, Penha ficou com a maior quantidade de livros e por onde passava tinha um exemplar para vender, deixando com os que o adquiriam, um pouco da sua luta na Paraíba.

A força de Maria Penha ao ser resistência no Brejo paraibano, região marcada pela violência dos proprietários de terra, foi um dos fatores que levaram ao seu protagonismo, expresso a cada linha desse livro. Suas experiências foram exemplo, como Penha afirmou, “dá vontade de lutar, de firmar pé ao lado de homens e mulheres do campo, na luta por uma vida melhor, com mais terras, comida e justiça para todos” (SILVA, 1986 apud TAVARES; SIQUEIRA, 1986, p. 05). Sendo ela também uma liderança camponesa, seus relatos, em consonância com o processo de luta dos trabalhadores rurais, são de imensa transcendência para a construção das bases concretas de uma democracia real no Brasil. Segundo Júlio Tavares e Lau Siqueira (1986), Penha é um exemplo de resistência “na luta pela Reforma Agrária, direitos trabalhistas, pela construção da CUT e do PT, contra a violência, Penha vai inserindo na luta pelos direitos da mulher” (TAVARES; SIQUEIRA, 1986, p. 08).

Seus relatos nos revelam que mulheres e homens da classe trabalhadora conquistaram espaço lutando e como foi se construindo o elo de solidariedade, fraternidade entre os trabalhadores e o desejo de luta contra as arbitrariedades dos patrões e omissão dos poderes constituídos. É importante ressaltar que a luta no campo vai se reconstituindo em fins dos anos de 1970 e início da década de 1980, anos em que a ditadura caminhava para seu ocaso, sendo também nesse período que as mulheres do campo começaram a se organizar e lutar por questões específicas de gênero, em intersecção estreita com a perspectiva classista. Mulheres paraibanas, camponesas, da classe trabalhadora que até então estavam na invisibilidade, descobriram sua força por meio dos movimentos MMT/PB e MMB.

A luta contra a violência no campo e pela Reforma Agrária demonstrou, através dos relatos de Penha, a coragem desses/as trabalhadores/as que, mesmo diante da repressão e morte de tantos companheiros de lutas, encontraram na solidariedade uma *ligação de força* para não desistir, mas enfrentar a classe dominante. No terceiro ano após a morte de Margarida Maria Alves, na cidade de Pirpirituba/PB, Penha, em seu discurso, com a palavra de ordem “mulheres organizada, jamais será pisada” (SILVA, 1986, p. 10) (*sic*), ressaltou a importância da união de homens e mulheres da classe trabalhadora:

Uma Reforma Agrária feita pelos trabalhadores, era isso que Margarida queria. O sangue derramado por Margarida tem ajudado nisso. Tem dado coragem, tem levado as mulheres a participarem das greves, dos conflitos de terra, da luta por sobreviver, resistindo contra a violência do latifundiário,

contra a violência do governo, dos políticos e das autoridades que não tomam providências. As mulheres continuam gritando, lutando contra esse Plano Cruzado que está matando tantas crianças de fome por falta de leite. Então companheiras, devemos nos organizar, mulheres do campo e da cidade, participando dos nossos sindicatos e das Delegacias Sindicais [...] vamos todos à frente. A luta é de classe trabalhadora, homens e mulheres.

Margarida foi morta, mas sua luta floresceu diariamente no cotidiano das paraibanas do Brejo, e Penha acentuava, com muita intensidade, a importância da organização das mulheres na luta, pois, de acordo com sua consciência, a classe quando unida, organizada, “jamais será pisada”. Por muito tempo, Penha afirmava que era revoltada com a exploração de seu povo, e chegou a pensar que seria da vontade de Deus tal sofrimento, visto que ele criou o pobre e o rico. Esse pensamento de conformismo presente na fala de Penha é um reflexo do papel desempenhado pela Igreja, uma vez que a ideia de subordinação dos camponeses e trabalhadores rurais aos seus patrões sempre esteve atrelada a uma cultura marcada tanto pelas relações paternalistas quanto a questões religiosas, visto que a Igreja a princípio se apresentava como conciliadora dos interesses entre essas duas classes, e nas suas pregações era comum o discurso de conformismo, de aceitação dos desígnios de Deus. Ou seja, não cabia aos trabalhadores e trabalhadoras questionar as suas realidades, afinal, tanto o rico quanto o pobre são filhos do Criador, e Sua Vontade não deve ser contestada. A presença da Igreja como conciliadora obteve sucesso por certo tempo, intermediando o controle social na sociedade agrária, beneficiando especialmente os latifundiários e usineiros.

A influência da Igreja esteve fortemente presente no cotidiano dos trabalhadores/as rurais e muitas foram as clivagens dentro da Igreja por parte de um de um setor majoritário, da conciliação e controle social, *versus* a Igreja mais combativa, da teologia da libertação. Regina Novaes (1997) aponta que, a década de 1960 representante religiosos foram fundamentais no processo de formação dos STR e a classe dominante contou com seu poder de convencimento de harmonia social, interferindo direta e indiretamente nos conflitos entre a classe trabalhadora e seus algozes. Ainda de acordo com Novaes (1997), os atores sociais são politicamente mobilizáveis a partir de suas vivências e experiências, ou seja, eles levam consigo suas crenças religiosas, suas concepções de certo e errado, bem e o mal. A partir do período de redemocratização do país, um grupo da Igreja, sobretudo por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e Comissão Pastoral da Terra (CPT), vai mudando seu discurso, ações e percepções a respeito da situação de exploração da classe trabalhadora. Na perspectiva de Fabiano Coelho (2012):

Na ótica da Teologia da Libertação, os pobres são agentes de sua própria libertação, sujeitos de sua própria história. Ou seja, através de suas reflexões e de seu engajamento em todos os níveis é que conseguira conquistar sua libertação. Resumindo, deixariam a opção da passividade e conformismo e assumiriam sua posição enquanto sujeito ativo da história. [...] A Teologia da Libertação direcionava o seu olhar para os oprimidos, sendo que a libertação proposta por esta teologia deve acontecer nos mais variados aspectos: econômicos, social, político e religioso (COELHO, 2012, p. 181-182).

A Igreja passava a investir nos discursos morais e éticos, como também a reflexão de que não era da vontade de Deus que houvesse tanta terra nas mãos de poucos, enquanto tantos trabalhadores e trabalhadoras continuassem sem ter terra e explorados pela classe dominante.

A união Igreja e latifúndio levou muitos trabalhadores/as a temerem ser resistência, em fidelidade à sua fé. Francisco Julião (1960), *Na Cartilha do Camponês*, salienta que

O latifúndio diz assim: “Deus castiga aquele que se rebela contra Ele. Se um é rico e o outro é pobre, se um tem terra e o outro não tem, se um deve botar a enxada nas costas para dar o “cambão” e o outro se mantém ou enriquece com o fruto desse cambão, se um mora no palacete o outro no mocambo, é porque Deus quer. Quem se rebelar contra isso está contra Deus. Sofre os castigos do céu: peste, guerra e fome. E quando morre vai para o inferno. O pobre deve ser pobre para que o rico seja rico. O mundo sempre foi assim. E há de ser sempre assim. E’ Deus quem quer”. Assim fala o latifundiário, camponês. Usa o nome de Deus para te fazer medo. Porque tu crês em Deus. Mas esse Deus do latifundiário não é o teu Deus (JULIÃO, 1960, p. 08-09).

Até o camponês entender que “seu Deus era diferente do Deus patrão”, foi um processo de conscientização e desconstrução. Dessa maneira, Maria da Penha quando ingressou na luta em 1972, começou a perceber que não era bem assim, pois a vida difícil de homens e mulheres do campesinato paraibano era reflexo da ganância da classe proprietária e opressora, que explorava os trabalhadores e não lamentava por tantas famílias que, com o pagamento recebido, nem tinha como comprar o mínimo necessário para sua sobrevivência. Em cada encontro e roda de conversa, Penha ia construindo sua visão de classe na luta, visão que ela diz não ter obtido com a Federação e a CONTAG, mas das discussões no STR e CENTRU. Segundo Penha, a Federação e a CONTAG não proporcionavam debates que ajudassem na

[...] informação correta do que era classe trabalhadora e do que era a classe dos patrões, e como essas classes tinham interesses diferentes, por serem classes opostas. **Com uma formação clara, você pode saber quem está com você na hora do pau e quem não está. Faltou à Margarida uma visão de classe** (SILVA, 1986, p. 13) (grifos nossos).

Penha aponta essa falta de visão de classe de Margarida devido às eleições de 1982, quando ela deu apoio ao Partido Democrata Social (PDS), que na sua perspectiva era contrário aos direitos dos trabalhadores/as, pois mantinha alianças com os grandes proprietários de terras, a exemplo do Grupo da Várzea. Podemos perceber como Penha aprimorava sua consciência de classe a partir de suas indagações e percepções. Penha se questionava por que os ricos, patrões e grandes proprietários de terra buscavam se juntar com os/as trabalhadores/as só no período eleitoral, se em todos os outros momentos a distância era marcada por ambientes totalmente diferenciados, a exemplo dos hospitais, festas, feiras, entre outros. Todavia, no período eleitoral os patrões queriam se misturar com a classe trabalhadora para obter o seu voto. Penha declarou em seu livro *Violência Rural e Reforma Agrária* que sua visão a respeito da importância do PT para classe trabalhadora se intensificou no momento em que leu a história de Santa Rita de Cássia, a padroeira da sua comunidade, posto que ela apoiava o lado dos trabalhadores, enquanto seu marido era do lado dos patrões. Sendo assim, ela apoiava o partido que, em sua visão, defendia os direitos de homens e mulheres do campo (SILVA, 1986).

Ainda em relação à fala de Penha transcrita acima, quando diz que faltou à Margarida “uma visão de classe”, é importante ressaltar que se tratou de uma divergência entre Penha e Margarida que por um breve tempo ficaram afastadas. Visto que a luta não é homogênea e Margarida ao apoiar o partido PDS não teve a pretensão de ficar contra o/a trabalhador/a; seu apoio ao PDS foi visto como uma “possibilidade” mais pragmática de conseguir resolver mais rápido algumas questões dos trabalhadores. Atitudes como essa “representa” formas cotidianas da resistência e, de acordo com James Scott (2002, p. 11), “[uma] desvantagem estrutural e sujeitos à repressão, tais formas de luta cotidianas podem ser a única opção disponível”. Pesquisas como as das autoras Ana Paula Romão de Souza Ferreira (2005) e Luanna Louyse Martins Rodrigues (2018) demonstram que Margarida Maria Alves tinha consciência do antagonismo da classe trabalhadora e patronal, visto que ambos tinham interesses totalmente diferentes. Entretanto, mesmo passando por essa divergência, após as eleições de 1982, Penha e Margarida retomaram juntas a luta.

A respeito da luta de classes, E. P. Thompson (1981) enfatiza a importância de pensarmos as experiências vividas pelos indivíduos, visto que a luta surge antes da classe, sendo a experiência conflitual que constrói a classe. As experiências ao longo da vida de Penha, bem como nos momentos de partilha com outros sujeitos (encontros, congressos, seminários, na universidade, rodas de diálogo, entre outros espaços) foram essenciais para desenvolver a formação de sua consciência de classe a partir da compreensão da dinâmica das lutas, suas particularidades e diferenças, e os mecanismos de exploração usados pelo capital na

apropriação do trabalho da classe que sobrevive de sua labuta, da venda de sua força de trabalho. Como bem coloca Cisne (2018), a consciência de classe é fundamental para a transformação e a revolução, posto que é fruto do processo e dinâmica social de homens e mulheres intra e extra-classe, dependendo das relações que os indivíduos estabelecem (coletivas, políticas e institucionais) e da forma como as aprendem, vivenciam e interiorizam.

Ainda a respeito das relações que os indivíduos estabelecem entre si e da troca de experiências como fomentadores da consciência de classe, nos anos de 1980 Penha participou de muitos seminários, entre eles o que ocorreu em Recife-PE, quando ela conheceu lideranças como Luís Inácio Lula da Silva, o educador Paulo Freire e o companheiro Manoel da Conceição, camponês que lutou pelos direitos dos trabalhadores e que por conta de sua atuação, foi preso e torturado pela ditadura militar. De acordo com Penha (1986), os relatos de Manoel sobre a pobreza e a miséria em que se encontrava o/a trabalhador/a foram muito importantes para fortalecer a coragem de lutar pelos seus.

Penha dedicou a sua vida à luta da classe trabalhadora e às mulheres de sua classe. Ela destacou em seu livro *Violência Rural e Reforma Agrária*, que seus filhos entendiam sua ausência, pois sua luta era, sobretudo, pelo futuro deles. Relatou também a sua preocupação com o filho mais novo, que diante da morte de Margarida, ficou assustado e temia a morte da mãe. Sempre que Penha ia para algum encontro ou reunião, ele perguntava *se lá teve patrão*. A preocupação do filho mais novo de Penha tinha fundamento não só na covarde e bárbara morte de Margarida, mas também pelas ameaças constantes que seus pais recebiam por meio de bilhetes. Diante da morte de sua companheira, Penha relatou que se não fosse o apoio do marido, ela talvez não conseguisse continuar. Os familiares não aceitavam que ela deixasse seus filhos em casa e fosse se arriscar, a ponto de poder perder a vida. Sua filha, Nei, em entrevista, afirmou: “mãe era muito discriminada, né? Porque tinha muita gente aqui na comunidade que entendia o trabalho dela, mas tinha uns que ficava dizendo “Penha sai no mundo, deixa esses meninos pequenos” (SILVA, Valdinei, 2020) (Depoimento oral concedido à autora). Mesmo diante das dificuldades, Penha e seu marido iam se fortalecendo para juntos não baixarem a cabeça para o patrão, e quando Zé Horácio desanimava, Penha dizia: “se você não for em frente, pode tirar essas calças porque eu vou em frente” (SILVA, 1986, p. 18). E assim, foram se organizando e avançando no STR e mais delegacias sindicais foram criadas.

A ousadia de Penha era notória em todos os espaços em que ela se fazia presente. Dois anos após a morte de Margarida, ela foi chamada para prestar depoimento, onde contou tudo que se passou na véspera do crime e todas as ameaças que ela estava recebendo.

Fui a única testemunha que pedi para não depor na frente dos patrões. Eles ficaram putos com isso. Eu dei nomes aos bois e reconheci a história do carro, do Opala Vermelho que andou rondando a casa da companheira antes do crime. Do Opala Vermelho de onde saíra o assassino que deu um tiro de espingarda doze na cabeça de Margarida, no fim da tarde do dia 12 de agosto de 1983. Quando o juiz perguntou que eu acreditava que fossem os responsáveis pelo assassinato, quem seriam os mandantes, eu falei “Agnaldo e todo o seu grupo” (SILVA, 1986, p. 21).

A impunidade desse crime muito revoltava os/as trabalhadores/as, e Penha salienta que o auge da falta de justiça foi quando, após três anos da morte de Margarida, os proprietários de terra se reuniram em João Pessoa e fundaram a UDR (União Democrática Ruralista), com Agnaldo Veloso Borges na condição de presidente de honra, o que foi considerado uma afronta descarada à impunidade do crime.

Era uma declaração aberta a todos os homens e mulheres que, na Paraíba querem a Reforma Agrária, querem justiça no campo, querem o fim da violência, dos assassinatos, uma declaração de que os grandes proprietários estão se organizando, para agirem com violência ainda maior contra os homens e mulheres do campo. Isso ainda ficou mais claro quando foi eleito como presidente de honra da UDR o usineiro Agnaldo Veloso Borges (SILVA, 1986, p. 22).

Essa ação dos proprietários de se organizarem, principalmente após o assassinato de uma liderança do campo, não deve ser considerada algo atípico, visto que há precedente na história do campesinato paraibano, de uma atitude semelhante a esta, quando foi constituída, em 1962, a Associação dos Proprietários da Paraíba (APRA), que foi denominada pela população camponesa de Liga dos Latifundiários (ou simplesmente LILA). A APRA foi criada apenas três semanas após o homicídio do camponês João Pedro Teixeira, presidente da Liga Camponesa de Sapé. É importante frisar que, esse acontecimento transcende ao fato desse agrupamento de oligarquia rural, ter sido criado objetivando a demonstração de força e intimidação perante a classe trabalhadora. Mais que a maioria dos nomes citados pela militante Penha na composição da UDR, esteja também direta ou indiretamente presentes não só nos inquéritos policiais, como nas agremiações latifundiárias criadas em espaços temporais distintos, em especial o nome do usineiro Agnaldo Veloso Borges, acusado de ser o mandante desses dois crimes bárbaros envolvendo João Pedro e Margarida Alves.

A criação da União Democrática Ruralista (UDR) muito preocupava Penha e suas/seus companheiras/es de luta, sendo necessário explicar para os trabalhadores o que significava a

UDR, principalmente para que os mesmos não viessem a ser enganados por aqueles que desejavam apenas o voto do trabalhador.

Percebamos, portanto, que no livro de Penha, *Violência Rural e Reforma Agrária*, há muito das suas experiências vividas. No tópico intitulado “A ‘Nova República’ está cansada”, Penha trata da violência ainda presente no Brejo paraibano, principalmente a violência do descaso do Estado, citando, dentre outros exemplos: a repressão contra os que aderiram à greve de 1984, que mesmo solicitando providências à Polícia Federal, nada acontecia e a violência continuava; a morte de tantos trabalhadores como Antônio Miguel de Brito, que ao mencionar que iria cobrar férias e décimo terceiro do patrão, foi morto, com requintes de crueldade, antes mesmo de cobrar seus direitos na Justiça do Trabalho; trabalhadores que foram expulsos das terras do patrão, e não tendo como sobreviver voltavam a essas terras para plantar o mínimo para sua alimentação, e, entretanto, foram denunciados por “invasão de terras” e a polícia, com apoio dos políticos locais e das cidades vizinhas, deram ordem de expulsão, por meio de violência, dessas famílias. Penha (1986) fala com pesar que diante dessa expulsão, ela aprendeu mais uma lição:

Na hora de defender os interesses do patrão contra os trabalhadores, os patrões se unem, se apoiam, principalmente se se trata da posse de terra. As terras não eram da usina, nem dos vereadores e nem do prefeito de Alagoinha. Mas todos estavam juntos, colocando a polícia contra os trabalhadores sem-terra. O interessante é que durante todo esse tempo, o Juiz Irênio Paes Barreto nunca deu andamento ao processo de Margarida, na hora de dar a ordem de despejo contra os trabalhadores que tinham invadido umas terras em busca do alimento, da sobrevivência, ele assinou rapidamente. E em apenas meia hora, a polícia já estava mobilizada para despejar os trabalhadores (SILVA, 1986, p. 25).

Se os patrões se uniam contra os direitos do/a trabalhador/a, Penha tinha a preocupação de alertá-los da necessidade de unir forças e lutar por seus direitos. A “Nova República” chegou e com ela a esperança do fim da violência no campo, todavia, a violência permanecia e nem as freiras da Igreja Católica escapavam. Penha relata um episódio em que a irmã Valéria Rezende³³ e outros companheiros estavam filmando a vida dos camponeses e foram abordados por

³³ Maria Valéria Rezende nasceu em 1942, na cidade de Santos (SP), onde viveu até aos 18 anos. Desde 1976 que vive na Paraíba. Com formação em Língua e Literatura Francesa, Pedagogia e mestre em Sociologia, dedicou-se, desde os anos 1960, à Educação Popular, em várias regiões do Brasil e no exterior. Ela que foi Freira da Congregação de Nossa Senhora e também responsável pela coordenação do Serviço de Educação Popular (SEDUP), em Guarabira/PB. Também participou da educação de jovens e adultos, principalmente lideranças no meio rural do brejo paraibano. Escritora de ficção e poesia, romance, contos, crônicas e de literatura infantojuvenil, recebeu algumas premiações a exemplo do Jabuti (2009), na Categoria Infantil, com a obra *No risco do caracol* (Autêntica, 2008).

capangas armados de espingardas doze, tomaram as filmagens e os ameaçaram, por pouco a irmã e os outros não foram mortos. Conforme Penha observa, o patrão e todos seus aliados lutavam de forma articulada contra a classe trabalhadora, a Reforma Agrária e os trabalhadores sem-terra (MST):

Por que a “Nova República” não pode fazer a reforma agrária? A “Nova República” só se sentiria obrigada a realizar qualquer transformação no campo, implementar a reforma agrária, se isso fosse a sua única saída para sustentar o desenvolvimento capitalista, tanto no campo como na cidade. Isto é se houvesse problemas de ordem econômica ou política muito fortes que ameaçassem este desenvolvimento (CUT, 1986, p. 24).

A ditadura chegou ao fim e se iniciava um novo cenário político no Brasil, porém a luta da classe trabalhadora permanecia, especialmente no campo. Como bem enfatizam Sonia Mendonça e João Pedro Stédile: “na verdade, as classes dominantes brasileiras sempre se opuseram, por princípios e a qualquer custo, à reforma agrária, em defesa da propriedade privada. E essa postura custou centenas de vidas de camponeses que por ela lutaram” (MENDONÇA; STÉDILE, 2010, p. 13).

Penha e outras mulheres do Brejo juntaram vários documentos e foram para Brasília falar com o Ministro da Justiça, Paulo Brossard de Souza Pinto³⁴, apontando suas reivindicações, sobretudo sobre o caso de Margarida, que permanecia na impunidade, todavia o Ministro disse não ter informação desse caso. A indignação de Penha merece menção: “como ele não sabe do caso, se teve repercussão Nacional? Parece que nem é brasileiro” (SILVA, 1986, p. 25). E assim, mais uma vez as autoridades públicas que deveriam proteger a classe trabalhadora e julgar os crimes cometidos pelos proprietários de terra, prolongavam a impunidade no campo paraibano.

Além do descaso do Estado para com a classe trabalhadora, Penha também aborda a respeito das várias formas de violência sobre a mulher camponesa. Igualdade, justiça, reconhecimento dos direitos das mulheres e dignidade para a classe trabalhadora eram anseios que impulsionaram a luta de Maria da Penha. O trabalho feminino e o cotidiano das mulheres trabalhadoras rurais são marcados por múltiplas formas de violência. A experiência relatada por Penha mostra a importância de se pensar como a diversidade das experiências vividas no nível individual, mas partilhadas pela classe, têm uma influência fundamental no desenvolvimento das ações coletivas.

³⁴ Nomeado em 14 de fevereiro de 1986, exerceu o cargo até o dia 19 de janeiro de 1989.

As múltiplas violências sofridas especificamente pelas mulheres trabalhadoras merecem destaque na narrativa de Penha. As mulheres do campo sofriam a violência da fome, tendo muito pouco para o sustento da sua família, e muitas delas ficavam com a menor porção para alimentar a seus filhos e marido. Nos hospitais, quando iam ter seus filhos, tinham que voltar para casa no mesmo dia, sem ter um cuidado com elas no pós-parto, como no caso mencionado por Penha da trabalhadora que foi para a maternidade de Guarabira/PB, no mesmo dia teve alta e, como não tinha condições de contratar um carro para deixá-la em casa, caminhou dois quilômetros a pé com seu filho no colo para chegar ao seu lar. E ainda tinha a questão das curetagens que estavam sendo feitas sem anestesia, uma crueldade com as camponesas; sem esquecer a violência do patrão que invadia suas casas e as expulsavam junto com seus filhos (SILVA, 1986).

Os maridos saem para o trabalho e, às vezes, os patrões vêm de espingarda doze, expulsando todo mundo. Isso tem acontecido na região do Brejo. Os patrões, os seus pistoleiros, os seus jagunços, bem armados entram nas casas e quebram tudo, colocam as mulheres e as crianças para fora. Em Araruna, tem acontecido muito isso. Em outros casos, os patrões prendem os maridos, processam os maridos, e as mulheres ficam enfrentando a luta pela alimentação, pela educação dos filhos e a luta para soltar os maridos. [...] os patrões não as deixam em paz, eles dizem que elas são mulheres vadias, etc. (SILVA, 1986, p. 29).

As dificuldades enfrentadas por essas camponesas as deixavam amedrontadas de avançar na luta, visto que muitas vezes ocorria a prisão ou a morte de seus companheiros e elas não tinham mais como alimentar seus filhos. Como regra, a violência do patrão permanecia na impunidade. A década de 1980 presenciou, portanto, o início de um processo de transformação das relações entre as mulheres e os sindicatos, as discussões de gênero no âmbito sindical denotam mudanças significativas de maior e mais diversa participação no STR.

Penha também observava que o índice de mulheres e jovens na luta de resistência era baixo. Segundo ela, um dos fatores que dificultavam essa integração era o machismo presente no âmbito familiar, que não permitia que as jovens saíssem de casa para as reuniões, pois os pais alegavam que se dessem liberdade para elas saírem poderiam arrumar namorado que o pai não conhecesse ou gostasse. Mas no Brejo, de acordo com Penha, duas jovens ultrapassaram as

barreiras do patriarcado e se destacaram na luta: Raimunda Maria Cosme da Silva e Izabel Cavalcante Pontes³⁵.

Raimunda, essa companheira era de Alagoinha que desde os 15 anos começou a se organizar na comunidade. Essa luta fez com que se conseguisse a desapropriação das terras, de trezentos e sessenta hectares de terra. Entraram nessa luta ela, seus pais e toda comunidade onde mora. [...] Essa companheira conseguiu avançar muito na sua compreensão das coisas, e com isso, conseguiu uma visão política muito boa (SILVA, 1986, p. 34).

Para Penha, a experiência de Raimunda deveria ser considerada como um exemplo de coragem na luta pela desapropriação de terras para homens e mulheres do campo despossuídos e que não tinham outro meio para sobreviver.

Raimunda nasceu na Fazenda Cajá do município de Alagoinha/PB e cresceu no ambiente da agricultura. Iniciou sua trajetória de luta muito cedo, aos quinze anos, quando se deparou com a ameaça de ser expulsa da referida fazenda, em que vivia junto com seus pais e outras famílias. A fazenda foi exposta à venda e Agnaldo Veloso Borges fez a proposta de comprá-la, com o intuito de expandir a plantação da cana, deixando as famílias sem direitos à terra, sem moradias, tendo que se aglomerarem nas periferias da cidade. Diante desse cenário, foi necessário unir forças e se organizar na luta pela terra com apoio da Comissão Pastoral da Terra da Diocese de Guarabira/PB. A participação das mulheres foi muito expressiva nessa luta. Em 1985 conseguiram a conquista da terra da Fazenda Cajá. Ela participou como presidente da associação comunitária, em que lutava pelas condições de trabalho, crédito, moradia, água, energia, parcelamento dos lotes, entre outros. Contribuiu com criação de grupos de mulheres e jovens na sua comunidade e tinha apoio do STR de Alagoa Grande/PB, tendo em Maria Penha uma companheira presente nessa luta.

Raimunda teve de ser resistência até mesmo na hora de associá-la ao STR de Alagoinha, visto que só conseguiu isso por meio de um processo administrativo que tramitou no Ministério do Trabalho. Participou da Comissão de Mulheres da CUT, cujas capacitação influenciaram sua maneira de repensar a luta de homens e mulheres do campo, contribuindo, assim, para sua consciência de classe. Ela incentivava a organização das mulheres na luta pelos seus direitos,

³⁵ Mesmo vindo de uma família de classe média, Izabel desde nova se envolveu na militância em defesa de homens e mulheres do campo. Participou de trabalhos da Igreja Católica, esteve na fundação do Serviço de Educação Popular (SEDUP), trabalhou junto a Comissão da Pastoral da Terra (CPT) e o Centro de Orientação dos Direitos Humanos (CODH), como também teve participação ativa do movimento de mulheres do Brejo. Ela era amiga íntima de Maria da Penha e conhecia de perto a exploração camponesa na Paraíba. Mesmo diante de um cenário de grande repressão, Maria Izabel não hesitou em dar sua contribuição ao escolher o curso de Direito devido à necessidade de advogados que fossem comprometidos em defender os direitos dos/as trabalhadoras/es rurais.

Como também no período 2002 a 2012, participou do PDHC – Projeto de Desenvolvimento Humano Integrado e Sustentável para os assentados da Reforma Agrária do Semiárido do Nordeste, fruto de acordo de empréstimo firmado entre o Governo Federal e o FIDA (Fundo Internacional para o desenvolvimento da Agricultura) na região do Cariri Ocidental da Paraíba, onde supervisionou o conjunto de ações referentes: assessoria técnica e extensão rural, fez articulação de políticas públicas, parcerias com as organizações não governamentais, organização de bibliotecas (Arca das Letras) instaladas nas comunidades para incentivo da leitura de crianças e adultos.

No período de 2019 a 2021 retorna ao PDHC para prestar assessoria técnica e social às mulheres nas comunidades de agricultura familiar na região do Cariri Oriental. Na ocasião, foram desenvolvidos trabalhos referentes à capacitação e orientações das mulheres sobre as temáticas de gênero, geração, raça e etnia.

Atualmente Raimunda reside na cidade de Campina Grande/PB, tem formação em Licenciatura Plena em História e Especialização em Educação Popular e atua como sócia na Elo Consultoria em Gestão de Desenvolvimento Sustentável, prestando consultoria na área de desenvolvimento sustentável aos agricultores familiares.

Em conversa informal com a autora (2022), Raimunda declarou sua imensa gratidão à Maria da Penha por todo cuidado e carinho para com os trabalhadores, sobretudo das mulheres rurais. Com Penha aprendeu também sobre articulação política, e a caracteriza como sinônimo de luta e coragem, sendo um exemplo marcante na sua caminhada. Ela continua viva. Suas sementes semeadas começam a brotar em cada mulher que se inspira na sua trajetória.

Penha ressalta ainda a dedicação de Raimunda quando ela mesma, sem ter um veículo para se locomover, “caminhava três horas a pé para fazer reuniões em outra comunidade” (SILVA, 2022) (Depoimento oral concedido à autora). Já Izabel,

Desde os 13 anos que está na luta. Os seus pais tinham boas condições financeiras. Ela preferiu a luta, ao mesmo tempo estudou e hoje é formada e na luta. Essa companheira tem apenas 23 anos. Já foi enquadrada na Lei de Segurança Nacional acusada de ter escrito na parede “Fora Figueiredo”. Essa companheira, uma vez, na Fazenda Jacaré, durante a noite, foi cercada por pistoleiros. O povo se organizou para evitar que os pistoleiros colocassem as mãos nela. Ela é advogada do Centro de Defesa dos Direitos Humanos (SILVA, 1986, p. 34).

Vozes femininas, portanto, ecoavam no meio rural, gritando por justiça e garantia de direitos. A solidariedade de classe formou laços de resistência contra a violência, como bem é apontado por Penha quando a classe “se organizou para proteger Izabel”. A participação

feminina na luta foi fundamental para transformar as relações sociais de gênero que oprimem, recriminam e desvalorizam o trabalho produtivo e reprodutivo das mulheres do campesinato, como as lutas pela licença maternidade e por dignidade para as puérperas.

As lutas são de gênero, classe, raça “e têm sido assumidas por nós mulheres camponesas em todos os momentos e espaços, tendo em vista a construção do projeto democrático e popular do Brasil” (LORENZONI; SEIBERT; COLLET, 2020, p. 17). Na perspectiva das autoras, “o feminismo camponês popular não nasce das teorias, dos centros acadêmicos ou de grandes discursos políticos, mas das experiências das mulheres camponesas por transformações concretas na vida delas, do campesinato e da classe trabalhadora” (LORENZONI; SEIBERT; COLLET, 2020, p. 27). A década de 1980 foi um marco na vida das paraibanas do Brejo, visto que passaram a participar ativamente de espaços de atuação política, através de diferentes formas organizativas de mulheres trabalhadoras rurais e de agricultoras, sejam elas ligadas ao STR, MMT/PB, MMB ou à Secretaria de Mulheres da CUT.

Três anos após a morte de Margarida Maria Alves, foi criado o Movimento de Mulheres do Brejo (MMB em 1986), na cidade de Alagoa Grande, sob a liderança de Maria da Penha. Paraibanas aguerridas ousaram no seu tempo com trabalhos voltados para a educação das mulheres na perspectiva teórica e prática feminista, onde trabalhadoras urbanas e rurais dialogaram com suas experiências, levantaram a bandeira da luta contra todas as formas de discriminação às trabalhadoras, seja no mundo do trabalho, em suas casas e na sociedade como um todo.

Nesse âmbito, o segundo livro que abordaremos tem o título de *Porque trabalhar com mulheres*, foi publicado no ano de 1990 com a participação de histórias cruzadas de mulheres dos estados da Paraíba e Pernambuco, entre elas, Maria da Penha. Em sua contribuição, ela aborda a sua percepção sobre as dificuldades e conquistas ao militar com aquelas que resistiam em meio ao cenário machista do campo. O livro teve como um dos patrocinadores a Associação Recife/Oxford para a Cooperação ao Desenvolvimento (representação da Oxfam no Brasil). Inclusive, a respeito da publicação deste livro, Zênia Chaves Melo relatou em entrevista que aconteceu no “dia 8 de março ao lado da igreja de São Francisco – até hoje tenho nítida na minha memória a imagem dela (Penha) discursando no ato do dia 8 de março e foi também o lançamento do livro *Porque Trabalhar com Mulheres*, financiado pela Oxfam” (MELO, 2020) (Depoimento oral concedido à autora).

A escrita desse livro nos leva a refletir sobre a participação das mulheres do Brejo paraibano e como essas se sentiram encorajadas a buscar seu lugar de fala e ação a partir de suas experiências de vida, sindicalismo, organização, discussões de gênero e o surgimento de

uma nova mulher no movimento sindical. Suas histórias vão se (re)construindo a partir de múltiplos olhares, reconhecendo seu protagonismo de sujeitas que estiveram à frente do movimento de resistência na Paraíba. Sua presença na escrita historiográfica rompe com o silenciamento e exclusões. Suas experiências são importantes e fazem parte da história.

As mulheres, diferentemente dos homens, dentro de uma mesma categoria social, têm acesso desigual ao poder e à tomada de decisões. No final do ano de 1985, as organizações não governamentais reconheceram que as mulheres trabalhadoras eram marginalizadas, sendo um dos motivos para tal a falta de políticas voltadas para as questões de gênero, salientando as diferenças sociais, econômicas, políticas e culturais entre homens e mulheres. Mas esse debate era uma das bandeiras de luta das mulheres no chamado Terceiro Mundo.

No Brasil, Índia, Filipinas ou Kênia, mulheres de todos setores e, especialmente, aquelas que estão comprometidas com um trabalho de desenvolvimento, apelaram para que as Agências Internacionais respondam positivamente à busca de relações mais democráticas entre homens e mulheres [...] por estas razões, Oxfam criou, em 1985, uma Unidade de Gênero e Desenvolvimento (*gender and Development unit-GADU*). Esta Unidade fornece apoio e assessoria para o pessoal dos 40 escritórios regionais da Oxfam, que trabalham com parceiros de organizações locais em 72 países, na Ásia, África, Médio Oriente, América Latina e Caribe (SILVA et al., 1990, p. 08).

A Oxfam, a partir de uma estratégia de políticas voltadas para os marginalizados da sociedade, promoveu ações para que as mulheres fossem escutadas e ajudadas nas suas necessidades e direitos. Foi a partir desse olhar que o Programa escolheu o contexto nordestino, espaço das trabalhadoras rurais e urbanas, para narrar suas experiências de vida, visto que por tanto tempo foram exploradas, discriminadas e delas foi tirado o direito de ter voz ativa.

Quando se trata das mulheres camponesas, ainda fica mais intensa a ausência de um lugar de fala³⁶, pois um dos fatores que as inibiam era a falta de estudo, criando nos seus imaginários “a verdade” de que elas eram inferiores aos homens, visto que para alguns o acesso ao ambiente escolar era mais fácil, o que não era o caso dos trabalhadores rurais. Essa era uma das preocupações de Penha: desconstruir as ideias que as impediam de falar e serem lideranças nos movimentos de resistência, como também a de alfabetizá-las, descobrindo na educação um instrumento não só para educar, mas mobilizar, conscientizar e politizar a classe trabalhadora

³⁶ “Lugar de fala’ diz respeito a experiências comuns compartilhadas por um grupo de pessoas em meio às relações de poder. As experiências individuais importam na medida em que reverberam com o grupo, na medida em que dizem respeito às condições sociais de um grupo. Trata-se de uma análise estrutural que prioriza o lugar social que um grupo de pessoas ocupa, a partir de uma ‘matriz de dominação” (RIBEIRO, 2017 apud ROSA, 2019, p. 242).

do campo. Percebe-se com isso, que uma pessoa com pouco conhecimento escolar, mas com muito conhecimento de mundo, como é o caso de Penha, sabia da importância da educação, da alfabetização e do poder da leitura na vida das pessoas. Para ela,

O analfabetismo, ou a falta do hábito de ler, dificulta a transmissão e absorção de informações e o processo de “formação de consciência”. Isto exige a formulação de metodologias adequadas e criativas que enfatizem, por exemplo, o vivido, sem esquecer uma perspectiva mais ampla de entendimento do mundo e da própria condição feminina (SILVA et al., 1990, p. 82).

Os movimentos de mulheres foram fundamentais para que vozes paraibanas fossem ecoando conforme o movimento ia crescendo no Brejo paraibano. Buscando ultrapassar as barreiras impostas ao universo feminino, é interessante perceber, como apontou Penha, que a dominação e a discriminação “nos confinam a uma redoma de preconceitos difíceis de romper ou questionar. Não importa se somos negras, ou brancas, pobres ou ricas, jovens ou idosas, nossa identidade parece estar sendo sempre definida por uma forma de ver o mundo que é essencialmente masculina” (SILVA et al., 1990, p. 16).

Tais discussões de gênero no Brejo começaram no âmbito sindical e se ampliaram para a criação dos movimentos de mulheres trabalhadoras da Paraíba. Por muito tempo o trabalho feminino não era respeitado pelo patrão que as explorava muito mais do que o trabalho masculino. A luta por direitos tornou-se motivo de levantar a bandeira da resistência e da mobilização. Essa caminhada não foi fácil para as mulheres. Sua participação na luta, na maioria das vezes era interpretada como “abandono do lar, ou se afirma que as mulheres se reúnem para fofocar, conversar bobagens” (SILVA et al., 1990, p. 32). A organização feminina na luta por questões específicas das mulheres suscitou muitos questionamentos, entre eles a suposição de que essa luta específica iria “dividir a luta maior dos trabalhadores” (SILVA et al., 1990, p. 32).

Na maioria das vezes a dominação masculina prevalecia na correlação de forças, no âmbito sindical, sobretudo nos momentos de eleições para o cargo de presidente do STR. Visto que a participação feminina, nesse cargo, como liderança, era bem menor, pois o modelo “adequado” e com competência para essa função seria o dos homens. E em alguns sindicatos, de acordo com Delgado (1996), houve a masculinização das mulheres no movimento para serem aceitas. É importante destacar que a luta feminina, portanto, não anulava ou desconsiderava a “luta maior”, mas deixava em evidência que suas especificidades também

eram importantes e que juntos podiam lutar contra as classes dominantes, o patriarcado e o capital.

São paraibanas que discutem, aprendem, trocam experiências e buscam alternativas para lidar com as dificuldades da vida privada, política e do trabalho. A partir dessas vivências elas vão desafiando os mecanismos da desigualdade e injustiça. Sendo fundamental a compreensão de que a classe trabalhadora tem dois sexos (SOUZA-LOBO, 2011), Beth Lobo se dedicou em suas pesquisas, sobretudo, à reflexão sobre a emancipação de homens e mulheres. Gênero e classe não se opõem ou se excluem, pois estão imbricados na vida cotidiana de homens e mulheres.

Segundo Mirla Cisne (2018), até o final da década de 1960, no Brasil, tínhamos uma visão homogênea e majoritariamente masculina sobre a classe. Só no final daquela década é que estudos como o de Heleieth Saffioti (1969) e Elisabeth Souza-Lobo (2011) começaram a ser desenvolvidos, trabalhos pioneiros da problematização sobre o trabalho desenvolvido por homens e mulheres no Brasil. Negar a desigualdade no campo do trabalho entre homens e mulheres é “negar a realidade em que vive a classe trabalhadora, em especial a das mulheres, em sua relação com o capital” (CISNE, 2018, p. 35), sendo notório que as trabalhadoras sofriam e sofrem exploração ainda maior que os homens.

As discussões dos feminismos adentraram aos movimentos de mulheres e possibilitaram coletivizar experiências, demandas e organizar insatisfações diante do cenário de desigualdades, permitindo “politizar e dar visibilidade às desigualdades entre homens e mulheres, colocando-as em movimento como sujeito coletivo e político” (CISNE, 2018, p.17). Ou seja:

A formação da consciência de classe na sociedade capitalista é dificultada pelas relações de alienação que a permeiam, bem como pela ideologia dominante a ela associada, que levam muitos indivíduos sociais a naturalizarem e até mesmo a reproduzirem relações de dominação. Assim, ao contrário de se rebelarem contra uma ordem que os explora e oprime, adequam-se e, muitas vezes, submetem-se a essa dominação. Felizmente, alguns, também, no processo de formação da consciência e da luta de classe, rebelam-se contra essa ordem, ainda que esse não seja um processo hegemônico (CISNE, 2018, p. 25).

A consciência de classe é um processo de reconhecimento do antagonismo entre o opressor e o explorado, e nem os todos explorados têm consciência, por diversas razões. O capitalismo se apropria de estratégia de dividir a classe trabalhadora para manter o poder sobre

ela. “A configuração dessas divisões é construída socialmente através das relações de classe, de raça, de gênero e das práticas sociais” (CISNE, 2018, p. 37).

Na década de 1980 esses debates vão ganhando forças. As mulheres trabalhadoras dialogaram com os feminismos, que nessa década estava mais institucionalizado, principalmente por meio dos Conselhos da Condição da Mulher e Delegacias da Mulher, além da presença feminina em cargos eletivos. Também tínhamos o feminismo acadêmico com evidência para pesquisas na área da saúde e violência contra a mulher (CISNE, 2018). Nessa década surgem movimentos de mulheres em vários Estados do país, a exemplo do MMC, com participação ativa em espaços de atuação política através de diferentes formas organizativas de mulheres trabalhadoras rurais e de agricultoras, sejam elas ligadas ao STR ou à CPT. A partir desses movimentos, as mulheres se descobriram como sujeitas políticas e participativas nesse processo. Os movimentos de mulheres, como o MMB e MMC, tinham por finalidade central a libertação feminina de todo tipo de opressão e discriminação.

O primeiro passo para a consciência feminista das mulheres começa com a ruptura das mais variadas apropriações que sofrem. Processo esse que estamos denominando de apropriação de si, no sentido de as mulheres se perceberam como sujeitos e passaram a lutar por sua autonomia e liberdade, o que demanda rupturas estruturais e superações ideológicas [...]. As mulheres, ao adquirirem uma consciência feminista, passam a perceber que existem de fato como pessoas, que possuem um corpo que lhes pertence, enfim, que possuem vontades e desejos próprios que podem ser expressos e vivenciados fora e dentro de suas casas (CISNE, 2018, p. 186).

Com base no pensamento citado por Mirla Cisne (2018), podemos compreender o despertar de Maria da Penha para o *fazer-se* como mulher trabalhadora e feminista que lutou por seu protagonismo em espaço majoritariamente masculino. Sua militância é marcada pela luta por recintos mais igualitários para mulheres e homens dentro do STR, contribuindo para a democratização interna do movimento sindical. Nesse sentido, Mirla Cisne (2018) ainda acrescenta que as mulheres que saem de casa para a militância “carregam consigo a preocupação e o monitoramento de toda uma dinâmica de responsabilidade que envolve o trabalho doméstico, procriativo e emocional” (CISNE, 2018, p. 183). Ou seja, a maioria dessas mulheres saía para as reuniões carregando sobre si a responsabilidade do cuidado do lar e da família, o que acarretava o afastamento de muitas delas dos encontros por não conseguirem gerenciar mais as atividades no seu cotidiano.

Diante dos conflitos e pensando em como amenizar as tensões no âmbito familiar, em consequência do envolvimento das mulheres na luta, o MMT/PB criou o “Encontro de Casais”

para debater e conscientizar marido e esposa dos problemas comuns vivenciados pelos mesmos. Os temas eram voltados para as questões da divisão do trabalho doméstico, educação dos filhos, relação entre militância social e a vida familiar. Tais encontros foram fundamentais na reflexão dos mecanismos necessários para o equilíbrio entre a luta de classe, sobretudo a questão de gênero, como também a desconstrução do preconceito vivido pelas trabalhadoras dentro e fora de casa (SILVA et al., 1990).

No primeiro encontro das pernambucanas (1984) para discutir sua condição de mulher e de trabalhadora, muitas delas nem conseguiam falar: “as crises de choro eram frequentes quando exprimiam as suas limitações e discriminações da vida cotidiana. O encontro permitiu não só identificar os problemas vividos concretamente pelas mulheres como também tratá-los” (SILVA et al., 1990, p. 52). Ainda segundo Penha,

Tudo aconteceu em uma hora e meia. Mas o grupo agora era outro. Quando a reunião acabou e marcou-se a data da próxima, elas saíram porta à fora radiante, levando o texto SER MULHER com o orgulho de quem carrega um documento importante. E era. Porque elas caminhariam muitas léguas a pé para voltarem às suas comunidades. O caminho era o mesmo. Mas o que era diferente agora era o jeito de caminhar (SILVA et al., 1990, p. 77).

Mulheres que se (re)inventavam a cada encontro, cuja trajetória de luta fora profundamente marcada por resistências e muitas dificuldades. Muitos destes percalços não foram ainda superados

[...] e, à medida que o movimento avança e cresce, novas questões se apresentam. São limitações e inquietações que exigem de cada uma de nós, e de todos os que estão comprometidos com o desenvolvimento da consciência social, reflexão adequada sobre as relações de gênero e as circunstâncias particulares de cada iniciativa de trabalho com mulheres (SILVA et al., 1990, p. 81).

A consciência da exploração levou as mulheres a refletirem e a compreenderem as relações de produção dentro do conjunto das relações sociais, com uma cultura e com expectativas herdadas, e a modelar essas experiências em formas culturais estratégicas de lutas (SOUZA-LOBO, 2011). Em cada experiência, Penha e suas companheiras foram construindo suas consciências de classe e os mecanismos necessários para romper com os múltiplos padrões estabelecidos nos espaços que as inviabilizavam por serem exclusivamente masculinos. É importante salientar que a história dos movimentos de mulheres “não é uma história linear. Os primeiros passos das mulheres foram dados em busca de sua emancipação enquanto cidadãs: a

luta pelo voto, por igualdade na educação, por igualdade civil” (SOUZA-LOBO, 2011, p. 213), continuando viva até os dias atuais.

São paraibanas que deixaram seu legado para colocar a Paraíba no cenário político nacional, a exemplo de Elizabeth Teixeira, Margarida Alves, Penha Nascimento, Soledade Leite, Luzia Ferreira, Zênia Chaves, e “milhares de mulheres anônimas que, de uma maneira ou de outra, têm provocado rachaduras no bloco hegemônico da sociedade patriarcal e de classe” (SILVA et al., 1990, p. 65).

É preciso lembrar que muitas intervenções não tiveram os resultados coletivos esperados. Principalmente pelo contexto que essas mulheres estavam inseridas, ou pelas limitações cotidianas que as impediam na maioria das vezes de se organizarem. “Nestes casos, em geral, os saldos conseguidos são individuais. Uma ou duas mulheres que se sensibilizam e no curso de suas trajetórias futuras irão envolver-se em outros processos organizativos” (SILVA et al., 1990, p. 82). Penha foi uma dessas mulheres que se dedicou às lutas de resistência, sendo agente das lutas sociais em defesa da classe trabalhadora. E suas especificidades não devem ser esquecidas.

Além das duas obras que traduzem o pensamento de Maria da Penha Nascimento sobre a luta por direitos trabalhistas de homens e mulheres do campo, bem como sobre a importância de se trabalhar com mulheres – abordando a importância da troca de aprendizagens no convívio das experiências –, outras fontes podem nos apresentar mais conhecimentos acerca da vida de luta e resistência da nossa líder sindical. É o caso das memórias/lembranças daquelas pessoas que conviveram com ela num cotidiano conflituoso e violento do universo camponês da Paraíba naquele contexto. Isto é, as histórias contadas e experiências compartilhadas nos fornecem ainda mais informações, principalmente porque foram colhidas a partir da percepção das outras personagens desse episódio da vida real do Brejo paraibano.

3.3 Memórias, multiplicidades e o legado da paraibana Maria da Penha

Companheira PENHA que teve sua vida dedicada à luta dos Trabalhadores Rurais. Dedicção firme, corajosa na organização das mulheres do Nordeste e a nível nacional, foi uma das batalhadoras para a criação da CNQMTR. Foi PENHA que apresentou a proposta de tese das mulheres no plenário do Congresso Nacional do DNTR. A perda para nós é muito grande, mas fica a saudade e a vontade de seguir seus propósitos e ideais. PENHA, tua coragem, garra, vitalidade te fez eterna na luta das mulheres rurais e na construção da CUT. Tu viverás e falarás

*pela boca das companheiras que não abaixarão a voz.
Aí está tua história: será contada e ouvida por muitos.*

(Homenagem da Comissão Nacional da Questão da
Mulher Trabalhadora Rural – CNQMTR, 1991)

Quando li esta homenagem na publicação do Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais – DNTR/CUT (1991) falando a respeito do Congresso Nacional, evento em que Penha participou ativamente, fiquei bastante emocionada, visto que cada palavra definiu bem o que Maria da Penha representa, e o objetivo desta dissertação é contar um pouco da sua história.

Quem era Maria da Penha Nascimento Silva no movimento de resistência na Paraíba? Ela era aquela que não desistia diante das dificuldades. Um exemplo disso é a elaboração do documento para a criação do Partido dos Trabalhadores (PT) na cidade de Alagoa Grande/PB, que por três vezes foi negado devido a erros ortográficos. A alegação do recebedor era que “trabalhador era burro”³⁷, mas ela tentou até que a documentação estivesse de acordo com as normas exigidas e, assim, tivesse sua aprovação viabilizada. Penha muitas vezes acompanhava os canavieiros no corte de cana, orientando-os para que eles não fossem roubados no peso, e pesava junto com eles as canas cortadas. Suas ações em defesa do trabalhador deixavam o patronato colérico. Se destacou na luta do campo, acompanhava os/as trabalhadores/as de perto, ajudando-os na luta por seus direitos. Ensinava às mulheres sobre seus valores e direitos. Não tinha concluído os estudos, mas não lhe faltou conhecimento pela experiência de vida. De “havaiana” nos pés, ela lutava todos os dias por sua família e pela classe trabalhadora.

Cada lugar traz suas próprias histórias de lutas que deixam marcas no presente. Nessa perspectiva, a experiência de luta de Maria da Penha, como também sua coragem de organizar paraibanas do mundo rural para *se fazer* resistência, em um ambiente fortemente patriarcal e marcado pela dureza da luta pelo direito à terra e condições dignas de trabalho, visava romper com as desigualdades e marcar o presente de muitos/as trabalhadores/as pelo Brasil afora. Eram mulheres com um protagonismo de lutas em suas comunidades, sendo despertadas para construir sua identidade como mulheres e trabalhadoras. Ela era uma incentivadora na reinvenção de caminhos, principalmente para as mulheres do Brejo paraibano, que junto com ela abraçaram a perspectiva dos feminismos pela igualdade de gênero, maior representatividade feminina no meio sindical e autonomia na vida cotidiana.

Penha era muito conhecida e respeitada. Roberto Vêras, em entrevista à autora (2020), relatou ter uma amizade muito forte com Penha, e que ela era uma pessoa muito amável, muito dedicada às pessoas, à luta, que tinha muita compaixão quando via as pessoas em situação

³⁷ Arquivo pessoal do filho de Penha, José Vanildo Nascimento Silva.

difícil, era uma pessoa muito sensível, muito especial. No CENTRU começaram a fazer atividades de formação sindical e formação popular; os assessores eram responsáveis por isso, Penha participava, às vezes palestrando, às vezes participando na condição de educanda. Segundo Ferreira (2005), Maria da Penha e outras companheiras se “constituíram em expressões no cenário regional e nacional, tanto no movimento de luta pela terra quanto no movimento de mulheres, seja pela atuação direta em fóruns específicos, seja pela prática coerente destas, reconhecidas pelo movimento das mulheres, do campo e da cidade” (FERREIRA, 2005, p. 98).

Se Roberto Vêras tinha Penha como uma amiga e enxergava mais o seu lado humano, Zênia Chaves (2020) entendia que Penha tinha a aptidão de manter reflexões e intercâmbios de suas experiências no âmbito rural, falando a mesma linguagem, encaminhando as questões específicas das mulheres. Ao mesmo tempo, também caminhava com intelectuais, professores/as acadêmicos/as, trabalhadoras urbanas com penetração em nível nacional e internacional. Ela de fato era uma grande representante do movimento sindical e feminista da Paraíba, do Nordeste e do Brasil. Como exemplo desses diálogos mantidos por Penha com outras líderes trabalhistas, podemos relatar o acontecido com Zênia Chaves, diálogo esse que a sindicalista bancária relembrou bastante emocionada, principalmente porque a fez refletir sobre algumas diferenças existentes (mas que ela até então não havia enxergado) entre as trabalhadoras urbanas e as rurais.

Durante a campanha contra o Banco Bradesco, porque o Bradesco estava proibindo suas funcionárias de ir ao banheiro quando necessitava, e estabelecia um horário e geralmente era o horário de almoço, que era de quinze minutos. Eu bem lembro quando almoçando com Penha – a gente costumava almoçar, jantar, tomar cerveja junta; a CUT nessa época era na Rua Duque de Caxias, uma casinha bem antiga e logo na esquina tinha um restaurantezinho e a gente estava almoçando nesse restaurante – e eu contando indignada essa história das bancárias do Bradesco e ela fez uma colocação que me deixou sem palavras. Ela disse: “pois é né? A gente queria tanto ter um banheiro para poder almoçar dentro [...]”. Aí perguntei: “e vocês não têm banheiro? E aí como vocês fazem?”. E aí ela foi me relatar a dificuldade das mulheres fazerem suas necessidades em pleno canavial. Normalmente é uma região plana, homens e mulheres trabalham juntos, têm os capatazes – eles ficam vigiando [...]. Foi a primeira vez que eu tive dimensão, tive noção da distância entre trabalhadoras rurais, trabalhadoras urbanas, trabalhadoras do campo intelectual e do campo braçal. Isso revolucionou a minha relação com o campo rural, totalmente. Eu passei a ter muito mais respeito, além de uma grande curiosidade de conviver muito mais com elas (MELO, 2020) (Depoimento oral concedido à autora).

A partir das memórias dessas mulheres, e como foi bem relatado por Zênia Chaves (2020), é notório as diferentes formas de exploração das trabalhadoras rurais *versus* urbanas, visto que as desigualdades e exploração advindas do capitalismo, quando se trata das mulheres pobres, camponesas, mulheres negras (em posição de maior desvantagem), doméstica periféricas, entre outras categorias, ainda é mais intensa, uma vez que a condição feminina alia formas específicas de opressão. É importante ressaltar que essa exclusão nos muitos espaços políticos, econômicos e sociais, na maioria das vezes nem era percebida pelas mulheres, seguindo de acordo com os parâmetros estabelecidos pela sociedade que naturalizava como normais as desigualdades de homens e mulheres. Penha ao longo da sua trajetória de luta foi percebendo essa exploração feminina e logo foi orientando suas companheiras. O “despertar” das paraibanas levou a uma tomada de consciência destes mecanismos e em cada encontro de mulheres buscavam problematizá-los e buscar meios para superá-los. Seria algo relativo a aquilo que nos advertem Marx e Engels (2007, p. 94): “não é a consciência que determina a vida, mas sim a vida que determina a consciência”.

Percebemos que enquanto Zênia Chaves apresenta Penha como aquela que sabia dialogar, caminhar, trocar experiências com outras trabalhadoras, Soledade Leite (2021) a definiu como feminista “desde a nascença”. E acrescenta que seu contato com as companheiras Rosa Godoy³⁸, Lourdes Bandeira, Valquíria Alencar³⁹, entre outras, fez amadurecer as ideias da participação feminina do campesinato nos recintos das universidades, como também o de ter o direito de ocupar espaços que a classe abastada ocupava. Além do mais, Soledade ainda lembra com pesar a falta de Penha como referência na luta de resistência na Paraíba. “A grande falta que Penha nos deixou. Diante dessa pandemia, o sofrimento dos trabalhadores, sem poder trabalhar, muitos passando necessidades, tenho certeza se Penha tivesse aqui ela estaria buscando recursos para ajudar o trabalhador” (LEITE, 2020) (Depoimento oral concedido à autora).

Segundo o escritor Lau Siqueira (2022), suas lembranças de Penha são marcadas por uma mulher, negra, ousada, solidária, que mesmo diante dos sofrimentos (a vida campesina era muito sofrida e marcada pela falta de direitos), tinha sempre um sorriso no rosto. Sua liderança

³⁸ Possui Pós-Doutorado em História pela Universidade de São Paulo com trabalhos voltado para Educação Básica, Ensino de História, Historiografia, Direitos Humanos, História do Brasil. Atuou na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) como docente entre os anos de 1976 e 2003, com participação atuante no movimento feminista na Paraíba. Seus trabalhos voltados para as mulheres paraibanas contribuíram para o *fazer-se* de Maria da Penha como liderança feminina em espaços predominantemente masculino, como também na construção da sua perspectiva feminista.

³⁹ Valquíria Alencar Sousa é Coordenadora Geral do Centro da Mulher 08 de Março, feminista e presidente do Centro de Apoio à Criança e ao Adolescente (CENDAC).

era muito natural. Segundo ele, provavelmente se ela tivesse sobrevivido ao acidente, certamente ela seria hoje uma deputada ou uma pessoa importante da política. A comunidade tinha muito carinho por ela, que conquistou a confiança de muita gente. Siqueira (2020), no texto “A história de um livro que não escrevi”, para o blog *Crônicas Cariocas*, evidenciou:

Mas quem era Penha? Seria preciso ouvi-la para de fato conhecê-la. Dias antes Júlio havia gravado um discurso seu em Pirpirituba: uma Reforma Agrária feita pelos trabalhadores, era isso que Margarida queria. O sangue derramado por ela tem ajudado nisso. Tem nos dado coragem, tem levado as mulheres pra greves, conflitos de terra, para a luta pela sobrevivência (SIQUEIRA, 2020).

Como bem apontou Lau Siqueira (2022), para conhecer Penha, bastava ouvi-la. E suas experiências estão vivas nas memórias de seus familiares e companheiros e companheiras de luta. Ou seja, hoje o que podemos ouvir são as palavras daqueles/as que estiveram ao seu lado na luta e por isso é importante ouvirmos essas memórias para a nossa construção historiográfica acerca da líder sindical Penha Nascimento. Siqueira ainda lembra nitidamente de um episódio que o deixou impressionado, no mesmo dia da entrevista para a escrita do livro *Violência Rural e Reforma Agrária*: “estivemos acompanhando uma assembleia no Sindicato dos Trabalhadores Rurais. A assembleia foi realizada na rua. De repente apareceu um caminhão em velocidade, na contramão. Dirigia-se para a multidão. Homens, mulheres, idosos, crianças. O medo foi grande. Felizmente ninguém foi atingido. Que ambiente é este?” (SIQUEIRA, 2022) (Depoimento oral concedido à autora). Esse era o cenário que a classe trabalhadora do Brejo estava inserida: extrema violência e perigo a todo instante. Todavia, de mãos dadas seguiam na luta contra opressão e violação dos seus direitos. Ainda de acordo com Lau Siqueira (2022), uma das coisas que o impressionou foi que Penha tinha consciência de classe, tinha plena consciência de quem ela era, de onde ela estava, o que ela estava fazendo e quem eram os companheiros dela. Ela tinha essa percepção e ao mesmo tempo tinha um olhar muito pessoal para cada um. Ela conhecia todos pelo nome e se entregava com muito afeto aos seus companheiros e companheiras de luta. Os momentos vividos com Penha foram de conhecimento e autorreconhecimento, nos informou Siqueira. Conhecimento de alguns conceitos como pertencimento, vínculos familiares e comunitários.

Segundo nota editorial da Fundação Perseu Abramo (apud SOUZA-LOBO, 2021, p. 09) “Maria da Penha nos legou o necessário trabalho de base e a dedicação em construir, nos mais longínquos rincões, a organização popular”. A militância, sobretudo de organizar a classe trabalhadora para a resistência, causou descontentamento por parte dos latifundiários e as

ameaças eram constantes. A Comissão Pastoral da Terra (CPT) apontou o nome de Penha na lista dos “marcados para morrer”. Até hoje, muitos acreditam que a morte dela, em 15 de março de 1991, foi planejada, mas nada foi encontrado que comprovasse. Zênia Chaves (2020) relatou com pesar o dia da morte de Penha e Beth Lobo. No dia anterior ao acidente, Zênia, Penha, Rosa Godoy, Lourdes Bandeira e Beth Lobo estavam na CUT em João Pessoa/PB, e lá depois de uma rodada de conversas, combinaram de ir, no dia seguinte pela manhã, a Campina Grande/PB, para um evento na Universidade. Afirmou Zênia:

Nós estávamos no arrastão da Greve Geral, era cedo da manhã, acho que oito, nove horas, não lembro exatamente, mas é por aí, quando recebemos a notícia no meio da rua. Alguém da CUT foi avisar o funcionário da CUT que tinha acontecido o acidente e Penha estava muito mal no hospital, em Campina Grande. E na mesma hora o presidente da CUT me mandou imediatamente ir para Campina em nome da CUT pra ver, enfim, tomar providências com atendimentos, etc. Antes de ir pra Campina eu passei na sede da CUT e liguei para São Paulo. Fui eu que avisei à coordenadora da comissão nacional, que era Didice – o nome dela era Maria Berenice, mas todo mundo a chamava de Didice Godinho Delgado. Avisei a ela da morte de Beth Lobo. Beth Lobo era casada com Marco Aurélio Garcia, que na época era o assessor especial de Lula. Eu fiz esse anúncio e foi terrível ter que avisar isso pra eles em São Paulo e fui para Campina Grande. E quando cheguei em Campina fui direto para o hospital e conversei com os médicos e eles falaram que era extremante grave. A CUT nacional entrou em contato comigo, lá em Campina Grande, e ofereceu uma UTI – um avião UTI para transportá-la para São Paulo com hospital com mais recursos técnicos e etc. E muitas pessoas já estavam sabendo e eu lembro que conversei na época com o presidente do Sindicato dos Médicos da Paraíba, que era um sindicato ligado à CUT, e ele chegou lá no hospital porque Penha era uma pessoa muito querida. Eu lembro que conversei com ele. E ele por ser médico podia fazer essa ponte entre o meio técnico e sindical, inclusive explicava os termos técnicos, explicava a situação de saúde de Penha. E ele falou assim: “olha, não adianta, ela talvez nem chegue lá viva, nem sobreviva à viagem, e não adianta”. Ela estava com hemorragia interna total, ela não tinha chance nenhuma de sobrevivência. E ela morre no começo da noite desse mesmo dia, nesse dia 15 de março e a gente vai para Alagoa Grande, lá acontece o enterro dela (MELO, 2020) (Depoimento oral concedido à autora).⁴⁰

Diante da fala de Zênia, percebemos o quanto Maria da Penha tinha representatividade e respeito como liderança no âmbito da CUT, e sua morte acarretou uma grande perda para o campesinato paraibano. Lourdes Bandeira em entrevista para o livro *Depoimentos: trinta anos de pesquisas feministas brasileiras sobre violência* (2006), ressaltou que esse acidente

⁴⁰ A greve mencionada por Zênia Chaves, em entrevista à autora, foi a convocação dos/as trabalhadores/as e a população em geral pela CUT para se manifestarem com paralisações, passeatas e grandes atos públicos contra o governo vigente. A paralisação era contra o arrocho salarial, miséria, desemprego e caminhava para uma Greve Geral. Cf.: <http://cedoc.cut.org.br/cronologia-das-lutas>.

provocou uma mobilização social e política muito forte, pois se tratava de duas mortes, principalmente a morte da sindicalista Maria da Penha “que seria testemunha, na semana seguinte, no processo de outra sindicalista – Margarida Maria Alves. Maria da Penha vinha sofrendo ameaças há muito tempo. Foi levantado a hipótese de que o acidente teria sido um atentado contra Maria da Penha” (BANDEIRA, 2006 apud PORTO; TEIXEIRA, 2006, p. 234). Porém, como já mencionado, nada foi encontrado que comprovasse essa hipótese. Lourdes, que estava dirigindo o carro, além da perda de suas companheiras, ainda teve que responder um processo na justiça pelo acidente, e devido às pressões e ameaças, isso levou ela a deixar a Paraíba.

Penha tinha participação ativa nos movimentos de mulheres do Brejo (MMT/PB e MMB), e depois da sua morte o movimento do MMB foi enfraquecendo, tendo sido necessário a fusão desses dos dois movimentos. Segundo a pesquisadora Laianny Souza (2019, p. 13), “na década de 1990, o MMB foi incorporado pelo MMT, que continua atendendo às demandas relativas ao feminino, tendo em vista que os atos de violência e de privação dos direitos é algo marcante na sociedade brasileira”.

Depois de um mês da morte de Penha e Beth Lobo, as pesquisadoras do Departamento de Economia da Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), Isaura Rufino e Lígia Albuquerque, escreveram um texto em homenagem à memória de Penha. Com o título “Contribuição de Maria da Penha à Pesquisa” (1991), elas abordam o trágico desaparecimento da líder sindical, ressaltando que sua morte deixava um vazio no meio científico, nas associações da classe trabalhadora, especialmente no movimento de mulheres e no Partido dos Trabalhadores. O primeiro encontro dessas pesquisadoras com Penha foi no ano de 1986, na cidade de Alagoa Grande/PB, conforme relataram:

Nessa época, estávamos desenvolvendo a pesquisa “A Participação da Mulher no Processo de Reforma Agrária” e fomos procurar Penha, que até então conhecíamos apenas de nome e feitos, para juntas discutirmos a problemática em questão. **Para este estudo ela deu contribuições valiosas. Identificando problemas, sugerindo soluções, dando depoimentos que enriqueceram a pesquisa.** Depois desse primeiro contato, verificamos que as ideias de Penha eram, imprescritíveis aquelas que desenvolveram pesquisas sobre a força de trabalho rural. Atenta e sutil, tinha enorme capacidade de detectar as causas dos problemas que envolvem o trabalhador e, em particular, a trabalhadora do campo (RUFINO; ALBUQUERQUE, 1991, s/p) (grifos nossos).

No ano de 1987, Penha participou de um Seminário intitulado *Mulher Rural: identidades na pesquisa e na luta política*, no Rio de Janeiro. Rufino e Albuquerque (1991, p. 01) apontam que nesse Seminário a paraibana sindicalista Maria da Penha “teve presença

marcante, com depoimentos que sensibilizaram a plateia, composta basicamente por cientistas sociais, inclusive nacional e internacionalmente conhecidos” (RUFINO; ALBUQUERQUE, 1991, s/p). A militância de Penha deixava marcas de resistência por onde ela passava. Em 1987 ela foi convidada para participar do seminário sobre O Trabalho da Mulher na Irrigação, promovido pelo Departamento de Economia da FUNDAJ, que tinha como objetivo subsidiar a pesquisa “A força do trabalho feminino na agricultura e na irrigação do Nordeste brasileiro”. Nesse encontro Penha demonstrou

[...] muita lucidez sobre a importância da pesquisa para os trabalhadores do sindicato e, movimento das mulheres, conforme o depoimento: “Não devemos nos fechar para as pesquisas. Também queremos o retorno dos pesquisadores. Nós precisamos de dados no curso de formação dos sindicatos e nos movimentos. Temos necessidade da prática e da teoria. Por isso, precisamos dos resultados da pesquisa para nos ajudar na organização do processo de mudança, na luta dos trabalhadores. Precisamos também desses dados para nos ajudar a pensar na luta conjunta dos trabalhadores do campo e da cidade. Muita gente vai nos movimentos. Vai nos sindicatos, faz a pesquisa e não dá mais notícias (SILVA, 1987 apud RUFINO; ALBUQUERQUE, 1991, s/p).

Penha valorizava muito a pesquisa, pois considerava que a mesma ajudaria seus companheiros e companheiras na compreensão da realidade em que estavam inseridos. Ela dialogava com integrantes de movimentos sociais, estudiosos, técnicos e políticos, e seu posicionamento marcante transmitia muita convicção, coragem e obstinação. Essa fala de Penha sobre o retorno da pesquisa é comum nos ambientes que são procurados pelos pesquisadores: militantes para entrevistas, arquivos, familiares, entre outros. Poucos voltam para dar um retorno do produto final. Penha pontua que não era o caso da FUNDAJ, que tinha enviado a dissertação sobre “*A Mulher no Processo de Reforma Agrária*, que nos serviu muito para a elaboração da proposta constituinte. Esse trabalho nos ajudou na formação dessas propostas. Quero agradecer as coordenadoras desse seminário por ter nos convidados (grupo de base) para participar desse encontro” (SILVA, 1987 apud RUFINO; ALBUQUERQUE, 1991, s/p). As pesquisadoras Rufino e Albuquerque (1991) relatam que Penha muitas vezes as procurou para obter dados de pesquisa e discutir ideias que seriam apresentadas por ela em seminários, encontros e palestras.

Em cada encontro Penha deixava em evidência sua preocupação com a situação da mulher trabalhadora paraibana, sobretudo camponesa. Os principais pontos de sua bandeira de luta e suas preocupações permanentes eram a Reforma Agrária, a organização de trabalhadores e a precária condição da saúde feminina, como também a condição de miséria em que viviam os homens e mulheres do campo.

No entendimento de Penha, “a organização dos trabalhadores se faz necessária porque, neste país, só haverá mudança se os trabalhadores se organizarem. Isto a gente já entendeu”. Patrão não se mistura com trabalhador. Trabalhador tem que se organizar, independente do patrão, independente do Estado. No campo a violência tem atrapalhado a organização dos trabalhadores. Quem mais está sendo atingido pela violência é a mulher, porque tem avançado na luta, despertando para seus direitos (RUFINO; ALBUQUERQUE, 1991, s/p).

As mulheres sofrem violência pelo discurso patriarcal que as inferioriza, pelo patrão que as impede de reivindicar seus direitos e pelo capitalismo que se apropria do discurso do patriarcado e as explora no âmbito do trabalho. Diante disto, Penha incluía em todos os discursos as reflexões e discussão sobre gênero e suas pautas específicas. No Seminário sobre O Trabalho da Mulher na Irrigação, não foi diferente. Ela compartilhou as diversas lutas que suas companheiras estavam passando, como também o despertar das trabalhadoras sertanejas para o reconhecimento do seu pertencimento de igual importância na luta, e se afirmando como trabalhadora rural.

As mulheres que estão mais organizadas, sabem reivindicar melhor seus direitos. As que não tem consciência da importância da organização, só sabem olhar pra baixo; ninguém dá atenção. Nós temos que nos conscientizar para importância da organização. Dentro do movimento sindical e dos partidos políticos, mesmo o de esquerda, quando a mulher avança, há muito ciúme, porque a mulher quando assume um compromisso, ela assume pra valer, com garra e responsabilidade. Infelizmente, o machismo existe nos próprios movimentos de mulheres. Há muitas mulheres machistas também (SILVA, 1987 apud RUFINO; ALBUQUERQUE, 1991, s/p).

Não restam dúvidas de que o debate da questão de *gênero e classe* foi um desafio para o Movimento Sindical. As mulheres sempre estiveram presentes nas lutas de resistência, todavia só no início dos anos 80 elas começaram a se organizar como segmento específico, “seja como movimento de mulheres, seja dentro do movimento sindical ou do movimento dos Sem Terras, levando ao mesmo tempo propostas contra a exploração do trabalhador e produtor rural, como também demandas específicas enquanto mulheres trabalhadoras” (CUT, 1991, p. 06).

Penha reforçava constantemente para as mulheres a importância de se organizarem e terem uma visão classista, pois só assim poderiam lutar contra a discriminação de gênero e classe. Lembrando que a luta contra as diversas formas de opressão feminina também era responsabilidade de toda a classe trabalhadora, visto que elas também estão presentes nas lutas de resistência, sendo necessário reconhecer seu protagonismo como também

O crescimento do grau de consciência e organização política das trabalhadoras rurais é de inquestionável importância para o avanço das lutas sociais no campo em nosso país. Não se pode mais pensar este espaço sem visualizar as mulheres como protagonistas de destaque e coragem na luta por melhores condições de vida: luta pela reforma agrária, política agrícola e saúde (CUT, 1991, p. 15).

As mulheres também são protagonistas na luta de resistência. O crescimento da participação das mulheres no movimento sindical no Brejo foi grande desafio para Penha, e foi nesse espaço que se começou a experimentar novas formas de organização, mostrando a importância da luta específica da mulher para garantir os seus direitos. A esse respeito, Penha afirmava que

[...] o nosso movimento de mulheres é uma luta de classes, mas a gente tem que pensar que somos mulheres, somos pouco diferentes, somos duplamente exploradas e que sofreremos vários tipos de violência, inclusive a sexual. Se os trabalhadores no geral sofrem, nós mulheres, sofreremos três vezes mais, porque temos uma dupla jornada de trabalho, temos problemas de doenças ginecológicas, somos responsáveis pela criação de nossos filhos (SILVA, 1987 apud RUFINO; ALBUQUERQUE, 1991, s/p).

Ainda a respeito da conscientização das mulheres sobre seu lugar de invisibilidade no movimento e a falta de conhecimento sobre seus direitos, Penha relatou estar preocupada com alguns trabalhos de entidades, que, segundo ela, tinha uma finalidade ideológica.

Várias entidades governamentais estão fazendo trabalhos com mulheres, a gente está com muito medo. O governo quer meter a mão no trabalho de conscientização da mulher. Mas por que? Para onde essas entidades vão nos encaminhar? A luta das mulheres? Muitos projetos criados pelo governo têm atrapalhado a luta das mulheres, como os projetos de LBA e outras secretarias que, doando um litrinho de leite, desviam a atenção das mulheres para que elas não comecem a discutir sobre seus direitos seus verdadeiros direitos, não descubram o verdadeiro caminho que devem seguir. **As esmolas tem sido grande entrave na nossa luta.** Da parte do governo, não a interesse em que as mulheres se organizem. Ele se aproveita do analfabetismo e da pobreza do povo, que com fome pode ser comprado com um par de sapatos, um vidro de remédio, uma camisa, impedindo, desse modo, que os trabalhadores avancem na luta de organização de classe. Para os patrões, para o governo desse país, quanto mais pobre, miserável, sofrido o povo estiver, melhor para eles, porque na época da eleição pode comprar o voto do povo até com uma sandália e continuar reprimindo a luta de classe dos trabalhadores (SILVA, 1987 apud RUFINO; ALBUQUERQUE, 1991, s/p) (grifos nossos).

Penha conhecia e debatia sobre muitos temas que até então eram desconhecidos por muitas pessoas no âmbito rural, a sua consciência de classe se destacava em seus discursos, a

exemplo desse alerta que ela fazia à população do Brejo para não se enganar com as “esmolas” dadas pelas políticas de governo que não traziam soluções para os reais problemas dessa população. A Reforma Agrária era um dos problemas que permaneciam sem resolutividade. Ela cita que o programa governamental da Emater

[...] aconselha a mulher a tomar leite, comer carne e verdura. Como é que a pessoa pode se alimentar se não tem o principal, que é a terra para produzir, se não tem salário, se não tem boas condições de vida? Não se pode falar de saúde quando não se tem reforma agrária, quando não se tem terra para trabalhar, quando não se tem moradia, não se tem nenhuma capacidade de viver. E quem sofre mais nesse sistema são as mulheres, porque quando têm filhos, são maltratados nos hospitais porque não têm leitos, não tem remédios. Quando estão em casa, não há comida para dar aos filhos (SILVA, 1987 apud RUFINO; ALBUQUERQUE, 1991, s/p).

Faltava para a classe trabalhadora o essencial para a sua sobrevivência: o direito à terra. Penha ainda acrescenta que as tentativas de Reforma Agrária caíram no vazio porque não tiveram a participação dos verdadeiros interessados – os trabalhadores rurais. Para que a Reforma Agrária saísse do papel e se tornasse realidade para homens e mulheres do campo, era necessário a organização dos mesmos (RUFINO; ALBUQUERQUE, 1991).

A Sudene, no Nordeste, tem sido a culpada por toda miséria que nós nos encontramos. Ela subvenciona a terra, capim e criação de gado para o proprietário, contribuinte para expulsão do homem do campo para cidade. Ouvi dizer que há um projeto dos americanos propondo que, no ano 2000, só estejam no campo 10 % dos trabalhadores. Não foi devagar que a Sudene fez tanta miséria para expulsar o homem do campo. Talvez por isso, o Governo tem criado uma série de projetos, tais como “Padre Cicero” “Frei Damião” etc. Só não sai Nossa Senhora porque é mulher. Ao invés de criar esses projetos, o estado deveria fazer Reforma Agrária. Mas não, fica jogando esses projetos para cobrir o sol com a peneira, jogando projeto de toda qualidade. Isso nunca vai dar certo, porque o que dar certo para o homem do campo, é a reforma agrária. Isto todo mundo está cansado de saber (SILVA, 1987 apud RUFINO; ALBUQUERQUE, 1991, s/p).

É importante destacar que a classe trabalhadora rural brasileira sofre ao longo da história do nosso país a falta do acesso à terra para que possa produzir alimentos saudáveis para sua família, como também gerar renda que conseqüentemente ajudará na melhoria da qualidade de vida no meio rural, visto que a privação da terra afeta de forma direta o trabalhador e a trabalhadora rural, provocando desemprego e fome. O poder do latifúndio na concentração de terras permanece até os dias de hoje, e reivindicar significa ter como resposta patronal a

violência contra a população pobre do campo. Nesse cenário as mulheres camponesas têm sido fundamentais na luta de resistência.

No atual contexto, os movimentos populares camponeses brasileiros, tanto no sindicalismo rural, na Comissão Pastoral da Terra (CPT), como no Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), entre outros, contemplam o estudo de gênero na formação política e teórica dos militantes, não apenas pelo entendimento de que a mulher está intimamente ligada à história da terra (em perspectiva mística), mas na expectativa de que as lutas agrárias e das mulheres combinam-se e complementam-se (FERREIRA, 2005, p. 97).

A participação de Penha na luta pela posse da terra e por melhores condições de vida da população camponesa motivou outros/as a se organizarem e a participarem dos movimentos sociais rurais. Ana Paula Romão Ferreira (2005) salienta que Elizabeth Teixeira, Margarida Maria Alves e Maria da Penha Nascimento foram mulheres baluartes na luta pela terra na Paraíba. Penha era enfática e uma das suas bandeiras era: “sem terra, não se pode ter alimentos nem saúde”.

A liderança de Margarida e Penha era símbolo de luta para mulheres do Brejo paraibano, a exemplo do trazido na pesquisa do historiador Jadson Pereira (2016) que em sua dissertação de mestrado, intitulada “Engenho de memória: mulheres camponesas, escritas de si e a força da amizade (1975-1984)”, aborda as experiências de resistências de mulheres que se tornaram lideranças camponesas e comunitárias na luta pelos direitos dos/as trabalhadores/as rurais do Engenho do Geraldo⁴¹ de Alagoa Nova/PB⁴². A esse respeito, salienta que:

A relação entre as mulheres líderes no Engenho Geraldo e outras lideranças femininas do campo na Paraíba pode ser apontada em grande medida quando se **notabiliza a contribuição histórica** de Margarida Maria Alves e Maria da Penha Nascimento, ambas presidentes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande/PB, cidade do Brejo paraibano também citada. Tais mulheres contribuíram de forma decisiva para a consolidação de vários direitos dos trabalhadores do campo na região e muito provavelmente tiveram participação crucial na consolidação de uma memória coletiva sobre a história das lutas dos/as trabalhadores/as rurais neste estado (VIEIRA, 2016, p. 22) (grifos nossos).

⁴¹ “Foi uma propriedade rural de aproximadamente 2.500 hectares, pertencente à família Tavares de Melo Cavalcante, localizada no município de Alagoa Nova/PB. Em 1984, passou por reforma agrária promovida pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). Nestas terras, 555 famílias foram beneficiadas com lotes” (VIEIRA, 2016, p. 15).

⁴² Alagoa Nova é um município localizado na Mesorregião do Agreste Paraibano e Microrregião do Brejo paraibano. O município se estende por 122,3 km² e contava com 20.849 habitantes no último censo. Cf.: <https://www.cidade-brasil.com.br/municipio-alagoa-nova.html>.

Vieira (2016) deixa em evidência que mesmo não tendo encontrado fontes que comprove uma ligação direta entre as mulheres do Engenho Geraldo e o Movimento de Mulheres do Brejo, liderado por Maria da Penha e suas companheiras, é notório que a atuação do MMB teve influência no encorajamento de lideranças femininas em vários outros movimentos, a exemplo do Engenho Geraldo. A militância das lideranças feminina e da comunidade do Engenho Geraldo durou cerca de dez anos até a efetivação para obtenção da posse da terra no ano de 1984. Muitas foram as dificuldades e até violência vivida por essa classe trabalhadora que lutava pela posse da terra para que seus filhos e familiares tivessem o mínimo para sua sobrevivência e assim como Penha, as mulheres do Engenho Geraldo (cada uma com sua singularidade) lutaram por maior participação feminina e mesmo sendo chamadas de “agitadoras de mulheres de bem”, as mulheres são resistência e se fazem presentes no combate à exploração e na luta pelos seus direitos e também dos de homens do campo.

As pesquisadoras Rufino e Albuquerque (1991) afirmam que as contribuições deixadas por Penha Nascimento para a pesquisa da mulher camponesa são profundas e ricas. Suas opiniões no seminário da FUNDAJ na verdade representaram o amplo conhecimento que ela armazenou ao longo dos anos de luta em favor dos trabalhadores rurais. Esse conhecimento foi adquirido através da participação em encontros de trabalhadores rurais, mulheres trabalhadoras, pesquisadoras, técnicos, sindicalistas, partidos políticos, organizações que financiaram programas para a conscientização do trabalhador rural, etc. Sempre em evidência nos seminários e nas reuniões rurais as questões específicas das mulheres, Penha tinha uma visão macro da realidade rural, defendia a articulação geral dos trabalhadores de Norte a Sul do Brasil. Sempre atenta ao diálogo de grupos de classes nos partidos políticos, instituições de pesquisas, entre outros espaços que fortalecessem a luta, acreditava em dias melhores para a classe trabalhadora do campo brasileiro.

Assim sendo, como se pode perceber, foi possível dialogar com as memórias de algumas pessoas que conviveram com Penha na luta por melhorias e conquistas de direitos de homens e mulheres, bem como de igualdade de gênero, entre os anos de 1970 e 1991 no Brejo paraibano, analisando a sua atuação e experiência de vida, considerando o seu interesse tanto pela luta cotidiana trabalhista quanto no interesse por conscientização e produção de mais meios capazes de conscientizar cada vez mais as suas companheiras e companheiros de classe. Isso significa dizer que a contribuição dos relatos aqui citados sobre a paraibana Maria da Penha estão aqui “[...] para nos ajudar a compreender melhor nossos passados e para criar memórias nacionais muito mais ricas, mas também para nos ajudar a construir um futuro melhor, mais amável, mais democrático” (THOMPSON, 2002, p. 28), como ela sonhara.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“As mulheres como atores (sic) da história, suas atividades, suas diferenças de raça, de classe e de origem nacional, suas concepções de si e do mundo ao redor são, de agora em diante, fatos da história. Este processo de reabilitação teve um grande peso não somente no desenvolvimento geral dos objetos da história, mas também na formação da consciência feminista e numa maior compreensão, por parte do público, da desigualdade dos sexos”
(Louise A. Tilly)

A escritora Gloria Anzaldúa, em sua “Carta para as Mulheres Escritoras do Terceiro Mundo”, nos encoraja a não separarmos a escrita da vida (experiências), nem deixarmos “que a caneta lhes afugente de vocês mesmas. Não deixem a tinta coagular em suas canetas. Não deixem o censor apagar as centelhas, nem mordanças abafar suas vozes. Ponham suas tripas no papel [...], eles mentiram, não existe separação entre vida e escrita” (ANZALDÚA, 2000 apud ROSA, 2019, p. 236). *Vida e escrita*, e se estou a escrever as considerações finais dessa dissertação é porque consegui ser resistência (tendo Penha como modelo de coragem) nas muitas dificuldades, sobretudo durante a pandemia da Covid-19.

O que teve início durante a graduação foi se construindo até este momento, e mesmo tendo conseguido responder algumas das inquietações que estiveram presentes no projeto de pesquisa, percebe-se que a militância de Maria da Penha vai além “do pouco” que foi abordado neste texto.

Registrar a história de vida de mulheres como Maria da Penha, que atuaram na luta pela terra e pelos direitos de homens e mulheres do campo, nos remete ao propósito de evidenciar seu protagonismo na história de resistência da Paraíba. São mulheres que viveram e (muitas) ainda vivem no anonimato. Trazer as experiências de Maria da Penha Nascimento Silva nesta dissertação é de grande importância não somente para o enriquecimento da história da Paraíba – sobretudo para o Distrito de Alagoa Grande, Canafístula, onde Penha viveu com sua família, como também para a história da classe trabalhadora rural do Brasil.

A partir das minhas inquietações a respeito da atuação da paraibana Maria da Penha no movimento de mulheres, entre a década de 1970 e o ano de 1991, ficou perceptível a necessidade de se discutir questões de gênero no âmbito sindical a partir de uma longa trajetória de lutas que foram fundamentais para que fossem se constituindo enquanto classe. Elas passaram a compreender, como também a ampliar sua percepção da opressão e discriminação

de gênero, sendo necessário lutar por seu protagonismo feminino em todos os campos da sociedade.

Um fator que construiu ao longo dos capítulos foi a concepção do *fazer-se* de Penha como sujeita política. A exposição que realizei sobre as minhas escolhas, juntamente com as contribuições da história ‘vista de baixo’ alinhada à história oral permitiu à minha escrita demarcar as influências teóricas-metodológicas a exemplo de: Thompson (1981), Portelli (2016), Alberti (2004), Perrot (1991), Rago (1995) e tantos outros que foram fundamentais na compreensão e construção da trajetória de luta da paraibana Maria da Penha. Assim como ela, outras paraibanas também foram aprendendo a (re)inventar formas de lutas e de liderança sindical. Seu legado de resistência na história das lutas sociais, sua dedicação e coragem de reivindicar os direitos da classe trabalhadora (mesmo que custasse sua vida, pois era um contexto de muita exploração e violência patronal), fortaleceu a organização feminina nas lutas, como também fomentou ainda mais a participação no âmbito sindical no Brejo paraibano.

Um exemplo do legado de luta de Penha foi a criação dos movimentos MMT/PB e MMB, os quais foram fundamentais no despertar da mulher agricultora. Como está descrito no Relatório do I Encontro de Mulheres Trabalhadoras da Paraíba (1986): “MULHER, nossa vista clareou”. Entende-se com isso que muitas delas desconheciam seus direitos trabalhistas, ou seja, desconheciam que também poderiam ser lideranças nas lutas e que existiam questões específicas das mulheres trabalhadoras que precisavam ser reivindicadas. Na trajetória de Maria da Penha, seja pela oralidade daquelas/es que a acompanharam de perto, seja na participação em livros e arquivos pessoais de familiares, que foram fundamentais na construção desse texto, é notório que a conscientização que foi se construindo em cada encontro de mulheres acerca de seus direitos incentivou uma maior participação no meio sindical, e o seu direito de fala foi um dos primeiros passos do movimento MMT/PB e MMB na região do Brejo paraibano, fortalecendo ainda mais a luta tida, até então, como de exclusividade dos homens.

Vale destacar que as lutas específicas das mulheres por seguridade social, incluindo licença-maternidade, reconhecimento da mulher como trabalhadora rural, direito de filiação em sindicatos, aposentadoria, documentação, creche, entre outros, como pauta importante do movimento sindicalista, não foi uma tarefa fácil, mas Penha e suas companheiras acreditavam que essas bandeiras seriam alcançadas com a mobilização das mulheres e seus companheiros de luta.

Dessa forma, partindo de diferentes espaços de lutas, as experiências vividas por Penha e tantas outras mulheres paraibanas, vão ganhando espaço (sendo lembradas) na historiografia. Compartilhar suas memórias é evocar histórias, que na concepção de Maurice Halbwachs

(2003) é sempre coletiva, estruturada a partir da troca de vivências partilhada no convívio de diversos grupos sociais. Em suma, de acordo com Michel Pollak (1992, p. 204), “a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si”. A singularidade de Penha nos revela o seu lugar de experiência social e como as mulheres do Brejo se posicionaram frente as opressões no âmbito do lar, sindical e do trabalho. Suas resistências foram influência na dinâmica social no lugar que elas estavam inseridas. Sendo assim, de acordo com a autora Yara Aun Khoury (2004) no seu texto “Muitas memórias, outras Histórias: Cultura e o Sujeito na História, “o potencial da memória como prática política ainda requer, igualmente, muita exploração e reflexão sobre modos como grupos marginalizados ou deslocados se refazem, reconstroem territórios e identidades, reinventam tradições e práticas culturais” (KHOURY, 2004, p. 134).

Neste sentido, escrever sobre a sindicalista Maria da Penha, remete à (re)flexão de como viviam as mulheres do Brejo paraibano, quais fatores foram essenciais para que elas reconhecessem seu lugar de fala e papel ativo na constituição dos movimentos. É também conhecer a luta dos canavieiros e canavieiras como atores sociais, pois seus feitos na maioria das vezes estão nos silêncios da história, ou como bem apontou Michelle Perrot (1987), elas/es seriam os/as excluídos/as da história.

Seus testemunhos e experiências vividas devem ser incluídos na história/historiografia. A vida tão dura da classe trabalhadora não tirou de Penha e suas companheiros/as a coragem e solidariedade que lhes permitiram sobreviver. Sua consciência da exploração da sua classe e sua capacidade de organizar-se com o olhar crítico enriquecem sobremaneira a história da Paraíba. Essa lutadora nordestina demarcou um legado histórico que inspirou por todo Brasil milhares de mulheres a se organizarem e ingressarem na luta. Maria da Penha Nascimento Silva, presente!

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Vilênia Venâncio Porto. Mulheres rurais, movimento social e participação: reflexões a partir da Marcha das Margaridas. **Política & Sociedade**, Florianópolis, p. 261-295, 2016.

ALBERTI, Verena. **Ouvir contar**: textos em história oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ALCÂNTARA, Fernanda. A importância da união das mulheres contra a exploração e opressão. **MST**, [s/l], 2019. Disponível em: <https://mst.org.br/2019/03/08/a-importancia-da-união-das-mulheres-contr-a-exploracao-e-opressao/>. Acesso em: 31 mar. 2021.

ARAÚJO, Angela M. Carneiro; FERREIRA, Veronica Clemente. Construindo um espaço: a participação das mulheres no movimento sindical (1978-1988). **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 10-11, p. 55-81, 1998.

AUED, Bernardete Wrublevski. **A vitória dos vencidos**: Partido Comunista Brasileiro (PCB) e Ligas Camponesas (1955-64). Florianópolis: Editora da UFSC, 1986.

BARROSO, Luciano. Canavieiros faziam há 33 anos greve nacional por direitos. **Agência Brasil**, Brasília, 2017. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/acervo/geral/audio/2017-09/historia-hoje-canavieiros-faziam-ha-33-anos-greve-nacional-por-direitos/>. Acesso em: 07 jan. 2021.

BERTOLIN, Patrícia Tuma Martins; KAMADA, Fabiana Larissa. Ausentes ou invisíveis? A participação das mulheres nos sindicatos. **Caderno Espaço Feminino**, Uberlândia-MG, v. 25, n. 01, p. 28-52, 2012.

BELUZO, Maira Ferreira; TONIOSSO, José Pedro. O Mobral e a alfabetização de adultos: considerações históricas. **Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade**, Bebedouro-SP, v. 02, n. 01, p. 196-209, 2015.

BELARMINO, Joana. Apresentação. *In*: **Violência Rural e Reforma Agrária**: um relato de Penha, dirigente do SRT de Alagoa Grande. João Pessoa: Colina da Primavera Editora, 1986. (p. 03-04).

BENJAMIN, Walter. O Narrador. *In*: _____. **Obras escolhidas**: Magia e Técnicas Arte e Política. São Paulo: Brasiliense, 1988. (p. 114-119).

BENJAMIN, Walter. Experiência e Pobreza. *In*: BARRENTO, João (Ed.). **Walter Benjamin**: O Anjo da História. Belo Horizonte: Autêntica, 2012. (p. 01-20).

BENJAMIN, Walter. **Magia e Técnica, Arte e Política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1996.

BEHRINH, Elaine Rossetti. Octavio Ianni e a ditadura do grande capital. *In*: IANNI, Octavio. **A ditadura do grande capital**. São Paulo: Expressão Popular, 2019. (p. 07-24).

BEZERRA, Marcela Heráclio. **Mulheres (des)cobertas, histórias reveladas: relações de trabalho, práticas cotidianas e lutas políticas das trabalhadoras canavieiras na zona da mata sul de Pernambuco (1980-1988)**. 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

BEZERRA, Marcela Heráclio. Uma, cem mil: cotidiano das cortadoras de cana do município do Cabo de Santo Agostinho nos anos 1980. **Cadernos de História UFPE**, Recife, v. 11, n. 11, p. 61-81, 2016.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembrança de velhos**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CISNE, Miria. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. 2. ed. São Paulo, Cortez Editora, 2018.

COSTA, Lidineide Vieira da. **A conquista de direitos trabalhistas: lutas sociais dos assalariados rurais da cana-de-açúcar no agreste e brejo paraibano (1980-1987)**. 2019. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.

COELHO, Fabiano. Para além do espiritual: reflexões sobre Igreja e trabalhadores rurais sem-terra (1970-1980). **Revista Angelus Novus**, São Paulo, ano 03, n. 03, 2012.

CUT – Central Única dos Trabalhadores. Relatório da Plenária Nacional da CUT. **Boletim Nacional**, nº 06, São Bernardo do Campo/SP, dez. 1986.

CUT – Central Única dos Trabalhadores. **Resoluções do II Congresso Nacional da CUT**. Rio de Janeiro, ago. 1986.

DABAT, Christine Rufino. “Absolutização da propriedade fundiária”, da monocultura e da exploração dos trabalhadores: a zona canavieira de Pernambuco após o golpe militar. *In*: OLIVEIRA, Tiago Bernardon de; AIRES, José Luciano de Queiroz; SILVA, Vânia Cristina da. **Poder, memória e resistência: 50 anos do golpe de 1964 e outros ensaios**. João Pessoa: Editora do CCTA; Mídia Editora, 2016. (p. 155-179).

CCV – Comissão Camponesa da Verdade. **Relatório final: Violações de direitos no campo (1946 a 1988)**. Brasília, dez. 2014.

DELGADO, Lucia de Almeida Neves. **História oral: memória, tempo, identidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

DELGADO, Maria Berenice Godinho. **A organização das mulheres na Central Única dos Trabalhadores: a Comissão Nacional sobre a Mulher Trabalhadora**. 1996. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1996.

DUARTE, Emmy Lira. **Movimento de Mulheres Trabalhadoras da Paraíba (MMT/PB): mobilização política e relação de gênero no estado da Paraíba**. 2014. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Ciências Exatas e da Natureza, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

DUARTE, Emmy Lira. Uma Análise das Relações de Gênero e Classe: o Papel Diferenciado do Sindicalismo Rural em Alagoa Grande-PB. **Revista Pegada**, Presidente Prudente-SP, v. 12, n. 02, p. 125-148, 2011.

DUARTE, Emmy Lira; GARCÍA, María Franco. Mobilização política e relações de gênero no estado da Paraíba. *Jornada do Trabalho: a irreformalidade do capital e os conflitos territoriais no limiar do século XXI*, 13, Presidente Prudente, 2012. **Anais...** Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000142012000100043&script=sci_arttext. Acesso em: 05 jan. 2021.

ESTEVAM, Diognnys Cardoso. As transformações socioeconômicas e das relações de trabalho nas Mesorregiões da Mata e do Agreste da Paraíba na década de 1980. *In: _____*. **Trabalho infantojuvenil e lutas por direitos nas Mesorregiões da Mata e do Agreste da Paraíba (1987-1990)**. 2019. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019. (p. 27-59).

FERREIRA, Ana Paula de Souza Romão. **Margarida, Margaridas: memória de Margarida Maria Alves (1933-1983) e as práticas educativas das mulheres camponesas na Paraíba**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2005.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

FEBVRE, Lucien. 1949. *In: LE GOFF, Jacques*. **História e memória**. 6. ed. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2012. (p. 509-517).

FREIRE, Alípio; PEREIRA, Hamilton. Entrevista com Elizabeth Teixeira. **Teoria e Debate**, São Paulo, n. 30, s/p, 1995.

GIRARD, Bibiano. O sindicalismo e o peleguismo desde sempre. **O Viés**, Santa Maria-RS, 2016. Disponível em: <https://www.revistaovies.com/2011/01/15/o-sindicalismo-e-o-peleguismo-desde-sempre/>. Acesso em: 24 fev. 2022.

GODINHO, Paula; GONÇALVES, Adelaide; VICENTE, Lourdes. **Entre o impossível e o necessário: esperança e rebeldia nos trajetos de mulheres sem-terra do Ceará**. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça, interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 26, n. 01, p. 61-73, 2014.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2003.

IANNI, Octavio. **A ditadura do grande capital**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

JULIÃO, Francisco. **A Cartilha do Camponês**. Recife: [s/e], 1960.

KHOURY, Yara Aun. Muitas memórias, outras histórias: Cultura e o Sujeito na História. *In: FENELON, Déa Ribeiro [et al] (Orgs.)*. **Muitas Memórias, outras Histórias**. São Paulo: Olho D'Água, 2004. (p. 116-138).

LEITE, Maria da Soledade. **Nossa história em poesia**: poemas reunidos. Crato-CE: Edson Soares Martins, 2016.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 6. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

LIMA, Maria do Socorro Abreu e. **Construindo o sindicalismo rural**: lutas, partidos, projetos. 2. ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2012.

LOPES, José Sérgio Leite; HEREDIA, Beatriz (Orgs.). **Movimentos cruzados, histórias específicas**: estudo comparativo das práticas sindicais e de greves entre metalúrgicos e canavieiros. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2019.

LORENZONI, Carmen; SEIBERT, Iridiani Gracieli; COLLET, Zenaide. Movimento de Mulheres Camponesas: veredas de muitas histórias. *In*: MEZADRI, Adriana Maria [et al] (Orgs.). **Feminismo Camponês Popular**: reflexões a partir de experiências no Movimento de Mulheres Camponesas. São Paulo: Outras Expressões, 2020. (p. 13-31).

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MATTOS, Marcelo Badaró. **E. P. Thompson e a Tradição de Crítica Ativa do Materialismo Histórico**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2012.

MENDONÇA, Sonia Regina; STÉDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil**: a classe dominante agrária – natureza e comportamento (1964-1990). 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MELO, Zênia Chaves Araújo de. Dossiê Grupo da Várzea – Parte I: Herdeiros de Oligarquias e Fazendeiros de Fortunas. **Brasil de Fato – Paraíba**, João Pessoa, 2021. Disponível em: <https://www.brasildefatopb.com.br/2021/03/24/dossie-grupo-da-varzea-parte-ii-era-de-interventores-e-de-consolidacao-de-imperios>. Acesso em: 20 set. 2021.

MIELE, Neide. **A mulher na palha da cana: estudo sobre as condições de vida, trabalho e participação sindical da mulher canavieira de Santa Rita-PB**. 1985. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 1985.

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan. **Capítulos de geografia agrária da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 1997.

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan. Impactos do Proálcool sobre o meio ambiente e o emprego rural. Encontro Nacional de Estudos Populacionais (ABEP), 8, Brasília, 1992. **Anais...** Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/607/587>. Acesso em: 20 de out. 2021.

MUNARINI, Ana Elsa; CINELLI, Catiane; CORDEIRO, Rosangela Piovizani. A luta das mulheres camponesas: da inviabilidade para sujeitos de direitos. *In*: MEZADRI, Adriana

Maria [et al] (Orgs.). **Feminismo Camponês Popular**: reflexões a partir de experiências no Movimento de Mulheres Camponesas. São Paulo: Outras Expressões, 2020. (p. 33-47).

NOBRE, Gismário Ferreira. **A Trajetória do Sindicalismo Rural na Paraíba: um estudo sobre as relações entre o Estado e os Sindicatos de trabalhadores Rurais no período entre final da década de 50 e final da década de 70**. 1990. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 1990.

NOVAES, Regina Reyes. **De corpo e alma**: Catolicismo, classes sociais e conflito no campo. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.

NUNES, Paulo Giovani Antonino. **A Questão Democrática no Sindicalismo Cutista do Estado da Paraíba**. 1996. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1996.

OLIVEIRA, Roberto Vêras de [et al]. O caráter histórico e atual das lutas dos canavieiros de Pernambuco por direitos. *In*: LOPES, José Sérgio Leite; HEREDIA, Beatriz (Orgs.). **Movimentos cruzados, histórias específicas**: estudo comparativo das práticas sindicais e de greves entre metalúrgicos e canavieiros. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2019. (p. 125-188).

PALMEIRA, Moacir. Conflitos de classe sob regime autoritário o caso do Nordeste. *In*: LOPES, José Sérgio Leite; HEREDIA, Beatriz (Orgs.). **Movimentos cruzados, histórias específicas**: estudo comparativo das práticas sindicais e de greves entre metalúrgicos e canavieiros. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2019. (p. 453-491).

PARAÍBA. **Relatório Final**: Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba. João Pessoa: A União, 2017.

PEREIRA, Maria Rosineide [et al]. **Coleção Mulheres em Rebeldia**: Margarida Alves. [S/l]: Coletivo de Mulheres MST/NE, 2021. (v. 04).

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru: EDUSC, 2006.

PERROT, Michelle (Org.). **História da Vida Privada 4**: da revolução Francesa à Primeira Guerra. São Paulo: Companhia das letras, 1991.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 22, p. 270-283, 2011.

PINSKY, Carla Bassanezi. Estudos de Gênero e História Social. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 17, n. 01, p. 159-189, 2009.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 02, n. 03, p. 03-15, 1989.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

- PORTELI, Alessandro. **História Oral como a arte da escuta**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.
- PORTO, Roseli; TEIXEIRA, Analba Brazão. Lourdes Bandeira. *In*: GROSSI, Miriam Pillar; MINELLA, Luzinete Simões; PORTO Roseli. **Depoimentos**: trinta anos de pesquisas feministas brasileiras sobre violência. Florianópolis: Editora Mulheres, 2006. (p. 213-248).
- RANGEL, Maria do Socorro. **Medo da Morte e Esperança de vida**: uma história das ligas camponesas na Paraíba. 2000. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.
- RAGO, Luzia Margareth. **Do cabaré ao lar**: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.
- RAGO, Margareth. Apresentação: desejo de memória. **Labrys**, Brasília/Montreal/Paris, n. 15-16, p. 01-03, 2009.
- RAGO, Luzia Margareth. As mulheres na historiografia brasileira. *In*: SILVA, Zélia Lopes (Org.). **Cultura histórica em debate**. São Paulo: UNESP, 1995. (p. 81-91).
- RAGO, Luzia Margareth. A coragem feminina da verdade: mulheres na ditadura militar no Brasil. *In*: ASSY, Bethania [et al] (Orgs.). **Direitos humanos, justiça, verdade e memória**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012. (p. 81-91).
- RAGO, Luzia Margareth. Feminizar é preciso: por uma cultura filógina. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 15, n. 03, p. 58-66, 2001.
- RAGO, Luzia Margareth. Os feminismos no Brasil: dos “anos de chumbo” à era global. **Labrys**, Brasília/Montreal/Paris, n. 03, p. 01-14, 2003.
- REINA, Vanderlay Santana. Mulheres no Movimento Sindical: o “Averso” da História. Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre Mulher e Relações de Gênero, 18, João Pessoa, 2014. **Anais...** Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/index.php/18redor/18redor/paper/view/1918>. Acesso em: 27 set. 2021.
- ROSA, Susel Oliveira da. **Mulheres, ditaduras e memórias**: não imagine que precise ser triste para ser militante. São Paulo: Intermeios/Fapesp, 2013.
- ROSA, Susel Oliveira da. **“Não deixem a tinta coagular em suas canetas”**: por uma escrita orgânica. **Sæculum**, João Pessoa, v. 24, n. 41, p. 236-247, 2019.
- ROSA, Susel Oliveira da. Mulheres *versus* ditadura, latifúndio e misoginia na Paraíba. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 20, n. 39, 2015.
- ROSA, Susel Oliveira da. “Subterrâneos da liberdade”: mulheres, militância e clandestinidade. **Labrys**, Brasília/Montreal/Paris, n. 15-16, p. 01-15, 2009.
- RODRIGUES, Luanna Louyse Martins. **Terra que brota margaridas e encerra vidas**: judicialização da questão agrária e violência no campo paraibano. 2018. Dissertação

(Mestrado em Geografia) – Centro de Ciências Exatas e da Natureza, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018.

ROCHA, Ayla A. **Elizabeth Teixeira: Mulher da Terra**. 2. ed. João Pessoa: CCTA, 2016.

SALVATICI, Silvia. Memória e gênero: reflexões sobre história oral de mulheres. **Revista de História Oral**, Rio de Janeiro, v. 08, n. 01, p. 29-42, 2005.

SCOTT, James C. Formas cotidianas da resistência camponesa. **Raízes**, Campina Grande, v. 21, n. 01, p. 10-31, 2002.

SIGAUD, Lygia. A luta de classes em dois atos notas sobre um ciclo de greves camponesas. *In*: LOPES, José Sérgio Leite; HEREDIA, Beatriz Heredia (Orgs.). **Movimentos cruzados, histórias específicas: estudo comparativo das práticas sindicais e de greves entre metalúrgicos e canavieiros**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2019. (p. 501-538).

SIQUEIRA, Renata Borba Cahú. A Demissão das Canavieiras da Usina Catende S/A (1973). **Cadernos de História UFPE**, Recife, v. 11, n. 11, p. 83-100, 2016.

SILVA, Ana Beatriz Ribeiro Barros. “Brasil, o campeão mundial de acidentes de trabalho”: controle social, exploração e precarização durante a ditadura empresarial-militar brasileira. **Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 07, n. 13, p. 151-173, 2015.

SILVA, Bárbara Maria Costa e; OLIVEIRA, Valéria Costa Aldeci de. Memória, gênero e honra no Nordeste canavieiro entre as lutas do passado e os desafios do presente. *In*: LOPES, José Sérgio Leite; HEREDIA, Beatriz. **Movimentos cruzados, histórias específicas: estudo comparativo das práticas sindicais e de greves entre metalúrgicos e canavieiros**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2019. (p. 266-307).

SILVA, Maria da Penha Nascimento. **Violência Rural e Reforma Agrária: um relato de Penha, dirigente do SRT de Alagoa Grande**. João Pessoa: Colina da Primavera Editora, 1986.

SILVA, Maria da Penha Nascimento [et al]. **Porque trabalhar com mulheres**. Recife: [s/e], 1990.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy; BANDEIRA, Lourdes Maria; MIELE, Neide. **Eu marcharei na tua luta: a vida de Elizabeth Teixeira**. Campina Grande: EDUEPB, 2012.

SILVA, Alômia Abrantes da. **Paraíba, mulher-macho: tessituras de Gênero, (desa)fiões da história**. 2008. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

SILVA, Waléria Kássia Martins da. **Dos sindicatos dos padres à Igreja Viva: Igreja Católica e questões sociais do campo no Brejo paraibano da década de 1960**. 2020. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SOIHET, Rachel. História das Mulheres. *In*: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997. (p. 63-95).

SOUZA, Laianny Cordeiro Silva de. **Mulheres Trabalhadoras em Movimento: MMT e MMB na Paraíba nos anos de 1980**. 2019. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência**. 3. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Editora Expressão Popular, 2021.

SOBREIRA, Dayane Nascimento. **“Mulher bonita é a que luta”: nas tessituras do feminismo em Campina Grande-PB (1982-1992)**. 2014. Monografia (Graduação em História) – Centro de Educação, Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2014.

SOBREIRA, Dayane Nascimento. **A Cunhã Coletivo Feminista: subjetividade, história e feminismo na Paraíba (1990-2015)**. 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

STÉDILE, João Pedro. **A questão Agrária no Brasil: história e natureza das Ligas Camponesas – 1954-1964**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

SWAIN, Tânia Navarro. Tecnologia sociais e a construção da diferença sexual. **Mora**, Buenos Aires, v. 17, n. 01, [s/p], 2011.

SWAIN, Tânia Navarro. A construção imaginária da história e dos gêneros: o Brasil no século XVI. **Textos de História**, Brasília, v. 04, n. 02, 1996, p. 130-153, 1996.

TARGINO, Ivan [et al]. As Ligas Camponesas na Paraíba: um relato a partir da memória dos seus protagonistas. **RURIS**, Campinas, v. 05, n. 01, p. 83-117, 2011.

TAVARES, Júlio; SIQUEIRA, Lau. Prefácio. *In*: SILVA, Maria da Penha Nascimento. **Violência Rural e Reforma Agrária: um relato de Penha, dirigente do SRT de Alagoa Grande**. João Pessoa: Colina da Primavera Editora, 1986. (p. 05-06).

TOSI, Giuseppe. **Terra e salário para quem trabalha: um estudo sobre os conflitos sociais no Brejo paraibano**. 1988. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Unidade Acadêmica de Ciências Sociais, Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 1988.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMPSON, E. P. Peculiaridades de E. P. Thompson. *In*: NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sergio (Orgs.). **As Peculiaridades dos Ingleses e outros artigos**. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 2001. (p. 185-269).

THOMPSON, E. P. **Os Românticos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

VAZ, Renan Probst. **Crise do petróleo, fontes alternativas e questão agrária no jornal A União (Paraíba, 1973-1975)**. 2020. Monografia (Graduação em História) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020.

VIEIRA, Jadson Pereira. **Engenho de memória: mulheres camponesas, escritas de si e a força da amizade (1975-1984)**. 2016. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.

FONTES

Revistas

CEDI – Centro Ecumênico de Documentação e Informação. **Canavieiros em Greve: Campanhas Salariais e Sindicalismo**, São Paulo, nº 14, 1985.

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. **O Trabalhador Rural: as Greves Vitoriosas no Nordeste**, Brasília, ano 06, nº 29, 1984.

CUT – Central Única dos Trabalhadores. **Mulheres Trabalhadoras Rurais: participação e luta sindical**, Rio de Janeiro, 1991.

FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional. **Revista Proposta – Experiências em Educação Popular: assalariados Rurais – novos desafios**, Rio de Janeiro, n. 26, jul. 1985.

Entrevistas

FERREIRA, Luzia. **Entrevista** [13 jan. 2015]. Entrevistadora: Janaína Vicente da Silva. Alagoa Grande, 2015. 1 arquivo. mp3 (25 min.).

LEITE, Maria da Soledade. **Entrevista** [29 jun. 2014]. Concedida para o projeto *Paraíba: mulheres, memórias e ditadura civil-militar*, sob coordenação da professora Susel Oliveira da Rosa. João Pessoa, 2014. 1 arquivo. mp3 (25 min.).

MELO, Zênia Chaves Araújo. **Entrevista** [16 abr. 2020]. Entrevistadora: Janaína Vicente da Silva. Vídeo-chamada – WhatsApp, 2020. 1 arquivo. mp3 (35 min.).

SANTOS, Maria Carmelita Pedrosa. **Entrevista** [26 out. 2020]. Entrevistadora: Janaína Vicente da Silva. Vídeo-chamada – WhatsApp, 2020. 1 arquivo. mp3 (53 min.).

SILVA, Raimunda Maria Cosme da. **Conversa informal** [30 nov. 2022]. Vídeo-chamada – **WhatsApp**, 30 nov. 2022. 1 arquivo. mp3 (30 min.).

SILVA, Valdinei Nascimento. **Entrevista** [16 de mar. 2020]. Entrevistadora: Janaína Vicente da Silva. Vídeo-chamada – WhatsApp, 2020. 1 arquivo. mp3 (50 min.).

SILVA, José Vanildo Nascimento. **Entrevista** [01 maio 2020]. Entrevistadora: Janaína Vicente da Silva. Vídeo-chamada – WhatsApp, 2020. 1 arquivo. mp3 (45 min.).

SIQUEIRA, Lau. **Entrevista** [07 de jun. 2022]. Entrevistadora: Janaína Vicente da Silva. Vídeo-chamada – WhatsApp, 2022. 1 arquivo. mp3 (50 min.).

OLIVEIRA, Roberto Véras de. **Entrevista** [20 jul. 2020]. Entrevistadora: Janaína Vicente da Silva. Vídeo-chamada – Google Meet, 2020. 1 arquivo. mp3 (47 min.).

Relatórios

CUT – Central Única dos Trabalhadores. **Relatório do Departamento Nacional dos Trabalhadores: Mulheres Trabalhadoras Rurais – Participação e Luta Sindical.** CUT, mai. 1991.

MMT/PB; CUT/PB. **Relatório do I Encontro de Mulheres Trabalhadoras.** Guarabira: SEDUP, 1986.

Outros

MARGARIDA, FLOR DE BRIGA DA CAMPANHA TRABALHISTA. Alagoa Grande, ago. 1983.

RUFINO, Izaura; ALBUQUERQUE, Lígia. Contribuição de Maria da Penha à Pesquisa. **Diário de Pernambuco**, Recife, 16 abr. 1991.

ANEXOS

Anexo 1 – Santinho da campanha de Penha como vereadora pelo PT

VEREADORA

PT
P
A
R
T
I
D
O
D
O
S
T
R
A
B
A
L
H
A
D
O
R
E
S



PSB
P
A
R
T
I
D
O
S
O
C
I
A
L
I
S
T
A
B
R
A
S
I
L
E
I
R
O

Nº 13.611

MARIA DA PENHA

**NO SINDICATO E NA CÂMARA
EM DEFESA DOS TRABALHADORES**

Prefeito

José Paulo - PSB  **Lula Presidente/89**

Fonte: Arquivo pessoal de Nei, filha de Penha

Anexo 2 – Santinho da campanha de Penha a deputada federal pelo PT

Fonte: Arquivo pessoal de Nei, filha de Penha

Anexo 3 – Penha no I Encontro das Mulheres Trabalhadoras da Paraíba (1986)



Fonte: Arquivo pessoal de Nei, filha de Penha

Anexo 4 – Penha trabalhando na roça ao lado de outros trabalhadores



Fonte: Arquivo pessoal de Nei, filha de Penha

Anexo 5 – Penha no I Seminário Nacional sobre a Mulher Trabalhadora Rural (1991)



Fonte: CUT (1991, p. 19)